



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO
LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESPAÇO AGRÁRIO E
CAMPE SINATO – LEPEC**

Fabiano de Oliveira Bringel

**FRONTEIRAS AGRÁRIAS INTERMITENTES E PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPE SINATO NA AMAZÔNIA: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO
SUDESTE E SUDOESTE DO PARÁ**

RECIFE

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO
LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ESPAÇO AGRÁRIO E
CAMPEPINATO – LEPEC**

Fabiano de Oliveira Bringel

**FRONTEIRAS AGRÁRIAS INTERMITENTES E PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPEPINATO NA AMAZÔNIA – UMA
ANÁLISE COMPARATIVA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO NO
SUDESTE E SUDOESTE DO PARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves

RECIFE

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

B858f Bringel, Fabiano de Oliveira.
Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do
campesinato na Amazônia : uma análise comparativa de projetos de
assentamento no sudeste e sudoeste do Pará / Fabiano de Oliveira
Bringel. – Recife: O autor, 2015.
329 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Territorialidade humana - Amazônia. 3.
Assentamentos humanos. 4. Camponeses. 5. Fronteiras. I. Gonçalves,
Cláudio Ubiratan (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-60)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO**

FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL

**FRONTEIRAS AGRARIAS INTERMITENTES E PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DO
CAMPESINATO NA AMAZÔNIA - UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE PROJETOS DE
ASSENTAMENTO NO SUDESTE E SUDOESTE DO PARÁ**

Tese aprovada, em 26/06/2015, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
(1º examinador - orientador - PP GEO/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
(2º examinador - Geografia e Ciências Ambientais/UFPA)

Prof. Dr. Elder Andrade de Paula
(3º examinador - Ciências Sociais/UFAC)

Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida
(4º examinador - PP GEO/DCG/UFPE)

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira
(5º examinador - PP GEO/DCG/UFPE)

**RECIFE-PE
2015**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi escrito por muitas mãos. Tentei escrevê-lo em primeira pessoa. Infelizmente não consegui. A cada tentativa, a lembrança constante dos homens e mulheres, companheiros e companheiras que me ajudaram nesta jornada de doutoramento. Sem os quais, sem dúvida, esta tese não seria possível. São eles:

Ao meu pai, Raimundão. À minha mãe, Rosemary, que já se foi, mas continua muito presente em minha vida;

À minha companheira de vida e amor, Helena Palmquist e nossa filhota, Carmen Bringel. Obrigado pelo apoio incondicional e as minhas desculpas pelas muitas ausências durante esta jornada;

Aos meus avós Dona Darci, Seu Ival (*In memoriam*) e Seu Wilson.

À minha segunda mãe, Elizinete Rabelo, pela presença sempre constante em minha vida;

Aos meus irmãos: Fabíola Bringel, pelo companheirismo constante. Ao Diego e Brenda sempre dando forças fundamentais;

Aos meus sogros, Beti e Sérgio, pelos debates ontológicos e epistemológicos. Mantendo sempre acesa as chamas da indignação;

Ao meu cunhado e antropólogo preferido, Jorge Palmquist, pelo acompanhamento e dicas na imersão do campo;

Aos meus companheiros de luta da FACA/CAB – Federação Anarquista Cabana e Coordenação Anarquista Brasileira;

Aos meus companheiros de geografia e de resistência epistêmica entrincheirados na Legião do Mal ou LEPEC – Laboratório de Estudo e Pesquisas em Espaço Agrário e Campesinato da UFPE;

Aos companheiros de todas as horas agrupados na Cúpula Suprema;

Ao meu orientador, Cláudio Ubiratan Gonçalves (Professor Bira) por acreditar no projeto;

À Maristela Lopes, Vinicius Souza, Luann Ribeiro e Chico Nóbrega pelos acolhimentos em Recife – PE;

Aos meus estudantes que me acompanharam nas viagens de campo, na imersão da pesquisa implicada: Arthur Ribeiro; Derick Lima; Cristiano Reis; Daniel Laranjeira e Evandro Neves;

Ao Professor Marcus Cássio pela força de sempre nos tratamentos estatísticos;

Ao comandante Hélio Moraes e Cristiano Reis pela força nos tratamentos cartográficos;

Ao Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia da UEPA, em especial a Professora Catia Macedo, pelos debates e inquietudes constantes sobre a geografia agrária;

Aos camponeses e camponesas do PA Palmares e do PDS Esperança pelo aprendizado de uma lição de vida pautada na sua relação direta com a natureza;

Aos companheiros do IALA Amazônico e do MST, em especial ao Pedrão.

À família Vale, camponeses e artistas, pela acolhida em Anapu – Seu Zé Leite, Dna Maria, Marco Vale, Marcelo Vale, Maurício Vale, Magno Vale e Marlene Vale.

Aos professores Elder de Paula, Mônica Cox, Nilo Américo de Almeida, Nilson Crócia e Marcelo Mendonça. Componentes da banca de avaliação.

Ao Deivid Benício Soares e ao Professor Ranyere Silva Nóbrega que, mesmo sem nos conhecermos muito, foram fundamentais para se conseguir as condições materiais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao CNPq, pela bolsa de pesquisa.

SIGLAS UTILIZADAS

AMZA – Amazônia Mineração
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Proteção Permanente
BASA – Banco da Amazônia
BCA – Banco de Crédito da Amazônia
BCB – Banco de Crédito da Borracha
CA – Centro Acadêmico
CAGE – Centro Acadêmico de Geografia
CAI – Complexos Agro-industriais
CCBM – Consórcio Construtor de Belo Monte
CATP – Contrato de Alienação de Terra Pública
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEDERE – Centro de Desenvolvimento Regional
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERPA – Comissão de Emprego e Renda da Palmares II
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EFC- Estrada de Ferro de Carajás
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBC – Fundação Brasil Central
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FLONA – Florestas Nacionais
GEBAM – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GETAT – Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
HSBC – Hong Kong and Shanghai Banking Corporation

IALA – Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAM – Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MRN – Mineração Rio do Norte

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NCADR - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural

NUARA - Núcleo Universitário de Apoio a Reforma Agrária

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PFC - Projeto Ferro Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PPGAA – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

REBIO – Reservas Biológicas

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SECTAM – Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UC – Unidades de Conservação

UFPA - Universidade Federal do Pará.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UHE – Unidade Hidroelétrica

USS – United State Steel

RESUMO

Os sujeitos do grande capital em articulação com Estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960 vemos o processo de ocupação da região se intensificar e com eles os conflitos, em várias dimensões. Surgiu, então, a ideia de estudar a organização dos camponeses em diferentes tempos e espaços da fronteira a partir de sua lógica de territorialização. Nossa pergunta inicial é: qual a relação entre a fronteira capitalista e as territorialidades camponesas na Amazônia paraense? Nossa hipótese para essa questão é que as frentes de expansão da fronteira capitalista na Amazônia paraense tendem a *desterritorializar* as sociedades camponesas. Porém, sua organização e resistência podem contribuir para um *empate*/recuo da fronteira permanecendo seus modos de vida e/ou de trabalho transformados, agora, em novas territorialidades (*ou uma nova campesinidade*). Fazemos essa análise a partir de quatro características da história de vida desses assentados. Chamaremos aqui essas características de *clivagens territoriais* – trabalho, migração, família e saberes. Investigamos esses quatro elementos estruturantes do território convictos de que eles têm relação com as dimensões desse mesmo território. Trabalho/migração *mais* vinculados à dimensão político-econômica e família/saberes *mais* relacionada à dimensão cultural/ambiental. O estudo tem como *lôcus* o PA Palmares II no Sudeste do Pará e o PDS Esperança na sua porção Sudoeste. Desenvolvemos aí uma comparação entre os assentamentos e os diferentes tempos e espaços da fronteira. São novas plasticidades do trabalho camponês que são resultados de sua relação complexa com novas lógicas de acumulação e com sua ambiência na Amazônia.

Palavras-chave: Fronteiras agrárias. Territorialização. Campesinato. Assentamentos Rurais. Amazônia.

ABSTRACT

The agents of the big capitalists, in conjunction with the Brazilian government, chosen Amazon as their great accumulation frontier. Since 1960's we see the process of colonization of the land intensifying and, combined, multidimensional conflicts for which the region is famous. Then came the idea of a research about the landmen organizations in different periods and spaces, from its own logic of territorialization. Our inaugural question is: which is the relationship between the capitalist borderland in Amazon and the landmen territorialization in Amazonian state of Pará? Our hypothesis is that the expansion trenches in the capitalist border tends to deterritorialise the peasant societies. Nevertheless, its own organization and resistance may contribute to a step back in the frontier, remaining their transformed but still traditional ways of life, new territorialities or a new rurality. We offer this analysis through four aspects of the life history of these settlers. We name these aspects as territorial cleavages: work, migration, family and knowledge. We investigate these four structuring elements of the territory with the conviction that they have relationship with the dimensions of the same territory. Work and migration more linked to the political-economic dimension and family and knowledge more connected to cultural-environmental dimension. The *loci* of the study is the Palmares II settlement in the southeast region of Pará and the Esperança settlement, in its southwestern region. We developed a parallel between the settlements, and between the different historical times in border areas. We approach the new plasticity of peasant labor that are the result of his complex relationship with the logic of accumulation and its environment in the Amazon.

Keywords: Agrarian Frontier. Territorialities. Peasantry. Rural Settlements. Amazonia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

- 1- Municípios das Áreas de Estudo no Pará
- 2- Mapa do Território dos Agentes em Carajás
- 3- Mapa do Território dos Agentes no Sudoeste do Pará
- 4- Mapa do Polígono dos Castanhais no Sudeste do Pará
- 5- Municípios no Pará onde se localizam os Assentamentos Estudados
- 6- Localização do PDS Esperança e a UHE de Belo Monte
- 7- Lotes dos PICs e dos CATPs com destaque para área do PDS Esperança
- 8- Mapa dos Territórios dos Agentes em Anapu (PA)
- 9- Assinatura dos Movimentos Sociais reivindicando criação dos PDS's
- 10- Croqui indicando as vicinais do PDS Esperança
- 11- Mapa de Origem dos Indivíduos do Grupo Doméstico na Palmares II
- 12- Mapa de Origem dos Indivíduos do Grupo Doméstico do PDS no Pará
- 13- Mapa de Interesse Minerário no Município de Anapu – Pará.
- 14- Croqui da distribuição das famílias assentadas no interior do lote no PDS

FOTOS

- 1- Sede da Associação dos Produtores da Palmares II/APROCPA.
- 2- Inauguração da Rodovia Transamazônica
- 3- Trem da Vale na Ferrovia Carajás – Itaqui
- 4- Vista de cima do PA Palmares II em Parauapebas - Pará
- 5- Retirada de areia do leito do Rio Parauapebas (tributário do Rio Araguaia) – “corta” o PA Palmares II
- 6- Canteiro de Obra da Hidrelétrica de Belo Monte em Vitória do Xingu (PA)
- 7- Escola na vicinal 03 do PDS Esperança
- 8- Pórtico de Entrada da FLONACA e do Núcleo Urbano da VALE na Serra de Carajás
- 9- Grupo de Camponeses trabalhando na retirada da Juquirá
- 10- Trem da Vale abastecido de minério de ferro *in natura* no interior do PA Palmares II
- 11- Plenária dos Acampados da Palmares II, 1994.
- 12- Agrovila da Palmares II e seu relevo

- 13- Rio Parauapebas e draga para retirada de areia do seu leito.
- 14- Terminal de Transporte da COOPALMAS
- 15- Casas na Agrovila da Palmares II
- 16- Caixa D'água do Assentamento Palmares II
- 17- Entrada dos Discentes na Escola Crescendo na Prática
- 18- Posto de Saúde na Agrovila da Palmares II
- 19- Brasões da Liga e dos Times de Futebol da Palmares I e II
- 20- Templo da Igreja Deus é Amor na agrovila da Palmares II
- 21- Igreja de São João Batista na Agrovila da Palmares II
- 22- Unidade da Educação Infantil da Escola Crescendo na Prática
- 23- Transporte Escolar: ligando Vila – Lote Agrícola
- 24- Mural na Escola Crescendo na Prática em homenagem aos 25 anos do MST
- 25- Roça de Milho em Lote Agrícola da Palmares II
- 26- Ocupação irregular na área de patrimônio da Palmares
- 27- Placa da Empresa Camargo Corrêa indicando as obras de duplicação da EFC
- 28- Retirada de seixo em lote agrícola na Palmares II
- 29- Rodovia BR 230 (Transamazônica) no centro da cidade de Anapu (PA).
- 30- O Rio Anapu
- 31- Placa de Entrada da Madeireira Ungarati, Anapu – PA
- 32- Placa na Entrada do PDS Esperança
- 33- Construção do Templo da Assembleia de Deus no PDS Esperança
- 34- Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antonio
- 35- Guarita para Controle de Entrada e Saída de madeira
- 36- Posto de Saúde no PDS
- 37- Salão Comunitário Dorothy Stang no Lote 55
- 38- Monumento a Irmã Dorothy no lote 55 no PDS Esperança
- 39- 8ª Romaria da Floresta no Travessão de Santana
- 40- Canteiro de Obras da UHE de Belo Monte em Altamira/PA.
- 41- Consórcio de Banana e Cacau no PDS Esperança
- 42- Árvore de Cacau no PDS Esperança (Cacaueiro)
- 43- Família no PDS Esperança
- 44- Área de Extração Mineral da Empresa Monte Granito
- 45- Usina de Ferro Gusa Siderúrgica Carajás

46- Chácara no interior do PA Palmares II – Paraupabas (PA).

47- Placa de venda de Chácaras no PA Palmares II

GRÁFICOS

1- Relação da Origem com o Número de Pessoas no Assentamento

2- Evolução das migrações ao longo das décadas

3- Permanência dos filhos nos Lotes dos Assentamentos

QUADROS

1- Relação entre parentesco e gênero

2- Relação entre gênero e número de migrações

3- Relação entre as décadas de nascimento e a relação de parentesco

4- Escolarização anterior e escolarização no Assentamento

5- Frequência na Escola durante a vida

6- Os usos da Floresta

7- Correlação entre as e os Intervalos de décadas

8- Relação dos Beneficiários com a Posse do Lote agrícola

9- Local de Residência dos Filhos

10- Empresas financiadas pela SUDAM em 1999 em Anapu – Pará.

11- Relação de Parentesco e intervalos de anos do nascimento

12- Relação entre os parentes e os intervalos de décadas das migrações.

13- Relação entre os Motivos dos Deslocamentos e os Intervalos de Décadas

14- Relação entre as Ocupações e os componentes do Grupo Doméstico.

15- Relação entre as Ocupações e os Intervalos de décadas

16- Acesso aos Incentivos Públicos ao Trabalho na Agricultura

17- Permanência dos filhos (as) no Assentamento

18- Acesso da Educação Escolar entre os Assentados do PDS Esperança

19- Relação entre os motivos dos deslocamentos e os Intervalos de décadas por P.A .

20- As relações entre as ocupações e os intervalos de décadas nos PA's

21- O Grupo Doméstico e os intervalos dos anos de nascimento

22- Permanência ou não dos filhos nos lotes por Assentamento

23- Trajetória de Ocupação dos Indivíduos da Família por P.A.

24- Frequência ou não na Escola entre os assentados

- 25- Nível de Escolaridade do Assentado
- 26- Participação em cursos técnicos e formação política
- 27- Cursos dos quais participaram
- 28- Saber sobre Agroecologia
- 29- Nível de entendimento sobre agroecologia
- 30- Uso dos Produtos da Floresta
- 31- Os Tipos de Uso dos Produtos da Floresta

LISTA DE ENTREVISTAS¹ QUALITATIVAS

- 1- Castanheira, ocupante na área de patrimônio do PA Palmares II. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Parauapebas (PA) no dia 24 de Julho de 2005.
- 2- Angelim, militante do MST e assentado no PA Palmares II. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Marabá (PA) no dia 23 de janeiro de 2006
- 3- Angelim, militante do MST e assentado no PA Palmares II. Entrevista concedida a Arthur Brito e Evandro Neves² em Marabá (PA) no dia 23 de janeiro de 2015
- 4- Araçá, assentado no PA Palmares II. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Parauapebas (PA) no dia 20 de julho de 2006
- 5- Sumaúma, militante do MST e assentado no PA Palmares II. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Marabá (PA) no dia 15 de julho de 2005.
- 6- Paxiba, militante do MST e assentado na Palmares II. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Parauapebas (PA) no dia 20 de julho de 2005.
- 7- Acapu, assentado na Palmares II. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Parauapebas (PA) no dia 25 de janeiro de 2014.
- 8- Jatobá, militante do MST e assentado na Palmares II. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Parauapebas (PA) no dia 20 de fevereiro de 2014.
- 9- Jatobá, militante do MST e assentado na Palmares II. Entrevista concedida a Arthur Brito e Evandro Neves em Parauapebas (PA) no dia 05 de fevereiro de 2015.
- 10- Cupiúba, assentado na Palmares II. Entrevista concedida a Arthur Brito e Evandro Neves em Parauapebas (PA) no dia 07 de fevereiro de 2015.
- 11- Apuí, liderança assentada no PDS Esperança. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Anapu no dia 23 de julho de 2013.
- 12- Cuieira, assentado no PDS Esperança e Pastor da Assembleia de Deus. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Anapu (PA) no dia 27 de julho de 2013.
- 13- Marco Vale, Secretário de Meio Ambiente de Anapu. Entrevista concedida a Fabiano Bringel em Anapu (PA) no dia 30 de julho de 2013.

¹ Optamos por não identificar os entrevistados, tanto lideranças quanto assentados, para proteger suas identidades. Os nomes apresentados são alcunhas. Todas baseadas em nomes de árvores nativas da Amazônia. A exceção é do Secretário de Meio Ambiente de Anapu que fala da posição de seu cargo.

² Discentes ligados ao Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia da UEPA.

SUMÁRIO

Apresentação	16
PARTE I – Bases Teóricas e Metodológicas	
Capítulo 1 Procedimentos Metodológicos, Notas e Estratégias de Pesquisa	22
1.1 Os desafios conceituais e metodológicos da pesquisa	23
1.2 Apresentado as categorias, os atores e o <i>locus</i> da pesquisa	25
1.3 O Método de Análise, os Objetivos da Pesquisa e a Estruturação do Questionário	30
1.4 A imersão do trabalho de campo e os principais “estranhamentos” na pesquisa	35
Capítulo 2 Da “invenção” a legalidade – ação do estado e formação sócio-espacial da região amazônica	37
2.1 O projeto moderno-colonial e a <i>domesticação</i> do espaço	38
2.2 As políticas espaciais de Marquês de Pombal para a Amazônia	42
2.3 A derrota da Cabanagem e a consolidação do capital mercantil na região – borracha e castanha	43
2.4 Estado brasileiro, Questão Agrária e a Amazônia	51
2.5 O estranhamento do lugar: a reificação da fronteira ou “quem” é a nossa região?..	56
2.6 Pequena trajetória contemporânea na (de)formação da Região Amazônica (1960 aos dias atuais)	57
Capítulo 3 Fronteiras Agrárias: as necessidades de retomada da categoria pela geografia	65
3.1 Definindo a Fronteira	66
3.2 <i>Travessia</i> em algumas abordagens sobre fronteira na tradição das ciências sociais	69
3.2.1 <i>Os “pioneiros” na reflexão sobre a categoria</i>	69
3.2.2 <i>As relações camponato, capitalismo e fronteira, percebida no quadro de um estruturalismo economicista</i>	72
3.2.3 <i>A fronteira percebida como espaço privilegiado de estranhamento entre a especificidade camponesa e o capitalismo</i>	74
3.2.4 <i>A fronteira percebida como espaço de reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa</i>	78
3.2.5 <i>A diversidade de situações e formas de presença camponesa na fronteira amazônica: uma problematização alternativa</i>	81

3.3	Questões importantes para a fronteira amazônica hoje – pela construção de uma abordagem territorial sobre a fronteira e o campesinato	84
3.3.1	<i>Considerações empíricas sobre a percepção da fronteira no quadro de um estruturalismo economicista</i>	87
3.3.2	<i>Considerações empíricas sobre a percepção da fronteira como estranhamento entre as formas camponesas e formas capitalistas</i>	89
3.3.3	<i>Considerações empíricas sobre a reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa</i>	90
3.3.4	<i>Considerações empíricas sobre a diversidade de situações e formas da presença camponesa na fronteira amazônica: uma problematização alternativa</i>	92
3.4	Nossa proposta de estudo sobre a relação campesinato e fronteira	94
Capítulo 4 Abordagens sobre território e territorialização e sua relação com a fronteira		99
4.1	A emergência do território como instrumento de análise da fronteira	100
4.2	“Diga-me qual é teu território que direi quem és!” – as abordagens sobre território e territorialidade nos estudos rurais	104
4.3	<i>A Trama Territorial</i> dos assentamentos rurais na Fronteira	109
4.4	Nossa proposta de abordagem territorial – Algumas clivagens nas dimensões das territorialidades dos assentados no Sudeste e no Sudoeste do Pará	117
PARTE II – Um Estudo Comparativo de dois processos de Territorialização do Campesinato na Fronteira Agrária Paraense – os casos do PA Palmares II e do PDS Esperança.		
Capítulo 5 O Processo de Territorialização dos Camponeses na Palmares II		122
5.1	O Contexto Sócio – Espacial da Fronteira Agrária no Sul e Sudeste do Pará e o histórico da luta pela terra na Região	123
5.1.1	<i>Características gerais do espaço do Sudeste do Pará</i>	123
5.1.2	<i>Do capital mercantil ao capital financeiro: diferentes formas, mesmos conteúdos?</i>	126
5.1.3	<i>Da luta posseira à luta sem terra: diferentes conteúdos, novas formas de luta?</i>	134
5.2	A trajetória de construção do território da Palmares II	135
5.3	Características Gerais do território do P.A. Palmares II	142
5.4	Palmares II e suas territorialidades – migração, trabalho, família e saberes	152
5.4.1	<i>“Eles não vieram, chegaram” – a história da migração dos assentados da Palmares II</i>	153
5.4.1.1	<u><i>Sobre as origens – “Como posso saber de onde eu venho se a semente profunda eu não toquei?”</i></u>	155
5.4.2	<i>“Nossa principal conquista foi a libertação das consciências” - A história dos saberes</i>	165

5.4.3	<i>“É praticando na vida que muito irá se aprender” – a história do trabalho</i>	171
5.4.4	<i>“Os que chegaram e os que saem” – História da Família</i>	183
5.5	Alguns desafios para (mais) 20 anos da Palmares II	187
Capítulo 6 O Processo de Territorialização dos Camponeses no PDS Esperança		190
6.1	Apresentando o território	191
6.2	Formação sócio-espacial da Região da Transamazônica no Pará	192
6.3	O Município de Anapu e a territorialização da luta pela terra na Transamazônica – o caso do PDS Esperança	203
6.3.1	<i>Município de Anapu</i>	203
6.3.2	<i>Trajetória de construção do PDS Esperança</i>	204
6.3.3	<i>Características Gerais do PDS Esperança</i>	209
6.4	O PDS e suas territorializações – migração, trabalho, família e saberes	218
6.4.1	<i>Pisando na sombra - a história da migração</i>	219
6.4.2	<i>Entre viver e trabalhar – a história do trabalho</i>	226
6.4.3	<i>“Vovô, vovó, titia [...] gato, cachorro, galinha, almoça junto todo dia, nunca perde essa mania” – a História da Família</i>	232
6.4.4	<i>“Tem que falar muito é pouco” – a história dos saberes</i>	235
6.5	O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança – possibilidades e limites para sua territorialização	236
Capítulo 7 Entre-fronteiras e as múltiplas territorialidades – PA Palmares II e PDS Esperança		241
7.1	O movimento do/no território – as migrações como estratégia de territorialização na fronteira amazônica	242
7.1.1	<i>A conformação de novos fronts na fronteira – as migrações e a luta pela terra como “bagagens” hereditárias?</i>	251
7.2	As múltiplas dimensões do econômico – histórias de trabalhos nas Fronteiras	252
7.3	O familiar e o seu estranhamento – histórias das famílias assentadas nos projetos de assentamento	267
7.4	A história dos saberes – os conhecimentos camponeses como territorialização imaterial	280
7.4.1	<i>O acesso à educação escolar e não-escolar entre os assentados</i>	286
Capítulo 8 As fronteiras intermitentes e as múltiplas territorialidades do campesinato na Amazônia Paraense		297
8.1	A (de) formação das fronteiras agrárias intermitentes	296
8.2	As múltiplas territorialidades do campesinato	300
Referências		305
Anexo A – Questionário da Pesquisa.		

Apresentação

Antes de discorrer propriamente sobre a presente tese considero que seja necessário fazer um pequeno memorial do contato do autor com a Questão Agrária e Agrícola.

Minha família, por parte de pai, é migrante nordestina na década de 1960 do Estado do Ceará. Sua saída se deu em meio à conjuntura de avanço da concentração de terras e à consequente desapropriação dos camponeses. No deslocamento, através da mobilidade da força de trabalho, para a Amazônia, minha família conseguiu se estabelecer na região, especificamente na cidade de Belém, depois de ter passado por vários lugares e cidades. Apesar de toda sua trajetória, inclusive por cidades com intenso processo de urbanização, meu pai, bem como todos seus irmãos, não perderam seus horizontes camponeses³ nem muito menos sua simpatia pelo *modo de vida rural*. Este fato sempre me intrigou e me forçou ao longo de minha vida acadêmica, no Curso de Geografia, a enveredar pelo campo da geografia humana com enfoque para o espaço agrário.

No decorrer desse processo, exatamente no ano de 1994, tive o primeiro contato com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Neste momento, discutíamos nas universidades, através da participação no movimento estudantil, como tornar as universidades públicas *mais* populares, ou seja, como fazer do conhecimento científico produzido na academia um instrumento de transformação para o povo empobrecido, especialmente para o povo do campo. Este debate se dava subjacente a um questionamento da metodologia tradicional adotada pelo movimento estudantil dentro das universidades. Na nossa avaliação, feita, na época, a partir do Centro Acadêmico de Geografia - CAGE da Universidade Federal do Pará - UFPa, métodos e práticas viciadas “contaminavam” o movimento e levavam a prejuízos políticos (e logicamente sociais). Procuravam-se bandeiras gerais em detrimento das específicas. Disputas desenfreadas pela estrutura das entidades estudantis (grêmios, C.A's, Diretórios Centrais, etc.) tornavam o movimento estudantil um espaço de embate constante por cargos dentro das entidades. Estes e outros fatores levavam a um gradativo afastamento dos estudantes do movimento estudantil e de suas entidades, pois

³ Entende-se por horizonte camponês a necessidade do retorno ao campo e, por conseguinte, trabalhar na terra.

priorizavam a divergência em detrimento da convergência. Foi a partir deste debate que se começou a apontar para uma instância de organização dos estudantes que priorizasse a extensão social. Propunha-se uma forma de praticar o conhecimento adquirido nos laboratórios e salas de aula ao mesmo tempo em que se socializava este conhecimento para quem mantém efetivamente, através do pagamento de seus impostos, a universidade pública e gratuita: os trabalhadores. Neste contexto, fundamos um núcleo de estudantes para a extensão social no campo chamado Núcleo Universitário de Apoio a Reforma Agrária – NUARA.

No decorrer das atividades de extensão nos deparamos com uma realidade cada vez mais presente na fronteira amazônica, especificamente no espaço agrário do Sudeste Paraense, que lembrava muito a realidade exposta acima, de minha família: na medida em que se avançava no processo de reforma agrária, com a pressão dos movimentos sociais no campo, através da ocupação de terras, os assentamentos rurais se aproximavam cada vez mais das cidades e sua base social (esses trabalhadores rurais) era aparentemente de origem urbana. Essa realidade foi interpretada apressadamente e levou algumas análises para um viés, no mínimo, duvidoso. Fiquei curioso, então, em entender esse fenômeno a partir do processo de territorialização dos Assentamentos e do próprio Movimento Sem Terra. Foi quando comecei os estudos na pós-graduação.

Comecei no mestrado (no Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA em conjunto com a EMBRAPA) uma pesquisa que procurou investigar as trajetórias sócio-espaciais dos “clientes” da reforma agrária. Quem é esse beneficiário que está nos Assentamentos Rurais na fronteira agrária amazônica? Sua família? Sua origem? Os tipos de ocupação que teve ao longo de sua vida no trabalho? Que saberes ele acumulou ao longo dessa sua trajetória?

Tudo isso, para entender alguns elementos que se construía e se reproduziam nas narrativas tanto dos grandes veículos de comunicação de massa, das universidades e nos órgãos de extensão rural para desqualificar os assentados para um *modo de vida* no campo e para o *trabalho* na agricultura.

Fizemos um estudo sobre migração e trajetórias sócio-espaciais. Naquele momento a pesquisa conseguiu atingir seus objetivos. À saber: Os assentamentos rurais, como uma unidade de produção, estavam apresentando problemas não pela origem dos assentados. Origem tanto espacial (grande maioria oriundos, no seu deslocamento

anterior, da periferia das cidades no sudeste do Pará) como ocupacional (grande parte dos assentados, no momento anterior ao acesso a terra, trabalhavam como garimpeiros). Mas sim, porque representavam uma ameaça e um exemplo ao mesmo tempo. Ameaça porque na visão das oligarquias rurais o “pobre” conseguia uma relativa autonomia através do *acesso a terra*. E é exemplo ao mesmo tempo porque se o *Outro* viu seu *Igual* (na condição de subalterno) conseguir desatar os *nós* que o prendiam a opressão, por conseguinte, teríamos mais outra família a engrossar as fileiras da ocupação de terras.

Na avaliação do trabalho a banca⁴ entendeu que um dos caminhos para o desdobramento desta pesquisa era caminhar para um estudo dos assentamentos a partir da lógica do *território* e da *territorialização*. Foi quando resolvi partir para o doutoramento no PPGEU-UFPE com esta temática. Porém, uma especificidade que os assentamentos que estudava no sul e sudeste do Pará tinham em relação aos demais no espaço brasileiro era o fato deles serem forjados num contexto de *fronteira*.

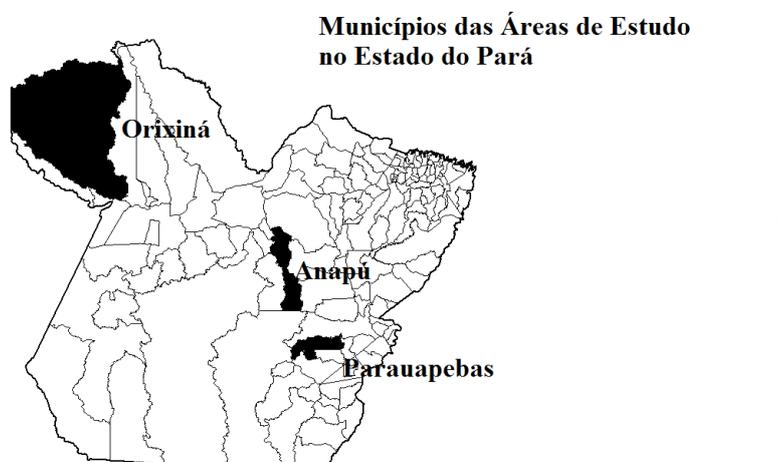
Os agentes do grande capital em articulação com estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960 vemos o processo de ocupação da região se intensificar e com eles os conflitos, em várias dimensões. Surgiu, então, a ideia inicialmente de estudar a organização dos camponeses em diferentes tempos e espaços da fronteira a partir de sua lógica de territorialização. Organizei, então, um projeto de pesquisa que tinha como *lócus* de estudo três objetos geográficos – o PA Palmares II, no Sudeste do Pará, o PDS Esperança no Sudoeste do Pará e o Comunidade Remanescente de Quilombo São Pedro no Baixo Amazonas.

O objetivo seria entender que mecanismos de construção de seus territórios esses diferentes objetos geográficos utilizam já que são “animados” por diferentes sujeitos como MST, Igreja Católica e Movimento dos Remanescentes de Quilombo. Isso tudo na fricção com os chamados Grandes Projetos na Amazônia, como exemplo o Projeto Ferro Carajás - PFC, a UHE de Belo Monte e a Mineração Rio do Norte – MRN. Nossa intenção inicial aí seria fazer uma análise comparativa entre esses diferentes territórios. Porém, o tempo, as dificuldades de acesso aos diferentes campos e a dificuldade teórica em comparar quilombola com trabalhador assentado foram os elementos que fizeram

⁴ Na época, composta pelos Professores Gutemberg Armando Diniz Guerra (orientador), Jean Hébette e Gilberto Rocha.

repensar o projeto de pesquisa inicial. Abaixo, figura apontando os municípios que seriam os *locus* de pesquisa inicial.

Figura 01 Municípios das Áreas de Estudo no Pará



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Optamos por ficar apenas com os assentamentos (PA Palmares II em Parauapebas e PDS Esperança em Anapu) pela lógica da proximidade e também pela facilidade de se trabalhar com uma única unidade categórica – *assentamento rural*. Nossa pergunta inicial é: qual a relação entre a fronteira capitalista e as territorialidades camponesas na Amazônia paraense? Nossa hipótese para essa questão é que as frentes de expansão da fronteira capitalista na Amazônia paraense tendem a *desterritorializar* as sociedades camponesas. Porém, sua organização e resistência podem contribuir para a reformulação ou eliminação da fronteira permanecendo seus modos de vida transformados, agora, em novas territorialidades (*ou uma nova campesinidade*).

Para entendermos que a correlação de forças entre os diversos sujeitos sociais (madeireiros, fazendeiros, mineradoras e Estado de um lado e, de outro, camponeses, ribeirinhos, indígenas, pescadores e quilombolas) na fronteira capitalista da Amazônia paraense tende a prevalecer o ordenamento territorial das classes hegemônicas. No entanto, se esquadrinha uma contra-hegemonia capaz de garantir uma estagnação da fronteira, ou mesmo, de uma involução da mesma. Pensamos isso na relação com o território. Por isso, compreendemos que a ação que desterritorializa o campesinato na fronteira é acompanhada frequentemente e de forma paralela, por ações

reterritorializadoras, portadoras de uma capacidade de reinvenção do camponês (talvez um neo-camponês?).

Neste trabalho três conceitos são fundamentais – *fronteira, território e camponês*. Fronteira e território são trabalhados no segundo e terceiro capítulo⁵ respectivamente. E, depois, no capítulo final na comparação entre os objetos estudados com ênfase na discussão sobre o que é camponês hoje na fronteira da Amazônia paraense. No primeiro capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos, nossas estratégias de coleta de dados e algumas notas de pesquisa. Temos, ainda, o capítulo 4 (quatro) que trata da formação territorial da Amazônia para se chegar às políticas *da e para* a região a partir da década de 1960 (nosso recorte temporal). Juntos, esses elementos compõem a primeira parte da tese.

Na segunda parte da tese trabalhamos o contexto sócio-espacial de cada mesorregião que os assentamentos estão circunscritos (Sudeste e Sudoeste do Pará) e tratamos dos dados coletados no decorrer do campo da pesquisa. Desenvolvendo aí uma comparação entre os assentamentos e os diferentes tempos e espaços da fronteira. Partimos da premissa que existem espaços que estão num momento de pouca ação antrópica (muita entropia) e espaços com muita ação humana (pouca entropia). Isto não quer dizer que a fronteira evolua linearmente, em etapas, numa escala que vai de sua abertura até seu fechamento (consolidação).

Por outro lado, partimos da hipótese que os processos de territorialização dos camponeses no Pará na sua relação com a fronteira são tão variados que não se restringem a sua proletarização e nem a sua recriação pura e simples. Existem aí outros mecanismos e estratégias em jogo que serão discutidas com profundidade no corpo da pesquisa. São novas *plasticidades* do trabalho camponês que são resultados de sua relação complexa com a fronteira de acumulação e com sua ambiência na Amazônia.

Procuramos problematizar a territorialização do nosso sujeito pesquisado fazendo a análise a partir de quatro características de sua história de vida. Chamaremos aqui, essas dimensões de suas vidas, de *clivagens*⁶ *territoriais*. São elas, *trabalho, migração, família e saberes*.

⁵ A cada começo de capítulo trazemos uma poesia de ativistas que militam na luta pela terra na região. São construções que procuram ambientar o leitor a reflexão feita naquele momento de nosso trabalho.

⁶ Compreendemos aqui *clivagem* como uma distinção entre dois ou mais elementos a partir de determinados critérios estabelecidos.

Investigamos esses quatro elementos estruturantes do território convictos de que eles têm relação direta com a sua territorialização, tanto material como imaterial. Trabalho/migração *mais* vinculados a dimensão político-econômica e família/saberes *mais* relacionados à dimensão cultural/ambiental.

Para concluir, retomamos o debate sobre o *campesinato*. Tentando responder se os assentamentos rurais no contexto da fronteira de acumulação são forjados a partir do que chamamos de *matriz camponesa*. Essa matriz apresenta os seguintes elementos: a busca pela posse da terra; no trabalho, essencialmente, agrícola; na mão-de-obra prioritariamente familiar; nas relações familiares primárias; num estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza e na busca pela autonomia nas suas relações de produção.

Capítulo 1 Procedimentos Metodológicos, Notas e Estratégias de Pesquisa.

Corre Menino

Corre menino...

Ensina ao mundo a tua paz

Compartilha com os outros teu sorriso

E alegre o cotidiano cinza

Dos que não carregam ao peito

Felicidade como a tua.

Sonha menino...

Que as estrelas estão ao teu alcance

Se desejares, o infinito é aqui

À palma da mão

Chora menino...

Quando quiseres,

Mostra tua sensibilidade contagiante

Que tua ternura mexa com os corações

Daqueles que se deixam endurecer

Pelos caminhos.

Viva menino...

Vira os quadros de ponta à cabeça

Desfaz as ordens

E, com sinceridades e ousadia,

Escreve em todas as cores

A mágica possibilidade

Da construção de um mundo novo

Ainda no presente!

1.1 Os desafios conceituais e metodológicos da pesquisa

“A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam a lei e a ordem.” (Paul Feyerabend)

Analisar a reprodução de um sujeito social pelo *corte territorial* em uma área de *fronteira*, onde as forças produtivas do capitalismo ainda estão em consolidação e os conflitos são a tônica do processo, não é uma tarefa das mais fáceis. A pesquisa se complexifica quando agregamos mais dois desafios ao nosso esforço. Um de caráter teórico e outro metodológico. No que se refere ao teórico, a reflexão acadêmica sobre o processo de *territorialização do campesinato* na *fronteira* amazônica ainda é muito incipiente. Estamos falando do *campesinato da fronteira* (HÉBETTE, 2002) que tem em uma de suas características estruturais a *migração* e a *mobilidade* (GAUDEMAR, 1976; BECKER, 1982). Falar em territorialização de uma população *fluida* e que, para alguns teóricos, está em *vias de extinção* requer desafios que enfrentaremos ao longo desta tese. Tanto no que se refere ao estatuto conceitual de território e territorialização e, também, do que significa o fenômeno da *fronteira* na reprodução social do *sujeito camponês*.

Já sobre o desafio metodológico nossa questão reside em desenvolver ferramentas capazes de captar as estratégias da reprodução territorial e os mecanismos que agem no sentido da desterritorialização, de uma *descampenização*. Tais movimentos não são tão visíveis na Amazônia, pois muitas vezes o camponês desenvolve estratégias que passam por atividades como o garimpo que, numa leitura apressada, aparentam representar uma espécie de reconversão social⁷ a partir de

⁷As reconversões sociais são muito comuns entre os camponeses na fronteira capitalista. Pegamos o Bourdieu para problematizar essa categoria na medida em que “Trata-se de deslocamentos em um espaço social que nada tem em comum com o espaço, a um só tempo irreal e ingenuamente realista dos estudos rotulados de ‘mobilidade social’. A mesma ingenuidade positivista que leva a descrever como ‘mobilidade ascendente’ os efeitos das transformações morfológicas das diferentes classes ou frações de classe conduz a ignorar que a reprodução da estrutura social pode, em determinadas condições, exigir uma ‘hereditariedade profissional’ bastante baixa: esse o caso sempre que, para manter sua *posição* na estrutura social e as propriedades ordinárias que lhe são associadas, os agentes são obrigados a proceder uma *translação* acompanhada por uma mudança de *condição* – tal como a passagem da condição de pequeno proprietário de terras para a condição de pequeno funcionário (...)” (BOURDIEU, 2008:122).

estratégias de reprodução⁸ (BOURDIEU, 2008), mas, na verdade, se configuram estratégias temporárias para continuarem sendo camponeses. É o deixar de *ser camponês para continuar sendo camponês* (BECKER, 1982).

Isso tudo nos remete à noção de *qualificação*. O debate sobre essa categoria tem muita tradição na sociologia do trabalho. Pelo menos 50 anos de discussões no campo dessa disciplina (DUBAR, 1998; ANTUNES, 2003). A geografia começa a desenvolver essa perspectiva recentemente a partir dos trabalhos de Thomaz Jr. (2002).

Dubar (1998) traz um importante levantamento sobre as diversas concepções de qualificação e competência utilizadas no decorrer do debate social e como se constituem em indicadores de mudanças no interior das formas de produção. Elenca pelo menos três modelos, um francês, um alemão e um japonês do que significaria qualificação. Três modos de “construção das competências” que remeteriam a três relações sociais específicas: “a relação educativa que define um modo de socialização, a relação organizacional que remete ao modo de divisão do trabalho e a relação industrial que diz respeito ao modo de regulação”. Neste sentido, para o autor, a qualificação e a competência são “noções inteiramente relativas aos modos de articulação, destas três relações sociais, que definem a profissionalidade num contexto ‘societal’”.

Nosso desafio metodológico aqui é trazer o conceito de *qualificação* para dentro da discussão sobre territorialização. A reflexão sobre território e territorialização, apesar de não ser gestada no interior da geografia, tem nesta ciência uma tradição igualmente importante. Desde estudos na geografia tradicional, no século XIX, através das contribuições de Frederick Ratzel, até estudos contemporâneos como os de Haesbaert (2010), Souza (1995), Saquet (2011) e Sack (2011). Assim, os processos desqualificadores a que são submetidos os camponeses nos dão uma pista para a compreensão do fenômeno da desterritorialização. Ao mesmo tempo, os fenômenos requalificadores são indicativos de processos de reterritorialização. Isto tudo tendo como quadro de análise o ambiente da fronteira capitalista na Amazônia paraense.

⁸Referimos-nos aqui ao “conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou famílias tendem, inconscientemente ou conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou a melhorar sua posição nas estruturas das relações de classe – constituem um sistema que, sendo o produto do mesmo princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal” (BOURDIEU, 2008:122)

1.2 Apresentando às categorias, os agentes e o *locus* da pesquisa.

Assim, para começar a discussão sobre o *como* construímos nossa pesquisa partiremos de um dos questionamentos dela, a saber - como os distintos e interligados *tempos da fronteira – frente de expansão* (demográfica) e *frente pioneira* (econômica) alteram as territorialidades dos camponeses na Amazônia paraense? Essa problemática utiliza três conceitos fundamentais que auxiliarão na resposta à pergunta apresentada: *territorialização*; *fronteira* e *campesinato*. Eles compõem juntos, nossos conceitos estruturantes na tese. Neste sentido, o passo inicial de nossa investigação foi realizar uma revisão bibliográfica para identificar o *estado da arte* desses três conceitos e como eles podem ou não nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

No segundo e terceiro capítulo apresentamos o debate sobre a fronteira e a territorialização. Deixamos para tratar sobre o conceito de campesinato no último capítulo e nas nossas conclusões quando friccionamos as teorias clássicas aos elementos específicos encontrados em campo.

Por outro lado, lançamos mão de alguns instrumentos conceituais que nos ajudaram a operacionalizar nosso esforço de pesquisa. São conceitos nossos operacionais. São eles: trajetórias sócio-espaciais; qualificação, desqualificação e requalificação; tramas territoriais.

Depois disso, o passo seguinte, foi escolher dois lugares que pudessem se aproximar das características de cada *tempo da fronteira* (frentes de expansão e pioneira) e que sofrem intensos processos de transformação por conta do avanço do grande capital na Amazônia, geralmente sob a denominação de *Grandes Projetos*. Escolhido esses lugares, Mesorregiões do Sudeste e do Sudoeste do Pará, identificamos neles dois assentamentos de camponeses cuja base (famílias) sofreu processos de deslocamentos, mais ou menos intensos, ao longo de sua trajetória espacial e ocupacional e, ao mesmo tempo, pudessem representar a diversidade de concepções de *poder* e, portanto, de *organização territorial* na conformação desse espaço camponês (Um assentamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e outro pela Comissão Pastoral da Terra -CPT).

O primeiro assentamento é localizado no Município de Parauapebas, no Sudeste do Pará, que se caracteriza como uma região de ocupação relativamente antiga e que se

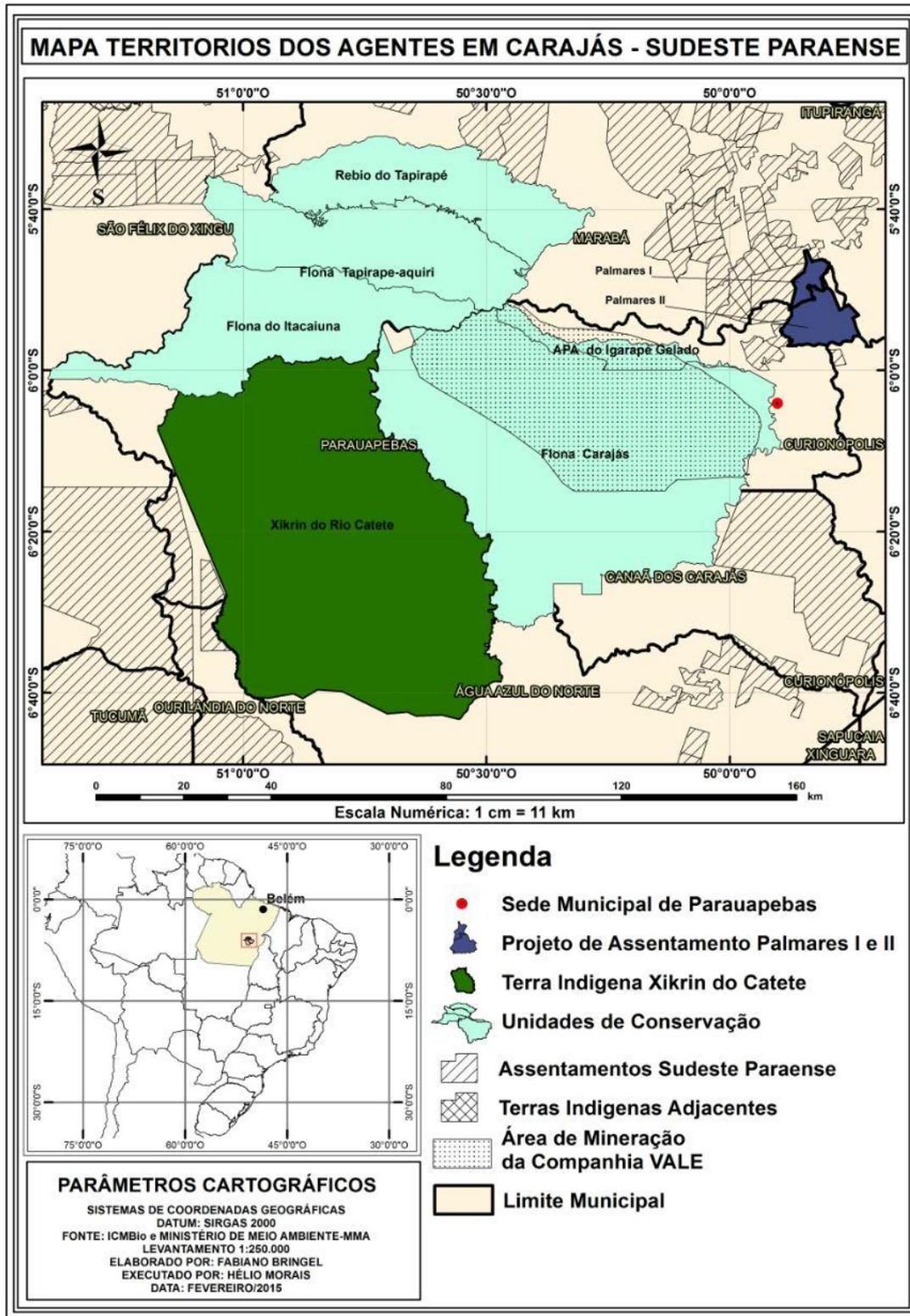
enquadra, à título de hipótese, numa *frente pioneira*. Neste mesmo Município localiza-se a Serra de Carajás onde a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) desenvolve o Projeto Ferro Carajás - PFC. O Projeto Assentamento Palmares II é resultado das primeiras experiências de territorialização do MST no Pará. Este Assentamento já está consolidado. Foi fundado em 1994, com 20 anos de idade e 517 famílias inicialmente cadastradas na Relação de Beneficiários (RB). O assentado recebeu dois lotes. Um na agrovila com 20 (vinte) metros de frente e 30 (trinta) metros de fundo e outro lote agrícola com 05 alqueires de terra, algo em torno de 03 (três) hectares. Abaixo um mapa situando os principais agentes e seus respectivos territórios.

Observa-se um mosaico de sujeitos se friccionando através de seus territórios. Na porção nordeste de Carajás podemos observar a prevalência de áreas reformadas a partir da intervenção fundiária do INCRA através da política de reforma agrária. Destacam-se na área três assentamentos ligados diretamente ou indiretamente ao MST. Os Assentamentos Palmares I e II e o PA Rio Branco. Desses, o PA Palmares II e Rio Branco ligados a organização hegemônica de seu território ao MST. Na porção central da Serra de Carajás o cinturão verde da Companhia Vale com as Unidades de Conservação (FLONAs, REBIO e APA) e a área de mineração industrial. No sudoeste de Carajás temos a Terra Indígena - TI dos Xicrins do Cateté. Aldeias pertencentes ao povo Kayapó.

Identificamos assim pelo menos três grandes motivações na territorialização dos sujeitos. O primeiro relaciona-se a luta pela terra. É a conformação de territórios oriundos da Reforma Agrária. Uma luta eminentemente vinculada à redistribuição do recurso terra. Outra, pela perspectiva do domínio do capital na figura da Vale. Interessados na investida no subsolo. Ainda, que tal domínio seja confundido a partir de ações de preservação ambiental na superfície através da organização das unidades de conservação. Por fim, a presença indígena na sua luta pelo reconhecimento de seu território ancestral.

São modos de ver e sentir a relação com os recursos distintos, porém interligados através de emaranhados de redes materiais e simbólicas que tem na sua relação espacializada do poder seu fio condutor. Identificamos aí a complexidade de limites e complementaridades no interior da fronteira agrária amazônica.

FIGURA 02 Mapa do Território dos Agentes em Carajás.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

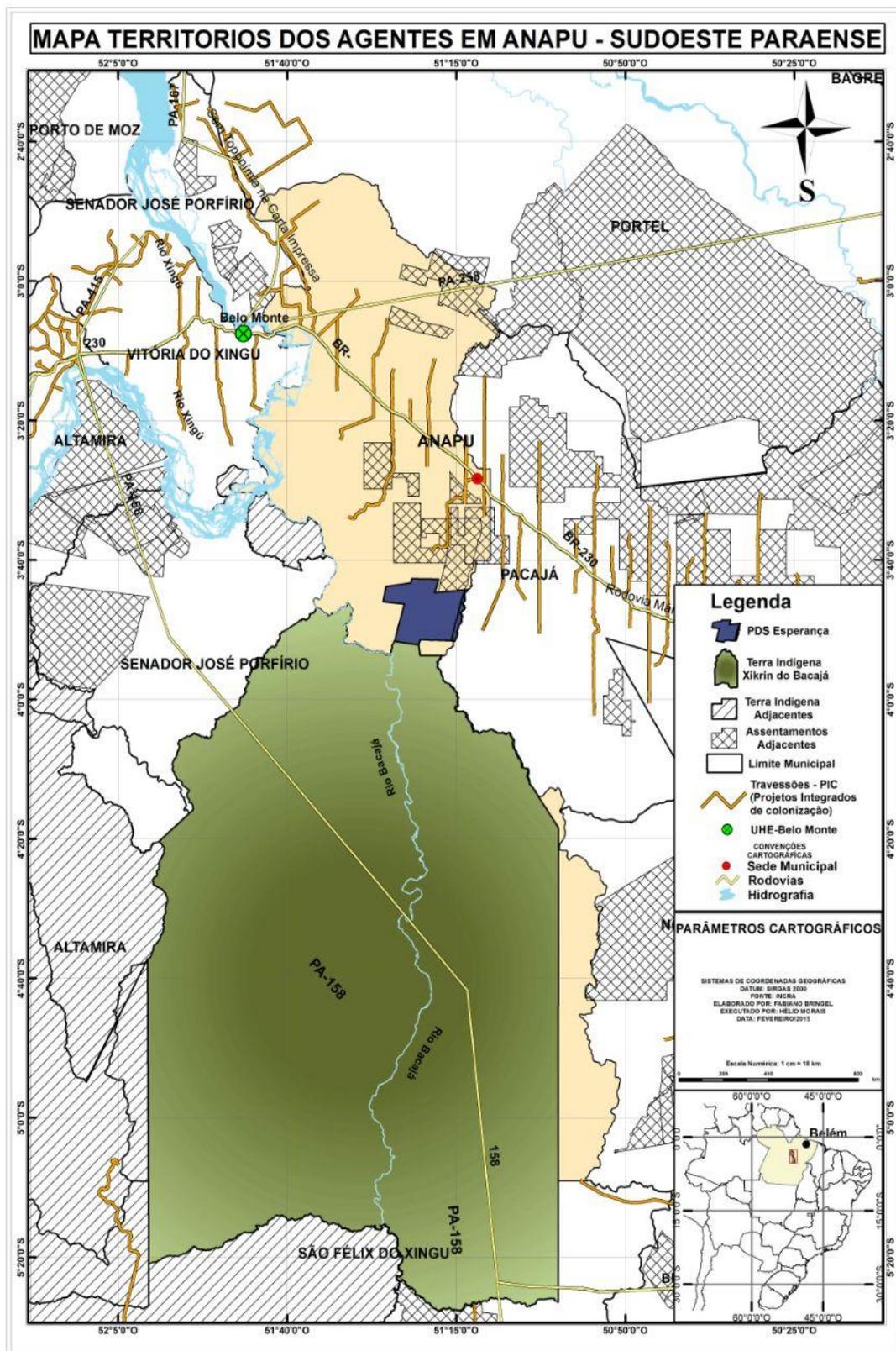
O outro assentamento estudado está localizado na Rodovia Transamazônica, numa região conhecida popularmente como Terra do Meio, Município de Anapu, Microrregião de Altamira e Mesorregião Sudoeste. Esta região se caracteriza por uma ocupação relativamente nova e se enquadraria, também à título de hipótese, como uma *frente de expansão*. Nesta Microrregião de Altamira, no Município de Vitória do Xingu localiza-se a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, empreendimento da Norte Energia S.A construído pelo Consórcio Construtor de Belo Monte - CCBM. Outra grande obra de *des-envolvimento*. É neste contexto que temos o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança. Ele é um tipo de intervenção fundiária para fins de reforma agrária com uma peculiaridade – associa-se a agricultura com atividades extrativas na floresta, é a chamada *agrofloresta*.

Em 2002, começaram as mobilizações para a instalação em Anapu de dois PDS's denominados de Virola-Jatobá e Esperança, com 410 famílias no total. Só no projeto Esperança existem 250 famílias cadastradas inicialmente. O PDS Esperança é resultado da organização dos camponeses pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sua distribuição espacial se dá em torno de 21 lotes com 3000 hectares cada. Em média, temos 20 famílias no interior de cada lote.

Abaixo temos um mapa que ilustra a localização do Assentamento estudado na sua respectiva Microrregião e sua relação com os agentes no entorno. O mapa apresenta aqui outro mosaico de territórios. A presença mais forte de áreas reformadas ao nordeste da região. Duas modalidades de assentamento destacam-se. Os PA's convencionais geralmente oriundos das épocas pretéritas de colonização durante a ditadura militar. Eram os PIC's – Projetos Integrados de Colonização. Os PDS (Virola-Jatobá e o Esperança), projetos de assentamento especiais procurando associar agricultura com extrativismo. Ao sul a presença marcante da TI dos Xicrins do Bacajá. Outro grupo Kayapó. A presença da UHE de Belo Monte também pode ser vista na representação cartográfica.

Novamente a luta pela terra, pelo território e pelos bens e riquezas se apresentam em confluências no interior da fronteira agrária em outro tempo-espço.

FIGURA 03 Mapa dos Territórios dos Agentes em Anapu - SUDOESTE PARAENSE



Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

1.3 O Método de Análise, os Objetivos da Pesquisa e a Estruturação do Questionário.

Procurando compreender as semelhanças e diferenças entre os dois “*locus*” apresentados utilizaremos como método de análise a *comparação* tanto das duas *frentes* como dos dois Assentamentos. Objetivamos com isso, em primeiro lugar, analisar como o avanço da fronteira na Amazônia paraense, através de seus tempos históricos diferentes, contribui para a territorialização⁹ dessas sociedades camponesas.

Especificamente discutiremos as singularidades das *frentes* no interior da *fronteira*, caracterizando cada uma delas e compreendendo seu caráter processual e interligado. Este debate terá como consequência uma reflexão aprofundada sobre o conceito de *fronteira*, já que repensaremos o aporte conceitual dessa categoria exatamente para ajustá-la à da *territorialização* de um sujeito específico, o *campesinato* que, no caso Amazônico, também ganha contornos singulares.

Como já afirmamos, o método comparativo nesse caso tem caráter processual e interligado. Tal prerrogativa ganha reverberação na contribuição de Durkheim porque,

Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, e é comparar os casos que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias, testemunham que um depende do outro. (DURKHEIM *apud* VELHO 1976:11)

Partimos do pressuposto que a *fronteira* não se desenvolve linearmente. No entanto, seus tempos-espacos são sobrepostos e inter-relacionados, o que aumenta a complexidade do fenômeno. Otávio Guilherme Velho, ao se debruçar sobre o fenômeno da fronteira em seu clássico “Capitalismo Autoritário e Campesinato” apresenta a necessidade de “criação de modelos” já que dois lugares estudados seriam realidades “empiricamente distintas e irredutíveis”. Em seguida arremata complementando que esses lugares são

Quando se está lidando com um fenômeno contemporâneo ainda em fluxo, como é o caso do desenvolvimento capitalista brasileiro e da *fronteira*, esse procedimento talvez seja a única “prova” disponível de que certo tipo de relações existe entre os elementos de uma estrutura, pois essas relações não são imediatamente evidentes *per se* nesse caso

⁹Quando nos referimos à *territorialização* estamos falando de um fenômeno que corresponde a tríade T-D-R. Ou seja, os elementos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. Discutido em Haesbaert (2006).

particular. Isso não significa, antes pelo contrário, que teremos de achar os elementos na mesma relação “aritmética” uns com os outros. Significa, no entanto, que deveremos ser capazes de estabelecer, através de suas séries de variações nos diferentes casos, como se põem entre si em uma forma “algébrica” generalizada. Isso deverá se manter mesmo quando esses elementos se apresentam a primeira vista com “faces” diferentes. (VELHO, 1976: 12-13)

Nosso caso parte de diferentes tempos-espacos de uma mesma *fronteira*. A fronteira do *modo de produção capitalista* na Amazônia paraense. É uma mesma formação sócio-espacial. No caso de Otávio Velho foi a comparação de formações sócio-espaciais diferentes, de *fronteiras* em diferentes Estados nacionais. O autor compara a fronteira estadunidense (Oeste do EUA), da Russa (Sibéria) e da Amazônia brasileira a partir do avanço do que classifica como capitalismo autoritário, ou seja, aquele que não passou por uma revolução burguesa. Apesar dos objetos empíricos diferentes, a advertência do autor é importante já que nos propõe uma matriz estrutural comum de variáveis que irão ser contabilizadas “algebricamente”.

Outra questão importante que o fragmento nos traz é o aspecto do movimento, de uma “realidade em fluxo” e são exatamente as variáveis estruturantes que irão “provar” que componentes diferentes (o que é da *expansão* e o que é do *pioneiro*) fazem parte de uma mesma estrutura (*fronteira*).

Para compreendermos a *territorialização* desse camponês em dois espaços-tempos da *fronteira* precisamos aqui, de imediato, definir essa categoria. Para Porto-Gonçalves (2006) cada comunidade humana desenvolve “processos sociais de territorialização”, ou seja, “num mesmo território existem múltiplas territorialidades” (pag. 47). E no interior dessas *territorialidades* temos dimensões. Dimensões de poder. Já que o “poder” está em todos os “poros da sociedade” (FOUCAULT, 1992).

Tentando refletir essas dimensões dividimos então nosso questionário em dois grandes eixos (questionário em anexo). Eixos que se referem à biografia do indivíduo e de sua família, permitindo ao mesmo tempo uma análise temporal e espacial dos processos de transformação de sua vida. Um eixo que chamaremos de *Político-Econômico* e que diz respeito ao levantamento da vida do entrevistado, buscando elementos da história do trabalho, da migração e de organização política ao longo de seu itinerário. Outro eixo que chamaremos de *Sócio-Cultural* onde o objetivo é levantar

aspectos da história dessas pessoas relacionadas aos *saberes* (educação e religiosidade em sua relação com o ambiente) e à família (pais, cônjuges, filhos e filhas).

Sabemos que essas dimensões se interpenetram e se confundem muitas vezes. A divisão em eixos, então, é para fins puramente organizativos. Trabalharemos cruzando variáveis de um eixo em relação a outro, bem como variáveis de seu próprio eixo. Utilizaremos o Programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) com esse objetivo. Outro procedimento será a entrevista com perguntas abertas aplicadas em informantes-chave. Uma parte deles que consideramos *mediadores políticos e sociais*¹⁰ e outros que estão posicionados em lugares sociais estratégicos como: motoristas de van que fazem transporte dos assentados, pessoas que trabalham com assistência técnica e extensão rural, formadores de opinião como, por exemplo, professores nas escolas dos Assentamentos.

Aplicamos 52 (cinquenta e dois) questionários no PDS Esperança e 56 (cinquenta e seis) no PA Palmares II. Nossa escolha foi aleatória. Tivemos dificuldades de aplicar os questionários no PDS Esperança. Muito pela disposição espacial do assentamento que não conta com uma agrovila. Os lotes agrícolas são dispersos, às vezes distantes quilômetros de um para o outro. Na¹¹ Palmares tivemos menos dificuldade no desenvolvimento do trabalho. Exatamente pela facilidade de contato com o *colono*, pela presença da agrovila e a relativa facilidade de acesso aos lotes agrícolas.

Ainda fizemos entrevistas semi-estruturadas com lideranças dos assentamentos, com representantes das igrejas evangélica e católica, com secretários municipais, professores e gestores de escolas e motoristas de transportes alternativos que fazem linha para os assentamentos. Relembramos aqui que para este grupo que entrevistamos optamos por não identificar os entrevistados, tanto lideranças quanto assentados, para proteger suas identidades. Os nomes apresentados são alcunhas. Todas baseadas em nomes de árvores nativas da Amazônia. A exceção é do Secretário de Meio Ambiente de Anapu que fala da posição de seu cargo.

Um dos objetivos secundários a que pretendemos chegar através desse exercício é desenvolver uma tipologia de tempos e espaços nos mundos rurais paraenses a partir

¹⁰Para um melhor aprofundamento dessa categoria social propomos Neves (2008) e Wiggers (2010).

¹¹ Falamos em “na” Palmares, no feminino, porque os assentados assim se referem ao seu território. Quando se remetem ao seu lugar, o PA Palmares, se expressam no feminino. Tipo: “na Palmares”; “vamos à Palmares”; “Nos encontramos na Palmares”.

da década de 1960¹² objetivando estabelecer uma espécie de gradiente desses elementos. Advertimos, porém, que não faremos isso para apresentar realidades estanques, lineares e *etapistas* como geralmente se observa em estudos que priorizam este tipo de resultado. Nossa proposta aqui é exatamente para se questionar o valor real que esse tipo de informação pode ter numa realidade fluida como a da *fronteira*.

Outra preocupação que consta em nossos objetivos é verificar que elementos contribuem para desclassificar a territorialidade camponesa (desterritorialização), assim como os que contribuem para reclassificar¹³ essa territorialidade (reterritorialização), tanto numa área considerada em nossa hipótese como *frente de expansão*, como na de *frente pioneira*. A tentativa é de entender que mecanismos agem tanto numa como noutra, que semelhanças podemos ter e as possíveis diferenças identificadas. Ao mesmo tempo pretendemos discernir os elementos que compõem a justaposição de fenômenos da *sociedade institucional e da sociedade instituinte* (CASTORIADIS, 1995) na (des) construção da territorialidade camponesa na fronteira capitalista da Amazônia paraense. Para uma clareza maior deste ponto apresentamos o seguinte fragmento onde Cornelius Castoriadis desenvolve a relação entre o instituído e instituinte

O social-histórico é o coletivo anônimo, o humano-impessoal que preenche toda formação social dada, mas também a engloba, que insere cada sociedade entre as outras e as inscreve todas numa continuidade, onde de certa maneira estão presentes as que não existem mais, as que estão alhures e mesmo as que estão por nascer. É por um lado, estruturas dadas, instituições e obras “materializadas”, sejam elas materiais ou não; e por outro lado, o que estrutura, institui, materializa. Em uma palavra, é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo. (CASTORIADIS, 1995: 131).

Por fim, a justaposição entre o instituído e o instituinte, entre a *história feita e a história se fazendo*, requer de nossa reflexão uma espécie de *jogo escalar*. Exatamente para estabelecer nexos, articulações, entre os sujeitos envolvidos na relação de poder com as sociedades camponesas estudadas. Assim, perceber as variáveis pertencentes aos

¹²Escolhemos este marco temporal porque é a partir dele que se aprofunda a expansão do modo de produção capitalista na Amazônia e, conseqüentemente, do avanço da fronteira na Região.

¹³Entendemos desclassificação e reclassificação no sentido de Bourdieu (2008) como as contradições específicas do modo reprodução que reside na oposição entre os interesses de classe. Seriam, então, “as estratégias utilizadas – tanto por alguns que tentam escapar à desclassificação e recuperar sua trajetória de classe quanto por outros para prolongarem o curso interrompido de uma trajetória visada” (BOURDIEU: 2008:142).

diversos níveis escalares que os atores acionam, especialmente o camponês que, através de suas mediações social e/ou política, possa se territorializar de um lado e de outro se desterritorializar. Enfim, é estabelecer um diálogo com as escalas para entender a conformação de territorialidades camponesas.

Outro objetivo que consta em nosso projeto de pesquisa é estudar as trajetórias objetivas e subjetivas dos camponeses assentados em nossos lugares de pesquisa. Quando elencamos as histórias de vida como *trabalho, migração, família e saberes*, é exatamente para traçar essas trajetórias que podem ser tanto objetivas como subjetivas. Para nós, as trajetórias objetivas são entendidas como “a sequencia de posições sociais ocupadas por um indivíduo ou sua linhagem” (DUBAR, 1998). Já para o que chamamos de trajetórias subjetivas, nossa compreensão é um:

Enredo posto em palavras pela entrevista biográfica e formalizado pelo esquema lógico, reconstruído pelo pesquisador [...] Trata-se, também, de uma forma de resumo da argumentação, extraído da análise do relato e da descoberta de um ou mais enredos, e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo está se definindo, a partir de acontecimentos passados, aberto para um determinado campo de possíveis, mais ou menos desejáveis e mais ou menos acessíveis (DUBAR, 1998)

Para materializar os objetivos elencados acima, utilizaremos tanto a pesquisa qualitativa (*soft*) quanto a pesquisa quantitativa (*hard*). Entendemos que não existe dicotomia entre essas duas tradições da pesquisa social. Já que não há quantificação sem qualificação e não há estatística sem interpretação. Gaskell & Allum (2002), questionando a oposição entre a pesquisa *hard* e a *soft*, classifica essa polêmica como estéril afirmando que

As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria [...] Os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados. (GASKELL & ALLUM, 2002: 24)

Neste sentido, priorizamos em nosso estudo um pluralismo metodológico reivindicando uma visão mais holística sobre o entendimento do *real* e uma perspectiva ampla de instrumentos capazes de nos ajudar nessa empreitada. Reivindicamos aqui a

pequena citação de Feyerabend apresentada como uma pequena epígrafe desta seção – a ciência é um empreendimento essencialmente anárquico.

1.4 A imersão do trabalho de campo e os principais “estranhamentos” na pesquisa

Acreditamos que um dos grandes aprendizados que a geografia trás para os pesquisadores que se afiliam a esta ciência direta ou indiretamente é a necessidade constante do trabalho de campo. Mesmo tendo clareza que em determinados momentos da trajetória da ciência geográfica a ferramenta tenha ficado marginalizada, com a emergência, por exemplo, da New Geography e da própria Geografia Crítica, capitaneada por alguns setores mais ortodoxos.

Como tratamos na apresentação acompanhamos a Palmares II há pelo menos 10 (dez) anos. Seja através da militância política ou nas atividades acadêmicas e docentes. Durante este período desenvolvemos pesquisa, atividades de formação política no interior do IALA – Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico, trabalhos de campo de disciplinas ministradas nas instituições de ensino superior que dávamos e que damos aula, além das atividades recreativas que participamos com lideranças e famílias assentadas ao longo desses anos. Para a aplicação dos questionários ficamos no assentamento durante o um mês. Em fevereiro de 2014. Neste processo ficamos alternando entre a agrovila e os lotes agrícolas. Nos dois campos contamos com a ajuda fundamental de um companheiro antropólogo e de alunos da graduação em geografia que participam do Grupo de Pesquisa Territorização Camponesa na Amazônia da UEPA, do qual faço parte.

Duas grandes situações limitantes apareceram no trabalho de campo. Uma primeira relaciona-se a correlação que os assentados e assentadas acabaram fazendo com a equipe de pesquisa. A associação imediata dos pesquisadores ao corpo orgânico do MST foi inevitável. Isso acabou, de certa maneira, trazendo algum tipo de constrangimento para o levantamento das informações junto às famílias que não concordavam com o enunciado político do MST. A outra situação diz respeito aos horários de conversa com os informantes. Como só trabalhávamos durante o dia, por uma questão de locomoção, tivemos alguns problemas para dialogar com as pessoas também. Primeiro que nas casas da agrovila grande parte dos pais de famílias estava para roça (os lotes agrícolas são separados, às vezes, quilômetros da agrovila) ou outra atividade qualquer. Geralmente eram as mulheres que se encontravam em casa durante

o dia. A equipe de pesquisadores era composta por pessoas do gênero masculino. O resultado foi a dificuldade de aplicar os questionários devido algumas mães só falarem à noite quando o marido estivesse em casa.

Já na Transamazônica, no PDS Esperança, fizemos duas incursões para o campo. Uma primeira em 2012 quando ficamos duas semanas na primeira quinzena do mês de julho. Como tinha sido a primeira vez que nos deslocamos para o PDS, optamos por fazer uma espécie de reconhecimento de área, um “sobrevoo”. Um campo preliminar para estabelecer, primeiramente, contatos e identificar a logística necessária para o desenvolvimento do trabalho mais efetivo no retorno posterior. Voltamos em julho de 2013. Ficamos na cidade de Anapu na primeira semana no encontro das CEBs da região e depois nos deslocamos para assentamento acompanhando a 8ª Romaria da Floresta. Lá ficando até o fim do mês de julho. O grande componente limitante que nos deparamos foi a distancia entre as unidades familiares e o relevo acidentado para o nosso deslocamento.

Os elementos de campo serão pormenorizados no momento dos capítulos que tratam respectivamente dos dois “lôcus” de pesquisa.

Capítulo 2 Da “invenção” a legalidade – ação do estado e formação sócio-espacial da região amazônica.

Pedacinhos

Nesta terra tem seres

Comunidades, tanto animais como vegetais

Seguem rumos vitais

Onde estamos?

O que somos?

Pra que servimos?

Eles clamam poucos não ouvem

Nosso espaço sendo analisado

Em papéis

Tomam corpo, vingam

Projetam- se

Nesta terra de ninguém

Eu passo muito mal

Amém!

Quando se tem um “pedaço”

Nada se pode fazer

Pois chega o capital

Sem me deixar colher

Se impondo pela força

Nada me faz temer

Os dias vão passando e eu a morrer

Mas não precisa me enganar

Porque não vou chorar

E você verá o que acontecerá

Pois, com a dor vem o exalar da flor

E vibramos para sua graça se orientar

No agora deste escuro

Salto e me seguro

O sol ainda não clareou

Quando aurora despertar

Só restos sumirão

Despoluindo o meu lugar

Plantações irão vingar

Os meninos comerão

A terra fertilizará

Vida sorrirá

Daremos graças e haverá

Dádivas no meu lugar

(Naldo Maranhão e Antonio Messias)

“É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemática; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos nem pobres. Contratos, sucessão, partilhas aí são desconhecidos; em matéria de trabalho só sabem da ociosidade; o respeito aos parentes é o mesmo que dedicam a todos; o vestuário, a agricultura, o trabalho dos metais aí se ignoram; não usam vinho nem trigo; as próprias palavras que exprimem a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia, o perdão, só excepcionalmente se ouvem. Quanto a República que imaginava lhe pareceria longe de tamanha perfeição!” (Michel de Montaigne¹⁴)

Neste capítulo discorreremos sobre as trajetórias de ocupação da Amazônia. Nosso objetivo nesta reflexão é sustentar a ideia de que o Estado, em diferentes formas e contextos, sempre conduziu a ocupação da região. Inaugurando e fechando para isso, diferentes *fronts*. Ora excessivamente autoritário e militarizado, ora mais “frouxo” e “dando” certa autonomia para os “colonos”, esta instituição modelou, de acordo com seus interesses (que são os mesmos da classe dominante), os processos de regionalização que a Amazônia viu. O resultado disso foi um desencontro entre o *pertencer* ao lugar (sociedade) e as *regionalizações* oficiais (Estado). Evidenciando outra face de sua *condição de fronteira*. Esse perfil é um dos componentes que diferencia, por exemplo, a fronteira amazônica da estadunidense. Uma formada sob um capitalismo burguês. Outra, formada sob o capitalismo autoritário (VELHO, 1974). Vamos à discussão.

2.1 O projeto moderno-colonial e a *domesticação* do espaço

Desde que o projeto colonial começou a partir do século XVI, o que entendemos como Amazônia *hoje* obteve sérias dificuldades de inserção qualificada no território brasileiro *ontem*. Começando que a *hileia* amazônica viu uma gestão diferenciada do restante do *nacional* pela Coroa Portuguesa. O *Estado do Maranhão e Pará* foi

¹⁴O autor escreveu um estudo sobre os índios Tupinambá intitulado “Sobre os Canibais” no século XVI. Neste ensaio, Montaigne comenta vários hábitos dos Tupinambá, como a alimentação, as formas de moradia, o fato de dormirem em redes, os adornos corporais que usam para a guerra e os rituais, as rivalidades com outros povos, a ordem familiar, a posse de bens e os usos cerimoniais da antropofagia. O final do ensaio é um bom exemplo da ironia do escritor. Depois de fazer a defesa dos costumes dos índios, da igualdade verificada entre eles e da concepção de honra e liderança dos “selvagens”, ironizando o preconceito contra a nudez e demais costumes indígenas, arremata: “Tudo isso não é tão mau assim: mas ora! eles não usam calças”.

resultado de um dos vetores fundacionais do território brasileiro, a *ação missionária*¹⁵. Esta, junto com bandeirantismo e a expansão da pecuária, compuseram um tripé de *costura* do que é hoje o Estado Nacional.

Essa Província não fazia parte da mesma gestão do Brasil. Era uma unidade colonial diferenciada do *restante*. E as diferenças não terminam aí. O movimento de ocupação balizado numa estratégia efetiva de domínio e controle sobre esse espaço portou uma característica distinta – a chamada *litoralização*¹⁶. Paralelamente a isso, o *Brasil*, além dessa, viu outras estratégias. A partir do movimento dos bandeirantes e da expansão do gado se efetivou uma *interiorização* da ocupação (MOREIRA, 2014). Enquanto na Amazônia o projeto colonial vinha do interior para o litoral, no Brasil se estabelecia uma ocupação *mais* do litoral para o interior. Essa diferença de *movimento* irá transmitir elementos importantes no processo de produção do espaço no futuro amazônico. Trataremos disso neste capítulo na perspectiva do traçar uma trajetória, resumida é verdade, na (des) construção da Amazônia como *região*, sua relação na consolidação de *fronteira de acumulação* e o estranhamento a esse fenômeno.

Em interpretação similar caminham duas outras autoras, porém por uma lógica distinta. Existia um projeto *endógeno* incutido na compreensão *missionária* sobre a Amazônia. Esse movimento de *litoralização*, na verdade, seria a construção de um processo endogênico na ocupação da Amazônia. Este modelo endógeno dos missionários reside numa compreensão interna ao território fruto de um “contato” com os habitantes locais o que privilegiou uma visão de dentro pra fora e, por conseguinte, de uma autonomia local (BECKER, 2007; MACHADO, 1989). Como vemos sintetizado neste fragmento “(...) visão interna ao território, fruto do contato com os habitantes locais, privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local como ocorreu com o projeto missionário.” (BECKER, 2007: 25).

¹⁵Para uma noção da espacialização das ordens religiosas na Amazônia ler Peregalli (1986). O autor avalia as cartas-régias que dividiam territorialmente as ordens como: franciscanos de Santo Antônio nas missões de Cabo Norte, Marajós e norte do rio Amazonas; Companhia de Jesus nas dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira. Os carmelitas nas dos rios Negro, Branco e Solimões; franciscanos da Piedade nas do Baixo Amazonas, tendo como centro Gurupá (PERAGUELLI, 1986: 37-38).

¹⁶Esse movimento consiste, segundo Moreira (2014), em “transferir as aldeias indígenas do interior para realocá-las em áreas do litoral, numa política de descimento e realdeamento das comunidades do planalto nas áreas marítimas que visa, ao localizá-las junto aos povoados dos colonos aí instalados, facilitar o trabalho de catequese e oferecer ao mesmo tempo força de trabalho e efeito-tampão para esses povoados” (MOREIRA, 2014:13)

Partimos do pressuposto que tanto a *litoralização* como a *concepção endogênica* no projeto missionário eram estratégias de concentração da força de trabalho e, ao mesmo tempo, de defesa e de acumulação (no caso, *primitiva*) de riquezas no território¹⁷. Não eram projetos autônomos nem mesmo um embrião de um poder local na região. Já eram manifestações de um *colonialismo subalternizador* (se é que existe um colonialismo que não seja subalternizador) tanto da natureza como das sociedades.

Concentração de força de trabalho e acumulação de riquezas exigem uma defesa do espaço, ainda mais na existência de populações autóctones indômitas e de potências colonizadoras concorrentes na expansão marítimo-comercial. Tal defesa foi organizada tanto no nível material como ideológico, significando a construção de objetos portadores de tal função e que, ainda hoje, figuram na paisagem amazônica.

Na sua face *material* temos a construção de *fortes* ao longo dos principais rios amazônicos controlando os fluxos que se estabeleciam pela bacia. Uma defesa militar e armada contra possíveis ataques de populações autóctones hostis aos portugueses como também a defesa contra outras potências colonizadoras que disputavam a hegemonia da expansão ultramarina. Por outro lado, a construção de Igrejas (católicas) representava igualmente uma defesa, porém no sentido da imposição ideológica de uma doutrina de matriz ocidental – o *cristianismo*. Na conformação de uma *consciência* cristã conforme uma lógica moderno-colonial de origem ibérica.

Por outro lado, esse mesmo projeto moderno-colonial precisava de um ordenamento de caráter fundiário que pudesse dar suporte ao desenvolvimento de explorações econômicas. Referimos-nos aqui a uma velha instituição conhecida e emplacada pelos portugueses dentro e fora de seu território – as *Capitanias Privadas*. Foram as primeiras iniciativas de ordenamento político-econômico do espaço amazônico após a chegada do invasor português. Eram comumente objetos de refrega por conta das frequentes justaposições de poderes tanto no que se refere ao controle

¹⁷Dentre as Ordens Religiosas que atuaram na Amazônia os Jesuítas, através da Companhia de Jesus, foram os que mais conseguiram acumular terras e índios na Província do Grão Pará e Maranhão. Segundo Souza Jr. em 1720 os índios aldeados por missionários somavam 54.216 distribuídos em 63 missões, sendo que 19 estavam sob o controle dos Jesuítas e os restante dividido entre Carmelitas – 15, Capuchos da Piedade – 10, religiosos de Santo Antônio – 9, Capuchos da Conceição da Beira do Minho – 7 e Frades Mercenários – 3. No que se refere a riqueza reunida pelos Jesuítas no momento do inventário feito no ato de sua expulsão do Grão Pará temos: 25 fazendas, 03 engenhos e 01 olaria. Só no Marajó eles detinham 134.475 cabeças de gado bovino e 1.409 de gado cavalari. (SOUZA JR, 2010:48-49).

sobre os índios como na distribuição de terras. Este embate se dava entre o donatário da capitania, a coroa, as autoridades régias e os superiores das *missões*. Estes sujeitos acabavam entrando em conflito pelo domínio do recurso terra e do monopólio sobre a mão de obra da população autóctone.

Exemplos desse conflito de *territorialidades* foram trabalhados por Chambouleyron (2010). Segundo o autor teríamos uma heterogeneidade espacial dos poderes que se exerciam no Estado do Maranhão e Pará. Destaca-se, de um lado, o controle sobre a mão de obra indígena e, de outro, a questão da distribuição de terras. No que se refere ao domínio dos índios existiam disputas entre os donatários das capitanias e as *missões*. A jurisdição sobre os índios foi concedida e retirada inúmeras vezes às Ordens, em especial à Companhia de Jesus e aos capuchos de Santo Antonio. Um exemplo foi a aldeia do Parijó na Capitania de Cameté, como vemos no trecho abaixo

Ora, como vimos, em 1692, o rei determinava que a jurisdição temporal das aldeias dos missionários jesuítas em Cameté tinha que se limitar aos interesses e aprovação do donatário, pois o rei reconhecia que o senhor da capitania também tinha jurisdição sobre os índios nela. Novamente aqui, poderes de natureza territorial, ambos reconhecidos pelo monarca, justapunham-se espacialmente. (CHAMBOULEYRON, 2010:99-100)

Outra justaposição era em relação a distribuição de terras que também era alvo de disputa entre os sujeitos ligados ao processo colonizatório português. Em princípio se assumia que a concessão de sesmarias era um privilégio do donatário. Contudo, em Cameté a concessão de terras era ligada a Coroa. Como podemos analisar abaixo:

Ora, em 1675, Simão Pedroso, ‘morador na cidade de Belém, capitania do Grão Pará’, requeria ao príncipe a confirmação de uma Lisboa de terra na ‘capitania de Cameté’ que lhe fora concedida pelo governador Rui Vaz de Siqueira (1662-67) [...] Não só o Conselho Ultramarino foi favorável à confirmação, como o procurador da Coroa, consultado como de costume, lembrou que não fosse cultivada, pelo período de dois anos ‘ficaria outra vez na Coroa’ (CHAMBOULEYRON, 2010:100-101)

Como podemos ver existia claramente uma superposição de instâncias de poder sobre a concessão de sesmarias e sobre o controle da mão de obra indígena no Estado do Maranhão e Pará. Daí já se pode ter uma ideia das origens do processo de sobreposição de títulos de terras na Amazônia e, em especial, no Pará. É a origem do chamado

“beliche” fundiário. A pesquisa de Treccani (2009) já aponta tal perspectiva. Ou seja, o Estado do Pará tem sua área oficial em 124.768.951,50 hectares. Em levantamento em 2009 e 2010 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ constatou que sua base territorial em títulos era quase quatro vezes maior do que sua área real (494.786.345,3070 ha). Indicação de um processo violento de grilagem de terras e de sobreposição de títulos que, como vimos, não começa hoje.

2.2 As políticas espaciais de Marquês de Pombal para a Amazônia

Foi só com a gestão de Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em meados do século XVIII no Governo de Portugal como ministro do Rei D. José I que vemos uma hierarquização/centralização através da sistematização de um conjunto de políticas que ficaram conhecidas como *políticas pombalinas* para Amazônia. Essas se estabeleceram no sentido de dinamizar economicamente a colônia significando a melhoria da produção por meio de uma política de incentivo a agricultura, aumento da oferta de mão de obra com inserção do negro através da importação de escravos africanos¹⁸ e um maior controle sobre o espaço.

Uma das faces dessa política relaciona-se a elevação de núcleos urbanos à condição de Vilas e Cidades no sentido de aprimorar a gestão sobre o território. Ao mesmo tempo em que se mudavam os seus topônimos. Foi nesse período que se instituíram as cidades de Alenquer, Aveiro, Prainha, Santarém, Bragança, Óbidos. Todas no Pará e todas homônimas de cidades portuguesas.

Isto é importante porque o “batizado” dos lugares significa um domínio também simbólico sobre esses mesmos lugares. Quando os Jesuítas, antes de serem expulsos de todos os domínios portugueses e terem seus bens confiscados pela Coroa, deixavam o povo nativo estabelecer a toponímia dos núcleos urbanos formados pelas *missões*, estabelecia-se um apoderamento mais qualificado sobre esses lugares. Pombal tratou de mudar isso através de um conjunto de decretos que instituía a substituição desses nomes como uma política de centralização e, mesmo, de maior domínio.

¹⁸A esse respeito consultar a brilhante obra de Vicente Salles, “O Negro na Formação da Sociedade Paraense” (SALLES, 2004).

Podemos, a partir da intervenção de Pombal perceber as primeiras tentativas de conformação da Amazônia como uma *Região*, no sentido clássico de *reger*, processos de regionalização objetivando a *ação e controle* (CORRÊA, 1991).

Não da região como *identidade, espaço vivido* ou mesmo sua construção como uma *entidade de planejamento*, mas, como apontou Bernard Kayser, em tipologia desenvolvida tentando sublinhar certa ideia de transição em espaços centrais e espaços periféricos – a região como um “espaço indiferenciado”, ou seja, áreas que funcionariam como “reservas” ainda intocadas por qualquer atividade econômica de vulto. Ou mesmo a região vista como uma “região de especulação”, isto é, áreas de “enclave” que apresentam um povoamento rarefeito ligado a exploração de algum recurso natural (KAYSER, 1968).

A adoção do Sistema de Capitânias veio, portanto, assegurar a região tanto como *reserva* como *especulação* e garantir de “fato” aquilo que a Coroa Portuguesa havia conquistado de “direito” através do Tratado de Tordesilhas. Solucionando, pelo menos parcialmente, problemas como: a precariedade dos recursos demográficos e financeiros de Portugal frente à grandiosidade dos empreendimentos; a extensão e a tropicalidade das novas terras, que se apresentavam mais hostis aos habitantes com amenidades de latitudes mais elevadas, do que convidativas a novos experimentos agrícolas; a concorrência das possessões asiáticas, muito mais rentáveis; o desafio de potências marítimas emergentes, além daquela já legalmente instalada em territórios sul-americanos como ditavam os diplomas estatais; a diferencial, porém expressiva resistência dos povos autóctones ao invasor (MARTIN, 1993).

2.3 A derrota da Cabanagem e a consolidação do capital mercantil na região – borracha e castanha.

O sintoma de esgotamento das Drogas do Sertão e do projeto pombalino foi a eclosão da Cabanagem (1835-1840). Os “deserdados”, na sua essência índios e negros, levantaram-se e instauraram a maior “revolta regional” do Brasil. Durante cinco anos e três governos cabanos aconteceu uma experiência real de *poder popular* na Amazônia. No dia 07 de janeiro de 1835, data do levante, os Cabanos decretaram independência do Brasil com o assassinato dos principais dirigentes da Província, representantes do poder central, e de inúmeros portugueses que controlavam e concentravam as riquezas.

Domingos Antonio Raiol, o Barão de Guajará, uma das “vítimas” da violência (seu pai foi assassinado pelos Cabanos na Vila de Vigia) e da expropriação (várias de suas propriedades foram tomadas pelos revolucionários) é uma das referências para quem quer estudar minuciosamente o movimento. Em seu clássico *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos políticos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 1835*¹⁹ descreve os principais elementos que envolveram o episódio. Não esquecendo o *lugar* de tal descrição (O Barão era uma das principais lideranças da classe dominante). Raiol caracteriza assim o evento

A anarquia reinava desde o princípio do ano, e o movimento descido à última escala social. Dominavam os turbulentos, os analfabetos, os homens sem conceito, para quem era indiferente a perturbação da ordem pública. Sem terem que perder, êsses indivíduos estavam dispostas a entrar em qualquer aventura que se lhes deparasse. Os motins eram-lhes jogos de azar, nos quais poderia ser-lhes favorável a sorte. [...] como aos referidos desordeiros, que viviam ociosos, fora de seus domicílios, sem amor ao trabalho, exaustos de recursos e sem habilitações. (RAIOL, 1970:805)

A Cabanagem se escalona regionalmente chegando à parte do Maranhão e penetrando no atual Estado do Amazonas. Ganhou a cidade de Manaus no dia 06 de março de 1836 e subiu o Alto Amazonas. Essa “campanha” liderada por Apolinário Maparajuba mobilizou uma tropa de duas mil pessoas e, para alguns autores, como Souza (2009), o movimento cabano ganha ares de guerra de libertação nacional como vemos abaixo

Pelas margens dos grandes rios, subindo o Negro, pelas praias de Maués, nos Autazes, até o Içana, levantes armados com características desesperadas e messiânicas iam levando de roldão os prepostos do continuísmo colonial. A Cabanagem era uma guerra de libertação nacional, talvez a maior que o Brasil já conheceu. Segundo o Coronel Gustavo Moraes Rego, em seu clássico estudo sobre os aspectos militares da Cabanagem, o movimento se distinguia pela ‘efetiva e dominante participação das massas; a ascensão de líderes dos mais baixos estratos da sociedade; a violência sem freios da rebelião e a escala que a insurreição conseguiu, tomando o poder e mantendo-o por um tempo considerável’. Mas os cabanos jamais apresentaram um projeto político, um modelo de sociedade ou um programa de reformas sociais. Embora, agissem com extrema violência e seus líderes proclamassem violentos discursos contra os ricos e os

¹⁹RAIOL, Domingos Antonio Raiol. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos políticos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 1835*. Belém: EDUFPA, 1970. A edição original é datada de 1890. Na edição da editora da UFPA são três volumes e cinco tomos ao todo.

portugueses, em nenhum momento os cabanos trataram formalmente abolir a escravidão [...] (SOUZA, 2009:227).

Conforme o estudioso, não existe realmente nenhum registro de um programa ou de um projeto formal de mudanças para que pudéssemos chamar a Cabanagem de “revolucionária”. Suas principais lideranças eram, na sua maioria, gente oriunda das classes populares e, quando se trata de Amazônia, pessoas com origem negra e indígena. Além disso, havia uma heterogeneidade de aspirações em seu meio. Desde o escravo negro buscando livrar-se dos grilhões que o aprisionava até o branco empobrecido que lutava contra a exploração excessiva dos comerciantes portugueses.

Vale ainda ressaltar que o principal veículo de enunciação não eram livros ou panfletos com *grafias* específicas e especializadas como se fazia na Europa “revolucionária” do XIX. Seguindo a tradição de resistência dos povos autóctones, os cabanos tinham na oralidade sua principal fonte de propagação e difusão de ideais. Talvez aí resida sua força e, ao mesmo tempo, sua fragilidade. Força, porque não se encontravam em nenhum alfarrábio suas táticas, estratégias e princípios dificultando a ação da repressão. E debilidade, porque, para os “homens” da *grafia*, da ciência e da racionalidade o movimento cabano continua sendo desclassificado como um movimento espontaneísta que “não tinha um programa revolucionário” de mudanças.

Apresento aqui essa pequena reflexão sobre a Cabanagem para situar um marco de transformação no cenário espaço-temporal da região. A passagem do vetor econômico marcado pelas Drogas do Sertão para um novo vetor, o da Borracha. Dessa vez, com a instalação de um capital mercantil.

Tal passagem para uma fase “áurea” da Amazônia com o “boom” da borracha se deu mediante os escombros da Cabanagem e o período de um intenso processo de perseguição e repressão aos sobreviventes da insurreição. Para ilustrar, Souza (2009) afirma que a repressão na Cabanagem custou à vida de mais de trinta mil pessoas, aproximadamente um quinto da população da região na época.

A reorganização da sociedade amazônica mais uma vez se deu a partir de violenta militarização sob o comando do Estado. Esse fenômeno que sempre esteve presente na história da Amazônia, dessa vez, foi protagonizado por Francisco José de Souza Soares d’Andrea, Presidente e Comandante de Armas da Província do Pará, em 1838, nos últimos suspiros da revolução. Suas preocupações centrais foram à repressão

e a reorganização da ordem pública com o princípio orientador da negação do absentismo.

Tal perspectiva objetivava a reorganização do trabalho sob o controle do Estado procurando a eliminação do “ócio” e fazendo recrutamento compulsório de mão de obra não-branca para a reconstrução da infraestrutura e para serviços de particulares ligados ao *status quo* da época. O mecanismo encontrado para isso foi o *Corpo de Trabalhadores*. Fuller definiu esse mecanismo como um

[...] instrumento de coerção ao trabalho de “índios, mestiços e pretos não escravos” e sem propriedades ou ocupações reconhecidas como constantes. Instituídos no contexto da repressão ao movimento cabano, os Corpos de Trabalhadores tinham sua existência justificada pelo intuito de evitar que houvesse “vagabundos e homens ociosos” espalhados pela província. Os critérios para definição da noção de ‘ociosidade’ utilizados pelos responsáveis pela criação dos Corpos de Trabalhadores sujeitou uma grande parcela da população não branca ao recrutamento compulsório e alocação de sua força de trabalho ora nas obras públicas, ora para prestar serviços a particulares (FULLER, 2011:52)

Essa “disciplinarização” da força de trabalho foi à marca da transição para fase gomífera. Em 1849, dez anos depois da derrota da Cabanagem, existiam nove Corpos de Trabalhadores mantidos pela Província do Pará, com um efetivo de 7.626 indivíduos relativamente desorganizados pela falta de novos alistamentos e pelo pequeno número de alistados (SALLES, 2004). É no interior desse efetivo que vão ser encontrados os primeiros convertidos em seringueiros para trabalhar e, assim, dinamizar o novo vetor econômico para região. Paralelamente a isso, 1850 se torna um ano importante em dois aspectos. Primeiro com a proibição do tráfico negreiro e, depois, com o estabelecimento da Lei de Terras no Brasil.

Para Amazônia isso significou novos ares de uma relativa modernização capitalista. Os grandes investimentos, antes empregados no comércio de escravos, são reconduzidos e investidos em atividades agora mais rendosas como bancos, empresas de navegação, indústrias e companhias de comércio. Outra articulação associada a essa modernidade é a avalanche de pesquisadores que adentram a floresta na primeira metade do século XIX com intuito de pesquisar as características naturais da região associadas à intenção de controlá-las por parte das potências imperialistas da época, já

prevendo o potencial de acumulação que essas riquezas poderiam trazer²⁰. Eram os chamados “naturalistas” na Amazônia. Com destaque para Alexander Von Humboldt, que em 1800 foi detido por tropas portuguesas e impossibilitado de penetrar no rio Amazonas, acusado de ser um agente a serviço dessas potências.

Os ares de modernização do território rebatem no espaço amazônico a partir dos seguintes elementos: i) fragmentação territorial. Temos a instalação efetiva da Província do Amazonas em 1852 redesenhando a correlação de forças entre a elite local articulada com a internacional; ii) introdução da navegação à vapor. Novo sistema técnico de transporte introduzido nos rios da Amazônia através da Companhia de Navegação do Barão de Mauá; iii) isso possibilitou maior circulação, além das mercadorias, notavelmente a borracha, de pessoas e informação. Novas ideias começaram a *circular* embaladas pelos novos imigrantes sejam eles europeus ou mesmo de mascates de origem hebraica e árabe que começaram a explorar os comércios nos regatões²¹ e, por fim, na estrutura fundiária que através da Lei de Terras dá acesso à terra e, logo, aos seringais, a um substrato importante da elite.

A Amazônia, neste momento, deixa ser um mero espaço de suprimento para a subsistência da metrópole e passa a se integrar, diretamente, ao circuito internacional de acumulação. Ao mesmo tempo, essas condições autorizam autores como Trindade & Oliveira (2014) a sustentarem que, já neste momento, teríamos a presença de uma “economia regional”. Por dois fatores

i) O ciclo econômico da borracha estabeleceu uma rede de ligação entre os dois maiores núcleos citadinos da Amazônia: Belém e Manaus. Diversos pontos interioranos de contato entre as áreas de produção e os portos de escoamento conformam a malha regional; ii) as relações e condições de exploração econômica, assim como a sua integração à economia nacional, eram semelhantes: marcadamente fundadas em maior interação com as economias forâneas e centradas no extrativismo com o uso do ‘aviamento’ nas relações de trabalho. (TRINDADE & OLIVEIRA, 2014: 23)

O aviamento, por sua vez, consiste numa relação específica entre capital e trabalho onde os sujeitos ligados ao capital “aviam”, conseguem os instrumentos

²⁰A esse respeito consultar o excelente artigo de Aluísio Leal, Uma Sinopse Histórica da Amazônia – uma visão política (2010).

²¹Embarcações cheias de mercadorias que eram oferecidas nos mais distantes rincões da Amazônia para populações que não tinham acesso ao comércio nas cidades.

necessários para o desenvolvimento da atividade produtiva. No caso da economia gomífera eram: querosene, armas, munição, charque e farinha (dieta básica do seringueiro), anzóis e rede de pesca, etc. Enquanto que os trabalhadores, ao retirar a seiva da seringa, defumam e entregam no “barracão”. A dívida com os instrumentos é descontada e o que sobra é pago para o seringueiro. Como os valores cobrados por esses instrumentos são bem maiores do que é pago pela seringa, a consequência é um sistema de endividamento contínuo, gerando no interior do seringal uma lógica de dependência perversa. O que se classifica atualmente como “escravidão por dívida”.

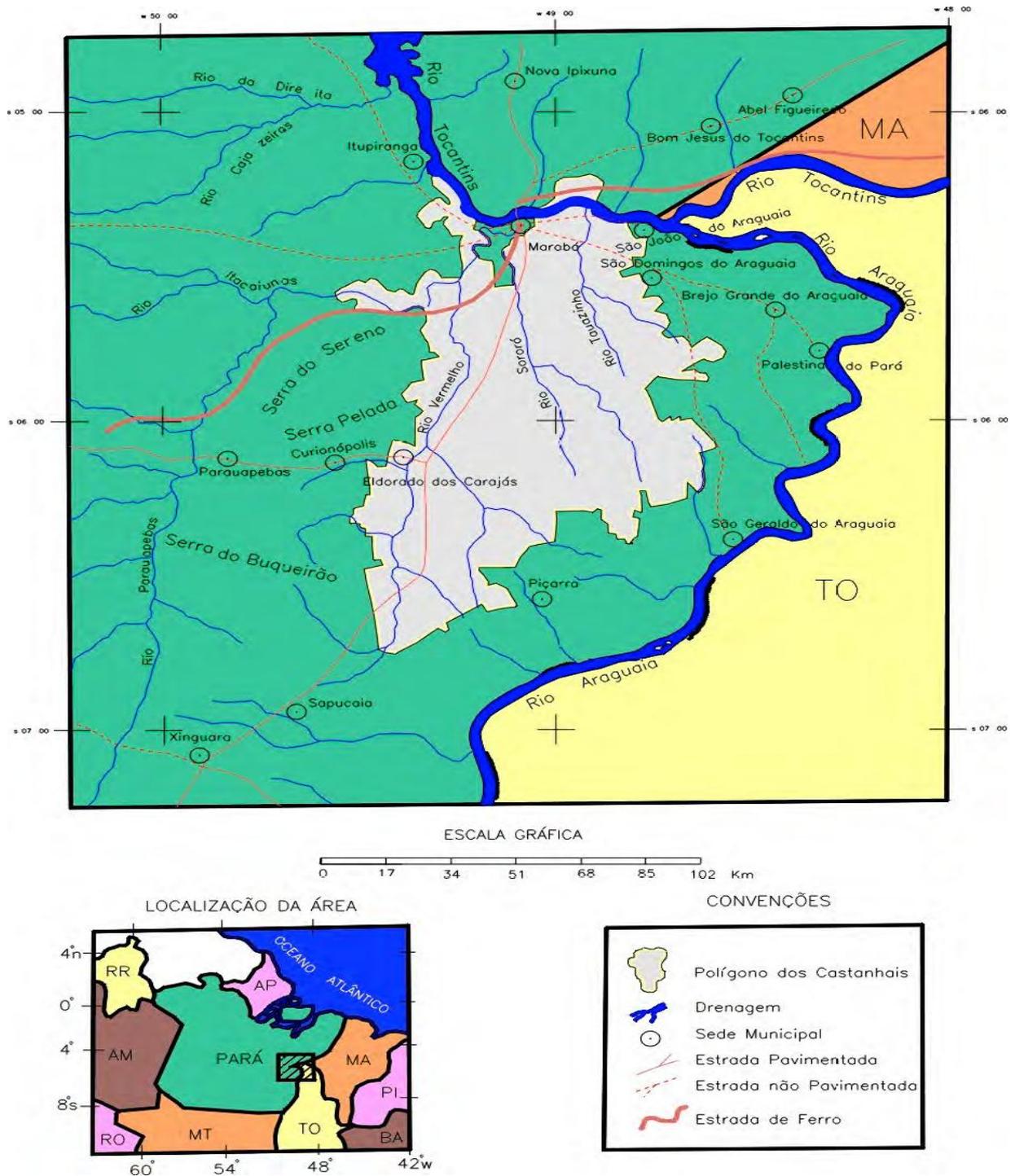
E o papel do Estado nesse tipo de relação entre capital e trabalho? Nosso entendimento é que não havia uma “ausência” dele na região. Existia uma presença seletiva que priorizava determinadas camadas sociais e alguns setores da vida econômica. Como podemos confirmar na reflexão de Loureiro sobre a economia extrativista

O que ocorreu é que o Estado superprotegeu os negócios da burguesia, investiu no lugar dela e nada lhe cobrou ou orientou. A acumulação da burguesia se processou, exclusivamente, com base na exploração excessiva da força de trabalho, no que encontrou total apoio do Estado. Os lucros exorbitantes da burguesia resultaram do simples achatamento salarial e do sistema que o suportava – a dívida com o barracão. Se os salários tivessem sido regulados pelo Estado e fixados em pisos mais elevados, os empresários teriam necessidade de introduzir procedimentos tecnológicos mais avançados, com vista a continuarem garantindo uma boa margem de lucro, sem a superexploração do trabalho [...] (LOUREIRO, 1992:40)

A mesma cantilena pode ser aplicada à lógica da Castanha que tinha seu domínio principalmente no Sul e Sudeste do Pará numa área conhecida como Polígono dos Castanhais²². Essa atividade econômica se desenvolveu a partir da década de 1920. No final do vetor econômico da borracha, a castanha do Pará foi responsável pela garantia da acumulação primitiva na região. Não conseguiu ter a mesma envergadura, porém supriu uma lacuna econômica importante e foi responsável pela reestruturação socioespacial nesta mesma região.

²²Polígono dos Castanhais: denominação dada a área de terra localizada no Sul e Sudeste do Pará, abrangendo partes dos municípios de São João do Araguaia, Marabá, Curionópolis, Parauapebas, São Geraldo do Araguaia e Xinguara, com aproximadamente 1.694.568 ha, caracterizada pela maior concentração de castanheiras (*Bertholletia excelsa*) na época ganhando a adjetivação de Castanha do Pará.

Figura 4 Mapa do Polígono dos Castanhais no Sudeste do Pará.



Fonte: Sampaio, Sandra M^a; et all (2000)

Cabe aqui uma diferença central. A lógica de acumulação da agricultura é diferente da extrativista-mercantil. Na lógica agrícola, a terra é o meio de trabalho essencial. É o objeto e o produto do trabalho. Beneficia-se e ao mesmo tempo retira dela seus frutos. Numa economia extrativista mercantil o objeto do trabalho e da troca são os frutos da própria terra. O que já está nela. Nas florestas e nas capoeiras. São esses produtos que são objetos diretos da apropriação. Para isso, segundo Emmi (1989), o “capital comercial é fator determinante”, porém é determinante na “medida em que o controle da terra e dos meios de transporte não lhe fuja” (EMMI, 1989:03). Mesmo não sendo proprietário, este capital comercial precisa controlar a terra para garantir o trabalho de coleta e o primeiro beneficiamento (a produção). O transporte também é estratégico e visa garantir a circulação e o que possibilita o processo de comercialização. Para soldar esses pontos, os capitalistas comerciais da borracha e da castanha tiveram que se

[...] articular com os que tinham o controle da terra e dos meios de transporte através do aviamento ou passar a exercer diretamente esse controle, o que não implicava necessariamente na propriedade da terra no sentido estrito. É o controle exclusivo da terra que se constituía na forma de dominação dos trabalhadores, obrigando-os a subordinar-se ao patrão para poder exercer seu trabalho. (EMMI, 1989:03)

O que queremos afirmar aqui é que, ao contrário do nordeste açucareiro ou do latifúndio pecuarista no Marajó, onde a propriedade fundiária determinou a afirmação da dimensão política e de suas lideranças (caso do coronelismo)²³. Na Castanha e na borracha foi capital comercial que aproximou os exportadores do poder político e de “onde resultou a constituição dos grandes latifúndios indispensáveis para a sustentação e o desenvolvimento desse poder” (EMMI, 1988:04). Retomaremos este debate quando trataremos da formação das regiões Sul e Sudeste do Pará no capítulo 04 (quatro).

Mais uma vez aqui seja num caso ou no outro a cobertura e ação do Estado são fundamentais para garantir o processo de acumulação e o controle estratégico sobre o território. Sendo que no Brasil e em particular na Amazônia temos uma especificidade

²³Victor Leal define o Coronelismo como o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo à uma estrutura economia e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja a hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1978:20)

que é o Estado antecedendo a formação e consolidação de uma sociedade civil organizada. Nas fronteiras do capital isso se observa com maior intensidade e a necessidade de uma regionalização de cima para baixo é imperativa. Veremos na sessão seguinte como a formação do estado tem relação direta com a Questão Agrária.

2.4 Estado brasileiro, Questão Agrária e a Amazônia

Segundo Vianna (1999) no Brasil, o Estado antecede os grupos de interesses e se torna, no decorrer do tempo, praticamente autônomo em relação à sociedade civil. Por isso, esse mesmo Estado estaria empenhado na realização de objetivos próprios de seus dirigentes. Complementando a reflexão de Vianna, Bakunin afirma que a origem dessa casta que se instala e comanda o estado está nas classes privilegiadas. Como vemos na assertiva a seguir “O Estado nada mais é do que o verdadeiro representante político das classes privilegiadas, e que estas últimas representam perfeitamente a vida social do Estado.” (BAKUNIN, 2003:17)

A administração pública, assim, é vista como um bem em si mesmo e por isso é convertida em um patrimônio a ser explorado por eles (classe dominante). O resultado dessa situação foi uma sobreposição de elementos, uma verdadeira inversão da lógica republicana, o que Vianna (1999) ilustra como “um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o primado do direito administrativo sobre o direito civil, a forma de domínio patrimonial-burocrático”.

Para essa característica específica do Estado, Faoro (2008) apoiando-se em Weber chama de caráter *patrimonialista* dessa instituição. Por sua semelhança com o modo de produção asiático é também chamado de Oriente Político (VIANNA, 1999). Teria sua herança a partir da colonização ibérica e transplantada para o continente latino-americano, especialmente ao Brasil. Isto se deu na avaliação de Gonçalves (2007) devido ao fato de sermos fruto da “expansão do moderno sistema mundial, centrado na Europa”, assim nós “não fomos nação antes de sermos colônia. Nascemos colônia. A formação da sociedade brasileira não foi um processo autônomo” (pag.15). Essa herança patrimonialista transplantada apresenta duas características essenciais: i) a noção que o interesse particular, para ter legitimidade, deve se mostrar compatível com o interesse da comunidade nacional (e regional); ii) não se teria uma fronteira clara entre

a esfera pública e a esfera privada. Assim, por conta da confusão de esferas individual e coletiva, público e privado, o que é específico e o que é geral, Vianna fala sobre isso como uma metafísica na origem do capitalismo brasileiro

O capitalismo brasileiro, originário dessa metafísica, seria, pois, politicamente orientado, uma modalidade patológica de acesso ao moderno, implicando uma modernização sem prévia ruptura com o passado patrimonial, o qual, ademais, continuamente se reproduziria, na medida em que as elites identificadas com ele deteriam o controle político do processo de mudança social. (VIANNA, 1999:36)

É nesse controle político da mudança social que a questão agrária no Brasil se envolve num manto de opressão e obscurantismo. Sua solução parece hibernar e se liga profundamente ao elemento institucional, com as exceções colocadas em prática pela ação direta da organização dos camponeses, a reforma agrária no país parece que descansa no berço do *patrimonialismo* do Estado brasileiro. Tal reflexão se apoia na análise de Vianna ao discutir a questão “[...] onde não se conheceu o direito a propriedade individual, direito que, desde os gregos, nasce com o Ocidente, é então prisioneira do ângulo das instituições políticas, crucialmente do Estado, e aí que provém sua ênfase na reforma política e não na reforma social” (VIANNA, 1999:36).

Recentemente vem se construindo um grupo de intelectuais²⁴ cuja tese máxima é de que no Brasil a reforma agrária perdeu o seu sentido. Essa construção vem ganhando reverberação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da ministra Kátia Abreu²⁵, e ilustra bem a lógica patrimonialista do estado brasileiro e sua ênfase na reforma política.

É nessa perspectiva política que se criam os laços da dependência e tutelação tão comuns no mundo agrário brasileiro e amazônico. No processo sistemático de subalternização dos camponeses em relação aos grandes proprietários de terra através da captação da renda da terra. Seu desenvolvimento acaba sendo resultado de uma polaridade que marca o campo brasileiro, o que Vianna chamou de “atraso e moderno,

²⁴Dentre esses intelectuais destacamos Antonio Marcio Buainain e Zander Navarro que organizaram um livro recentemente que demonstra bem esse tipo de posicionamento em relação a reforma agrária. Ver BUAINAIN, Antonio Marcio (Org.); ALVES, Eliseu (Org.); SILVEIRA, José Maria F. J. (Org.) ; NAVARRO, Zander (Org.) . O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola. 1. ed. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2014. v. 1. 1159p.

²⁵Em entrevista a Folha de São Paulo, a Ministra recém empossada, esclarece seu posicionamento. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>

representação e cooptação, ordem racional-legal e patrimonialismo e acaba apontando para uma composição ambígua dessas polaridades, imprimindo à matriz do interesse a marca de um particularismo privatista” (pag.38).

Assim, o “desenvolvimento do campo brasileiro” combinaria uma arquitetura liberal com o instituto da escravidão e com a organização social de tipo patrimonial. Este tipo de desenvolvimento não está circunscrito apenas ao espaço rural mais sim a todo Estado Nacional brasileiro. Sua gênese é constituída deste componente “complexo e autoritário” (GONÇALVES, 2007:15). Esta seria uma ordem para Gonçalves (2007) proposital, justamente para se conciliar as novas ideias liberais com elementos retrógrados, como a escravidão e forjar os primeiros traços da identidade nacional.

[...] o transplante da Corte portuguesa não permitiu a criação e o surgimento de um Estado que agregasse os valores e as formas de organização política da população nativa existentes à época. Ao lado de um Estado concentrador e centralizador de poder, acrescentamos a ideia de patrimonialismo e a concepção de público e privado na organização da estrutura sócio-política brasileira. A confusão intencional entre ordem pública e ordem privada pelos dirigentes políticos do Brasil colônia marcam definitivamente os limites e contornos da incipiente identidade nacional (GONÇALVES, 2007:15)

É nesse contexto que se insere a questão agrária e regional no Brasil. Sabemos que essa questão é bem anterior ao século XX, mas iremos fazer um recorte temporal a partir deste século. No início do século XX temos as oligarquias regionais territorializadas sobre uma concentração de terras jamais vista (uma das maiores do mundo) e alicerçada numa cultura política que predomina a lógica do favor sobre a do direito, o clientelismo sobre a ação política. É a lógica patrimonial do Estado brasileiro.

A partir da década de 1950 este quadro começa obter algumas mudanças com a organização de camponeses e trabalhadores rurais no Brasil. Novos protagonistas começam a brotar no campo, como as Ligas Camponesas e o próprio Sindicalismo Rural, se organizando em nível nacional. Presenciamos, então, um deslocamento da escala geográfica da ação política desses sujeitos (PORTO-GONÇALVES, 2005) de uma atuação localizada para uma perspectiva nacional, frente à necessidade de rompimento com a condição insular de suas lutas transformando-as em uma demanda nacional. Assim, a reforma agrária transforma-se numa necessidade da nação brasileira.

Paralelamente a isso, vemos no território nacional a marca da modernização autoritária. É quando se observa um surto industrializador, impondo uma nova divisão territorial do trabalho, esquadrihando-se as rodovias para a integração, criam-se

grandes projetos energéticos para atender a demanda da matriz industrial eletrointensiva, articulam-se agências e instituições financeiras para dar suporte aos projetos que se programam, intensificam-se os fluxos migratórios e acelera-se a modernização conservadora no campo brasileiro, inclusive com seu vetor tecnológico característico da revolução verde.

Essa industrialização, agora nacional, impõe para a Amazônia na segunda metade de 1940 uma nova demanda crescente de borracha, impulsionada principalmente pela nascente indústria automobilística. Como o preço da seringa no oriente custando a metade da produzida na floresta amazônica, começou uma pressão sistemática dos industriais para a diminuição desse preço. A elite gomífera, por sua vez, foi naturalmente contra a proposta da indústria. O que instalou um desconforto entre frações burguesas nacionais.

O Estado, por sua vez, agiu no sentido de debater um projeto voltado para a valorização econômica da Amazônia. Instituiu-se uma Comissão Executiva Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia²⁶ em 1947 e na discussão, mais tarde, evoluiu para uma Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 como um órgão executor do Plano. A assertiva abaixo confirma o contexto que estamos descrevendo

Em 1953, finalmente, cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) como primeira tentativa de planejamento do desenvolvimento na região, nascendo de iniciativas do Governo Central a partir de relutantes pressões da sociedade amazônica, mais especificamente de sua classe dominante que buscava defender interesses próprios e impedir o espírito industrializante do cenário nacional alterasse seu *status quo* no cenário regional. (TRINDADE & OLIVEIRA, 2014:40)

Os objetivos da SPVEA vão ser centrados em alguns elementos que, ainda hoje, são perseguidos pelos planejadores e burocratas da capital federal. São eles

i) Política de ocupação populacional via plano de imigração, inclusive estimulando as populações autóctones; ii) o estudo da riqueza mineral do subsolo, o que é premonitório em relação ao atual ciclo mineral;

²⁶Fenômeno semelhante viveu a região nordestina com a formação da GTDN – Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste coordenado pelo Professor Celso Furtado e que irá dar origem a SUDENE em 1951. Ver BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Regional (GTDR). **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE/MI, 3ª Ed, 1978.

iii) a organização do fomento à pecuária e à mecanização intensiva dos serviços de campo e agrícolas; iv) construção de rodovias e ferrovias. Além desses eixos, o Plano apontava outros dezoito objetivos, porém vale observar que os eixos centrais foram e são a base da moderna ocupação econômica da Amazônia brasileira. (TRINDADE & OLIVEIRA, 2014: 49)

Com o golpe cívil-militar em 1964 e a necessidade de renovação do discurso *modernizador* por parte dos sujeitos ligados a ditadura através de reformas na estrutura econômica nacional se recria a SPVEA, agora (1966), com outro nome – SUDAM.

Articulado as superintendências de desenvolvimento regional criam-se instituições financeiras para dar suporte aos projetos aprovados. É o caso do Banco de Crédito da Borracha – BCB. Instituído por indicação dos Acordos de Washington²⁷ (1942) e refletindo uma preocupação com as movimentações oriundas da compra e venda da borracha no Brasil. Com fim da segunda guerra e o esgotamento da borracha, o BCB necessita igualmente se reformular se adequando, agora, a um processo gradativo de diversificação das atividades na região e passa a se chamar Banco de Crédito da Amazônia – BCA em 30 de agosto de 1950 através da Lei 1.184. Suas principais missões estavam relacionadas “as atividades industriais, comerciais e produtoras da região amazônica e as concernentes ao comércio e a industrialização da borracha no território nacional” (TRINDADE & OLIVEIRA, 2014:45). O nome desse banco hoje é BASA – Banco da Amazônia.

Hoje temos uma nova fase desse surto modernizador, mas não deixa de ser o mesmo surto modernizador de outrora, só que com novos sujeitos e com cenários diferentes. É o que avalia lucidamente Porto-Gonçalves no fragmento abaixo:

O que vem ocorrendo no mundo rural brasileiro é uma nova fase de um longo processo histórico de moderno-colonização [...] as implicações são muito diversas [...] Em contextos autoritários, como o da sociedade brasileira, essa moderno-colonização tecnológica reforça o poder daqueles que já têm poder, ao tornar os latifúndios ainda mais produtivos. É ao que se assiste com um novo ciclo de expansão capitalista no campo brasileiro [...] através de fortes alianças que se

²⁷Um conjunto de acordos feitos entre Brasil e Estados Unidos ao longo da Segunda Guerra Mundial (28 no total). Desses 14 eram sobre borracha e os outros 14 relacionados a aniagem, arroz, babaçu, cacau, café, castanha, cristal de rocha, ipecacuanha, linters de algodão, mamona, mica, minério de ferro, pirêtro e timbó. Sobre a borracha os principais pontos foram que o Brasil concordaria em vender e a Rubber Reserve Company em comprar toda a borracha excedente às necessidades do consumo interno. Foi concedido um crédito de cinco milhões de dólares, e aplicado no imediato desenvolvimento da produção, considerando-se não somente a melhora da sua qualidade como das condições gerais da região e do trabalhador, através de um plano sistematizado. (OLIVEIRA, 2003)

forjaram no mundo civil entre os capitalistas agrários e os industriais, entre os capitalistas nacionais e as grandes empresas multinacionais (Sadia, Maggy, Perdigão, etc.), com instituições de pesquisas nacionais (EMBRAPA, etc.), com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional (Bradesco, Itaú, etc.) que, como é sabido, contou com um forte apoio institucional internacional (BID, BIRD, Fundação Rockefeller, etc.) (PORTO-GONÇALVES, 2005:12)

Podemos apontar, então, que temos uma nova configuração das classes e de sua luta no campo brasileiro a partir da feição monopolista que o capitalismo assume. Assim, o caráter autoritário desse modelo de desenvolvimento permanece não só nacionalizando a questão agrária, mas, também, mundializando-a. Temos, agora, associado aquela velha oligarquia rural patrimonialista brasileira, os agentes do agronegócio “moderno” sejam eles nacionais ou internacionais. Por outro lado, se apresentam novas formas de organização dos camponeses como o MST, os Movimentos Quilombolas, Ribeirinhos, Indígenas, Pescadores, Extrativistas.

2.5 O estranhamento do lugar: a reificação da fronteira ou “quem” é a região?

O desencontro entre o pertencer a um lugar e a regionalização oficial-institucional é comum na Amazônia. Fruto do processo modernizador do desenvolvimento, a tensão entre o pertencimento e o planejamento exógeno gera consequências. Uma delas pode ser vista quando dialogamos com pessoas em cidades médias e grandes do Estado do Pará e perguntamos sobre a Amazônia. Ela figura externamente aos indivíduos. Dizem: "Lá na Amazônia"; "Quando chegarmos à Amazônia". São narrativas que, mesmo o cidadão sendo da Amazônia e vivendo na Amazônia, expressam uma espécie de esquizofrenia espacial²⁸. O mesmo se constata quando conversamos com camponeses, ribeirinhos ou agricultores: "tu és de Belém?"; "tu vais para a cidade de Marabá?". Mesmo que os camponeses habitem áreas na margem de rios ou insulares dessas cidades, que fazem parte da malha urbana. Existe uma narrativa entre os sujeitos que reflete uma alienação espaço - regional.

²⁸Segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, esquizofrenia significa uma “doença mental complexa, caracterizada, por exemplo, pela incoerência mental, personalidade dissociada e ruptura de contato com o mundo exterior.”. Ver em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=esquizofrenia>. O que chamamos aqui de esquizofrenia espacial é uma ruptura de contato com sua região, mesmo estando nela, o indivíduo ou grupo não se encontra com ela.

Partimos da hipótese que a Amazônia, mesmo no século XXI, é vista sob o paradigma da *região natural*. É como se os indivíduos que vivem na cidade não morassem na região, pois Amazônia significaria um meio geográfico “natural” ou “pré-técnico”. O mesmo se aplica ao homem do campo. Se o espaço for dotado de uma densidade técnica um pouco mais forte, ele não pode ser relacionado à Amazônia, pois a mesma viveria sob uma espécie de "ditadura da natureza", usando uma expressão de Milton Santos (2006).

Esse fenômeno tem origem nas visões distorcidas historicamente para a Amazônia. Seja como uma grande "periferia exótica" ou como um lugar onde se realizarão as "utopias". O rebatimento dessa Invenção da Amazônia (GONDIM, 2007) provoca desdobramentos na Análise Regional. Debruçar-nos-emos nesta tese sobre duas delas. Primeiro, na compreensão teórico-metodológica do que seja região e regionalização na/da Amazônia a partir da construção das políticas territoriais e regionais pós - 1960 com ênfase na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNRD) a partir de 2003. E, por fim, estabeleceremos um diálogo entre região/regionalização e a sociedade de fronteira da Amazônia paraense.

2.6 Pequena trajetória contemporânea na (de)formação da Região Amazônica (1960 aos dias atuais)

A partir da década de 1960, a Amazônia viu um conjunto de políticas territoriais sendo implementadas que irão reorientar sua articulação interna e sua relação com o de “fora”. São mudanças estruturais que, segundo Becker (2007), incidirão em vários campos da produção do espaço amazônico. Uma primeira seria a conectividade. Até a década de 1950, a Amazônia, fazendo jus à lógica do "arquipélago econômico", pouco se articulava ao conjunto do território nacional. Suas relações eram voltadas quase diretamente a Europa. A orientação *rodoviarista* que tomou cujo exemplo principal é a Belém-Brasília (1959) e a implantação da EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações) em 1965 contribuem para uma relação mais forte com o “nacional”.

Outra mudança estrutural está relacionada à dimensão econômica. A matriz extrativista vegetal que perdurou durante séculos é substituída por uma avalanche de indústrias mínero-metalúrgicas. Já a estrutura do povoamento também é alterada. O fenômeno da migração e o aparecimento dos núcleos urbanos ao longo das rodovias são

expressões de um novo conteúdo ao processo de urbanização. Por fim, houve também uma mudança na organização da sociedade civil amazônica. Os instrumentos de participação dos atores se refinaram. Os diversos movimentos territoriais e socio-ambientais existentes hoje na região demonstram uma tomada de consciência relativa por parte de seu povo.

Percebemos que essas mudanças estruturais fazem parte de um projeto exterior, exógeno a região. São elementos de ordem técnica, política, econômica e social que são introduzidos, de cima para baixo, que alteram consideravelmente a percepção sobre o espaço amazônico. É nesta perspectiva que a região é (des) construída. É essa orientação que as políticas de desenvolvimento regional tomam nas décadas de 1960 e 1970. Sua perspectiva uniescalar não potencializa o aprendizado e o refinamento que a sociedade civil amazônica teve exatamente com essa visão autoritária, hierárquica, externa que a região se deparou desde que o projeto colonial europeu se estabeleceu. Aliás, é este projeto que pela primeira vez diferencia espacialmente o “velho” mundo (Europa) do “novo” mundo (América), inserindo nosso continente numa “regionalização”, que nos dá a possibilidade de ter uma “dignidade geográfica” comparável, inclusive, ao “velho” mundo.

O sentido de “novo” esboça, também, a ideia de modernidade, de *devir*, o que aumenta a necessidade de ocupação. Para Bruno Latour, independente da quantidade de definições que existem sobre modernidade (que são muitas), todas elas apontam para a “passagem do tempo”, o que significaria uma espécie de ruptura com o arcaico, com o antigo

Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. “Moderno”, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos. (LATOURE, 1994:15)

Essas duas assimetrias apontadas por Latour nos permite entender que o projeto de modernização para a Amazônia, ao propor mudanças estruturais, como a conectividade (hidrovia para rodovia); a mudança na matriz econômica (extrativismo

vegetal para vegetal-mineral); as mudanças no padrão de povoamento e o refinamento da organização social são embates colocados no seu interior. O marco *temporal*, significando uma ruptura entre o passado e o presente e o marco da *disputa* entre o antigo e o moderno. Neste sentido, a con-formação da Amazônia como Região é definida no que Corrêa (1991) qualifica como uma entidade de ação e controle. Assim, a Amazônia passa por uma domesticação de seu espaço para desenvolver projetos que ampliam a acumulação de capital no interior do estado nacional brasileiro. Tal perspectiva é confirmada por esse fragmento

A ação e o controle sobre uma determinada área quer garantir, em última análise, a reprodução da sociedade de classes, com uma dominante que se localiza fora ou no interior da área submetida à divisão regional ou, como se refere a literatura, à regionalização. Esta distinção parte da aceitação explícita ou implícita da diferenciação de áreas ao longo da história. A sua ratificação ou retificação se dá a cada momento, conforme os interesses e os conflitos dominantes de cada época. São eles que, por outro lado, levam as unidades territoriais de ação e controle, as regiões, a serem organizadas de modos diferentes: de um lado, a partir de um governo de nível hierárquico inferior ao do núcleo de dominação; de outro, de um mais ou menos complexo sistema de planejamento espacializado. Ambos cumprindo o papel de ação e controle. Neste exemplo, o Estado, surgido dentro do modo de produção dominante, é o agente da regionalização. (CORRÊA, 1991: 48)

Para justificar a intervenção exógena, do “núcleo de dominação” e de um projeto de “planejamento espacializado” desenvolveram-se ideologias que remetem a Amazônia a uma concepção de região que é pautada no paradigma da “região natural”²⁹. A grande máxima que sintetiza tal concepção é a visão da região como um grande “espaço vazio”, ou seja, um grande “vazio” demográfico que “precisa ser ocupado antes que possamos perdê-lo para potências inimigas”. Tal ideologia se materializa na célebre frase do presidente militar Emílio Garrastazu Médici que, ao sobrevoar a transição do Meio Norte para Amazônia, filosoficamente, sentencia – homens sem terra (do nordeste) para terras sem homem (da Amazônia). São essas “leituras” que acabam construindo uma representação sobre Amazônia que, antes de tudo, é uma representação sem seres

²⁹Entendemos “região natural” de acordo com Bezzi onde a mesma seria “autoevidente”, ou seja, “a região era percebida concretamente, uma vez que podia distingui-la na paisagem”. (BEZZI, 2004:39). Ou ainda no que desenvolvemos em outro trabalho: “A região natural é a região do determinismo ambiental. Produto do século XIX, seu principal precursor foi Frederick Ratzel. Suas principais referências vêm de um tripé do conhecimento biológico: Lamarck (1744-1829); Darwin (1809-1882) e Spencer (1820-1903). Nesta base, Ratzel relacionava seus conhecimentos geográficos e políticos com o desenvolvimento das teorias evolucionistas.” (BRINGEL, 2012:108)

humanos, numa leitura idílica sobre o espaço, o que representa o que há de mais tradicional, de antigo no sentido dado por Bruno Latour.

Outra possibilidade de análise que se coloca a partir dessas assimetrias é entender o porquê do que chamamos aqui de *esquizofrenia espacial*. Quando as inovações técnicas não surgem a partir da identidade³⁰ do lugar, como é o caso do projeto do moderno para Amazônia, o resultado são inferências técnicas exteriorizadas as pessoas e aos grupos sociais e o resultado disso é o estranhamento e, mesmo, a alienação de seu próprio espaço. Por outro lado, esses mesmos sujeitos, sejam eles individuais e coletivos, ao não se reconhecerem no objeto regional acabam desenvolvendo estratégias de resistência por uma perspectiva teleológica. Pensar a partir dessa observação seria atentar para as motivações desse fenômeno. Temos claro que o que molda a consciência crítica desses sujeitos são as suas próprias relações sociais. Como falou Proudhon “o ideal nada mais é do que uma flor, cujas condições materiais de existência constituem a raiz” (PROUDHON *apud* BAKUNIN, 1988: 15). No entanto, tal perspectiva não exclui o entendimento teleológico sobre o espaço, que nada mais é do que

Um atributo da consciência, a capacidade de pré-idear, de construir mentalmente a ação que se quer implementar. Portanto, é um predicado específico do homem, um elemento mesmo de definição do estatuto de “humano”. A consciência está sediada, em termos estritos e absolutos, no ser individual. As tentativas de alçá-las a plano supra-individual implicaram fetichizações, empobrecimentos e idealizações do fenômeno. Não existe “consciência coletiva”, mas valores sociais – como a consciência de classe que amarram diferentes indivíduos em projetos políticos comuns. (MORAES, 1996: 16-17).

Quando se adquire esses valores que Robert de Moraes nos fala acima, sobretudo, o que chamaremos aqui de “valores regionais” pelo viés da identidade o conflito logo se instala. Estamos falando da formação de uma região *na* Amazônia entrando em conflito com uma identidade *da* Amazônia. O que seria equivalente a uma “invenção” de uma identidade nacional e, também, latino americano. Renato Ortiz

³⁰Compreendemos o termo identidade similarmente ao que desenvolveu Dubar (1998): “sentido particular de articulação de um tipo de espaço significativo de investimento de si com uma forma de temporalidade considerada como estruturante em seu ciclo de vida”. Numa escala local a análise que desenvolveu Guerra (2002) onde essa identidade passa pela representatividade que os camponeses têm entre os personagens da sociedade global e suas características e das possibilidades que os camponeses têm de reproduzir-se enquanto ator econômico e político e, ainda, de participar efetivamente no processo de desenvolvimento da sociedade.

(2002) ao refletir sobre esses elementos formula a seguinte questão: “Na América Latina, a mistura de povos oriundos de horizontes distintos, trazia certamente problemas. Como imaginar uma nação moderna em países compostos por índios e negros?” Poderíamos, então, formular uma questão similar: como imaginar uma região de uma nação moderna cuja base é essencialmente indígena? Essa ambiguidade irá permear o posicionamento dos indivíduos e dos grupos. E aí talvez esteja a chave para entendimento da “esquizofrenia espacial”. Afirmar a identidade amazônica é reivindicar os elementos pertencentes ao campo do tradicional, porém o ideário nacional sempre foi modernizante. O campo do tradicional sempre foi perturbador para a lógica do “desenvolvimento”. Podemos perceber isso na contribuição de Ortiz

Contrariamente à realidade europeia, na qual a cultura popular encontrava-se ameaçada pela modernização da sociedade, na América Latina a tradição é algo presente na história. O folclorista europeu lutava para preservar nos museus a beleza morta de uma cultura popular em desaparecimento. Nosso dilema era outro. A tradição existente, valorizada pela compreensão romântica, era simultaneamente rica e ameaçadora. Sua riqueza consistia em apontar para uma dimensão distinta da racionalidade das sociedades industriais, mas como o sonho latino-americano encontrava-se ancorado na ideia de modernização, o tradicional se descobre como traço perturbador da ordem almejada. A cultura popular é, portanto, força e obstáculo. Força porque o elemento definidor da identidade passa necessariamente por ela; obstáculo, pois sua presença nos afasta do ideal imaginado. (ORTIZ, 2002:22)

Assim, podemos identificar esse “tradicional” como “perturbador” no desencontro de temporalidades. De um lado, figuram sujeitos específicos do modo de produção capitalista que, ao se instalarem, na região imprimem seu ritmo no processo produtivo que não é aquele da natureza. Por outro lado, as populações camponesas e tradicionais que tentam se afirmar como o próprio nome diz, pela reivindicação do tradicional, ou seja, pela força do seu lugar. É neste dualismo que o Estado marca seus processos de regionalização. É nesta contradição que se “inventa” a Amazônia. Tal afirmação ganha volume no fragmento escrito por Ortiz

O Estado, cuja meta é promover a industrialização e as mudanças estruturais da sociedade, é constrangido a lançar mão da cultura popular para ressemantizar o seu próprio significado. Como os sinais de contemporaneidade são tênues (há poucas estradas de rodagem, não existe ainda uma indústria automobilística, a tecnologia é inteiramente dependente dos países centrais etc) a nação só consegue se exprimir articulando-se ao que possui de sobra, a tradição. (ORTIZ, 2002:23)

A partir da década de 1980 começa a se observar uma mudança de perspectiva, onde o local é aparentemente valorizado. Exemplos como a Emmília Romana na Itália e o Vale do Silício nos EUA são celebrados como políticas que deram certo. Vale citar a passagem que pontua tais políticas no documento oficial afirmando que elas são “ancoradas em territórios específicos; baseadas em pequenas e médias empresas, interdependentes e interativas; não se limitam às regiões caracterizadas pela produção flexível e alta tecnologia [...]” (BRASIL, 2000:09). Assim, inspirados nas novas abordagens da análise regional se constrói no ano de 2003, a partir do Governo Lula no Brasil, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

Os dados utilizados na formulação da PNRD foram retirados do IBGE, dos censos demográficos de 1991 e 2000 e das estimativas de PIB municipais, realizados pelo IPEA – Instituto Nacional de Pesquisas Econômicas Aplicadas. As variáveis contêm elementos como distribuição e características da população – rendimento médio, local de residência e nível de educação; o dinamismo econômico captado por meio da variação do PIB per capita.

Os dados foram agregados por microrregiões, escala considerada a mais adequada para os propósitos da análise. Os indicadores de dinamismo foram obtidos por média geométrica do crescimento do PIB per capita nos triênios de 1990 – 1993 e 1999-2002 de cada município e posteriormente agregados em microrregiões.

Ao se analisar uma sociedade de fronteira como a amazônica alguns elementos se complexificam. Nossa hipótese é que os processos de regionalização (como a PNDR), ainda hoje, não dão conta de captar a dinâmica dessas sociedades. Entendemos aqui como sociedade de fronteira semelhante a Martins (1997) como um lugar onde a situação de conflito social é latente. Isto resulta num lugar onde se estabeleceria um diálogo constante com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si. Neste sentido, o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O que dá a dimensão deste processo é justamente o desencontro de temporalidades (MARTINS, 1997), que força a um ajuste, um acordo, e resulta em uma nova identidade.

Essa nova identidade é, em parte, realizada através do intenso processo de migração e de mobilidade do trabalho comum também na fronteira. Compreendemos que o IBGE ainda não desenvolveu uma metodologia adequada para captar

qualitativamente os significados que a migração tem nessas regiões. Referimos-nos aos deslocamentos temporários tanto espaciais (tanto de uma localidade para outra como de um município para outro) como também de ocupações (no mesmo setor econômico -- agricultor para extrativista. Ou mesmo, para outros setores -- agricultor para operário.). O resultado dessa incapacidade são censos distorcidos que irão munir políticas regionais que serão igualmente distorcidas e não terão o êxito necessário.

No nosso entendimento esta metodologia procura romper com a lógica das macrorregiões que foram o objeto das políticas de desenvolvimento regional nas décadas de 1960 e 1970. Essas macrorregiões, segundo Brasil - Ministério do Interior (2000), não são mais as unidades regionais representativas nem operacionais no país, afirmando que não se pode pensar sobre um espaço que não existe mais. Porém, quando a PNRD propõe a revitalização de instituições como SUDAM, SUDENE e SUDECO temos a clareza que o Ministério da Integração formula uma metodologia nova de análise regional e propõe velhas formas de operacionalizar essa política. O resultado é uma política que, no seu cerne, é contra-sensual.

A PNDR aponta que historicamente a população brasileira está espacialmente concentrada no litoral do país e no entorno das metrópoles. A este adensamento se contrapõe espaços com densidade populacional baixa como a Amazônia, o Centro Oeste e o semi-árido nordestino. Mas, no entanto, este mesmo documento apresenta uma tendência na última década à interiorização da população. Este mesmo documento discute duas polarizações distintas no território nacional. Uma expressa no binômio litoral-interior e outra no sentido Norte-Sul. No que se refere ao litoral-interior, as desigualdades se expressam na densidade populacional, enquanto que, na relação norte-sul, são os indicadores como nível de escolaridade, grau de urbanização e rendimento médio domiciliar que compõem a diferenciação (BRASIL, 2009).

Ao apontar essas polaridades, o documento deixar transpassar nas entrelinhas que é preciso fazer uma distribuição equânime da população pelo território nacional. Em nossa compreensão, isto se revela como um erro de análise, já que nós temos biomas sensíveis a um grau elevado de antropização como o Pantanal e a Amazônia (que corresponde a um pouco mais de 60% do território nacional).

Outro elemento afirmado constantemente no documento se refere ao grau de urbanização como um indicador de desenvolvimento. Maior grau, maior desenvolvimento. Esta uma afirmação impregnada de ideologia desenvolvimentista

opondo a cidade, moderna, e o campo, atrasado. Essa dicotomia nunca contribui para o entendimento qualificado do espaço brasileiro.

Quando o método de regionalização e sua política não se encontram com a sociedade civil organizada o resultado é o que chamamos aqui de alienação espacial. São pessoas que não se identificam com o seu lugar. O estranhamento é forte a ponto de exteriorizar o seu próprio lugar -- "Lá na Amazônia". Isso é resultado de quase cinco séculos de visões (regionalizações?) distorcidas sobre a Amazônia. Algumas apostando no "paraíso" como eram as propagandas governamentais durante a ditadura militar para atrair trabalhadores, afirmando que a Amazônia seria um "mar de leite e mel". Outras "demonizando" o lugar, o verdadeiro "inferno verde", repleto de índios indômitos, de doenças tropicais e de um calor exorbitante. E que, exatamente por isso, gerou um povo ausente e acomodado.

Percebemos, então, que a regionalização é uma atividade relacionada ao exercício do poder. O Estado é o agente central desse exercício e o que exatamente dá a "cara" institucional a ela. Os movimentos sociais populares atuam no campo do instituinte, construindo sistemas de regionalização contra-hegemônicos procurando apresentar suas demandas. Neste jogo relacional de poder, políticas como a PNDR assimilam em parte essas demandas, mas não o suficiente a ponto de refletir uma identidade, uma representação do seu povo, transformando a região em sua imagem e semelhança.

Capítulo 3 Fronteiras Agrárias: as necessidades de retomada da categoria pela geografia.

Margem e fim

De que longes todos vêm.
De que longe eles pensam.
De que pátria são eles?

De que perto eles hesitam.
De que pedagogia eles são.
Que realidades comem?

De que tecidos são suas roupas.
São seus fios.
São seus ossos.
De que poema eles resvalam?

De que geografia eles sabem.
De que fome são todos.
De que cova eles falam?

De que ausência eles recorrem.
Para que protestos eles nos chamam.
De que amor eles se amam?

De que fábrica são eles.
De que palavras eles precisam.
De que chão eles reclamam?

Trocate, Charles. **Poemas de Barricada**, 2002.

3.1 Definindo Fronteira

Instigados pela necessidade de entendimento sobre os mecanismos de produção e reprodução dos camponeses na fronteira agrária amazônica, tendo na dimensão territorial do espaço o recorte geográfico desse estudo, nossa pesquisa parte da ideia de *conflito* como princípio de entendimento sobre esse fenômeno. Acionado a cada deslocamento, espacial ou de ocupação, o sentimento de alteridade é colocado em baila quando o *Outro* se apresenta e o *estranhamento* emerge. Tanto para os que chegam como para os que já estão na área, agora, considerada *fronteira*. A presença desse sentimento sobre/na região amazônica não é novo. Desde quando se estabeleceu um *projeto moderno-colonial*³¹ para o *Mundus Novus* o exercício da alteridade é uma constante por essas “bandas”. Inicialmente ele é acionado pela curiosidade, é atraído pelo diferente e uma espécie de epifania se instala. Depois de passada a beatitude, o distanciamento se estabelece. O estranho, então, se torna familiar e a conformação de uma diversidade étnica e cultural passa a ser iminente. Começamos, então, a constatar que esse “*estrangeiro*” perde o referencial familiar e o paradigma norteador da compreensão do novo se esvai, instalando em seu lugar (da alteridade) o *estranhamento*. O resultado disso é o *conflito*. A região amazônica converte-se, então, no que chamaremos de *Fronteira*.

Quando começamos o estudo sobre as referências bibliográficas concernentes à fronteira acreditávamos que o exercício de defini-la e apresentar um *estado da arte* como parte do resultado da tese pareceria uma atividade fácil. Ledo engano. Por duas razões básicas. Uma pelos usos e abusos que o conceito teve ao longo de pelo menos 100 (cem) anos de reflexão em torno dele. Outra, pela controvérsia, no campo das ciências sociais, sobre a existência ou não, em nossos dias, de uma *fronteira* para o modo de produção capitalista? Se existe, uma delas estaria na Amazônia?

³¹ Referimos-nos aqui ao projeto hegemônico que se estabelece não só de um padrão econômico europeu, mas de um comportamento e de uma estética europeia. Portanto, de um pensamento, de um saber forjado neste continente e levado ao “mundo”. Como apontou Porto-Gonçalves (2006) “O que se critica aqui não é a ideia de pensamento universal mas, sim, a ideia de que há Um e somente Um pensamento universal, aquele produzido *a partir* de uma província específica do mundo, a Europa e, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, aquele conhecimento produzido *a partir* de uma sub-província específica da Europa, a Europa de fala inglesa, francesa e alemã, enfim, a segunda moderno-colonialidade [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2006:42) construída a partir de uma primeira moderno-colonialidade, de fala espanhola e portuguesa.

Partimos da hipótese que sim. A Amazônia ainda é uma fronteira para os agentes do capital. Não exatamente àquela das décadas de 1960 e 1970. Mas uma nova. Com contornos e sujeitos diferenciados. Conteúdo e intensidades modificados. Com heranças de períodos anteriores e características novas. Aí nos perguntamos, centralmente, em nosso trabalho - de que forma o avanço dessa fronteira capitalista contemporânea, a partir da década de 1960, aprofunda processos de territorialização das sociedades camponesas na Amazônia paraense?

Para discutirmos tal questão faremos, inicialmente, algumas ponderações sobre a *fronteira* que falamos. Em seguida, revisitaremos suas principais interpretações a partir dos *clássicos*. Autores que se debruçaram sobre a categoria no interior das ciências sociais ao longo do século XX e que conseguiram marcar sua presença intelectual neste debate³². Por fim, concluiremos o capítulo nos apoderando dos aspectos que nos interessam para a reflexão de nossa pergunta inicial e indicando alguns elementos que uma abordagem geográfica sobre o fenômeno pode trazer.

Começaremos aqui pelos diversos usos que a palavra tem nas suas mais diversas aplicações até chegar à que queremos. Em termos gerais a fronteira, de imediato, nos remete a noção de zona ou linha divisória. Entre algo que conhecemos e que num certo sentido nos pertence e algo que desconhecemos que nos é estranho e inexplorado. Apresentamos sentidos similares como fronteira tecnológica, fronteira do conhecimento, fronteira política, ou mesmo, a “última fronteira, o espaço sideral”³³. O termo pode ser empregado, segundo Marc Augé, para significar o universo, para dar um sentido ao mundo e torná-lo habitável. Assim, no essencial, a demarcação de fronteiras se constituiu em “opor categorias como masculino e feminino, o quente e o frio, o céu e a terra, o seco e o úmido, para simbolizar o espaço compartimentando-o” (AUGÉ, 2010).

³² Para alguns autores a fronteira seria mais do que um objeto de estudo. Ela remeteria a exemplos mais amplos do que aos contornos imediatos que ela sugere. Um lugar privilegiado para o exame de sujeitos que extrapolam a própria escala da fronteira. Como observamos na construção de Guedes (2013) “Roberto Cardoso de Oliveira, Otávio Velho e José de Souza Martins, cada um ao seu modo, encaram a ‘fronteira’ não apenas como objeto de estudo; mais do que isso, ela remete, para todos eles, a um ponto de vista privilegiado para o exame de questões mais amplas, que transcendem os contornos imediatos – históricos, geográficos e analíticos – dos agentes ou grupos nela encontrados.” (GUEDES, 2013:44)

³³ A “The final Frontier” da série “Star Trek”, por exemplo.

Na revisão de literatura sobre o fenômeno, diversos tipos de abordagem aparecem. Primeiro, a fronteira é geralmente remetida à noção política “da parte do país que enfrenta o outro”. Noção que geralmente aparece mais estática (tendo a clareza que se pode transformar-se com o tempo) e que surgem com a “concretude territorial do estado” (GUICHONET & RAFFESTIN, 1974). Existem os que compreendem a fronteira como “fronteiras de assentamentos”, nos remetendo a uma lógica mais demográfica, que para Reboratti (1990) estaria vinculada a “fenômenos móveis e transformadores que são dinâmicos e nem sempre resultam de forças claramente definidas dentro ou fora de si mesmas” (REBORATTI, 1990:02). Por outra perspectiva aparecem os que definem a fronteira como *conflito* entre diferentes sujeitos na qualidade de classe e/ou étnica. É o caso de Almeida (2005) “uma dicotomia entre as identidades territoriais, pois é deste território ou não é. Isto nos leva a entender porque a fronteira é um espaço de conflito.” (pag.107). Por esse caminho também se move Ribeiro (2012) que em sua tese traz uma proposta interessante de transportar a ideia de fronteira para a ideia de *front*, que seria assim “a fronteira na sua máxima explicitação do conflito” (pag. 59). Na aplicação dessa abordagem ao espaço amazônico destaca-se Jean Hébette, com vários artigos sobre o assunto (HÉBETTE, 2004).

Com base nessas diferentes abordagens elencaremos os elementos que nos ajudam a definir nossa concepção de fronteira:

- a) A fronteira é mais um espaço do que exatamente uma linha divisória;
- b) Espaço este heterogêneo tanto no que se refere aos domínios naturais quanto de organização social. Por isso, coexistiriam, contraditoriamente, dois ou mais tipos de organização espacial;
- c) A condição de fronteira é sempre balizada numa conjuntura dada e numa sociedade especificamente estabelecida no tempo e no espaço;
- d) Tendo como advertência o ponto anterior, entendemos que um lugar num dado tempo-espaço pode se converter em fronteira. Pode deixar de sê-lo em outro. E retornar a ser em outra conjuntura.
- e) Fazemos aqui a distinção entre frente e fronteira. As “frentes” estão contidas na fronteira e separamos, a título de entendimento, em duas feições: i) frente como

momento histórico da fronteira subdivida em “frente de expansão” e a “frente de pioneira”; ii) frente como expressão territorial da expansão econômica tendendo a utilizar um recurso específico, porém efêmero (frente madeireira; frente mineradora; frente agropecuária etc.);

- f) Temos clareza que fronteira em sua acepção original tem um forte componente colonial e etnocêntrico. A fronteira aparece como separação entre o “Nós” – a “civilização”, o ecúmeno, os de “dentro”. E os “Outros” – “selvagens”, indômitos, incivilizados, os de “fora”.

3.2 *Travessias* nas abordagens sobre fronteira na tradição das ciências sociais

3.2.1 Os “pioneiros” da reflexão sobre a categoria

No final do século XIX, o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner observando o Oeste dos EUA apresentou a sua *frontier thesis*. Turner queria aliviar as tensões sociais na “sociedade branca” provocadas pela necessidade de terra, trabalho, alimentação, combustível, com a “ocupação” dessas “regiões” onde o branco ainda não tinha *tocado*. Postulava que o desenvolvimento histórico dos EUA havia se dado graças à existência das “terras livres” à Oeste. Sua definição para fronteira era “el borde exterior de la ola, el crisol entre la civilización y el salvajismo” (REBORATTI, 1990:04).

Em sua *frontier thesis*, a fronteira aparece como um processo social e econômico imbuído de poderes transformadores na sociedade estadunidense, inclusive responsável pelo aparecimento de determinados “mitos”. Turner acreditava que a expansão da fronteira havia modelado os EUA. Sua cultura, sua sociedade e sua economia. Destacando ainda o papel do meio ambiente nessa modelagem. Principalmente sua hidrografia que teria um caráter decisivo na colonização do continente (ÁVILA, 2006).

Ainda na contribuição de Frederick Turner reside em seu pensamento a primazia sobre a concepção de certo caráter *pioneiro* na fronteira. Como vemos na reflexão de Reboratti (1990) abaixo:

El pionero era el hombre llamado a dominar la tierra salvaje y desconocida, a luchar contra hombres, animales y climas adversos y

salir triunfante. Mito e ideología se mezclan: no es la sociedad la que avanza sobre nuevas tierras, es el individuo, y al mismo se lo erige como mito de la expansión [...] algunos críticos han intentado em Turner um defensor de la idea de la válvula de seguridad según la cual la frontera actuaría con um receptáculo del sobrante poblacional, disminuyendo de esta forma las presiones sociales que tendían a producirse em las áreas sobrepobladas (REBORATTI, 1990:10)

No Brasil, os “pioneiros” na reflexão sobre nossa categoria em questão são Pierre Mombeig em sua obra “Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo” cuja edição original em francês data de 1952. Além de outros, como Vianna Moog que desenvolveu estudos comparativos entre duas expansões demográficas, no caso Brasil e nos Estados Unidos, intitulada “Bandeirantes e Pioneiros – paralelo entre duas culturas” que começou a ser construído em 1944 e concluído 10 anos depois. Nesta seara do colonialismo interno andou Cassiano Ricardo que 1942 publicou “Marcha para Oeste – a influência da ‘Bandeira’ na formação social e política do Brasil”. Ainda temos os estudos de J. Roche sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul - RS publicado em francês pela Universidade de Paris (Institute des Hautes Études) de 1959 e sobre a colonização alemã no Espírito Santo – ES publicado em 1968, dessa vez por uma editora brasileira (DIFEL).

Todas essas publicações têm seus méritos. São estudos com forte componente empírico e com uma perspectiva idiográfica intensa. Merecem todo o respeito por serem os primeiros no Brasil a se lançarem nas pesquisas em áreas de difícil acesso e pouquíssimas referências bibliográficas em torno da temática. Porém, são estudos que não levaram em consideração a violência e o conflito como componentes das áreas de fronteira. Sobre esse limite Foweraker (1982) é enfático,

Por outro lado, os estudos mais conhecidos sobre fronteira tenderam a ignorar a violência. O estudo de Monbeig sobre a fronteira do café retrata a expansão das grandes propriedades dos empresários de São Paulo, mas o único povoamento de fronteira feito por pequenos proprietários é o caso altamente atípico do Norte do Paraná, que assistiu a mais ordenada colonização jamais experimentada no Brasil (Monbeig, 1952). Jean Roche nos seus meticulosos estudos sobre o povoamento do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, feito por emigrantes alemães e pequenos fazendeiros (Roche, 1959, 1968), privilegia a análise do padrão de desenvolvimento econômico, dedicando pouca atenção ao contexto político (FOWERAKER, 1982).

Sobre uma perspectiva mais crítica temos o debate sobre a *colonialidade interna*. Destacam-se autores como Wright Mills (1963) e mais recentemente Gonzáles

Casanova (2007). O último autor compreende que existe uma necessidade de retomada da categoria *colonialismo interno* para compreensão das lutas dos povos na contemporaneidade. Principalmente, daqueles que se encontram na defesa e no reconhecimento de seus territórios (populações extrativistas, indígenas e Quilombolas). Afirma-se que esta categoria sofre de um *tabu* por parte de diferentes correntes ideológicas. De um lado temos os ideólogos do imperialismo que se negam a entender que existe um comércio desequilibrado (desigualdades e explorações) tanto internacionalmente quanto internamente aos Estados-nações. Por outro lado, os intelectuais dos movimentos de libertação nacional ou do socialismo de estado também recusam a categoria porque se negam a aceitar que as estruturas coloniais internas se mantêm e se renovam mesmo quando estes governam os estados nacionais (GONZÁLES CASANOVA, 2007)

Gonzáles Casanova contribui com a nossa discussão sobre fronteira quando aproxima o conceito de colonialismo interno a lógica de que os povos que lutam hoje pelo reconhecimento de seu território no interior do Brasil sofrem as semelhantes condições de um colonialismo ou neocolonialismo internacional. Vejamos

1) habitam em um território sem governo próprio; 2) encontram-se em situação de desigualdade frente as elites das etnias dominantes e das classes que as integram; 3) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem as etnias dominantes, as burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; 4) seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de “assimilados”; 5) os direitos de seus habitantes, sua situação econômica, político-social e cultural são regulados e impostos pelo governo central; 6) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional e que é considerada “inferior”, ou ao cabo convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da demagogia estatal; 7) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua “nacional” (GONZÁLES CASANOVA, 2007:432).

A partir daqui nos dedicaremos à avaliação de quatro grandes interpretações da fronteira que compreendem o caráter conflituoso e da lógica da violência como componentes estruturantes. Além de levarem em consideração o sujeito camponês em suas avaliações. Embora alocando papéis distintos a essa categoria social no marco da acumulação capitalista. Ora numa condição mais central. Ora numa condição mais marginal. Para isso nos apoiaremos na classificação feita por Costa (2012) em seu

recente livro intitulado “Economia Camponesa e Fronteiras Capitalistas na Amazônia”. A saber: a) *As relações camponato, capitalismo e fronteira, percebidas num quadro de um estruturalismo economicista*; b) *A fronteira percebida como espaço privilegiado de estranhamento entre a especificidade camponesa e o capitalismo*; c) *A fronteira percebida como espaço de reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa* e d) *A diversidade de situações e formas da presença camponesa na fronteira amazônica: uma problematização alternativa*.

3.2.2 As relações camponato, capitalismo e fronteira, percebida no quadro de um estruturalismo economicista.

Para os autores adeptos dessa abordagem o processo de modernização da agricultura no Brasil a partir da década 1960 estabeleceu, para as áreas de ocupação mais antiga, uma verdadeira “cruzada” na extinção ou no “estranhamento”³⁴ do camponato como classe no campo. Ou se extinguiu através de sua conversão em outro sujeito no campo ou na cidade, ou essa “modernização do latifúndio e a tecnificação concentradora em áreas de ocupação mais antiga” levaria à necessidade de “ocupação de novas áreas” (pelos camponeses expropriados por esse fenômeno). Aí entra o papel das áreas de fronteira agrícola. Assim avaliam alguns autores estudiosos da questão.

Entre eles o principal destaque nesta abordagem é José Graziano da Silva através de duas obras “A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil” (1981a) e “Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura (1981b)”. Wanderley (2011) chama esses autores de adeptos da “tese da decomposição e da diferenciação do camponato”. Esta tese foi aplicada, principalmente, para interpretar a situação do “produtor tecnificado”. Seria um “agricultor que, tendo tido acesso ao crédito, transforma seus processos produtivos com a introdução da mecanização e o uso de insumos industriais” (WANDERLEY, 2011:78). Seriam agricultores que desenvolveram contratos com as empresas agroindustriais e integraram-se a paisagem dos CAI’s – Complexos Agroindustriais. Estes apareceriam em maior número no sul do Brasil. O “tecnificado” na tese da “decomposição” é visto como

³⁴Entendemos estranhamento segundo Raniere (2001) como “[...] designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem”. (RANIERE, 2001:07)

[...] a expressão ora de um processo de capitalização, ora de um particular processo de proletarização. No primeiro caso, o agricultor de origem camponesa se transformaria qualitativamente num pequeno empresário capitalista ou numa pequena burguesia, e os eventuais conflitos com as empresas ou processadoras dos produtos agrícolas podiam ser entendidos como uma concorrência entre frações de classe, apesar da assimetria reconhecida entre estas. No segundo caso, negava-se a capacidade de decisão dos produtores integrados sobre o processo de trabalho, transformando-os em simples trabalhadores em domicílio. (WANDERLEY, 2011:79)

Já Costa (2012) aponta que para Graziano da Silva a eventual presença da pequena produção no país se dá por duas possibilidades de retardamento da expropriação desses camponeses – a tecnificação da unidade familiar, que transforma o camponês em *um trabalhador para o capital*³⁵, e a *busca de novas fronteiras*. Nesta encruzilhada Graziano da Silva coloca, ainda, a necessidade superação da oposição (considerada por ele como falsa) entre o processo de *expropriação* (pela intensificação da agricultura em áreas mais antigas) e as dinâmicas de recriação (em novas áreas) da produção camponesa.

Por esse caminho Costa (2012) rebate essa concepção de Silva (1981) afirmando que no pensamento desse autor

A trajetória do campesinato na fronteira seria, pois, decadente, e o *anseio* de bloquear o espaço do seu desenvolvimento – de fechar a fronteira é acatado pelo autor, com pressa, como um *dado*. Assim, ele pode cumprir a sua promessa de “evitar a oposição entre expropriação *versus* recriação da pequena produção” uma vez que estabelece que, sob a noção de “recriação da pequena produção”, encontra-se tão somente a permanência, condicionada unilateralmente pelos setores industriais, do campesinato tecnificado (subordinado diretamente e, por isso, *um trabalhador para o capital*). Se, conjuntamente, permanecesse ou crescesse o segmento camponês subordinado “indiretamente ao capital”, a oposição referida não estaria resolvida: retornar-se-ia à questão da ampliação de um campesinato não subordinado diretamente ao capital, isto é, não composto pelo “novo camponês” e, portanto, não ajustável à noção do processo amplo de proletarização. Nesse sentido, a percepção da fronteira como lócus privilegiado de desenvolvimento de um campesinato significativo colocar-se-ia como um problema. (COSTA, 2012:206)

³⁵Para o autor é uma espécie de diferenciação social no sentido leninista do termo. O fenômeno da diferenciação para Graziano da Silva comporta em seu seio a *proletarização*. Quer seja no despojamento dos seus meios de produção, no caso, a terra. Quer seja aquele que manteve sua terra, porém se *tecnificou*. (SILVA, 1981a:135)

Na avaliação do próprio José Graziano da Silva a expansão espacial do capital se dá fundamentalmente pela propriedade capitalista da terra

Somos todos tentados a dizer que a expansão da fronteira tem sido a garantia da perversa aliança entre a burguesia industrial e o latifúndio, num pacto que, além de manter a estrutura agrária existente nas regiões de colonização mais antiga, impediu qualquer medida destinada a democratizar o acesso posse da terra nas regiões mais novas (SILVA, 1982:119)

Ainda, para Graziano da Silva “o padrão de crescimento de nossa agropecuária supôs uma variável fundamental: a existência de uma fronteira a ser ocupada” (SILVA, 1982:114). Porém, no início dos anos de 1980, essa fronteira já estaria sendo “fechada” (WANDERLEY, 2011). Como podemos constatar no fragmento abaixo:

[...] um “fechamento” de fora para dentro, em que a terra perde seu papel produtivo e assume apenas o de “reserva de valor” e de meio de acesso a outras formas de riqueza ela associadas. Não é a ocupação efetiva do solo, no sentido de fazê-lo produzir, mas sim uma “ocupação pela pecuária” com a finalidade precípua de garantir a propriedade privada da terra (SILVA, 1982:117)

Wanderley (2011) analisando a construção de Graziano da Silva afirma que nem pelo fato do “fechamento” da fronteira o conflito desaparece. Pelo contrário, nas palavras do próprio autor eles se agudizam “Quando a fronteira se ‘fecha’, acaba se tornando, ela mesma, uma região de conflitos pela posse da terra, como aquele a que vimos assistindo em nossos dias” (SILVA, 1982:119)

3.2.3 A fronteira percebida como espaço privilegiado de estranhamento entre a especificidade camponesa e o capitalismo

Na concepção da fronteira como *espaço de estranhamento entre a especificidade camponesa e o capitalismo* destacam-se as formulações de José de Souza Martins. Para este autor existiriam dois campos fundamentais de tensão nas áreas de fronteira. Um que se estabeleceria na “frente de expansão” onde o acesso a terra é obtido pela *posse*. E outro, estabelecido já na “frente pioneira” o qual se caracteriza pela implantação do regime de propriedade privada da terra (MARTINS, 1997). Um conflito mais ou menos similar ao que acontece no restante do Brasil na oposição entre *terra de negócio* e *terra de trabalho*.

Trabalhando essa tensão (frente de expansão e frente pioneira), José de Souza Martins afirma que sua origem epistemológica estaria na tradição das ciências sociais

brasileiras nos estudos sobre fronteira. Duas ciências aí se destacariam – a geografia e a antropologia. Na avaliação de José de Souza Martins são *modos de ver* a fronteira. Essas visões diferenciadas se dão devido às posições desiguais. Tanto na observação do espaço, através de instrumentos teórico-metodológicos diferentes, como também por lugares sociais igualmente diferenciados.

Assim, os antropólogos priorizariam uma perspectiva mais demográfica em suas análises do que se convencionou chamar de *frente de expansão*. Nessa *expansão* o foco central seria “as frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado” (MARTINS, 1997:152). Definir-se-ia essa frente por uma *situação de contato*, pois quando os antropólogos falam inicialmente sobre esta frente estão falando de “uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificada como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente uma expansão da rede de trocas e de comércio que quase sempre o dinheiro está ausente” (MARTINS, 1997: 156-157).

Já os geógrafos priorizam uma situação de *modernização*, através da formulação de novas relações de vida³⁶. Assim, o foco de interpretação da fronteira seria a criação do “novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos” (MARTINS, 1997: 153)

Para Costa (2012) no pensamento de Martins as tensões desenvolvem-se por dinâmicas concomitantes que provocariam alterações no regime de propriedade da terra na fronteira (criando oposições entre as categorias entre posseiros, de um lado, e nas formas baseadas na compra da terra, de outro – aí incluído as formas camponesas) e nas transformações das relações de produção mediadas pela apropriação da terra no conjunto do país (opondo formas capitalistas e formas familiares de explorar a terra).

O resultado dessas tensões resultaria em duas implicações no pensamento de Martins. A existência de uma concepção utilitária e não mercantil da terra entre

³⁶Nessas novas relações de vida Milton Santos nos fala do aumento de uma densidade em várias dimensões. Pelo aumento de densidade técnica (que tipo de técnica existe na configuração do território), pela densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido), pela ideia da densidade comunicacional (as pessoas interagem) e, também, em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório) (SANTOS, 1998).

*lavradores*³⁷. E o aguçamento dessa concepção entre os posseiros na fronteira³⁸ a partir de suas especificidades econômicas essenciais na sua forma de produzir (economias de excedente – para auto-consumo e economia de mercado – para a comercialização). Concluindo sua avaliação sobre as tensões entre especificidade camponesa e o capitalismo, Costa afirma que existe, no pensamento de Martins, uma articulação entre a frente de expansão e a economia de mercado

Desse modo, por se basear na economia do posseiro, a frente de expansão e a economia de mercado são realidades articuladas, porém distintas e exteriores. E tais condições permitiriam o renascer do lavrador autônomo na figura do posseiro. A constituição continuada da frente de expansão, nesse contexto, seria a ponta subversiva da luta em que os lavradores repõem continuamente, como projeto e tarefa política, a restauração da economia camponesa, a sua independência. (COSTA, 2012:210)

Em síntese teríamos no estatuto interpretativo da fronteira dois momentos. Um demográfico e outro econômico. São momentos diferentes, porém articulados, constituindo uma espécie de totalidade. Para ilustrar tal posicionamento temos a seguinte conclusão:

[...] a fronteira demográfica e a fronteira econômica, esta nem sempre coincidindo com aquela, geralmente aquém dela. Isto é, a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. Isso nos põe, portanto diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’, que não são agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc. (MARTINS, 1997:159)

Como se observa na análise de Martins a dimensão da *ocupação demográfica* nem sempre se encontra com a *ocupação econômica*, porém essas *ocupações* se dão de forma articulada. Reside aí complexidade do fenômeno, pois geralmente o que se vê são

³⁷Martins define a categoria *lavradores* como uma classe formada pela unidade entre posseiros e camponeses (COSTA, 2012)

³⁸ O posseiro da fronteira é uma “categoria social de matriz camponesa, caracterizada fundamentalmente, por uma história de luta pelo reconhecimento social, baseada no direito construído por sua habilidade profissional, pelo trabalho do conjunto de sua família e pela relação de moradia e vida que desenvolve no tempo e no espaço em se inscreve”. (GUERRA, 2013:117)

análises que, geralmente, não conseguem abordar de forma imbricada, respeitando o tempo e espaços diferentes, porém integrados. Reivindicamos como uma grande contribuição teórico-metodológica da geografia para se chegar numa perspectiva articulada, a categoria *territorialização*. Em nosso entendimento essa categoria conseguiria enlaçar o *demográfico* e o *econômico*. Por isso, nossa proposta de pesquisa passa por essa contribuição.

Quanto à posição dos sujeitos sociais no interior dessas frentes (expansão e pioneira), Martins (1997) afirma que os antropólogos, ao priorizar a frente de expansão, expressam uma “concepção de ocupação do espaço que têm como referências as populações indígenas, enquanto que a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno [...]” (pag.152). Nesta diferença dos tempos históricos dos sujeitos no interior da fronteira, Martins adverte sobre a necessidade de distinção entre os tempos de cada sujeito no seu interior,

[...] não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da história. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mandado do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre o litígio entre os seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações. (MARTINS, 1997:159)

Interessante observar que cada sujeito aí tem uma perspectiva diferente em relação à fronteira. Para fazendeiros, madeireiras e mineradoras ela representa uma fonte de recursos real ou em potencial. Para camponeses, uma possibilidade de retomada de suas terras. Para indígenas e quilombolas a fronteira não é, exatamente, uma “fronteira”. Seu espaço é do lado “daqui”, ou melhor, do *além* da fronteira agrária (do seu tempo “duro” de ocupação do espaço amazônico – que remonta pelo menos nove mil anos no caso dos indígenas) representa, antes de qualquer coisa, uma forma ou modo de vida. O seu *próprio* território. São percepções diferenciadas que podem

provocar, segundo Almeida (2005) “uma dicotomia entre as identidades territoriais, pois é deste território ou não é. Isto nos leva a entender porque a fronteira é um espaço de conflito.” (pag.107).

3.2.4 A fronteira percebida como espaço de reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa

A terceira percepção sobre fronteira foi classificado por Costa (2012) como “espaço de reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa”. Seu principal referencial se assenta no antropólogo Otávio Guilherme Velho. Em sua revisão da obra deste autor, Costa avalia que a produção camponesa exerce funções desempenhadas no plano global através de seu caráter mercantil, resultado de sua heteronomia, isto é, das relações necessárias que estabelece com o mercado, o que comprometeria sua autonomia.

Isto porque a diversidade da produção camponesa está subordinada, definida e inscrita nas formas de organização da produção social, no caso, o capitalismo. Tal relação da forma camponesa com as relações de produção capitalista levou um “caráter independente”, mas não autônomo do campesinato. Por outro lado, para certas frações do capital existe uma indiferença em relação a origem dos produtos, desde que sua circulação viabilize a absorção compensadora de mais-valia social. Isto levaria a convergência de ordem econômica, política e ideológica entre os agentes não-capitalistas e formas diversas do capital.

Para Velho (1976) os contornos que tomam a fronteira no Brasil tem relação direta com *tipo* de capitalismo que se consolida neste país – um *capitalismo autoritário* em contraposição a um *capitalismo burguês*. O capitalismo autoritário seria uma forma particular de articulação entre o “nível político e o nível econômico” com dominância do político sobre o econômico. Nos países que realizaram a revolução burguesa a dominância seria inversa, o econômico se sobreporia ao político. Neste sentido, uma das características fundamentais do capitalismo autoritário seria o desenvolvimento de “sistemas de repressão da força de trabalho”.

Esse “sistema de repressão” é produto direto de uma formação nacional onde o político mantém um “alto grau de autonomia em relação ao econômico e uma grande

capacidade de agir sobre ele” (VELHO, 1976:44). Em outras palavras, no capitalismo autoritário a “burguesia, embora economicamente dominante, não é hegemônica”. Teríamos aí, por conta disso, a chamada “fase” de “acumulação primitiva ou original” misturando-se com a acumulação propriamente capitalista. Na “mistura” teríamos um

[...] capital comercial – cuja preeminência é sacudida no capitalismo burguês pelo aparecimento do capital industrial – nesse caso tende a transformar-se, sem nenhuma ruptura mais séria, em outras formas de capital, principalmente de *capital financeiro*. Por outro lado, a superexploração do trabalho e de formas não capitalistas de produção também tende a se manter. (VELHO, 1976:46)

Nesta articulação entre acumulação primitiva e formas de acumulação propriamente capitalistas, o campesinato é fundamental. Cumpre um papel importante. Mesmo em condições subordinadas às regras de acumulação do capital, no “capitalismo autoritário, onde quer que preexista uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas é *mantida como uma forma subordinada de produção* e a acumulação primitiva prossegue às suas custas” (VELHO, 1976:49)

A conclusão de Otávio Velho é que, a despeito de ser um “campesinato marginal”, se reproduz nas áreas de fronteira. Progressivamente, esse mesmo camponês assume um papel mais significativo na produção de excedentes. Neste sentido,

[...] esse campesinato parece estar gradativamente se desmaginalizando. Trata-se sem dúvida, nessa escala, de um fenômeno novo para o Brasil. Aparentemente pela primeira vez – e diferentemente do caso usual de camponeses marginais posseiros – esse neocampesinato tem justificado economicamente sua existência; embora isso não lhe garanta automaticamente sua sobrevivência (VELHO, 1976:80)

O mesmo caminho da *subordinação* Musumeci (1988) percorre, afirmando em seu trabalho que posseiros e “capitalistas” acabam dando as “mãos” e coexistindo sem contradições mais fortes através de um “sistema de patronagem” que se dá historicamente na Amazônia e se consolida a partir da década de 1960

Para nós, o fundamental é ressaltar que, mesmo vivendo em situação inicial de maior isolamento e dificuldades de integração aos circuitos de mercado, os camponeses do tipo que estudamos em nenhum momento tendem para autarcia ou semi-autarcia, estando sempre vinculados de alguma maneira ao “capital mercantil-usurário”

tendendo com o tempo a aprofundar cada vez mais sua integração à economia e às sociedades abrangentes. (MUSUMECI, 1988:274)

Joe Foweraker (1981) em seu estudo sobre a luta pela terra na fronteira comparando três casos (Amazônia, Mato Grosso e o Norte do Paraná) em momentos distintos da história brasileira tem como base a mesma interpretação de Otávio Guilherme Velho. Porém, assinala que a expansão capitalista para esses lugares se dá a partir da demanda do “mercado nacional e em função da acumulação econômica dentro da economia nacional desde 1930”. (FOWERAKER, 1981:31). Destaca a violência e a mediação política como características estruturantes do fenômeno da fronteira e a divide em três grandes etapas: “o estádio não-capitalista, o estádio pré-capitalista e o estádio capitalista”. O fragmento abaixo demonstra bem a síntese do estudo

O processo de expansão da fronteira pioneira corresponde a progressiva integração da região na economia nacional; o mesmo processo inclui o ciclo de acumulação da fronteira pioneira. Em outras palavras: o ciclo de acumulação segue seu curso ao longo da integração da região de fronteira na economia nacional. Como a economia nacional é capitalista, a acumulação tem lugar por meio do valor excedente. A economia da fronteira não é originalmente capitalista; pelo contrário, é caracterizada por uma produção claramente pré-capitalista e relações de mercado ocasionais. Assim, a transformação do “ambiente natural” de uma região de fronteira numa “sociedade produtiva” traduz a transição das relações pré-capitalistas para as relações capitalistas, que ocorre durante o ciclo. Dada a estrutura heterogênea da formação social brasileira, onde diferentes modos de produção existem lado a lado, a transição implicada no ciclo jamais pode vir a ser completada. (FOWERAKER, 1981:58)

O que se destaca na construção desses três autores, Velho, Musumeci e Foweraker, é que na fronteira o campesinato se reproduz, mas não numa condição autônoma. Esse sujeito é subordinado a lógica de reprodução do capitalismo. Ele seria *um trabalhador para o capital*, utilizando uma expressão de Maria Nazaré Wanderley (1985).

Francisco de Assis Costa em sua revisão sobre o pensamento de Velho aponta uma associação do tipo de capitalismo que se desenvolveu no Brasil e sua necessidade de manter uma acumulação primitiva de capital. A fronteira seria, para isso, estratégica já que

Esta via de desenvolvimento tardia do capitalismo tem sido marcada pela forte presença da instância política na condução de uma

acumulação primitiva garantida por mecanismos extraeconômicos de colonialismo interno. Acumulação primitiva que, por seu turno, se processa concomitantemente com a acumulação propriamente capitalista e realiza-se, basicamente, às custas do campesinato que é mantido como forma subordinada de produção. (COSTA, 2012: 211)

Interessante destacar que para esses autores, partícipes dessa percepção da fronteira, não existiria uma frente de expansão não capitalista, relativamente autônoma, a partir da existência de terras livres em um determinado tempo-espço da fronteira, como avalia José de Souza Martins. As suas articulações em seus diferentes tempos fazem parte de um todo classificado apenas como *fronteira pioneira*.

3.2.5 A diversidade de situações e formas de presença camponesa na fronteira amazônica: uma problematização alternativa.

Uma diversidade de situações que envolvem a condição camponesa na fronteira é por onde passa a proposição de Francisco de Assis Costa. Para este autor todas as abordagens acima acabam caindo numa lógica polarizada sobre o papel do campesinato e suas formas de reprodução, ou não, no interior das fronteiras capitalistas (este autor trabalha a categoria de análise aqui discutida no plural)

[...] ou, ao final, ter-se-á a percepção de um agrário dominado pelo “capital”, cuja reforma (a preocupação com a reforma agrária é referência de todos) só faria sentido como reforma do próprio “capital” (Silva); ou se apresentará um agrário marcado por um campesinato historicamente relevante. Este ou seria “anticapitalista”, com potencial subversivo em relação ao projeto instaurador da “terra de negócio” (Martins), ou capaz de alterar a qualidade da sociedade civil como uma força a se tornar plenamente inserida no universo político da sociedade configurada na via autoritária de desenvolvimento do industrialismo capitalista (Velho). (COSTA, 2012:212)

Para esse autor todas as visões elencadas acima são nada mais do que “formas de funcionamento do universo econômico” (pag. 212). Assim, Costa interpela essas *formas* a partir das fronteiras do capitalismo no universo amazônico. Para isso, seu objetivo seria o de “requalificar a esfera econômica na dinâmica agrária da Amazônia, de modo a transformá-la em *locus* privilegiado da construção de um novo projeto (também político) de modernização” (COSTA, 2012:212)

Para essa “requalificação”, Costa elege três variáveis que seriam os componentes do funcionamento de uma “economia camponesa” nas fronteiras do capitalismo na

Amazônia: o caráter mercantil da produção camponesa; a autonomia relativa dos camponeses em relação ao capital mercantil e as diferenças espaciais nas dinâmicas de reordenamento e uma hipótese de causalidade.

Sobre o caráter mercantil da produção camponesa

O autor destaca duas hipóteses na configuração das relações mercantis e a sociedade envolvente: A) Martins: na frente de expansão “as relações mercantis são comandadas estritamente por necessidade internas das estruturas camponesas – trata-se de uma economia regida pelo grau de fartura e pela comercialização eventual do excedente.” Já na *frente pioneira* “o comando das relações inverteria o sinal, sendo de estrito controle do capital mercantil”. B) Em Velho e Graziano da Silva “não há distinções significativas a fazer, sendo na compreensão de ambos, esta última hipótese é generalizável para toda a fronteira.” (COSTA, 2012:213).

Costa (2012), então, para afirmação ou refutação para as hipóteses acima elege o arroz que seria “um produto tipicamente camponês (...) permite tanto o estudo comparativo intrarregional, quanto a observação das interações da região com os mercados nacionais”. (pag. 213). Neste sentido, o teste seria um

[...] teste regionalizado da sensibilidade da produção do arroz ao movimento dos preços pode nos ser útil, na medida que nos informa se, ali onde predomina a economia do posseiro, a sensibilidade é mais baixa (ou mesmo nula) e, ao contrário, ali onde se estabeleceu a propriedade formal da terra, a sensibilidade é mais alta, como pretende Martins; ou se como supõem Velho e Graziano da Silva, em todas as situações a sensibilidade seria semelhante, compatível com o domínio comum do capital mercantil. (COSTA, 2012:213)

Costa utilizou o *Coefficiente de Correlação de Pearson* para as variáveis “*quantidade produzida de arroz*” e seu “*preço*”. O coeficiente indica, se positivo, que a produção cresce ou diminui quando os preços aumentam ou diminuem. Se negativo, que a produção movimenta-se na direção contrária aos preços – se estes sobem a produção cai, se reduzem a produção sobe. As séries anuais utilizadas foram no período das décadas de 1970 e 1980.

O resultado se apresenta da seguinte maneira: “nas áreas mais novas (Araguaia Pareense, Xingu, Marabá e Guajarina) a resposta aos preços é positiva, enquanto nas áreas mais antigas (como Salgado, Bragantina e Baixo Tocantins) ela é negativa”. Tal evidência, segundo o autor, nos diz que “onde deveria desenvolver-se a *economia do posseiro*, pensada por Martins, dispense-se mais esforço na obtenção do arroz quando o

preço sobe.” Isto quer dizer que “essa estrutura parece mover-se objetivamente de acordo com que prescreve a lei de mercado – não pela formação *eventual* do excedente, nem pelo grau de fartura, como se idealizou”. Nas áreas mais antigas (com maior densidade institucional e técnica) se encontrou evidências da autonomia camponesa na linha de Chayanov (na economia camponesa teríamos a obtenção de uma curva de oferta invertida – com elevação do preço, a quantidade ofertada tende a cair). A conclusão de Costa seria então:

Nas áreas novas, o capital mercantil simplesmente *pode (com contradições é certo)* administrar a seu favor a oferta camponesa. Nas áreas velhas, isso torna-se cada vez mais difícil: entram em funcionamento, em ambas as situações os mecanismos que apresentamos no capítulo 5 como próprios da lógica orientada por eficiência reprodutiva. (COSTA, 2012:214)

Autonomia relativa dos camponeses em relação ao capital mercantil

Neste sub-ítem, Costa compara a interpretação de Otávio Velho com a de José de Souza Martins e apresenta a noção de autonomia sendo substituída pela de subordinação de todas as formas camponesas na fronteira ao capital. Essa característica confere ao dado empírico de aumento das unidades de produção camponesa a causa principal (nos anos de 1970 a 1985 a taxa de crescimento dessas unidades se manteve em 5,5% ao ano).

A subordinação como hipótese da permanência das formas camponesas na fronteira é rebatida por Costa (2012). Ele sustenta que, ao contrário, a subordinação se remeteria não à permanência, mas “ao fundamento estrutural de crises no plano técnico (no plano das relações com a natureza, manifestando-se na redução da produtividade)”. Teríamos, então, em curso uma mudança de base técnica na reprodução camponesa na fronteira amazônica. Essa mudança é sentida na migração de uma produção das culturas temporárias para as culturas permanentes (de 1980 a 1985 o crescimento das culturas temporárias na região norte foi próxima a zero enquanto que das permanentes foi de 14,7% ao ano).

Essa mudança no itinerário técnico, segundo Costa (2012), não foi observada por nenhuma abordagem sobre fronteira. Atentar para esse reordenamento na produção camponesa era também observar mudanças de cunho espacial nesta mesma fronteira. Podemos constatar isso na própria fala do autor

A shifting cultivation parecia ceder, no plano da economia camponesa baseada na agricultura, para formas de produzir em que a

intensificação espacial do trabalho pela mudança técnica substituía a técnica (da agricultura itinerante) baseada na mudança espacial. Vislumbra-se, aqui, a possibilidade de confirmação espacial e social do campesinato que, alterando sua base produtiva, envereda em trajetória de desenvolvimento distinta e não prevista por quaisquer das abordagens. (COSTA, 2012:217).

As diferenças espaciais nas dinâmicas de reordenamento e uma hipótese de causalidade

Em sua conclusão sobre o tema em baila, Costa (2012) atenta para a tradição dos debates sobre a relação fronteira e campesinato carregarem uma tendência a visões reduzidas e polares, apresentando as sociedades camponesas ora em “dissolução por diferenciações sociais e econômicas produzidas pela penetração capitalista ou em oposição a tal penetração” (pag.217). Com base na leitura de Teodor Shanin, o autor apresenta que, na fronteira, as sociedades camponesas encontram ao lado de suas forças *dissolutivas* processos de *estabilização*. Indicando, às vezes, a prevalência da estabilização sobre a dissolução. Neste sentido, Costa apresenta sua tese sobre uma possível causa para a estabilização do campesinato em áreas de fronteira que seria indicador

[...] produzido por mudanças tecnológicas não deriváveis de necessidades unilaterais da acumulação capitalista, no caso, as expressas pela substituição, no plano da agricultura familiar, da *shifting cultivation* por uma produção voltada para as culturas permanentes. As contrariedades daí derivadas, por outro lado, crescem com a constatação de que os fenômenos não se manifestam igualmente no espaço: manifestações genéricas nas médias macrorregionais e estaduais mostram-se pontuais quando descemos a escala da microrregião e do município. Tudo conformando um grande desafio, cujo enfrentamento requer avanços tanto no processamento do material disponível, quanto na elaboração teórica que possa permitir sua leitura e compreensão. (COSTA, 2012:219).

3.3 Questões importantes para a fronteira amazônica hoje – pela construção de uma abordagem territorial sobre a fronteira e o campesinato!

Depois deste percurso sobre diversas percepções sobre a *situação de fronteira* procuraremos aqui destacar alguns elementos que julgamos importantes para ajudar na construção de uma teoria geográfica sobre a fronteira à luz de uma abordagem territorial. Acreditamos que esse tipo abordagem ajudará na reflexão de duas questões

levantadas, primeiramente, por Brandão (2007) e, depois, por Acselrad (2013) e que, no nosso entendimento, acabam se encontrando.

Para Brandão (2007) teríamos no Brasil, dois grandes tipos de estudos sobre as sociedades camponesas: um que, ao estudar as *sociedades tradicionais*, privilegia o *espaço e a cultura*; e outro que, ao estudar as sociedades camponesas no interior da *fronteira, nas frentes pioneiras ou de expansão*, áreas de conflito agrário, enfoca o *tempo e a história*. O resultado, segundo o autor é ter

[...] então, de um lado, um excesso de cultura (espaço) sem história e, de outro, um excesso de história (tempo) sem cultura. Há muitos espaços sem tempos, de um lado, e muitos tempos sem espaços, de outro. E é difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões que tanto na natureza quanto nas sociedades humanas não existem nunca em separado. (BRANDÃO, 2007: 38)

Por outro lado, mais recentemente, Acselrad (2013) com base em Fraser (2006) apresentou duas problemáticas que foram construídas em separado, “a questão das demandas por terra por parte de grupos camponeses fundados na tradição do trabalho familiar” e, por outro lado, “as demandas por território formuladas por grupos indígenas, quilombolas e extrativistas detentores de modos de vida associados ao uso de terras tradicionalmente ocupadas” (pag.10). Tanto as lutas por terra e as lutas por território foram construídas em separado como os próprios estudos dos fenômenos foram desenvolvidos igualmente em separado. Sobre essa situação discorre

Esses esforços teóricos e paralelos e pouco dialógicos entre si foram simultâneos, por certo, a movimentos de elaboração de estratégias políticas também paralelas e pouco comunicantes entre si: por um lado atores das lutas por reforma agrária reivindicando direitos universais à terra e, de outro, movimentos indígenas, remanescentes de quilombos e grupos extrativistas reivindicando direitos específicos à delimitação, demarcação e proteção de seus territórios. (ACSELRAD, 2013:10)

Teríamos, então, de um lado, uma luta redistributiva (luta por terra), ligada aos movimentos camponeses. Afiliar-se-iam aí um conjunto de pesquisadores que ao se debruçarem sobre essa questão estudariam *tempos sem espaço*, um excesso de *tempo sem cultura*. Por outro lado, teríamos lutas por reconhecimento (luta por território) ligadas aos movimentos dos *povos tradicionais*. E outra gama de pesquisadores que analisariam *espaços sem tempo*, um excesso de *cultura sem história*.

Neste sentido, acreditamos que a *abordagem territorial* é fundamental para integrar esses *espaços sem história* com esses *tempos sem espaços*. Já que na fronteira agrária amazônica temos num determinado tempo-espaço, *além* da fronteira de acumulação do capital essas *sociedades tradicionais* (como Indígenas e Quilombolas) e em outro as sociedades camponesas das frentes pioneiras, dos acampamentos e dos assentamentos, inseridos de forma contraditória ou precária, na fricção com os agentes do capital ou *aquém* da fronteira.

Sobre a abordagem territorial trabalharemos no capítulo seguinte. No momento apresentaremos algumas situações-problema acerca das diversas percepções sobre fronteira e suas dificuldades em nossa empiria trabalhada. Na análise geral sobre o entendimento de fronteira acreditamos que temos duas questões para serem levantadas e enfrentadas:

I - Sobre a dimensão econômica nas reflexões sobre fronteira

Em termos gerais percebemos que a categoria é amplamente trabalhada no viés econômico. Não poderia deixar de ser. Porém, detectamos que pouco ou nada a dimensão é integrada a outra, de cunho mais imaterial ou simbólico, como, por exemplo, o elemento cultural. Observamos as relações feitas quase sempre com a dimensão política. Compreendemos que para enlaçar, abordar integradamente, as dimensões (econômica, política, cultural e ambiental) que envolvem a existência das comunidades camponesas nas fronteiras agrárias amazônicas a pesquisa a partir do componente territorial é um imperativo.

II - Sobre uma interpretação etapista da fronteira

Outro problema que apontamos quando não se observa a distinção dos tempos históricos dos sujeitos na construção de seu território no interior da fronteira é que tende-se a fazer uma análise *etapista*, cheia de esquemas tipológicos recorrendo-se a esquemas classificatórios que geralmente se aproximam de um processo linear de compreensão da realidade, onde se “evolui” de um espaço quase sem humanos, um meio natural soberano, até a chegada de um meio completamente artificializado, quase sem natureza, onde se chega exatamente ao *fim* ou ao *fechamento* da fronteira com a hegemonia e a generalização da cidade e do urbano. Tal perspectiva interpretativa acaba se recheando de uma leitura igualmente linear onde evoluiríamos de um feudalismo,

para alguns, ou de um pré-capitalismo, para outros, até chegarmos num moderno espaço urbano-industrial-capitalista.

Para Martins esse *esquematismo* tem base no marxismo estruturalista de Althusser, exatamente na

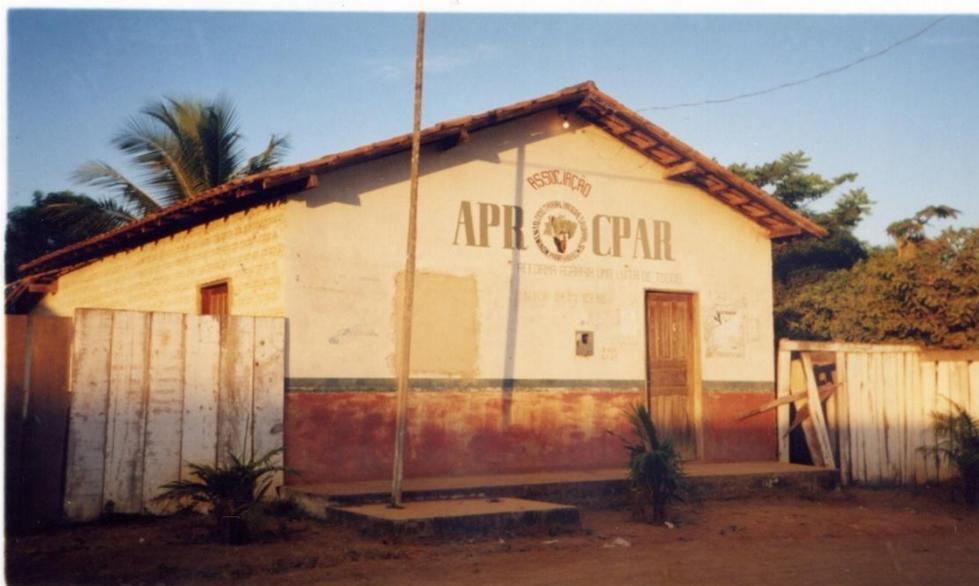
[...] ideia de formação socioeconômica constituída de níveis, isto é, camadas de realidades desiguais, dotadas de autonomia relativa umas em relação às outras e, portanto, esvaziadas de historicidade. A partir daí não se distingue entre sistema mercantil e capitalismo, entre propriedade privada e propriedade capitalista (isto é, propriedade dos meios de produção destinada a exploração caracteristicamente capitalista da força de trabalho) entre modo de produção capitalista e modo de produção especificamente capitalista, entre processo de trabalho e modo capitalista de produção. (MARTINS, 1997: 161)

Em termos específicos apontaremos algumas questões para cada percepção que elencamos acima. Foram levantadas em trabalhos de campo preliminares desenvolvidos entre os anos de 2011 e 2012 nos respectivos espaços de pesquisa. Retomaremos as problemáticas elencadas no último capítulo de nossa tese.

3.3.1 Considerações empíricas sobre a percepção da fronteira no quadro de um estruturalismo economicista.

No sudeste do Pará, no município de Parauapebas, o MST organizou um assentamento chamado Palmares II (um de nosso lócus de pesquisa). De imediato, foram aprovados 05 grandes cooperativas agroindustriais para os assentados trabalharem coletivamente, muito com base no modelo do sul do país, onde as cooperativas agroindústrias tiveram um relativo êxito. As agroindústrias foram de farinha, suinocultura, rizicultura, laticínio e de avicultura. A estrutura foi montada e as agroindústrias começaram a funcionar. Depois de dois anos todas fracassaram. Independente das possíveis causas da derrota desse modelo, já trabalhadas em Monteiro (2004), chamamos atenção para uma situação específica na agroindústria da avicultura.

FOTO 01 – Sede da Associação dos Produtores da Palmares II/APROCPA.



Fonte: Bringel, 2012.

Montada a estrutura para produção de frango de granja em escala industrial, com suas respectivas divisões do trabalho, com jornadas distribuídas ao longo de quatro turnos, um sistema técnico exógeno à lógica camponesa, já que desde o fornecimento de pintos à ração utilizada para os frangos, passando pela quantidade de unidades animais a serem criadas e abatidas, tudo era ditado por uma grande indústria alimentícia, a Frango Americano. Depois de um ano nesse “regime”, os assentados realizaram uma assembleia para desmontar a agroindústria, dividir os frangos entre as famílias e convertê-los em *frangos caipira*.

Esse fato nos remete ao que nos trouxe José Graziano da Silva quando discorre sobre o processo de tecnificação dos agricultores e uma das faces de sua proletarização na fronteira agrícola. Essa tecnificação levaria a recriação do camponês sob outras bases transformando-o em um *novo camponês*, agora, como um *trabalhador para o capital*. Este caso, embora é verdade carecendo de generalizações, nos demonstra a força de resistência do camponês à tecnificação, sua recusa ao regime de jornadas fixas de trabalho e da proletarização como um todo e sua insubordinação à dependência da própria indústria. Tal situação nos leva a questionar essa transformação mecânica tanto no sentido da “capitalização”, onde conflito seria, agora entre frações de classe (pequeno empresário capitalista *versus* empresas) quanto no “sentido particular de

proletarização” no que se refere à transformação desse camponês na fronteira em um simples “trabalhador em domicílio”.

Um elemento importante na contribuição de Silva é o componente do conflito. Afirma que, mesmo em uma situação de fechamento da fronteira, a lógica do conflito permanece. Talvez ainda mais intensa, justamente porque a disponibilidade de terras livres se esgotaria, a propriedade privada e o monopólio sobre esse recurso se adensariam e a luta pela redistribuição se instalaria. Esta hipótese se confirma em áreas onde a fronteira caminharia para sua consolidação. É o caso do sudeste do Pará onde teríamos uma grande mão de obra móvel, refugio da incapacidade de absorção dos agentes do capital. Retomaremos essa reflexão na segunda parte da tese quando trabalharemos os elementos que compõem a territorialização do PA Palmares II.

3.3.2 Considerações empíricas sobre a percepção da fronteira como estranhamento entre as formas camponesas e formas capitalistas

Outra área de nosso estudo é o PDS Esperança no Município de Anapu, região Sudoeste do Estado do Pará e que faz parte da Microrregião de Altamira. O PDS é uma modalidade de assentamento rural onde se associa a agricultura com práticas extrativistas florestais. Fundado em 2004, o PDS foi resultado de intensa luta de *colonos* ao longo da rodovia Transamazônica contra a grilagem de terras e extração ilegal de madeira que se estabeleceu na região a partir da década de 1980.

O estado brasileiro dividiu a Rodovia Transamazônica em dois polos (Transa-Oeste e Transa-Leste). O polo Transa-Oeste com terra considerada “boa”, de terra roxa, a chamada “*faixa*”, onde os agricultores ali instalados seriam rapidamente inseridos no mercado, com a assistência técnica, com ramais abertos pelas máquinas do Estado, instalação de escolas a cada 10 quilômetros e produção voltada para a exportação. Objetivando aí transformar os camponeses, colonos do sul, em agricultores familiares exemplos de uma pequena produção que “*deu certo*”. Outro polo, o Transa-Leste, abandonado à própria sorte, com trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro, onde “em 1975, os primeiros colonos começaram a abrir as picadas e ramais ‘no braço’ (com facão e foice) [...] sem nenhuma estrutura ou apoio governamental esses colonos mediam os seus lotes com cordas” (GUZZO & SANTANA 2009, 41).

FOTO 02 Inauguração da Rodovia Transamazônica - PA



Fonte: (indefinida)

O projeto político do estado brasileiro para esse polo (transa-leste), desde o seu início, foi sempre contar com a derrota da agricultura camponesa e estabelecer a concentração fundiária objetivando a territorialização da “grande empresa rural” através da CATP’S (Contratos de Alienação de Terras Públicas) com lotes em média de 3.000 hectares.

A partir da situação apresentada acima, nossa hipótese, a partir da proposta de José de Souza Martins, é que houve uma sobreposição da frente de expansão sobre a frente pioneira nesta área da Transamazônica. Isso porque o acesso à terra “obtida pela posse” se estabeleceu sob o signo de “colonização espontânea” na Transa-Leste. Ao mesmo tempo e espaço, na Transa-Oeste se estabeleceu “um regime de propriedade privada da terra”, ordenada pelo estado brasileiro e chamada de “colonização dirigida” o que poderíamos caracterizar de uma “frente pioneira”. O resultado seria uma tensão entre a *terra de negócio* e a *terra de trabalho*. O assunto será retomado nos capítulos 07 e 08 da tese.

3.3.3 Considerações empíricas sobre a reprodução capitalista por acumulação primitiva baseada na especificidade camponesa

O assentamento Palmares II está localizado no entorno da Serra de Carajás, no interior do município de Parauapebas, sofre a influência direta do Projeto Ferro Carajás

– PFC da companhia de mineração Vale. Assim, a lógica do vetor da mineração, como mais uma frente econômica, é um componente importante na reflexão sobre a fronteira e da questão agrária que lhe é subjacente.

FOTO 03 Trem da Vale na Ferrovia Carajás – Itaqui cortando o PA Palmares II.



Fonte: Bringel, 2014.

A influência se dá basicamente através de três situações. Duas ligadas diretamente à Vale. A primeira através da utilização do trabalho dos assentados pelo assalariamento feito por empresas terceirizadas atingindo parte importante da juventude. A segunda pela sua ferrovia³⁹ que “corta” o assentamento (no momento, passa por uma duplicação). É grande o número de acidentes provocados pelo trem envolvendo tanto humanos como outros animais de criação dos assentados (bovinos, suínos, caprinos e equinos). Uma terceira situação se articula com o processo de expansão da malha urbana da cidade de Parauapebas, com a demanda crescente por areia e seixo pela indústria da construção civil. Nesta cidade é grande o assédio por esses recursos junto aos lavradores. Como a maioria dos lotes no assentamento são cortados pelo rio Parauapebas, que contém tais recursos minerais, o resultado é um processo crescente de

³⁹São 892 km da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Em processo de duplicação, esta ferrovia vai de Parauapebas (PA) a São Luís (MA). Vale também é proprietária do Porto Ponta do Madeira, localizado na capital maranhense. Atualmente, a EFC passa por 27 municípios, 28 Unidades de Conservação - UE e atravessa diretamente mais de 100 comunidades quilombolas, indígenas e camponesas no Pará e no Maranhão, além de abranger 86 comunidades quilombolas na sua área de influência direta ou indireta. (Jornal do MAM – Movimento dos Atingidos pela Mineração.)

“subordinação” desses camponeses ao capital mercantil na figura das estâncias de venda de materiais de construção.

Neste sentido, se materializa a “articulação entre acumulação primitiva e formas de acumulação propriamente capitalistas” e nesse jogo, o campesinato é fundamental. Cumpre um papel importante. Mesmo em condições subordinadas às regras de acumulação do capital que no “capitalismo autoritário, onde quer que preexista uma base camponesa, ela não é destruída pelo desenvolvimento capitalista (a não ser em parte), mas é *mantida como uma forma subordinada de produção* e a acumulação primitiva prosseguem às suas custas” (VELHO, 1976:49). Temos, então, além da lógica de subordinação pela agricultura, também a subordinação pelo extrativismo. No caso, mineral. Também retomaremos este fenômeno na segunda parte da tese. Quando trabalharmos as características do assentamento.

3.3.4 Considerações empíricas sobre a diversidade de situações e formas da presença camponesa na fronteira amazônica: uma problematização alternativa.

Ao chegarmos na Palmares II ainda pelo ano de 2006, em outra situação de pesquisa, encontramos um lote cercado na área reservada para a expansão da agrovila que destoava da paisagem planejada. Classificamos como “ocupante” porque naquele momento o camponês que entrevistamos estava em situação irregular no Projeto. Era uma espécie de “invasor” do Assentamento organizado pelo MST. Tal situação nos chamou a atenção. “Como assim? O cara invadiu o MST!” Imediatamente quisemos conversar com ele. Tentamos pelo menos três vezes entrevistá-lo. Na primeira tentativa fomos acompanhados por um dos militantes do MST. Que quando o viu mandou sairmos imediatamente da porta de sua casa.

Na segunda tentativa fui só. Recebeu-me e imediatamente mandou sua companheira fazer café. Ofereceu um tamborete para sentar. Com pouca experiência de pesquisador, cai no erro de perguntar seu nome. Dito e feito. Fui expulso novamente de sua casa. Retornei, pela terceira vez, no outro dia. Agora, mesmo ressabiado, fui de imediato dizendo que não queria saber seu nome. Apenas sua história vida. Não tiraria nenhuma foto e nem gravaria qualquer palavra, sua ou de quem quer que seja na casa. As bases do acordo foram firmadas. Comecei, então, a conversa com esse lavrador.

Acabou sendo uma das histórias mais interessantes que já ouvi em toda a minha existência. Vamos para uma parte dela.

O lavrador “Castanheira” começou contando que tinha nascido no norte de Goiás (hoje Tocantins) no ano de 1963. Tinha saído muito cedo do lugar onde morava porque a terra era de outro. E que saiu de lá, junto com seus pais, em busca de terra própria para sair do *cativeiro*⁴⁰. Rumaram em direção ao Oeste do Maranhão. Depois de um período longo pela região de Codó encontraram a terra de um fazendeiro que ofereceu terra em troca de trabalho (a famosa condição de *agregado*). Durante o período de um ano, seu irmão se apaixonou por uma moça do lugar. O coração da moça, por sua vez, já era cobiçado por outro. Começou então uma grande refrega entre os dois pelo amor da jovem.

Em um dos episódios da disputa, o *Outro* esperou o irmão de nosso interlocutor, atocaiado, atrás de uma capoeira, na saída de uma festa. Quando o irmão passou pela capoeira, o *Outro* o atacou com uma mordida em seu ombro. Em uma breve troca de sopapos, a briga se dissipou. Foi quando começou uma “desgraça” espiritual na família de nosso entrevistado. O seu irmão morreu com uma inflamação profunda dois meses depois no mesmo lugar onde a mordida foi feita. Nesse mesmo caminho estavam indo todos os seus irmãos, inclusive ele, caindo em enfermidades profundas. Descobriram que esse *Outro* manipulava energias espirituais e era um grande “feiticeiro” da região. Foi quando a família chegou à decisão de emigrar para outro lugar (no caso o Sul do Pará). “Moço, foi um catimbó⁴¹ brabo!” foi o que disse ao responder a minha indagação do por que tinham saída daquele lugar.

Toda essa longa história é para ilustrar que nem tudo cabe na grande “cobertura” econômica e material para as explicações dos fenômenos sociais. Costa (2012) se aproximou dessa discussão, apoiado em Teodor Shanin, ao afirmar que toda compreensão sobre o campesinato na fronteira acaba numa polaridade (ou numa bipolaridade) entre o

⁴⁰ Como *morador* de uma terra de outrem que, portanto, é *sujeito* a ele.

⁴¹ “Catimbó” é uma expressão do interior do Maranhão usada para designar uma espécie de feitiço. Usada, também, como sinônimo de “macumba”.

“anticapitalista”, com potencial subversivo em relação ao projeto instaurador da “terra de negócio” (Martins), ou capaz de alterar a qualidade da sociedade civil como uma força a se tornar plenamente inserida no universo político da sociedade configurada na via autoritária de desenvolvimento do industrialismo capitalista (Velho) (COSTA, 2014:212)

O autor conclui, então, sua hipótese apresentando uma diversidade de condições da presença camponesa no interior da fronteira. Até aí tudo bem. A questão nos remete novamente à reflexão (sobre essa condição), única e exclusivamente, à dimensão econômica (ou de uma economia política).

Quando nos fala que “requalificar a esfera econômica na dinâmica agrária da Amazônia, de modo a transformá-la em *locus* privilegiado da construção de um novo projeto (também político) de modernização” (COSTA, 2012:212). Apresenta então o problema, não levado em consideração até então, é verdade, das *inovações tecnológicas* no interior do campesinato que acaba rebatendo em suas decisões estratégicas no plano da unidade de produção familiar. Acreditamos que se deve levar, sem dúvida, em conta essa variável. Porém, existem ainda outras, tão importantes quanto, que não estão na esfera da economia (pelo menos diretamente). Como esse relato apresentado, em que a decisão de migrar (característica estrutural da fronteira) não seguiu tão somente uma causalidade *material e econômica*.

3.4 Nossa proposta de estudo sobre a relação campesinato e fronteira.

Objetivamos na segunda parte da pesquisa, quando trataremos os dados coletados através de nosso banco de dados, retomar, de forma mais densa, a relação entre a territorialização camponesa na fronteira e nossas áreas de estudo. Neste momento apenas é importante afirmar que todas essas contribuições sobre a categoria fronteira são válidas e serão discutidas na relação com nosso objeto de estudo.

Na conclusão desse capítulo nosso primeiro entendimento é que um dos principais *sujeitos* da fronteira é o campesinato. Ele atua em diferentes tempos e espaços dela. Articula-se em diferentes níveis escalares e constrói e desconstrói formas espaciais produzindo diferentes funções em relação aos modos de produção que se (de)formam contraditoriamente em seu interior. Nossa problemática começa na relação entre a reprodução desse agente em área de fronteira agrária tendo como base os seus *processos*

de territorialização. Compreendendo aqui que território e territorialização serão categorias fundamentais para compreensão do fenômeno em sua totalidade.

No segundo desdobramento de nossa proposta passa pelo entendimento que a fronteira na história da ocupação territorial do continente latino americano foi uma história de acumulações que envolvem iniciativas mistas, tanto privadas como de Estado, objetivando legitimar o projeto moderno-colonial e, por consequência, a legitimidade da posse sobre os recursos, fundamentalmente da posse da terra. Neste sentido, as Capitâneas, as concessões de sesmarias e os diversos Tratados durante o período colonial, especialmente o de Tordesilhas, eram *grafias* no espaço que fronteiravam interesses de potências hegemônicas. Becker em texto construído para reflexão do advento dos 500 anos da invasão dos ibéricos na América chama a atenção para isso

Limites, como corolário das fronteiras de acumulação, constituíram linhas demarcatórias das novas áreas controladas pelas potências hegemônicas. Sim, porque inicialmente a expansão das fronteiras pelos espanhóis se fez por empresas de conquista, logo foram elas substituídas por empresas colonizadoras gerenciadas pelas Coroas. Em outras palavras, as iniciativas e decisões pertinentes à ocupação ao desbravamento dos espaços americanos passaram a incluir a política do Estado e a consequente preocupação com a legitimação da posse sobre as terras descobertas [...] Os primeiros limites das grandes fronteiras foram assim, as bulas papais, e o Tratado de Tordesilhas [...] (BECKER, 1999:08)

Desses territórios com “T” maiúsculo, parafraseando Claude Raffestin (1994), oriundos de práticas de poder institucionais, nasce um espaço de fronteira que reside numa transição entre o heterônimo e o autônomo. É marcado, ainda, por uma tensão entre o político e o cultural que deixou marcas no imaginário e nas práticas sociais do povo. Exatamente porque o Brasil seria o

[...] mais legítimo filho de Tordesilhas. É possível interpretar que o Tratado tenha pretendido ordenar os dois polos de acumulação; a riqueza circulante os capitais e a riqueza *in situ* os tesouros potenciais ou seja, o controle das grandes rotas de circulação e dos fluxos, e o controle da riqueza estocada nos territórios. Para Portugal, tendo em vista sua tradição mercantil e sua supremacia nos mares, tratava-se do controle das rotas de circulação em busca das Índias pelo Oriente. Para a Espanha o objetivo era o Eldorado localizado nas terras americanas vislumbrado por Colombo. O Brasil, contudo, rompeu com a pretendida ordem de Tordesilhas. Sua formação é justamente a história da tentativa de articulação da riqueza circulante e da riqueza *in situ* Nasceu com a polaridade dessas duas faces da riqueza.

Polaridade que envolveu também o "ser" América e ao mesmo tempo manter os laços com o Oriente. Essa polaridade marcou o país e foi sinalizada por uma vigorosa tensão fronteira/limite que se internalizou no imaginário e na prática social, manifestando-se tanto no plano geopolítico como no cultural (BECKER, 1999:09)

Becker, então, nos trás a *chave* para a associação do político com o cultural no “desenho” da formação do território no Brasil e a nossa leitura para a Amazônia assume essa conotação para a interpretação da fronteira. Assim, como representa a “indiferenciação, transgressão e conflito. O limite, pelo contrário, significa diferenciação, contenção e consenso pelo reconhecimento do outro e, portanto da própria identidade expressa, inclusive nos movimentos de autonomia e resistência” (BECKER, 1999:09).

Os processos de territorialização envolvem nessa esteira polaridades que marcam o processo de ocupação da Amazônia: do conflito social/consenso, diferenciação/indiferenciação, transgressão/contenção, acordos e ajustes que nos remetem a *relações de poder* que podem ser simétricas e assimétricas no interior da fronteira.

Essa tensão entre polos demarca a própria emergência da *modernidade* no mundo ocidental entre o que é tradicional e o aparecimento do moderno. Talvez as fronteiras agrárias sejam a própria imagem e semelhança desta tensão. Uma ruptura temporal com o tempo lento. A fricção “nervosa” entre polos de um mesmo sistema que se dá em várias dimensões da vida desde o econômico com a mudança técnica promovida pela revolução industrial, passando pela mudança política com a emergência do Estado Nacional até transformações de ordem cultural na estética dos objetos urbanos. Contribuição que caminha neste sentido pode ser vista abaixo

A análise das modificações dos valores durante a modernidade retém a hipótese de que na base dos valores modernos há um duplo fundamento formado pelo par novo/tradicional. Estas duas noções existem há muito tempo, mas somente a partir da modernidade elas constituíram como um verdadeiro sistema de valores. Para que se possa falar de um sistema centrado na tradição, é preciso que ao mesmo tempo exista um outro sistema que marque em relação a ele a sua oposição, definido por aquilo que não é tradicional, ou seja, o sistema do novo; são, pois, dois sistemas que se opõem, mas que estruturam uma mesma ordem (GOMES, 2014:29)

As relações entre os polos e sua extensão espacial na fronteira são geralmente *conflituosas* e, portanto, fundamentais e inerentes para se compreender as *territorialidades* camponesas, categoria central em nosso trabalho, e as diversas formas que adquirem no interior da *fronteira* capitalista. Como nos esclarece Fernandes (2005),

[...] O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização–desterritorialização–reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural, formadores de diferentes organizações sociais. (FERNANDES, 2005:02)

A contribuição de Fernandes se aproxima do debate porque nos fornece a ponte necessária entre a situação de *conflito social*, inerente às *sociedades de fronteira* e a territorialização do campesinato na relação com as frentes dos grandes projetos ligados ao grande capital na Amazônia paraense. Outro entendimento importante para se destacar é o elemento *terra* como estruturador dessa territorialização. Um elemento que perpassa e dá unidade a todas as relações, levando em consideração não só o elemento econômico mas todas as demais dimensões do território, inclusive a lógica do rural e o urbano no interior da fronteira, como Roberto Alentejano (2000) pontua

[...] independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas estas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial desta é muito mais reduzida. Com isso queremos dizer que cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em sua particularidade, mas também no que tem de geral, sua territorialidade mais ou menos intensa. É esta intensidade da territorialidade que distingue, em nossa opinião, o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa. (ALENTEJANO, 2000:106)

Por fim, nosso entendimento é que para se resolver a oposição reproduzida na atualidade das lutas por terra e por território e estudos que privilegiam tempos sem cultura (espaço), de um lado, e espaços sem história, de outro, uma abordagem de pesquisa pela lógica da territorialização será nossa meta. Assim, a reflexão passa pela

leitura que os processos de ocupação da Amazônia envolvem a desigualdade social, a diversidade espacial e uma tentativa constante de empoderamento sobre as riquezas por parte dos camponeses que lhes proporciona a autonomia frente aos projetos hegemônicos de espoliação.

Escolhemos dois assentamentos rurais em tempos e espaços diferentes da fronteira agrária paraense. Aplicamos 52 e 54 questionários no PDS e na Palmares respectivamente. Contendo duas partes: eixo sócio-cultural e eixo político-econômico. No primeiro eixo, sócio-cultural escolhemos duas histórias de vida para serem levantadas: *história da migração e história dos saberes*. No eixo político-econômico, *a história do trabalho e histórias da organização dos assentamentos*.

Capítulo 4 Abordagens sobre território e territorialização e sua relação com a fronteira.

Territórios

Tupinambás

Pariquis

Carajás

Mundurucus

Parantins

Manaós

Caripunas

Timbiras

Jurunas

Marabás

Verequetes da coluna

Araguaias

Tapajós

Tocantins

Macunaimas

Mocambos

Quilombos

Tamoios

Canudos

Xingus

Ajuricabas

Angelins

Nheengatus

e virão zumbizando como Zumbi
na ferrada da caba como um cabano
na quentura da bala que nem Quintino
na flechada certa de um índio.

Souza, Clei de. Territórios. Banda Folha de Concreto, 2010.

<https://cleisouza.wordpress.com/cancoes/folha-de-concreto-2/folha-de-concreto/>

4.1 A emergência do território como instrumento de análise da fronteira

A definição e o exercício das territorialidades no início do século XXI adquirem cada vez mais importância seja pela expansão geográfica do capitalismo em uma escala nunca vista antes – *mundialização* (OLIVEIRA, 2004), seja pela pertinência do *lugar* como uma categoria de afirmação frente a esta mundialização (MASSEY, 1994; ESCOBAR, 2000). A Amazônia como um *lugar* que abriga, de um lado, um conjunto de populações classificadas como camponesas e/ou *tradicionais*, circunscritas no que Martins (1997) avalia como uma *acumulação primitiva* no interior da *reprodução ampliada de capital*, e de outro, uma miríade de grandes projetos agropecuários e extrativistas, acaba se tornando um espaço que carece, em termos de uma abordagem geográfica, a compreensão sobre o *território* e a *territorialização* camponesa frente o avanço das relações de produção capitalistas.

O avanço do modo capitalista de produção é exatamente o fenômeno que caracteriza a região amazônica como uma *grande fronteira*. O desafio em nossa tese é compreender esse fenômeno a partir do que chamamos de uma territorialização camponesa através de um objeto geográfico, o Assentamento Rural. Entendemos esse tipo de intervenção fundiária como um território que é recheado de territorialidades sobrepostas. Ao mesmo tempo em que ele se apresenta como uma *encruzilhada social* (CARVALHO, 1999) pela diversidade sócio-espacial do assentado é, também, ao mesmo tempo, um *campo de forças*⁴², com relações de poder simétricas e assimétricas dentro e fora do assentamento, da região e da fronteira capitalista.

Nossa problemática se intensifica quando usamos em nossa pesquisa dois conceitos-chave e indubitavelmente polissêmicos. Tanto a *fronteira* como o *território* é composto por dimensões sociais como a política, a econômica, a cultural, incluindo as relações com a natureza. E quando se privilegia uma ou outra (ou várias) dimensão (ões) no campo da pesquisa necessariamente nos remetemos a abordagens diferenciadas e afiliações epistêmicas, políticas e metodológicas igualmente distintas.

Por outro lado à interseção desses dois fenômenos (fronteira capitalista e territorialização camponesa) têm consequências para o *dever* amazônico ainda

⁴² Campo de forças no sentido do que apresenta Souza (2006) “uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de uma complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2006:86)

indefinidas. Uma dessas indefinições reside na *Questão Agrária*. Acreditamos que ela ganha nos últimos vinte anos, contornos novos e diferenciados na região. Para entendê-los a abordagem territorial se converte numa imposição para o esforço de pesquisa. É o chamado *giro territorial*⁴³ (CRUZ, 2013).

Um desses novos conteúdos é o que Lopes *et all* (2004) aponta como uma “*ambientalização*” dos conflitos sociais⁴⁴, envolvendo-se aí os conflitos no campo. No caso amazônico destaca-se nessa *Questão* o componente da mineração. Não se pode pensar o agrário na região sem levar em consideração essa variável. Tanto a mineração industrial como àquela feita artesanalmente. Tanto de minerais preciosos como aqueles retirados de forma manual. Referimos-nos aos minerais não-metálicos como a areia e o seixo no interior dos lotes dos assentados. Todo esse novo conteúdo nos remete ao elemento territorial. As relações de poder no/do espaço.

Paul Little (2002) discutindo uma “antropologia do território” afirma que a questão fundiária (uma das variáveis da *Questão Agrária*) no Brasil vai além da redistribuição de terras e se

[...] torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. Essa mudança de enfoque não surge de um mero interesse acadêmico, mas radica também em mudanças no cenário político do país ocorridas nos últimos vinte anos. Nesse tempo, essa outra reforma agrária ganhou muita força e se consolidou no Brasil, especialmente no que se refere à demarcação e homologação das terras indígenas, ao reconhecimento e titulação dos remanescentes de comunidades de quilombos e ao estabelecimento das reservas extrativistas. (LITTLE, 2002: 02-03)

Percebe-se aí que a dinâmica das lutas dos grupos sociais no campo passa, então, pelo que chama de “ocupação e afirmação territorial”. Este autor reforça a necessidade de uma abordagem territorial, pois só assim poderíamos captar a complexidade da *Questão Agrária* no Brasil.

⁴³Segundo esse autor o território ganha uma crescente centralidade a partir das lutas dos movimentos sociais na América Latina. Uma dupla centralidade analítica e política na contemporaneidade (CRUZ, 2013)

⁴⁴O termo “ambientalização”, para os autores em questão, seria um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos que, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e grupos sociais, se transformam em uma *Questão Pública* que, assim como a *Questão Agrária*, é incorporada na forma e na linguagem dos conflitos sociais em nosso tempo.

Adverte que o foco na questão territorial não seria “reduzir a existência desses grupos a esse único fator nem apagar ou ignorar as diferenças existentes entre os diversos grupos.” (LITTLE, 2002:03). Mas, para afirmar que esse “novo” olhar analítico pode detectar semelhanças importantes entre os diversos grupos, semelhanças muitas vezes que ficam ocultas quando se utiliza outras categorias. Captar isso objetivaria “vincular essas semelhanças a suas reivindicações e lutas fundiárias e descobrir possíveis eixos de articulação social e política no contexto jurídico maior do estado-nação brasileiro.” (LITTLE, 2002: 03).

Acreditamos que no debate apresentado por Paul Little há uma necessidade de articulação social e política acaba se inserindo numa discussão maior. No debate político e teórico que se vive na contemporaneidade e que colocam em evidência duas lutas, aparentemente, distintas: a *distributiva* de recursos no caso, terra e *afirmativa* no caso, território que, ao se encontrarem na fronteira agrária amazônica, ganham um estatuto interpretativo instigante. Os diversos tipos de intervenção fundiária, dentre eles os assentamentos rurais, acabam transformando-se num lugar privilegiado de análise na medida em que

Os novos movimentos lutam não só contra a desigualdade – pela redistribuição dos recursos materiais, a terra – mas também pelo reconhecimento das diferenças culturais, dos diferentes modos de vida que se expressam em suas diferentes territorialidades. Não se trata simplesmente de lutas fundiárias por redistribuição de terra; está em pauta também o reconhecimento dos elementos étnicos, culturais e de afirmação identitária das comunidades tradicionais, apontando para a necessidade do reconhecimento jurídico de seus territórios e territorialidades. É nesse processo que ocorre um deslocamento não apenas semântico (da terra ao território), mas um deslocamento epistêmico, político e jurídico. (CRUZ, 2013:163).

Essa discussão ganha volume e densidade em Acsehrad (2013) que, com base em Fraser (2006), apresenta também essas duas problemáticas que foram construídas em separado, “a questão das demandas por terra por parte de grupos camponeses fundados na tradição do trabalho familiar” e, por outro lado, “as demandas por território formuladas por grupos indígenas, quilombolas e extrativistas detentores de modos de vida associados ao uso de terras tradicionalmente ocupadas” (pag.10).

Tanto as lutas por terra e as lutas por território foram construídas em separado como os próprios estudos dos fenômenos foram desenvolvidos igualmente em separado. Estamos nos referindo que essas questões levantadas por Little (2002), Cruz (2013),

Acsehrad (2013) e Fraser (2006) se encontram, na esfera acadêmica, com outra problemática, apontada por Brandão (2007). No interior das pesquisas no/do *rural* identificam-se dois grupos de pesquisadores: os que estudam as *sociedades rurais tradicionais* (indígenas, quilombolas e ribeirinhos), privilegiam o *espaço e a cultura*; e os outros que, ao estudarem as *sociedades camponesas* no interior da *fronteira, nas frentes pioneiras*, áreas com maior intensidade de conflito agrário, enfocam o *tempo e a história*. O resultado, segundo o autor é ter

[...] então, de um lado, um excesso de cultura (espaço) sem história e, de outro, um excesso de história (tempo) sem cultura. Há muitos espaços sem tempos, de um lado, e muitos tempos sem espaços, de outro. E é difícil encontrar um ponto de equilíbrio entre essas duas dimensões que tanto na natureza quanto nas sociedades humanas não existem nunca em separado. (BRANDÃO, 2007: 38)

Debruçando-nos sobre as causas que levam essas duas lutas serem construídas em separado e os estudos rurais que problematizam essa questão desenvolvendo reflexões com *espaços sem tempos e tempos sem espaço* na fronteira capitalista amazônica, chegamos à hipótese de que isso se deve a dinâmica interna do agrário nesta fronteira. Ela também é pensada em separado em virtude do seu tempo histórico.

Partimos da ideia que a *luta redistributiva*, por terra, reside num tempo-espaço da fronteira distinto e caracterizado como *pioneira*, onde o mercado de terras já está estabelecido, uma densidade jurídica mais ou menos articulada, a pressão demográfica mais intensa, a fragmentação político-territorial imposta formação de novos municípios e de Estados, o meio biofísico tomado por pastagens e as redes de parentesco e comunicação são mais fluídas. Em suma, as relações institucionais sedimentadas.

Caminhando por outra *margem*, em *outro* tempo-espaço, caracterizado como *frente de expansão*, reside à *luta por território*. Esta luta é a dos sujeitos que começam a ser friccionados por agentes do modo especificamente capitalista de produção. As terras não foram completamente *cercadas*, existe um estoque de “terra liberta”⁴⁵, o meio natural é imperioso com prevalência da floresta, a pressão demográfica menor, a

⁴⁵Apesar dessa formulação já ter sido questionada através de vários elementos que apresentam fundamentos e que não cabem serem tratados neste momento. Referimos-nos ao estudo de Musumeci (1988) intitulado O Mito da Terra Liberta – colonização “espontânea”, camponato e patronagem na Amazônia Oriental. No imaginário do camponês migrante esta categoria é muito forte. Inclusive guiando práticas de migração e deslocamentos espaciais. Partiremos da própria definição da autora sobre o que é “terra liberta”. A saber, “(...) refere-se, em princípio, as terras devolutas, *livres*, não-tituladas, em oposição as “terras de dono”. Também pode designar, em certos contextos, a terra sem cerca, sem capim, ‘solta’, ‘ao aberto’ e sem ‘sujeição’”. (MUSUMECI, 1988: 366)

extensão territorial dos municípios maior, as redes de parentesco e de comunicação mais auto-centradas, estamentais e as relações instituintes permanecem.

Neste sentido, acreditamos que a *abordagem territorial* é fundamental para integrar esses *espaços sem história* com esses *tempos sem espaços*. Ao mesmo tempo, perceber que os elementos que compõem as estratégias das lutas distributivas e as estratégias das lutas por território acabam fazendo parte de uma mesma *totalidade*. Já que na fronteira agrária amazônica temos num determinado tempo-espaço, *além* da fronteira de acumulação do capital essas *sociedades tradicionais* como Indígenas e Quilombolas e, em outro, as sociedades camponesas das frentes pioneiras, dos acampamentos e dos assentamentos, inseridos de forma contraditória ou precária, na fricção com os agentes do capital ou *aquém* da fronteira e enlaçadas contemporaneamente pelas agroestratégias.⁴⁶

No tópico a seguir faremos uma revisão dos enfoques sobre os estudos territoriais e reteremos o que é mais interessante para a nossa problemática, para em seguida apresentar nossa proposta de pesquisa territorial.

4.2 “Diga-me qual é teu território que te direi quem és!” – as abordagens sobre território e territorialidade nos estudos rurais.

As referências de Paulo Little sobre de territorialidade baseia-se no geógrafo Robert Sack a partir de sua discussão sobre “territorialidade humana” que se afilia a uma compreensão com base no “controle”, o espaço é areal e pressupõe uma lógica “materialista” do fenômeno. Define assim

A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* (cf. Sack1986: 19) (LITTLE, 2002:03)

⁴⁶ Para Alfredo Wagner as agroestratégias seriam “um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terra aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas”. Ela é levada a cabo por uma coalizão de sujeitos como figuras da mídia [...], professores universitários, economistas de renome, especialistas em implementação de políticas públicas, ONGs e grandes empreendedores com soluções pragmáticas e operacionais, pressionando as decisões políticas.” (ALMEIDA, 2010:103-104)

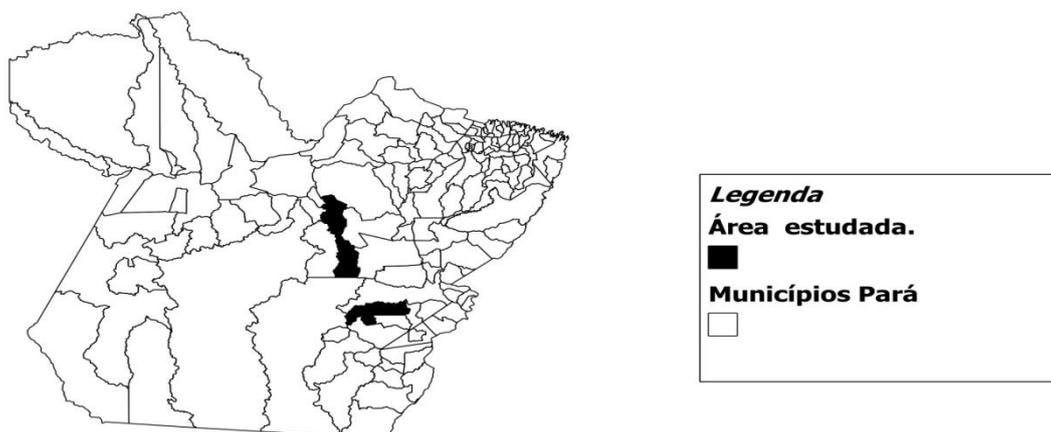
Aprofundando a discussão de Paul Little, com base em Sack, temos a definição de Carlos Walter Porto Gonçalves onde território figura como um espaço apropriado e, ao mesmo tempo, que é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Por esse caminho “há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades.” (PORTO GONÇALVES, 2006: 47).

Já Marcos Saquet nos apresenta uma leitura de território e territorialidades semelhante à de Porto Gonçalves. Pensa o território como resultado do processo de territorialização. Ou seja, o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constituiria um lugar de vida. Este processo seria condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações “(...) diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico”. (SAQUET, 2006:62).

Assumindo essa postura de múltiplas territorialidades, nossa perspectiva em relação aos Projetos de Assentamentos escolhidos para a pesquisa tanto em Parauapebas (PA) como em Anapu (PA) passam por essa opção. Esses objetos geográficos e seus sujeitos (*lavradores - colonos* em diferentes *status* de objetivação social) situam-se em diferentes tempos-espacos, sofrem a ação hegemônica do grande capital nesses dois níveis (Parauapebas – Projeto Ferro Carajás - PFC e Anapú – Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte - CCBM), assumem diferentes posições nas relações de poder e, portanto, diferentes territorialidades. Abaixo apresentamos uma figura com a posição dos municípios na configuração territorial do Estado.

No entanto, o interesse não é só estabelecer diferenças. Essas, inclusive, seriam mais fáceis de detectar. O desafio seria constatar semelhanças que, no entendimento de Paul Little, são vinculadas a reivindicações e lutas fundiárias comuns e apontam para eixos de articulação social e política maior, no contexto do Estado nacional brasileiro.

FIGURA04 Municípios no Pará onde se localizam os Assentamentos Estudados.



Fonte: Bringel, 2013.

Outro pressuposto na abordagem sobre a *territorialidade* de camponeses na Amazônia paraense é partir de uma abordagem *integradora* das dimensões do espaço desses atores. Já que o econômico não se separa do ambiental, nem o político do cultural. Nesta perspectiva Haesbaert (2010) aponta para possibilidades de se trabalhar o território numa “coexistência de dinâmicas próprias como político, econômico, cultural, etc.” (pag.76) ou mesmo de se trabalhar com a “ideia de uma nova forma de construirmos o território se não de uma forma ‘total’ pelo menos de forma conectada/articulada, ou seja, integrada” (pag.76) através de um espaço, no caso amazônico, que é produzido e sentido por essas sociedades camponesas numa lógica que integra, ou que procura integrar, a vida política, econômica, cultural e ambiental. A partir dessa lógica relacional teríamos uma mediação espacial do poder que resulta da

Interação diferenciada das múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza estritamente política até seu caráter propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico-religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos (HAESBAERT, 2010:93)

Nesta abordagem, o autor levanta a questão das políticas de ordenamento territorial. Importantes para a nossa pesquisa porque, no caso amazônico, grande parte delas é de caráter exógeno e que por isso, excluem as populações locais em sua

elaboração, com a conseqüente desqualificação das territorialidades desses povos. Porém, sua organização e resistência podem se fazer sentir através de sua organização nos diversos movimentos sociais no campo.

Assim, nesse jogo de forças do ordenamento territorial, o autor em baila aponta para duas características

Em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2010:76).

No caminho teórico apontado pelo autor, ao fazermos a relação com a *situação de fronteira* que as sociedades camponesas se defrontam na Amazônia, identificamos este *jogo* na relação que existe entre as políticas territoriais inclusas aí as populacionais desenvolvidas pelo Estado macropoderes políticos institucionalizados através da gestão da logística e dos deslocamentos da população procurando estabelecer as frentes de expansão demográfica. Ela atua no sentido de uma desterritorialização, já que esse processo estaria vinculado aos elementos modernizadores subjacentes à globalização. Esta situação estaria condicionada “(...) a processos eminentemente dinâmicos, de mobilidade e inerentes ao período técnico-científico do pós-1960. Sucintamente, a desterritorialização significa a destruição de antigos territórios e/ou *des-in-tegração* de novos espaços, em rede.” (SAQUET, 2007:126).

Do outro lado, existem as diversas formas de organização dos camponeses procurando aí estabelecer suas estratégias de reprodução social inclusive às de migração como a contra-mobilidade ou de imobilidade⁴⁷ (GAUDEMAR, 1972). É nessa relação entre os processos migratórios para a Transamazônica e para o Sudeste do Pará que se afirma uma “(re)territorialização, por sua vez, corresponde a constituição de novos territórios com uma *nova* apropriação política e/ou simbólica do espaço” (SAQUET, 2007:126).

⁴⁷ Para Jean-Paul Gaudemar essa categorias de *contra-mobilidade* ou de *imobilidade* se remeteria a uma recusa das *formas capitalistas de mobilidade*. Essa recusa estaria na necessidade de modificar a estrutura social, e não conservá-la. Um termo equivalente seria o de auto-mobilidade (GAUDEMAR, 1976:46)

No que se refere ao papel do Estado na gestão-redistribuição da população pelo território brasileiro (ações desterritorializadoras)⁴⁸ identificamos políticas que se desenvolvem a partir da década de 1940. É o caso da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central - FBC. O Estado Novo (1937-1945) começa a delinear sua política populacional, promovendo as primeiras mobilizações da população e objetivando integrar o Brasil à procura de recursos que pudessem dar suporte ao nascente projeto urbano e industrial.

Outro documento interessante formulado na década de 1960 pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, coordenado por Celso Furtado, discutiu e programou políticas de cunho redistributivo da população no nordeste brasileiro, especificamente na chamada região do semi-árido. Propunham o “deslocamento da fronteira agrícola” do semi-árido em direção as “terras úmidas maranhenses”, como vemos no seguinte trecho “Deslocamento da fronteira agrícola do nordeste, visando incorporar a economia das terras úmidas do *hinterland* maranhense que estão em condições de receber o excedente populacional criadas pela reorganização da economia da faixa semi-árida” (GTDN – SUDENE, 1978: 07)

Passada a década de 50, que teve como marcos da política colonizatória a construção da Belém-Brasília, da Rodovia Transamazônica, da própria cidade de Brasília e a política de incentivos fiscais para empreendimentos na Amazônia, distinguiram-se nos gabinetes da ditadura militar duas modalidades de colonização: a *dirigida* e a *espontânea*. Como, com propriedade, se questionou: “(...) até que ponto é válido falar em política governamental, tratando-se de colonização não-dirigida, ou seja, dessa que se processaria ‘espontaneamente’?” (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004: 41). Como toda linguagem é incrivelmente ideológica, os autores nos dão uma contribuição buscando desmistificar categorias impregnadas de ideologia:

Colonização espontânea e dirigida não são, na verdade, dois processos perfeitamente distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização, uma acompanhada por interferência externa (do Estado ou de uma entidade privada), outra isenta dela. Nos sistemas políticos modernos, inclusive os mais liberais e menos dirigistas, a vida social toda sofre interferência do Estado, direta ou indireta, deliberadamente maior ou menor, sempre orientada e seletiva. Medidas de política envolvem todas as dimensões e todos os aspectos da vida social, de

⁴⁸ Para Deleuze & Guatarri (1995) a própria ação de edificação do Estado já pressupõe um movimento de desterritorialização.

forma impositiva, incentivadora, ou simplesmente permissiva ou omissa. (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004: 42).

Neste sentido, o papel do Estado no estabelecimento dos fluxos migratórios e, portanto, na gênese da composição da frente de expansão para Amazônia foi fundamental. A retirada compulsória de trabalhadores do Nordeste e do Sul do Brasil para compor esta frente na Amazônia paraense já oferece os elementos que compõem a *desterritorialização*. Entretanto, o discurso do Estado para os trabalhadores é o oferecimento de “recursos abertos e inesgotáveis” na Amazônia, entre os principais, destaca-se a “farta distribuição de terras”. Camponeses, então, munidos do sonho de conquista dessa *terra liberta* emigram e se deparam com um ambiente relativamente desfavorável para a sua reprodução, portanto, para a sua *reterritorialização*.

No entanto, existiam *brechas*⁴⁹ para a sua reinvenção. Criando, na *marra*, seus espaços de sobrevivência esses agricultores camponeses, através da sua organização começaram a abrir, no “*front*”, seus territórios até então perdidos no seu lugar de origem e, agora, não só reinventam seus novos espaços como também reinventam a si mesmos, forjando-se no interior da fronteira um *novo campesinato*.

4.3 A Trama Territorial dos assentamentos rurais na Fronteira

Partimos da hipótese que esse novo camponês é forjado no que Marcos Saquet chama de *trama territorial* (SAQUET, 2006: 61). Essas *tramas* seriam os circuitos de comunicação e circulação entre os espaços que compõem o seu processo de territorialização. Seja através de uma rede de parentesco ou profissional, das relações que ele estabelece entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, ou mesmo, entre os lugares de sua origem ou por onde passaram.

É exatamente este componente que o transforma, aumentando sua percepção sobre o espaço, ele o transforma e transforma a si mesmo. Tal perspectiva entra em

⁴⁹ Estamos compreendendo este conceito baseados em Cardoso (2004). Ou seja, um misto entre o trabalho escravo e a forma camponesa deixada pelo processo de colonização que se estabeleceu na América Latina. São heranças de um período que o escravo tinha pequenas cotas de terras que podiam cultivar uma vez por semana e cuja produção lhe pertencia. Era a chamada “brecha camponesa”. Acreditamos que esse fenômeno de forma geral deixou marcas na paisagem agrária brasileira e, em especial, no espaço agrário amazônico quando nossos informantes nos revelam que passaram pelo status de *agregado*. Trabalhavam na terra do fazendeiro em sujeição, contudo tinham momentos em que dispunham de um pedaço de terra para plantar e que a produção era destinada para seu auto-consumo e eventualmente para a comercialização.

conflito com definições clássicas de camponês⁵⁰ que os caracterizam como uma *sociedade parcial* ou *sociedade territorial*, porque seriam autocentradas e se retroalimentariam, dependendo nada ou quase nada da sociedade global.

Ainda nessas redes de comunicação e circulação, Saquet (2007) nos dá uma importante pista para estudar quem se territorializa em movimento. Já que esses circuitos servem para o controle *do e no* espaço

Elas agem como elementos mediadores de reprodução do poder da classe hegemônica e ligam o *singular* ao *universal* (e vice-versa), interferindo diretamente na territorialidade dos indivíduos e classes sociais. A territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente. (SAQUET, 2007:129)

Nessas relações diárias que observamos fatores que agem tanto no sentido de fortalecer a reprodução camponesa na fronteira agrária amazônica, bem como elementos que agem para sua desterritorialização. É importante observar que essas situações exigem a compreensão de um tipo específico de intervenção fundiária e, portanto territorial – a política de construção de assentamentos rurais que se avolumaram no Brasil a partir da década de 1990⁵¹.

Os assentamentos rurais começam a aparecer no Brasil, com maior intensidade, na década de 1990. Sua construção é acompanhada de estranhamento, de negação, o que resulta em medo por parte da população local. Este receio está associado aos históricos conflitos que se estabeleceram no país pela posse da terra, especialmente no Pará, palco de diversos massacres ao longo de sua história. Mas, no caso da Amazônia, ocorre no contexto dos intensos processos migratórios que se estabeleceram pelos *programas de colonização* (ARAGON & MOUGEOT, 1983; HÉBETTE, 2002; MAGALHÃES, 2002).

Com o aumento de sua presença, os assentamentos se destacam, ao mesmo tempo, por apresentarem indicadores de forte diversidade social em sua composição e de intensos conflitos na sua formação. Essas duas características atribuem ao sujeito que

⁵⁰ Dentre essas leituras clássicas destacamos obras dos europeus: Henri Mendras, Jerzy Tepicht e Karl Kautsky.

⁵¹ A esse respeito consultar LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos**: Um estudo sobre o meio rural brasileiro, Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Editora UNESP -Co-editora e distribuidora. 2004.

constrói os assentamentos um papel de intensas mudanças no quadro geral de indicadores econômicos e sociais do país (educação, saúde, produção, organização, família, etc.) e, em especial, no mundo rural.

O avanço da luta pela reforma agrária, protagonizado pelos movimentos sociais do campo, utilizando como método a ocupação de terras, levou à construção de uma série de assentamentos rurais no Brasil. No Pará, foram assentadas 67 mil famílias só no período de 2003 a 2005 (INCRA, 2006). Apesar da existência de vários questionamentos sobre esses números do INCRA, os P.A's estão se territorializando e junto com eles o debate sobre quem são esses “assentados” da reforma agrária no Pará e que territorialidades eles desenvolvem no interior desses objetos geográficos.

O termo “assentamento rural” é quase sempre utilizado para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária. Essa intervenção se insere no âmbito das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado tanto no espaço rural como no urbano. Para Carvalho (1999), o assentamento compreende um conjunto de famílias vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. Por isso, o assentamento é utilizado como expressão não apenas para designar uma área de terra, mas “também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais” (CARVALHO, 1999: 5).

Seus beneficiários em potencial, como nos demonstra Medeiros & Leite (2004: 17- 18), podem ter diferentes origens sociais e espaciais:

[...] posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras de acesso a terra, optaram pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, atingidos pela construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros (MEDEIROS & LEITE, 2004: 17-18).

Neste sentido, os assentamentos rurais são compostos por pessoas de diversas origens geográficas, trajetórias sociais e com experiência em diversas ocupações e em diferentes condições de trabalho. Nem por isso o estatuto normativo de um assentamento deixa de o tratar como se fôra homogêneo. Os organismos governamentais e da sociedade civil acabam tratando-o igualmente de forma homogênea.

Essa tendência a uma visão homogeneizadora é sintetizada na expressão “o assentado”, uma identidade social atribuída de fora para dentro, e na maior parte das vezes, seja por alienação ou por conveniência, assumida pelos trabalhadores rurais. Essa percepção que não identifica as diferenças, que rejeita subconscientemente esta heterogeneidade, impede o estabelecimento de interações sociais de reciprocidade, de compartilhamento, que estejam abertas à construção de novas tipificações, entre os de fora e os de dentro do assentamento, capazes de proporcionarem, num determinado plano social, novas identidades sociais. (CARVALHO, 1999:08).

A análise de Carvalho (1999) reafirma a necessidade dos estudos sobre território e territorialização dos assentados, já que tal classificação é estabelecida de fora para dentro e que rejeita a heterogeneidade de elementos que compõe o assentamento e ao mesmo tempo apontam para que Carvalho (1999) chama de “encruzilhada social”. Na medida em que Assentamentos se localizam no interior da fronteira a encruzilhada se complexifica e com ela aumenta a necessidade de estudos sobre tal fenômeno.

Nogueira & Suzuki em recente estudo reforçam a necessidade da compreensão dessas heterogeneidades pelo viés das *diferenças* no interior dos assentamentos, exatamente por remeterem ao conjunto de territorialidades em seu interior, pois

O território do assentamento é um *reclamo à diferença*, marcado pelo conflito entre territorialidades, o qual encontra, nas práticas sociais e nas estratégias de luta, sua expressão mais aguda, em que a resistência, a luta pela sobrevivência, pela dignidade, pela permanência e pelo pertencimento (re)criam alternativas de sociabilização no território-rede (NOGUEIRA & SUZUKI, 2013:274)

Os assentamentos como uma encruzilhada social conformando diferentes territorialidades em seu interior é o reflexo de um assentado que apresenta trajetórias individuais e coletivas intensas. Que são ao mesmo tempo distintas e semelhantes. Distintas porque cada indivíduo e família são um universo de relações tanto materiais como simbólicas apresentando diferente saberes, origens e ocupações. Ao mesmo tempo, apresentam certa unidade em suas trajetórias porque esses indivíduos e suas famílias passaram por um esgotamento das suas capacidades reprodutivas, tanto

matérias e simbólicas, e seguiram a “corrente” da emigração em direção a Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira.

No contexto da fronteira, essas famílias são migrantes não apenas em sua geração, mas trás consigo em sua “bagagem”, como uma espécie de herança, o componente atávico deste fenômeno. Desde os avós, passando por seus pais até chegar sua geração. Neste sentido, as redes de parentesco, as redes de comunicação são indicadores importantes para a compressão das territorialidades desses assentados. Moreira & Medeiros (2013) em pesquisa sobre território e territorialidades e sua relação com o movimento social caminham neste sentido

O assentamento é expressão desta reterritorialização, construção do novo território, território este conquistado na luta. É uma nova coletividade marcada pela confluência de trajetórias individuais que, quando se manifestaram, apesar da sua diversidade, no momento da luta eram vistos como unos em razão de sua identidade de “sem-terra”. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de assentado traz à tona expectativas individuais no tocante a viver e produzir na terra. (MOREIRA & MEDEIROS, 2013:263)

É nessa “condição de assentado” que inaugura um “novo tempo” recheado de “expectativas individuais e coletivas” que reside nossa preocupação de pesquisa. Sua condição de assentado na fronteira do capital, na relação direta e indireta com seus agentes, não garante sua reprodução, portanto, sua territorialização. Isso por vários motivos. Listaremos, para começar, quatro deles a título de hipótese. Elas serão trabalhadas na segunda parte da tese, no processo de tratamento dos dados coletados em campo: i) de ordem demográfica e fundiária; ii) outro relacionado a extração mineral e atividades econômicas no assentamento; iii) elemento envolvendo as grandes obras de infra-estrutura como a UHE de Belo Monte e por fim iv) e outra que diz respeito ao acesso aos serviços públicos no assentamento, como a educação.

- i) Os assentamentos são feitos para dar uma resposta imediata a pressão do movimento dos camponeses por terra. Os lotes distribuídos estão aquém da possibilidade de reprodução da unidade familiar. A composição das famílias no campo é numerosa (em média cinco filhos por unidade). Os lotes agrícolas são, geralmente, de cinco hectares (no caso sudeste do Pará). O balanço dessa equação se torna insustentável. Os assentamentos são feitos, portanto, para dar resposta a uma geração de pessoas. Um horizonte de longo prazo através da

preocupação com a reprodução de outras gerações da família é esquecido. O resultado desse processo é o deslocamento (emigração) dos filhos para outras frentes de luta pela terra e a abertura de novas fronteiras para a mobilidade do capital.

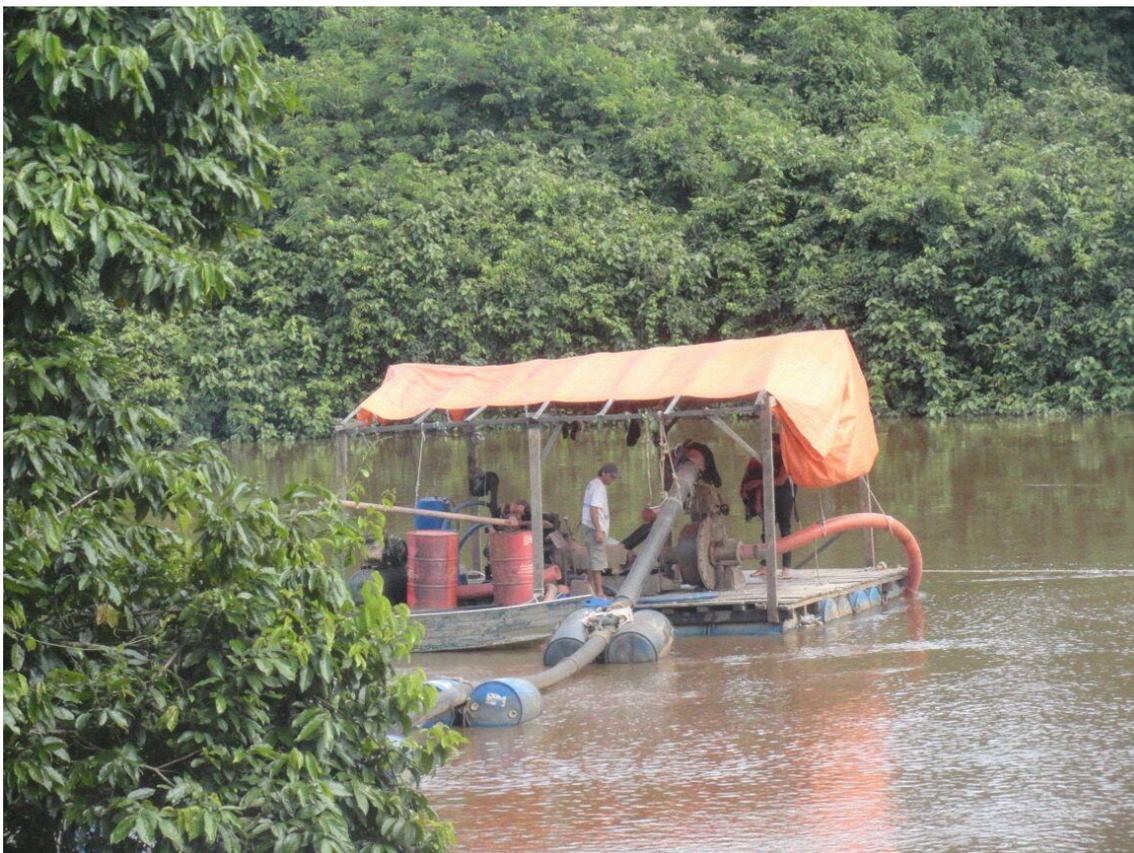
Foto 04 Vista de cima do PA Palmares II em Parauapebas - Pará



Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

- ii) Outro componente presente na questão agrária na Amazônia é a mineração. Territórios camponeses localizados nas áreas de impacto dos Grandes Projetos Mineradores e no entorno das cidades que servem como base de apoio logístico a este tipo de extração sofre com a degradação socioambiental. É o caso dos camponeses no entorno da Serra de Carajás. A principal cidade desta região é Parauapebas - Pará. Sua dinâmica intensa de crescimento em média 50 famílias chegam por semana no município requer quantidades significativas de areia e seixo para alimentar o crescimento da malha urbana da cidade. Os territórios camponeses são, portanto, o alvo preferencial do comércio regional de materiais de construção. Como o leito dos rios é o espaço de retirada desse material, o rio e sua biodiversidade são os principais atingidos. Sem falar do processo de dependência e de especialização colocados para as camponesas e camponeses por esse tipo de atividade.

FOTO 05 Retirada de areia do leito do Rio Parauapebas tributário do Rio Araguaia – “corta” o PA Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

- iii) No caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS Esperança em Anapu – Pará um dos componentes que vem ameaçando a fixação das famílias e seu processo de reprodução no assentamento é a compra de lotes. Tanto no interior como no seu entorno. Isso em virtude das desapropriações feitas na área da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Os agricultores que foram desapropriados mediante indenização estão se convertendo em verdadeiro vetor migratório em direção ao PDS. Acabam comprando lotes no assentamento com a verba indenizatória conseguida pelo Consórcio Construtor de Belo Monte – CCBM.

FOTO 06 Canteiro de Obra da Hidrelétrica de Belo Monte em Vitória do Xingu (PA)



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

- iv) Outro fator limitante na territorialização dos assentados no PDS Esperança é a educação. O acesso e a própria escola ainda são muito precários. É outra grande dificuldade relatada pelos assentados. Existe uma que funciona em um barracão que opera distante da maioria das famílias. Este fator é um das causas de migração das famílias, pois sem escola há a necessidade de desenvolver estratégias para se conseguir tal serviço. Uma delas, a principal, é a saída para a cidade mais próxima.

FOTO 07 Escola na vicinal 03 do PDS Esperança



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

4.4 Nossa proposta de abordagem territorial – Algumas *clivagens* nas dimensões das territorialidades dos assentados no Sudeste e no Sudoeste do Pará

Motivados por nossa pergunta principal na pesquisa, ou seja, qual é a relação existente entre as *frentes* de ocupação da fronteira capitalista e as territorializações camponesas na Amazônia paraense, desenvolvemos um questionário que conseguisse captar a *história de vida* das famílias nos assentamentos escolhidos – PA Palmares II e PDS Esperança. A história dessas famílias é importante por que compreendemos que a territorialidade tem um componente temporal fundamental que acabam marcando a vida em todas as suas dimensões no tempo presente. Saquet (2011) nos ajuda nesse entendimento, como observamos no fragmento abaixo

As territorialidades também significam processualidades históricas que se encontram no presente. Vivemos temporalidades passadas, presentes/coexistentes e futuras. A temporalidade é, assim, absoluta e relativa, simultaneamente, a partir do movimento mais amplo do universo e dos movimentos da sociedade numa contínua unidade do próprio movimento com des-continuidades. É, metaforicamente, o movimento da carne, do ser vivo e pensante, que já nasce morrendo sem descolar-se dos elementos abióticos e de suas invenções sintéticas e cibernéticas. O homem é um ser natural, espiritual, social, espacial, temporal e territorial (...). O homem é natureza com consciência, poder de criação e invenção. Há uma unidade entre pensar e ser, intelectualidade-praticidade, trabalho manual-espiritual, animalidade-sociabilidade-espiritualidade. (SAQUET, 2011:80).

O tempo e as temporalidades pensadas a partir da territorialidade precisam levar em consideração as relações entre os humanos e, deles, com a natureza. Percebemos uma aproximação desse pensamento de Marcos Saquet ao que foi formulado por Elisée Reclus ainda no século XIX quando afirmava que o “homem é a natureza tomando consciência de si própria” (RECLUS, 1985:38). Por isso, acreditamos que a dimensão ambiental precisa ser levada em consideração. Seja na relação com a “natureza inorgânica” ao ser humano ou mesmo no conceito marxista de “segunda natureza”.

Tomando como princípio metodológico de análise a lógica da temporalidade formulamos a hipótese de que a fronteira capitalista na Amazônia, a partir da década de 1960, irá mobilizar e *desterritorializar* as sociedades camponesas em lugares de ocupação mais antiga. Porém, sua organização e resistência podem contribuir para um

empate ou mesmo uma involução, recuo da fronteira permanecendo seus modos de vida transformados, agora, em novas territorialidades, uma nova campesinidade.

Compreendemos *empate* na mesma lógica que Chico Mendes desenvolveu durante a década de 1980. Uma espécie de embarreiramento do modo capitalista de produção através de táticas de chamada da força de trabalho mobilizada pelos agentes do capital para compor as *fileiras* do lado de *cá* ou *além* da fronteira. Porto-Gonçalves sistematizou esse movimento da seguinte maneira:

O *Empate* consistia na reunião de homens, mulheres e crianças, sob a liderança dos sindicatos, para impedir o desmatamento da floresta, prática que se tornaria emblemática da luta dos seringueiros. Nos *Empates* alertavam os 'peões' a serviço dos fazendeiros de gado, geralmente de fora do Acre, que a derrubada da mata significava a expulsão de famílias de trabalhadores, convidava-os a se associar à sua luta oferecendo 'colocações' e 'estradas' de seringa para trabalhar e, firmes, expulsava-os dos seus acampamentos de destruição impedindo seu trabalho de derrubada da floresta. Os *Empates* tiveram um papel decisivo na consolidação da identidade dos seringueiros e essa forma de resistência acabou por chamar a atenção de todo o Brasil (PORTO-GONÇALVES, 2009:152)

Na revisão teórica sobre território e territorialidade observamos que do ponto de vista conceitual existe uma densidade de obras tanto no Brasil como em outros países como México, Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália. Contudo, vigora subjacentemente, uma carência em termos de métodos e técnicas de compreensão desse fenômeno. Imbuídos dessa necessidade, adaptamos um questionário que utilizamos no momento da pesquisa de dissertação para os estudos sobre território e territorialidades nesta tese.

O questionário (em anexo) propõe uma matriz que contém os anos do calendário da vida dos indivíduos e sua idade ao longo deste calendário, com colunas definindo os diferentes eventos ou lugares por onde o entrevistado passou no curso de sua vida. Com este desenho, puderam relacionar todos os eventos da história de uma pessoa por meio de um calendário comum. Todas as informações biográficas eventos, moradias, e todas as variáveis que caracterizam uma biografia estão fechadas, descritas e relacionadas através de um calendário comum, que estrutura uma matriz. Seu interesse é combinar em um mesmo calendário não somente os eventos familiares, ocupacionais e migratórios, mas os eventos ocorridos com pessoas aparentadas, como são os pais, avós, cônjuges, filhos e filhas do entrevistado.

Este tipo de questionário se converte em uma técnica no levantamento da informação e ajuda a recordar os diferentes eventos da vida, pois relaciona o máximo de calendários em paralelo. Este tipo de desenvolvimento metodológico permitiu uma estrutura relacional que por sua vez melhora a qualidade da informação coletada.

No caso de nossa pesquisa, sua composição conta com quatro facetas específicas de uma vida, quatro *clivagens* das relações de poder que exercem e são exercidas em sua vida. Desde o nascimento do entrevistado até o momento da aplicação do questionário. Procura se evidenciar sua *história migratória*, sua *história dos saberes*, sua *história de trabalho* e sua *história familiar*. Nesta dimensão familiar foram incluídas perguntas objetivando fazer um levantamento dos avós – onde e quando nasceram, qual foi sua principal ocupação e se possuíam terra própria.

Dividimos em dois eixos nosso questionário. Um que classificamos como eixo político-econômico, ligados aos elementos de domínio e controle do território no assentamento. Tentando responder a questões sobre de ordem *material* do objeto. Outro que denominamos de eixo sócio-cultural⁵², ligado aos elementos de *apropriação simbólica e imaterial* do território dos assentamentos.

Esses eixos procuram relacionar as dimensões de ordem material e imaterial. O “peso” dado a uma ou outra, parte das relações de poder estabelecidas em diferentes contextos. Contudo, achamos interessante uma observação de Souza (2013) e o adotamos como um elemento norteador na coleta e na interpretação dos dados que considera

Ao mesmo tempo, compreender a sociedade concreta como uma realidade indivisível não nos impede de entender que, em meio as relações sociais complexas, uma *dimensão* (note-se que não falo de “instância”, “[sub]estrutura ou “subsistema”) pode aparecer, histórico-culturalmente, como a mais importante em face de tal ou qual processo, de tal ou qual circunstância – o que está longe de significar que ela seja a única relevante! Em cada caso concreto, ao se examinarem os fatores por trás do processo de territorialização, descobriremos, recuando no tempo e escavando o suficiente, um emaranhado de motivações, dos mais diversos tipos. Como já registrei e agora reitero, a defesa de uma identidade pode estar associada por

⁵² Sabemos que a cultura, a política, a economia são dimensões sociais do processo de territorialização. Destacamos, então, o *social*, para captar algumas variáveis que não apareceriam nessas dimensões. Falamos de alguns componentes demográficos e educacionais que não se relacionariam diretamente com essas dimensões. Assim, o social aqui é para efeito de organização das perguntas e dos dados da pesquisa.

uma disputa por recursos e riquezas, no presente ou no passado; e a cobiça material não é, de sua parte, deslocável do simbolismo e da cultura (“capitalismo também é cultura”, poderíamos dizer – ainda que uma pobre cultura, deveríamos completar). Portanto, o que importa aqui ressaltar é que, dependendo das circunstâncias e do ângulo do qual observamos, uma dimensão particular do fato pode aparecer como *imediatamente* mais visível ou mesmo relevante, ainda que, *mediatamente*, todas as dimensões das relações sociais sejam importantes e devam ser levadas em conta na análise (SOUZA, 2013: 100-101)

A advertência acima é importante e assegura a dimensão da *mediação* entre as dimensões sejam elas materiais ou imateriais. Já que uma acaba portando alguma característica da outra e vice-versa. O recorte fundamental aqui é que a territorialização envolve relações de poder e a projeção dessas relações no espaço.

No eixo político-econômico levantamos questões sobre participação em organizações políticas e/ou associações. As ocupações (trabalho) que tiveram ao longo de seu itinerário laboral e no assentamento. Os ramos de atividade que passaram e que se encontram no momento. O acesso a políticas de incentivo a produção bem como a situação econômica do lote. Remetemos-nos ao seu uso como o que existe de reserva de mata/juquira, o que se tem de pasto, o que se tem de lavoura perene (incluindo número de pés) e de culturas anuais. Também tivemos a preocupação de levantar os elementos chamados de extratrabalho⁵³ e o papel que cumpre na reprodução desses assentados. Nossa intenção com isso é atingir a clivagem da história do trabalho e da organização política.

No outro eixo, que denominamos de sócio-cultural, levantamos questões sobre a origem dos assentados, os lugares de residência (por mais de um ano) e as causas de cada migração. Não só do entrevistado, mas também dos pais e avós. Outra preocupação

⁵³ Entendemos o extratrabalho como um componente importante na dinâmica espacial dos assentamentos já que há uma diversificação dos serviços e do consumo alterando aquele conteúdo exclusivamente agrícola a que são submetidos os assentados, sob pena de serem desclassificados para tal empreendimento. Compreendemos extratrabalho no mesmo caminho de Nogueira & Suzuki (2013) onde o “extratrabalho não se tornou um sobretrabalho. Enquanto um grupo de assentados trabalha na terra, outro grupo trabalha fora, não para substituírem o trabalho da terra, mas para complementá-lo. Nesse sentido, o extratrabalho entra na composição da renda familiar como um ganho extra (a mais) e que se intercala com o período de safra. Torna-se um ganho mais ‘permanente’, ‘seguro’, ‘mensal’. Este tipo de trabalho não constrange os assentados, mas imprime um ritmo, uma dinâmica, que permite uma manutenção de bens de consumo (...) que jogam um peso significativo nas redes de poder que vão sendo gestadas nas relações espaciais no interior do assentamento (mas não define as relações).” (NOGUEIRA & SUZUKI, 2013:280)

foi com os saberes formais e informais que as famílias desenvolveram ao longo de seu itinerário. Frequentou-se a escola ou não e qual o seu nível de escolaridade. Participação ou não em cursos de formação técnico/políticos. Seu nível de relação com a agroecologia, através dos elementos que passam pela sua cognoscibilidade e suas práticas. Quais os níveis de relação que o agricultor tem com a floresta e os produtos que se retira. Se já tiveram algum problema com órgãos de fiscalização ambiental, como secretarias municipais de meio ambiente – SEMA ou mesmo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Ainda nesse eixo procuramos investigar a composição da família. Procuramos saber o número de filhos onde moram e trabalham para termos a *medida* dos deslocamentos para outras áreas de expansão da fronteira e as nupcialidades tanto dos assentados como de seus filhos.

Capítulo 5 O Processo de Territorialização dos Camponeses na Palmares II

Madrugada Camponesa

Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia-a-dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.

Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

(Faz escuro, mas eu canto)

ThiagoMello.

5.1 O Contexto Sócio – Espacial da Fronteira Agrária no Sul e Sudeste do Pará e o histórico da luta pela terra na Região.

5.1.1 Características gerais do espaço do Sudeste do Pará

Quando optamos por utilizar “contexto sócio-espacial” para o entendimento da Amazônia e, em especial, da Amazônia paraense não fazemos aleatoriamente. Partimos da preocupação de Souza (2013) em utilizar o “sócio-espacial” *hifenizado* exatamente para tentar compreender o espaço como um componente vivo e dinâmico. Tendo nas relações sociais uma característica que o anima e, ao mesmo tempo, que é animada. Temos a clareza que as relações sociais e o espaço são inseparáveis ainda que não se confundam. Por isso, a necessidade do “sócio-espacial” com hífen “no qual o ‘sócio’, longe de apenas qualificar o ‘espacial’, é, para além de uma redução do adjetivo ‘social’, um indicativo de que está se falando, direta e plenamente, também das relações sociais” (SOUZA, 2013:16).

Assim, nas linhas que seguiremos faremos uma caracterização dos principais elementos que compõem a paisagem natural do Sudeste do Pará procurando entendê-la sob a lógica da ocupação humana pós-1960. Depois disso, faremos um percurso pela territorialização da luta pela terra dando ênfase para construção do MST na região em sua relação conflituosa e contraditória com o avanço dos agentes especificamente capitalistas na fronteira de acumulação na Amazônia. Seguindo o capítulo, faremos uma análise dos 56 questionários aplicados no P.A. Palmares II procurando entender sua territorialização a partir de suas histórias de vida, dando ênfase ao que estamos chamando de clivagens territoriais: migração, trabalho, família e saberes.

A região⁵⁴ apresenta, em geral, um relevo acidentado com sua formação geológica baseada em núcleos de rochas cristalinas. O que, de antemão, já explica a incidência de minerais na área e de rochas metamórficas antigas. Nesse tipo de formação rochosa há uma tendência formadora de solos pouco férteis e ácidos, cujo manejo agropastoril requer boa orientação agrônoma e zootécnica, com exceção do oeste de Altamira (porção que fricciona a mesorregião do sudeste do Pará) e o sul do Maranhão onde houve intrusões ou derrames de rochas basálticas levando ao desenvolvimento de solos considerados bons (*terra roxa*). Tal perspectiva nos introduz

⁵⁴ Trabalhamos seu conceito e sua problematização no segundo capítulo.

na composição da Serra de Carajás onde temos um maciço ferrífero com 18 bilhões de toneladas de minério, no teor médio excepcional de 66% (AB'SÁBER, 2004).

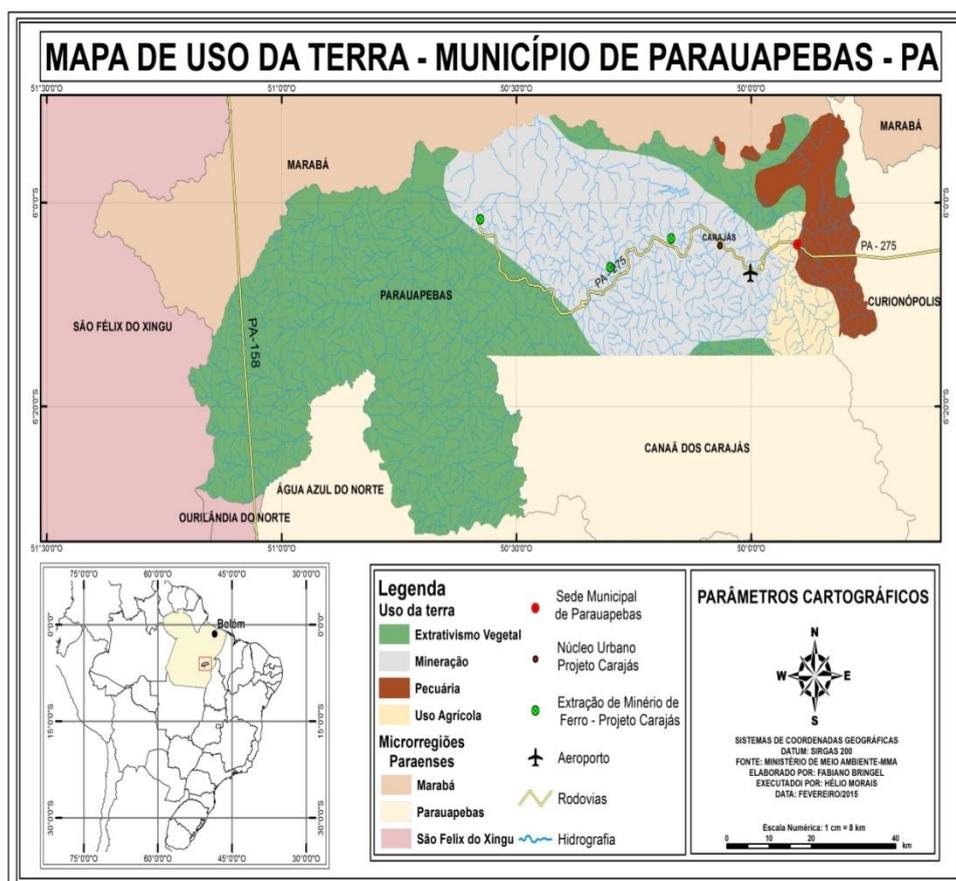
O clima é, como em grande parte da Amazônia, quente e úmido, as temperaturas médias anuais ficam entre 24°C a 32°C, a umidade relativa do ar atinge, em média, 80%. Por isso, durante a noite, na região, é comum a formação de orvalho e neblina. Sua floresta é de terra firme com árvores colossais originais que alcançam 30, 40 ou 50 metros de altura, no entanto, com raízes geralmente pivotantes. Quase todas têm raízes que se espraiam a menos de um metro de profundidade ou se estendem pela superfície do solo (VALVERDE, 1985).

Apesar deste potencial florestal e de toda diversidade geomorfológica da Amazônia, foi somente depois do chamado *boom* da borracha (1870-1910) que as Regiões Sul e Sudeste do Pará começam a ser povoadas e exploradas por populações não-indígenas. Ainda que de uma forma bem tímida já que lugares privilegiados para a extração do látex tenham sido as planícies amazônicas pela facilidade de escoamento pelos principais rios.

Com o colapso do ciclo econômico da borracha⁵⁵, aumenta consideravelmente a exploração de castanha e diamante (COELHO, 1997). Até a década de 1960, o extrativismo da castanha-do-Pará (*Bertholletia Excelsa*, HBK) é hegemônico no cenário da região. Nesse período, o Vale do Itacaiúnas constituía-se no maior produtor de castanha do Estado do Pará. Destacava-se, também, como maior produtor de castanhas de toda a Amazônia (VELHO, 1976). Seu período de floração vai de meados de outubro até meados de dezembro, período do início das chuvas. Sua incidência está nas encostas da Serra de Carajás, onde pode ser encontrada somente até a altitude de 230 metros acima do nível do mar.

Abaixo o mapa de uso da terra do Município de Parauapebas na Região Sudeste do Pará

⁵⁵ Temos clareza do limite do conceito de *ciclo*. Muito utilizado por vários historiadores. Já que, como nos alertou Andrade (1995), a exportação de um produto continuava no ciclo seguinte como um produto menos expressivo. O que chamamos atenção é que quando falamos em *ciclo da borracha* estamos enfatizando que este produto é o carro-chefe do processo econômico na época.



Percebemos que o espaço do município é, em grande parte, reservado para atividade mineralógica sob o controle da Empresa Vale. A área de verde sob a adjetivação *extrativismo vegetal* é dividida entre a Terra Indígena dos Xicrins do Cateté e um tipo de gestão territorial chamada de *Cinturão Verde*⁵⁶. Um mosaico de Unidades de Conservação sob o controle direto da Vale. A *mancha* marrom sob o uso de pecuária reside sujeitos ligados ao latifúndio na região friccionados por áreas reformadas do INCRA, os Assentamentos Rurais.

Abaixo temos uma foto da entrada da Floresta Nacional de Carajás – FLONACA uma das Unidades que a Vale controla e que o compõe o Cinturão Verde.

⁵⁶ O Cinturão Verde, como a nomenclatura nos refere é um território fechado, envernizado de um componente ambiental. Este território fechado é composto pela “área dedicada à atividade mineradora e pela *Company Town* construída para abrigar seus trabalhadores; a teia urbana e os núcleos concentradores de trabalhadores urbanos e rurais; e finalmente as áreas de entorno em relação aos centros econômicos e políticos.” (Coelho, M.; Lopes, A.; Silva, A.; Silvia, F.; Fonseca, H.; Matos, I.; Souza, M. Territórios, Cidades e Entorno no espaço de mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental, p. 144)

FOTO 8 Pórtico de Entrada da FLONACA e do Núcleo Urbano da VALE na Serra de Carajás



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

5.1.2 Do capital mercantil ao capital financeiro: diferentes formas, mesmos conteúdos?

Pensar essa porção da Amazônia paraense hoje é pensar as relações de produção e sua espacialização ontem. Grande parte dos dilemas da questão agrária impostos às famílias camponesas tem origem na formação sócio-espacial dessa área. Tanto a partir da borracha como da castanha. Desvelar os componentes das especificidades em relação à agricultura e à ação do capital financeiro é uma das primeiras tarefas. Por isso apresentaremos, inicialmente, uma diferença que no nosso entendimento é central. A dinâmica do processo de acumulação na agricultura é diferente da do extrativismo-mercantil.

Na agricultura de base camponesa-familiar a terra é o meio de trabalho essencial. É ao mesmo tempo objeto e produto do trabalho. Numa economia extrativista mercantil o objeto do trabalho e da troca são os frutos da terra, o que a terra “dá”. Nas florestas e nas capoeiras, não importa o meio, são os produtos que interessam como objetos diretos da apropriação capitalista. Para isso, segundo Emmi (1989), o “capital comercial é fator determinante”, porém, determinante na “medida em que o controle da terra e dos meios de transporte não lhe fuja” (EMMI, 1989:03). Controle da coleta que pode dispensar, inclusive, a propriedade direta da terra. Mesmo não sendo proprietário, este capital comercial precisa controlar a terra – por meios vários e com muito incentivo estatal -

para garantir o trabalho de coleta e o primeiro beneficiamento (a produção). O transporte também é estratégico e visa garantir a circulação e o que possibilita o processo de comercialização. Para soldar esses pontos, os capitalistas comerciais da borracha e da castanha tiveram que se

[...] articular com os que tinham o controle da terra e dos meios de transporte através do aviamento ou passar a exercer diretamente esse controle, o que não implicava necessariamente na propriedade da terra no sentido estrito. É o controle exclusivo da terra que se constituía na forma de dominação dos trabalhadores, obrigando-os a subordinar-se ao patrão para poder exercer seu trabalho. (EMMI, 1989:03)

O que queremos afirmar aqui é que, ao contrário do nordeste açucareiro ou do latifúndio pecuarista no Marajó – PA, onde a propriedade fundiária determinou a afirmação da dimensão política e de suas lideranças (caso do coronelismo)⁵⁷, na castanha e na borracha foi capital comercial que aproximou os exportadores do poder político e de “onde resultou a constituição dos grandes latifúndios indispensáveis para a sustentação e o desenvolvimento desse poder” (EMMI, 1988:04). É um caminho diferente no processo de concentração fundiária.

Quando conversamos com os moradores mais antigos, os veteranos na Palmares emergiram expressões como a terra “liberta”, a terra “devoluta”. A clareza de confundir os termos terra e liberdade foi marcante quando questionamos os motivos para imigração em direção ao oeste do Maranhão, ao sul e sudeste do Pará e ao Tocantins. Antigo norte de Goiás, região apelidada de bico do papagaio por causa do formato de cunha que a divisa entre os três estados assume no mapa do Brasil. Mesmo questionando em que medida a terra era mesmo “liberta” (MUSUMECI, 1988), é fato que o discurso é marcante junto à base de entrevistados disponível.

No espectro de entrevistados destaca-se um tipo de atividade ocupacional que é a figura do juqueiro, um tipo de serviço prestado pelo castanheiro. Atuavam tanto na coleta como na roça da juqueira, preparando o terreno para a coleta. Esse indivíduo ainda continua sendo fundamental no sul e sudeste do Pará não mais na “preparação” dos

⁵⁷ Victor Leal define o Coronelismo como o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo à uma estrutura economia e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1978:20)

castanhais, mas na derrubada de floresta para a formação dos pastos para grandes fazendas pecuaristas. É o trabalhador hoje extremamente vulnerável à entrada no circuito do trabalho escravo no Pará.

Podemos constatar isto na fala de nosso informante, liderança importante na luta pela terra no Pará

Então, grande parte desse pessoal foi utilizado como mão de obra para derrubar a mata pra plantar capim. Inclusive grande parte deles foram utilizados, como ainda são, como mão de obra escrava. Então esse pessoal já tinha uma prática agrícola antes, né? Eram agricultores, claro no Maranhão e, no Maranhão, uma parte mais para nordeste, outra mais para a Amazônia, mas cada um com um tipo de comportamento em relação à agricultura, e depois vem pro Pará passa...vai pro garimpo...uns passam só dois anos no garimpo, tem uns que chegam já está fechado o garimpo, né? maior parte juqueiro (“Angelim”, militante do MST e assentado na Palmares II, janeiro de 2005)⁵⁸

É o caso de Araçá⁵⁹, assentado na Palmares II. Nascido em 1945 numa localidade chamada de Lagoa da Serra no município de Colinas na região do Alto Itaipuru no Maranhão (Mesorregião Leste). Começou sua trajetória de trabalho cedo. Com 10 (dez) anos de idade migrou com sua família para o interior de Imperatriz para trabalhar nas terras de amigos. Passou dez anos lá quando, em 1965, foi para Marabá (PA). Neste município trabalhou na coleta da castanha como juqueiro no castanhal da família de Tufi Gabi⁶⁰. Relata que trabalhou nas seguintes localidades desse castanhal: Baguá, na beira do Rio Vermelho; Centro Novo, beira do Rio Cardoso e Nova Descoberta. Todas pertencentes ao que é hoje o município de Eldorado do Carajás.⁶¹

⁵⁸ Lembrando que optamos por não identificar os entrevistados, tanto lideranças quanto assentados, para proteger suas identidades. Os nomes apresentados são alcunhas.

⁵⁹ Também protegido por anonimato.

⁶⁰ Existe um forte setor da oligarquia dos castanhais no Pará composto por imigrantes árabes (libaneses, especialmente). A família mais famosa delas é a Mutran. Na decadência da extração da castanha, grande parte dessa família faz uma conversão para a pecuária. Uma de suas fazendas, a Peruano, entre os Municípios de Marabá e Eldorado do Carajás foi ocupada em 2005 pelo MST. Hoje é um assentamento chamado de Lourival Santana.

⁶¹ Eldorado foi parte do parte do município de Marabá. Depois, com a emancipação de Curionópolis no dia 10 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 5.444, a área territorial do que hoje Eldorado fica sendo parte do corpo territorial desse município. Em dezembro de 1991 sanciona-se a Lei nº 5.687 que decreta a emancipação de Curionópolis, pelo então Governador Jader Barbalho.

Araçá também narra que trabalhou para o Sr. Nelito Almeida nos anos de 1979 e 1980. Nelito era dono de um castanhais chamado de Surubim, em Marabá. A década de 1980 foi marcada por uma série de massacres no interior dos castanhais da região. Surubim, Pau Ferrado, Ubá, Fortaleza e Princesa foram alguns deles. O Surubim foi um castanhais de 8.800 hectares que foi aforado para Nelito, onde foram assassinados oito trabalhadores no ano de 1985 (MIRAD, 1986). Esses massacres de um lado estão relacionados à própria decadência dessa economia e de seus representantes como também a uma resposta de classe desta mesma oligarquia à organização dos trabalhadores que começaram a ocupar os grandes latifúndios através do que se convencionou chamar de “luta posseira”.

FOTO 9 Grupo de Camponeses trabalhando na retirada da Juquira



Fonte: Trabalho de Campo em 2006.

Nas décadas de 1960 e 1970, as estradas federais foram abertas com maior intensidade. Com isso, acelera-se o *cercamento* das terras e uma redefinição gradativa da rede urbana, tornando-a cada vez mais complexa com o surgimento de novas cidades e municípios. As rodovias conectaram o sul e sudeste do Pará às outras regiões do país, inserido-os dentro de um contexto geopolítico de integração ao capitalismo financeiro internacional e nacional.

Com isso a Amazônia vê grandes massas de trabalhadores penetrarem em seu espaço. Subjacentemente, fazendeiros e empresários acompanham o movimento destes trabalhadores atraídos pelas benesses governamentais dos subsídios oferecidos pela

SUDAM e pelo BASA. A chegada do Banco Econômico, do Bradesco, do Bamerindus, da CVRD e da família Lunardelli⁶² são exemplos desse processo.

Neste cenário vemos grandes corporações, representantes das formas capitalistas de produção, tornarem-se grandes latifundiárias, empregando trabalho escravo em suas fazendas e monoculturizando a produção. É o caso da Volkswagen do Brasil, que apregoa em várias partes do mundo o uso de modernas técnicas de produção e relações de trabalho especificamente capitalistas e na Amazônia faz exatamente o contrário, muito compreensivelmente sem publicidade nenhuma. É o caso da CVRD, hoje Vale, que sob a batuta dos governos militares, sempre com discursos de um estado nacionalista pactua com a United States Steel - USS, da família Rockefeller, para explorar minério na Serra de Carajás⁶³ e que irá dar origem ao PFC – Projeto Ferro Carajás.

⁶² Donos da Fazenda Rio Branco em Parauapebas cujo grande patriarca, Geremia Lunardelli, ficou conhecido como Rei do Café por possuir 18 milhões de pés de café entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Essa Fazenda irá dar origem aos Assentamentos: Rio Branco, Palmares I e Palmares II.

⁶³ Segundo Pinto (1982) a Steel e a CVRD fazem um acordo para um programa unificado de pesquisa ficando a Meridional encarregada da execução dos trabalhos com a colaboração técnica da Vale. Foi criada logo em seguida uma nova empresa, a AMZA (Amazônia Mineração), na qual a CVRD detinha 50,9% do capital e a USS 49,1%.

FOTO 10 Trem da Vale abastecido de minério de ferro *in natura* no interior do PA Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Outro exemplo interessante da presença do capital financeiro na região monopolizando o processo de acumulação foi o caso da Fazenda Bamerindus que era do Banco homônimo, atual HSBC⁶⁴. Situada em Xambioá no Tocantins com uma parte de seu território no Estado do Pará, no município de São Geraldo do Araguaia. Também envolvida em crimes ligados a presença de trabalho escravo em suas terras, a Fazenda foi ocupada por posseiros em 1982.

Na Palmares tivemos a oportunidade de conversar com o Sr. “Beto” que era adolescente quando sua família participou do movimento de ocupação da Bamerindus. Nascido no Ceará no município de Parambu no sertão de Inhamuns sua família se lançou na região de fronteira capitalista objetivando a “conquista da terra” e a fuga da seca. Foram para o norte de Goiás atual Tocantins em Carmolândia. Não conseguiram seu objetivo no município. Foi quando apareceu a oportunidade da Fazenda Bamerindus em 1982. Na luta pela desapropriação aceitaram uma proposta do antigo GETAT -

⁶⁴ Atualmente (2015) envolvido em uma série de acusações sobre a “lavagem” de dinheiro de diversas atividades ilegais em operações distribuídas em vários pontos do planeta.

Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins para serem remanejados para o CEDERE I (Centro de Desenvolvimento Regional)⁶⁵ em Parauapebas (PA).

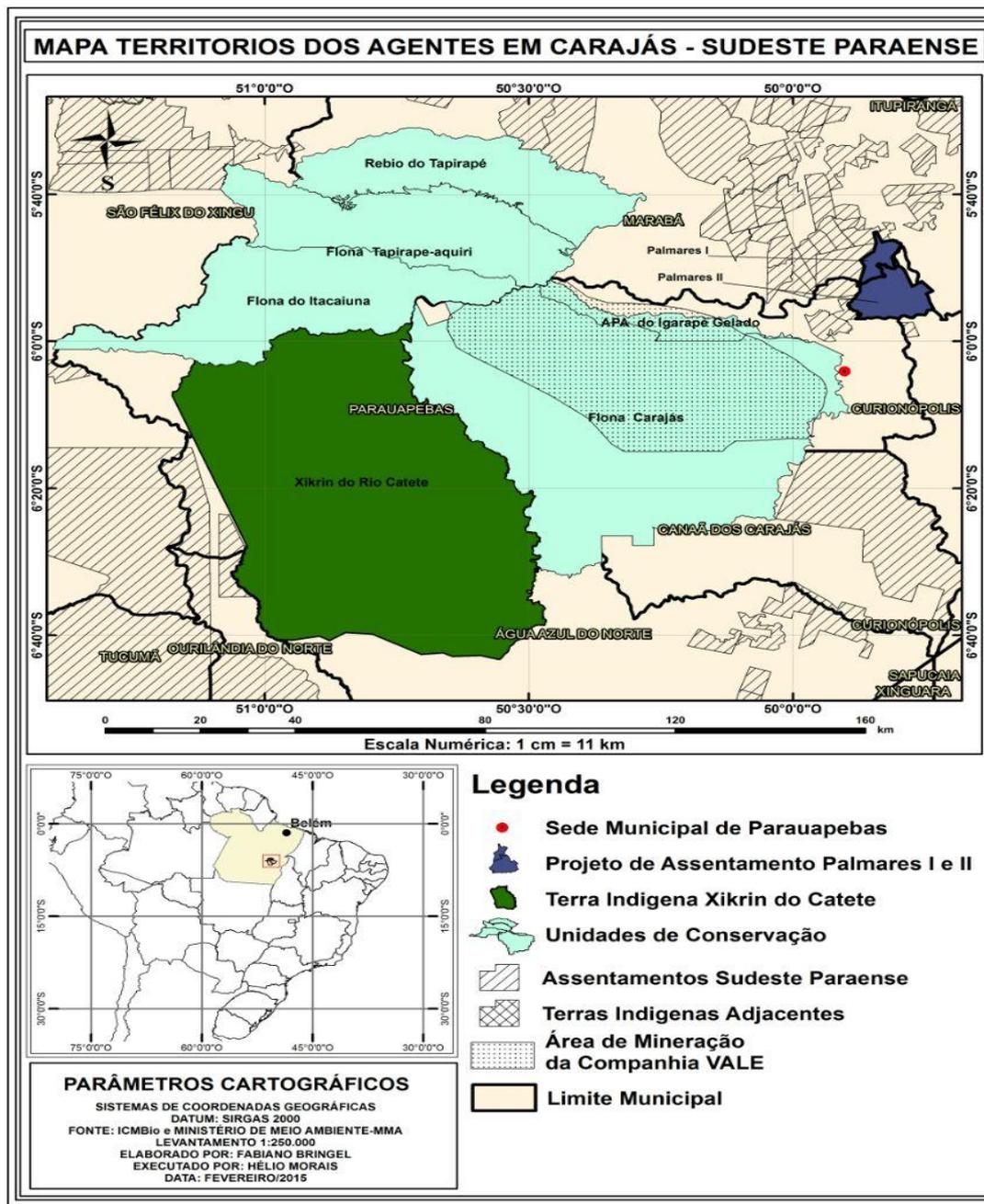
É neste cenário que vemos a mudança da matriz econômica da região: do extrativismo vegetal aos extrativismos madeireiro e mineral exportador. Esta mudança se deve em grande parte ao caráter de fronteira, que está associado ao papel da região para a economia nacional e global, além de suas especificidades. A Amazônia é um espaço de intensificação capitalista recente e, por isso, uma área de forte migração. Enfim, hoje temos uma nova fase de surto modernizador, que não deixa de ser o mesmo surto modernizador de outrora, só que com novos sujeitos e com cenários diferentes. É o que avalia lucidamente Porto-Gonçalves no fragmento abaixo:

O que vem ocorrendo no mundo rural brasileiro é uma nova fase de um longo processo histórico de moderno-colonização [...] as implicações são muito diversas [...] Em contextos autoritários, como o da sociedade brasileira, essa moderno-colonização tecnológica reforça o poder daqueles que já têm poder, ao tornar os latifúndios ainda mais produtivos. É ao que se assiste com um novo ciclo de expansão capitalista no campo brasileiro [...] através de fortes alianças que se forjaram no mundo civil entre os capitalistas agrários e os industriais, entre os capitalistas nacionais e as grandes empresas multinacionais (Sadia, Maggy, Perdigão, etc.), com instituições de pesquisas nacionais (EMBRAPA, etc.), com a consolidação de um poderoso setor financeiro nacional (Bradesco, Itaú, etc.) que, como é sabido, contou com um forte apoio institucional internacional (BID, BIRD, Fundação Rockefeller, etc.) (PORTO-GONÇALVES, 2005:12)

Podemos apontar, então, que temos uma nova configuração das classes e de luta no campo brasileiro a partir da feição monopolista que o capitalismo assume. Assim, o caráter autoritário do des-envolvimento permanece não só nacionalizando a questão agrária, mas, também, mundializando-a. Temos, agora, associado à velha oligarquia agrária patrimonialista brasileira, os agentes do agronegócio “moderno” sejam eles nacionais ou internacionais. Por outro lado, se apresentam novas formas de organização dos camponeses como o MST, os Movimentos e articulações em redes dos Quilombolas, Ribeirinhos, Indígenas, Pescadores, Extrativistas.

⁶⁵ Os CEDERES I, II, e III foram pensados no contexto da implantação do Projeto Ferro Carajás pela CVRD na época (década de 1970). Esses centros eram áreas destinadas para o assentamento de famílias que se tornariam excedentes populacionais provocados pelo afluxo de pessoas atraídas pelo Grande Projeto. A questão é que os CEDERES não tiveram a capacidade de absorção de todas as famílias que se deslocaram para a região. Já na década já tinham perdido o controle da política populacional.

Abaixo mapa dos territórios dos diversos sujeitos na conformação do território de Carajás



Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

O mapa apresenta o território de alguns sujeitos no Sudeste do Pará. O objetivo com ele é demonstrar que na mesma mesorregião coexistem diferentes interesses e, portanto, a lógica da conflitualidade é o tom necessário para entender a dinâmica do espaço da fronteira. A concepção aí reside em demonstrar duas perspectivas de luta que se desencontram. Na Terra Indígena Xicrin do Cateté reside à luta de uma parte do povo Kayapó pelo reconhecimento de seu território. Localizada no campo da *luta pelo*

reconhecimento, vinculada à uma dimensão identitária na Amazônia. Vizinhos, os Assentamentos Palmares I e II estão localizados em outro tempo-espaço da fronteira apesar de estarem na mesma mesorregião. Sua luta vincula-se ao campo da redistribuição do recurso terra, *luta pela redistribuição*, vinculada a uma dimensão material de existentes. Temos clareza que uma luta é portadora das características da outra. Porém, a motivação principal é que se diferencia. Para complexificar a questão, temos a presença da Empresa Vale que, através da anuência do Estado, gerencia territórios públicos como as Unidades de Conservação de forma privada e enclausurada nos termos utilizados por Haesbaert (2006) chamando ironicamente esses territórios de Cinturão Verde.

5.1.3 Da luta posseira à luta sem terra: diferentes conteúdos, novas formas de luta?

Assim, como os camponeses seguem o sentido leste-oeste da *dinâmica da fronteira*. Saíram, em sua maioria, dos estados do Maranhão e Piauí deslocando-se para o Pará. Seu processo organizativo, também, percorre o mesmo itinerário. Quem irá organizar o MST no Pará são militantes oriundos do Maranhão no final da década de 80 que trazem a metodologia de luta específica desse movimento. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas fundamentalmente pela chamada “luta posseira” nas regiões sul e sudeste do Pará. Trabalhos como de Guerra (2013) e Pereira (2013) analisam esse tipo de luta de forma primorosa.

A distinção conceitual entre a “luta posseira” e a “luta sem terra” é imposta pela práxis dos camponeses. Podemos constatar na fala de um de nossos informantes a necessidade dessa distinção

Primeiro que do ponto de vista da organização ela marca a retomada da luta pela terra na região, que em 86, 87, 88, 89, foram os últimos momentos da luta posseira. O quê que é os fundamentos da luta posseira? É um homem, uma arma, que espontaneamente ocupa a fazenda divide os pedaços e cada um se preocupa com os seus pedaços e buscam fazer resistência a partir do plantio, plantam muito. Buscam também fazer a resistência armada contra os jagunços ou mesmo contra o proprietário, a partir do indivíduo, e não a partir do coletivo. Esses são os fundamentos da luta posseira. E que não consegue passar dessa fase da luta pela terra para a reforma agrária. O que ocorre então? Com a retomada da luta pela terra em 92, nós fazemos a seguinte avaliação: essa retomada estabelece ou recoloca no cenário da disputa política vários elementos importantes: primeiro a ocupação

não é só de homens e armas. Mas são homens, mulheres e crianças. Nós não ocupamos e dividimos logo a fazenda. Nós procuramos a desapropriação do conjunto, da totalidade da fazenda. Um aspecto importante nesse sentido é que nós inauguramos do ponto de vista da organização social, o espaço da vila, o espaço da criação e recriação do viver das relações sociais. Centrada fundamentalmente na hegemonia que a escola exerce nesse período e que acaba exercendo em toda a existência do assentamento. As mulheres e os filhos não vinham para a luta no período anterior porque não aparecia a escola nesse processo. Então muito mais importante do que fazer qualquer outra coisa era construir a Escola. Aí começa a aparecer no meio desses garimpeiros, professores. Todas essas profissões que os garimpeiros tinham na sua trajetória começam a aparecer reincorporados a serviço do comunitário, a serviço da comunidade (“Sumaúma”, liderança do MST e assentado na Palmares II, julho de 2006)

É sob a emergência desses signos que a luta pela terra se territorializa no sul e sudeste do Pará, agora através de um novo conteúdo. Como vimos na fala, desvelam-se componentes diferentes no processo de reprodução do campesinato na *fronteira de acumulação*. Elementos como a dimensão familiar no enfrentamento - entra o homem, a mulher, as crianças, os velhos, as plantas e os animais. No projeto e na gestão coletiva - não são mais só os homens sob o comando do pai de família na busca pelo lote. No componente de gênero - busca pela equivalência entre os homens e mulheres nas relações de poder. No binômio vila-lote agrícola - a superação do isolamento do lote buscando soldar as relações comunitárias e a possibilidade de acionar mais facilmente os componentes de lazer e de sociabilidade em geral e na construção de um novo saber - que possibilite a superação de velhos esquemas de olhar e entender o mundo para além daquele forjado na Europa ocidental que vê na natureza uma inimiga real e em potencial.

5.2 A trajetória de construção do território da Palmares II

A assertiva de que no “Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações, que se tornou a principal forma de acesso à terra” (FERNANDES, 2004:23) é mais certa do que nunca. Ainda mais quando se trata da região sul/sudeste do Pará. Por isso percorreremos um pouco da trajetória da luta que resultou no território da Palmares. Deixemos os sujeitos falarem

O acampamento começou dia 26 de Julho de 1994 e em 1995 foi criado o assentamento, o projeto de P.A. A Palmares surgiu da ocupação das áreas que o pessoal denominava de Cinturão Verde em torno da floresta nacional e era, era está sob o controle da Vale, concessões da Vale. Então em Julho de 94 nós fomos lá e depois fomos despejados pelas forças militares lá, o comando da Vale na estatal na época e depois fomos pra, começamos a onda de acampamento se deslocando, fomos pra Parauapebas, tinham poucas casa lá, enquanto que um pessoal foi pro Incra em Marabá, ficamos 6 meses lá e nessa fomos montando e desmontando acampamento até que nós resolvemos entrar na Rio Branco (“Angelim”, militante do MST e assentado na Palmares II, Janeiro de 2015).

Pela fala acima fica claro que o acesso ao recurso terra se deu mediante a organização e a ocupação da *terra*. No enfrentamento se identificam pelo menos três sujeitos na entrevista. A Vale empresa mineradora de capital misto, pertencente tanto à frações do setor financeiro quanto ao Estado, o Fazendeiro (na época fazenda Rio Branco da família Lunardelli) e por fim o Estado propriamente dito na figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. O trabalho de base foi feito por militantes do assentamento Rio Branco e percorreu a região e tinha como perfil a seguinte situação:

A maior parte desses militantes eram assentados da Rio Branco que se tornaram militantes do movimento sem terra. Então, basicamente, esses militantes que organizaram o trabalho de base nas cidades de...Parauapebas, nas periferias, na época bairro da Paz, Rio Verde, no município de Curionópolis, em especial toda a periferia, porque na verdade Curionópolis é uma grande periferia (...tosse e pede desculpas), em Serra Pelada e é bom que se fale quase não tinha mais garimpo ativo, mas tinha uma quantidade, como ainda tem aqui, enorme de trabalhadores, em Cutia, um garimpo próximo na área de Curionópolis, no garimpo de Rio Gelado, Eldorado do Carajás, e comunidades de assentados e posseiros dessa região. Basicamente a origem desse pessoal é maranhense, não sei te dizer os municípios porque estamos fazendo esse trabalho justamente agora, um levantamento desse pessoal, só sei que a grande maioria é maranhense, mais de 60%, o resto é distribuído em outras regiões, minoria aqui é paraense, inclusive eu sou um dos poucos paraenses aqui. (“Angelim” militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2005)

Em um primeiro olhar temos a origem imediata dos fundadores da Palmares em três grandes “ambientes”. As periferias das cidades que tiveram origens na atividade de mineração em Eldorado do Carajás, Curionópolis e Parauapebas. Na população sobran-

de famílias de assentamentos da região, o principal deles foi o Rio Branco e nas *currutelas*⁶⁶ de garimpos, em funcionamento ou em decadência.

Tal perfil, de imediato, será alvo de desqualificação dos indivíduos que irão ocupar a fazenda e converter o latifúndio na área reformada da Palmares. Seu principal argumento reside em um pretenso despreparo para o mundo agrícola e rural. A desconfiança parte dos agentes hegemônicos inimigos da reforma agrária - a mídia de massa local, setores acadêmicos e as elites regionais. A desqualificação se objetiva em três nexos identitários - pela origem, pela rede de relações sociais consolidadas historicamente e pela política.

Muito de qualquer identidade se delimita a partir da negação. Assim, veremos que do ponto de vista da *origem* a composição social dos acampados e assentados é associada, muito comumente nos discursos, à “gente de *fora* – pessoas de fora do estado e de fora do mundo rural, entre eles, desempregados da cidade e aproveitadores em geral”. Na dimensão das redes de relações sociais – “esse pessoal são ex-garimpeiros, sem nenhum tipo de habilidade para o trabalho agrícola”. E por fim, nas relações de poder, quando vemos “olha já são todos urbanizados, esse assentamento é um bairro periférico da cidade depois querem ajuda do governo para plantar”. Percebe-se uma tentativa de impedir a reterritorialização desses camponeses a partir de uma desqualificação sistemática que age em diversas esferas das relações sociais.

Ainda, durante o acampamento há um racha na base dos trabalhadores. O racha dará início a construção da Palmares I e II, ou Palmares e Palmares Sul. O processo de divisão tem origem na influência de alguns políticos tradicionais da região junto a algumas famílias que cedem a algumas promessas imediatistas feitas por esses sujeitos. Outro informante relata o entrevero que estamos nos referindo

Na época era o Asdrúbal Bentes, foi prefeito de Marabá e que na época ele era candidato aqui em Parauapebas, chegou dizendo que ia dar lote para todo mundo, cesta básica, abrir estrada e toda aquela promessa eleitoreira. Muita gente se convenceu disso e, ainda, como o acampamento exigia algumas regras pra poder funcionar, coordenação, processo de disciplina pra isso e inclusive, a gente conquistou a terra através disso, tendo uma disciplina um pouco mais rígida pra evitar problemas, e muita gente foi se convencendo: “esse povo aqui é um bando de ditador” e foram se convencendo do argumento: “contra a regra”, né? Aí isso motivou muitas famílias a deixar o acampamento. Aí criaram também logo uma associação, que

⁶⁶ Vila de garimpeiros

até hoje ainda existe essa associação que eles criaram, enquanto acampamento. O pessoal percebendo essa mudança de situação chamou pra um debate com a comunidade, aí logo foi tirada uma comissão pra fazer vistoria, já que o acampamento ia racha, foi tirada uma comissão pra fazer vistoria aonde que o povo ia ficar, porque na verdade não dava mais pra viver junto e como não tinha mais unidade interna, dificultava o processo organizativo. E tava na nossa programação de ter um assentamento bom, organizado, com uma visão a longo prazo, não só a luta pela terra, né, era um pouco a nossa discussão um assentamento que pudesse dar uma vida digna e aí o pessoal fez a discussão, fez a assembléia, com quem quisesse ta junto com o MST era pra vim pra esse local que hoje é a vila definitiva, que antes era a vila provisória, a Vila da Barata, porque foi uma epidemia de barata. (“Paxiba”, militante do MST e assentado na Palmares II, entrevista realizada em julho de 2006)

A narrativa do “Paxiba” envolve três situações importantes para apreendermos. A ação do Asdrubal Bentes⁶⁷, corregilionario histórico do PMDB e de Jader Barbalho no Pará, irá fragmentar o acampamento. Levaram com eles, um pouco mais de 300 (trezentas) famílias de um universo acampado de mais ou menos 1000 (hum mil) famílias. Com promessas de “lotes fáceis”, “cestas básicas” e “abertura de estradas”. Outra causa que se aliada a anterior é a “disciplina rígida” imposta durante a dinâmica de acampamento que para nosso entrevistado era um dos elementos centrais na construção de um assentamento “organizado” e com visão a “longo prazo”.

Depois do racha as famílias que seguiram o ex-deputado formaram o que é hoje a Palmares I ou Palmares Sul. Um grupo insatisfeito com tamanho dos lotes lá (5 alqueires) continuou a mobilização arregimentando mais gente para uma outra ocupação. Agora, na Fazenda Rio Branco que já tinha um acampamento de posseiros lá. O resultado foi um conflito que resultou em duas mortes

Mas o problema era o seguinte como era muitas famílias e a terra era pouca isso implicou no tamanho da terra. Os cinco alqueires dava pra todo mundo, como deu. Só que pra uma outra parte não, achava que cinco alqueires era pouca terra. “queria trabalhar, não sei o quê”. E foram pra briga. Ocuparam outra fazenda que hoje é outro assentamento [...] é, já aglutinaram outras pessoas da cidade e ocuparam o que é hoje o assentamento Carajás, que lá houve um conflito, que lá já existia sem terra também, né. Era fazenda Carajás.

⁶⁷ O deputado federal Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 08 de setembro de 2011, por esterilização ilegal de mulheres no interior do Pará. O deputado era acusado de "mandar fazer as cirurgias em troca de votos nas eleições municipais de 2004". Naquele ano, o político disputou o cargo de prefeito de Marabá (PA). Bentes foi condenado a 3 anos, um mês e 10 dias de prisão em regime aberto. Também deverá pagar multa de R\$ 7,6 mil. Posteriormente, em março de 2014, para evitar sua cassação do cargo de deputado federal renuncia em carta aberta lida no plenário da Câmara lida pelo presidente da casa na época.

Aí teve um conflito lá, o pessoal se mataram lá, e aí morreu o principal líder deles, o finado Fonseca e mais um outro chamado “Ceará”. foi briga interna porque eles queriam despejar um acampamento que já existia lá, e era um baita acampamento com mais de cem famílias, na beira da estrada, organizado, um “acampamentinho”, né? Inclusive nós tava até acompanhando eles, eles pediram apoio pra gente, nós não ia lá dentro, dava orientação, “vão pro INCRA”, “vão cobrar”, mas as pessoas não concordava com essa história, inclusive já tinham dividido a terra. E o pessoal da Carajás queria a mesma área, e não cabia todo mundo lá. Aí foram pros cacetes lá e se mataram. Resultou que saiu o assentamento, uma parte, pessoal da Palmares I, uma parte ficou lá, e o lote que eles tinha foi transferido pra outros, então houve uma troca de terra. Só sei que no final quem levou a pior foi eles porque se destruíram internamente, tudo que eles tinham de militância, organização...a gente ficou praticamente inimigos, o pessoal nem se falava, tinha maior raiva, o pessoal apelidou logo lá de Vila do Sebo. (“Paxiba”, militante do MST e assentado na Palmares II, entrevista realizada em julho de 2006)

O grupo ligado ao finado “Fonseca” fazia um avaliação que aquelas terras na Palmares I eram insuficientes “muitas famílias para pouca terra” e que era necessário ocupar outra fazenda. Arregimentaram novas famílias e tentaram disputar as terras com outro que já estava acampado lá. O resultado foi o conflito e duas mortes ocorreram. Do “Fonseca” e do “Ceará”. Essa refrega desestabilizou o grupo ligado ao PMDB na área, mas o desconforto entre as famílias da Palmares I e II continuou. Hoje essa disputa está quase morta. O que sustenta ainda são algumas expressões jocosas de uma para outra como Vila do Sebo (Palmares I) e Vila da barata (Palmares II)⁶⁸.

Outro componente curioso na conformação do acampamento foi coletado através de uma entrevista com um dos coordenadores da COOPALMAS, cooperativa mista que associa tanto os cooperados de Vans e micro-ônibus que fazem o transporte assentamento – cidade de Parauapebas. Sr. “Acapu” já fazia o transporte de pessoas do acampamento quando trabalhava ainda na prefeitura levando água em um caminhão para os acampados. A relação com os camponeses acabou levando “Acapu” a cerrar fileiras com o movimento.

⁶⁸ O povo da Palmares II apelida a Palmares I de Vila do Sebo porque onde é o sítio da agrovila hoje era uma espécie de depósito de um matadouro da cidade que jogava os restos de vísceras, cabeças, sebos, etc. Por isso, a alcunha de vila do sebo. Já o pessoal da Palmares I chama a Palmares II de Vila da Barata porque durante o acampamento houve na área uma “epidemia” grande de baratas. São rivalidades que existem ainda hoje mais no campo do imaginário de grupos de famílias que eram amigas e estavam sob o mesmo teto da lona preta e que num determinado momento suas trajetórias se dividiram, mas que mantêm uma história comum ainda hoje.

[...] quando eu sai dessas empresas, eu vim para cá para a cidade de Parauapebas e aí eu fiquei trabalhando com sr. Chiquinho, ele tinha umas caçambinhas, e prestava serviço para a prefeitura, era tercerizado, ele trabalhava na prefeitura e eu trabalhava para ele, aí foi quando começou o movimento sem terra, eles acamparam a primeira vez em frente a câmara de vereadores para entrar na Cinturão Verde, que era a terra da Vale, e aí lá eu trabalhava num caminhão pipa e eu botava água para eles lá nos tambor, e aí comecei a mim turmar com o pessoal e aí eu botava água, e também comecei a querer uma terrinha, porque é aí que o caba vai ficando velho e as empresas não quer mais ficha, só quem é caba novo, e aí eu vou começando a mim encostar por aqui, já to perdendo espaço mesmo e falei vou pra terra. Foi em 1994, no dia 30 de julho de 1994, aí eu entrei no movimento. Mas continuei trabalhando nas caçamba, eu na época ajudei muito, as coisas parece que se encaixavam direitinho, que o prefeito mandou tirar o pipa e mandou botar o basculante, aí virou caçamba, e aí quando o pessoal resolveu entrar para a terra aqui, a lixeira era dentro da fazenda, e aí eu carregava o lixo de Parauapebas, passava pelo acampamento, e vinha deixar o lixo pra cá. Então o transporte que servia para os Sem Terra, era a caçamba que carregava o lixo. Então a galera subia em cima do lixão e vinha aquele bolão de gente com mosca e tudo (“Acapu” assentado na Palmares II, entrevista junho de 2006)

Sr. “Acapu” sempre trabalhou de motorista na vida. Entrou em contato com o MST através de sua profissão. Na época, trabalhava o Sr. Chiquinho que tinha uma empresa que prestava serviço para a Prefeitura de Parauapebas. Sua relação com o acampamento e com o Movimento Sem Terra se deu levando materiais e água para os acampados que estava na frente da Câmara de Vereadores no momento. Levava cesta básica, instrumentos para manter os barracos de lona preta, a própria água.

Na fala de “Acapu” temos um componente muito comum nas narrativas de pessoas que perderam a terra quando eram jovens e que nunca abandonaram o horizonte de retorno a terra. Geralmente quando conseguem a aposentadoria ou não conseguem mais “fichar” essa alternativa se impõe. Se objetiva a partir de um processo de reconstrução daquele modo de vida perdido quando adolescente ou início de sua vida adulta. São perspectivas muito comuns em indivíduos de um país que têm em sua história, a partir do estado-nação, de pelo menos 450 (quatrocentos e cinquenta) anos de ruralidades densas. Essa marca histórica deixa como legado atávico de reconstrução permanente de um campesinato que perdeu sua terra e que quer, assim que as condições objetivas tiveram dadas, retomá-las. São componentes de uma *campesinidade* como nos fala Woortmann em seu “Com parente não se neguceia”

Meu objetivo não é tratar o camponês como um “pequeno produtor”, objeto de uma análise objetiva de sua objetividade, mas tentar uma

interpretação subjetiva – pois trata-se da minha perspectiva – de sua subjetividade. Neste plano, por exemplo, o conceito de valor-de-uso ganha outro valor; o de uso enquanto valor [...] Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade. Não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. [...] Se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza. [...] Ocupo-me de uma qualidade: a *Campesinidade*, que suponho comum a diferentes lugares e tempos [...] (WOORTMANN, 1988: 12).

Essa *campesinidade* que ultrapassa a dimensão econômica e ganha abrigo na subjetividade de homens e mulheres em diferentes *lugares e tempos* é que se remete Acapu quando vê a possibilidade de retorno a terra a partir de um acampamento de Sem Terras. É quando vemos nosso informante falar orgulhosamente de uma situação que para muitos olhos é constrangedora e que para ele é fator de enaltecimento, o “transporte que servia para os Sem Terra, era a caçamba que carregava o lixo. Então a galera subia em cima do lixão e vinha aquele bolão de gente com mosca e tudo”.

FOTO 11 Plenária dos Acampados da Palmares II, 1994.



Fonte: http://cleudenunes.blogspot.com.br/2013/02/blog-post_9.html

5.3 Características Gerais do território do P.A. Palmares II

No momento da arrecadação das terras feita pelo INCRA em 1996 a Palmares II contava com 517 famílias na Relação dos Beneficiários (RB) da Reforma Agrária. No levantamento original das características naturais do espaço do P.A temos uma feição pedológica com formação diversificada. Da totalidade da superfície do assentamento, 40% é formada por solos argilosos, 45% de argilo-arenosos e 15% de areno-argilosos. Nas áreas degradadas onde foram feitos levantamentos do Ph do solo detectou-se uma variação de 4,5 e 6,4 de acidez. A morfologia do relevo apresenta 40% de área plana, mais adequadas para a atividade agrícola, 35% de suavemente ondulados e 25% de ondulados. Importante destacar que a distribuição dos lotes agrícolas perpassa essas diferentes características de solo e relevo.

O Assentamento Palmares II, localizado a 20 quilômetros do núcleo urbano de Parauapebas, apresenta um estoque de terras, no momento da desapropriação, de 15.848 hectares. Dentre estas, 7.697 hectares são cobertas por pastagens, 450 hectares de capoeira e 4.500 de floresta primária. O chamado patrimônio⁶⁹ perfaz 150 hectares. As lavouras de ciclo médio somam 2.500 hectares e as perenes, 350 hectares.

FOTO 12 Agrovila da Palmares II e seu relevo

⁶⁹ Denomina-se Patrimônio à concentração de serviços e equipamentos coletivos em povoados. Estes equipamentos são a escola, as igrejas, os armazéns e comércios, o campo de futebol, o posto de saúde e moradias.



Foto: Trabalho de Campo, 2014.

Os recursos hídricos e pesqueiros disponíveis para a população da Palmares II são servidos pelo Rio Parauapebas, rio de segunda ordem⁷⁰ e pelos seus tributários de terceira ordem, como o Rio Carotinho e o Rio Novo. O rio vem sofrendo uma série de intervenções objetivando a retirada de areia e seixo do seu leito para atender a crescente demanda da cidade de Parauapebas e do próprio assentamento. Um componente que importante para análise da mineração junto ao assentamento. Na Amazônia não se pode pensar a questão agrária em separado da mineração. Seja ela artesanal ou em escala industrial.

FOTO 13 Rio Parauapebas e draga para retirada de areia do seu leito.

⁷⁰ Quando falamos em ordem estamos nos referindo à importância de determinado curso d'água na sua bacia hidrográfica.



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Em sua configuração vegetal, os dados alertam para uma preocupação. Já na formação do P.A. os assentados herdaram o peso de um itinerário técnico baseado na pecuária e no latifúndio. Seu legado é uma área com 70% de pastagens e capoeiras razoavelmente novas, o que leva paulatinamente os trabalhadores a uma preocupação no processo de ocupação das áreas de floresta primária.

No que se refere à representação social e econômica no Assentamento, se destacam três associações de trabalhadores. A primeira e mais velha, a APROCPAR – Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Palmares; a sua dissidência, a APROFAP – Associação dos Produtores Familiares do Assentamento Palmares; a COOPALMAS – Cooperativa Mista de Transporte do Assentamento Palmares; e a Coordenação do Assentamento. Abaixo uma imagem do Terminal de vans e micro-ônibus administrados pela COOPALMAS.

FOTO 14 Terminal de Transporte da COOPALMAS



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Na infra-estrutura do Assentamento, temos a Vila da Palmares, que é composta por 650 lotes. Nesses lotes existem casas feitas em sua maioria de alvenaria e outras de madeira. Ouve um processo de escolha voluntária do perfil que se queria com custeio de habitação. Os lotes da Vila são de 10x30m. Observa-se, também, um processo de ocupação, mesmo que paulatino, das áreas de domínio público da vila.

FOTO 15 Casas na Agrovila da Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Suas ruas ganharam nomenclaturas lembrando estados da federação, eventos, datas e personagens da luta pela terra. É o caso da rua Bahia, da rua Quilombo dos Palmares, da Oziel Pereira (lavrador da Palmares II assassinado em 1997), da Antonio Conselheiro e da 17 de Abril. Estão dispostas tanto no sentido vertical como no horizontal. Suas ruas são divididas em quadras e, estas, em lotes. São nomes que refletem alguns signos da luta pela terra no Pará e no Brasil. Outras nomenclaturas simbolizam os estados de origem dos assentados. Geralmente marcadas por uma rede de parentesco endereçada nessas respectivas unidades da federação.

A agrovila conta com serviço de energia elétrica fornecida pela CELPA. Este serviço é cobrado sem discriminar espaço urbano e rural estabelecendo um padrão único. Não atentando para as chamadas “tarifas sociais”, os assentados pagam tarifas exorbitantes e os que não conseguem se veem presos a pesadas dívidas. Esse fato motivou a promoção de uma rodada de discussões com a Empresa fornecedora de energia elétrica para reivindicar uma taxa única. Isso foi conquistado de vários embates com a distribuidora de energia. Outra questão nesse diálogo era a eletrificação para os lotes agrícolas. A energia tinha sido puxada para poucos lotes agrícolas e próximos da agrovila, os assentados queriam maior agilidade na consolidação e ampliação da rede para os lotes mais distantes da vila. O que se completou no final da década de 2000.

O abastecimento de água até o início de 2005 era feito através de vários poços artesianos individuais (por unidade habitacional) e de um coletivo, com capacidade de abastecer 70 famílias. A partir de março de 2007, a Palmares II conta com a rede de água encanada na agrovila e hoje a reivindicação é para que se estenda até os lotes agrícolas.

FOTO 16 Caixa D'água do Assentamento Palmares II



Fonte; Trabalho de Campo, 2014.

Em alguns lotes da vila se observam estruturas de concreto, revestindo o solo. Foram construídas por firmas que funcionaram na construção da ferrovia e/ou na construção do linhão de energia, dentro da Fazenda Rio Branco – Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa. Eram arranjos que funcionavam como alojamento de trabalhadores, mercadinhos, oficinas de manutenção de equipamentos. Com a construção do Assentamento esse mesmo espaço que tinha como funcionalidade ser alojamento para a construção da logística do Programa Grande Carajás é reestruturado e

passa a ter outra funcionalidade: o de unidade habitacional. Uma espécie de rugosidade parcial no assentamento.

É na vila que fica a Escola Crescendo na Prática. Uma escola que matriculou no ano letivo de 2014 cerca de 2000 alunos e oferece ensino infantil, fundamental e médio. A rede municipal de ensino têm aproximadamente 19.000 alunos matriculados, ou seja, Palmares II é responsável por quase 10% das matrículas.

FOTO 17 Entrada dos discentes na Escola Crescendo na Prática.



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

A vila conta com um posto de saúde com consultas diárias pela manhã com um médico, clínico geral ligado à Secretaria de Saúde do Município. Sua visão de medicina se baseia na alopatia.

FOTO 18 Posto de Saúde na Agrovila da Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Ainda se pode perceber uma pequena malha de serviços como boutique, oficina e borracharia, prótese dentária, panificadora, aulas particulares de informática, lanchonete e bares. Uma rádio comunitária chamada Palmares, organizada pela Coordenação do Assentamento, opera na frequência FM 96,5 MHz e presta serviços de avisos e entretenimento. A programação, feita fundamentalmente por jovens, suscita reclamações dos mais velhos, desgostosos com as músicas apresentadas.

O P.A. conta com um campo de futebol onde são disputadas partidas com times da própria comunidade e de outras áreas da região. Através do futebol se conseguiu diminuir os conflitos entre os dois assentamentos que foram divididos ainda durante o processo de ocupação (acampamentos). Abaixo iconografias da LEP (Liga Esportiva da Palmares) que congrega times da Palmares I e da Palmares II. É o caso do Dallas (Palmares I) com as cores alvi-verde e do GEF (Grêmio Esportivo Ferroviário) da Palmares II com sua representação rubro-negra. O nome é alusão ao trem e a ferrovia que cortam o assentamento.

FOTO 19 Brasões da Liga e dos Times de Futebol da Palmares I e II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Nas representações religiosas, observamos a presença, além da Igreja Católica, que abençoa o Assentamento através do padroeiro São João Batista e de denominações evangélicas e protestantes como a Assembleia de Deus, Igreja Adventista do 7º Dia, Quadrangular, Congregação Cristã no Brasil e religiões afro-brasileiras, essas não muito visíveis na paisagem.

FOTO 20 Templo da Igreja Deus é Amor na Agrovila da Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

FOTO 21 Igreja São João Batista na Agrovila da Palmares II



Destacam-se, ainda, na percepção do cotidiano do Assentamento, expressões culturais dos assentados que se consolidam gradativamente. Estas expressões trazem consigo as tradições da arte e da cultura de cada lugar de origem dos assentados.

É o caso do Grupo de Bumba Meu Boi, do Grupo de Carimbó e do Grupo de Capoeira. Linguagens que atuam enlaçadas em um projeto cultural intitulado “Terra Viva”.

Este projeto ainda trabalha com uma dança típica maranhense chamada Cacuriá. Em uma rápida observação podemos encontrar pessoas ouvindo músicas dos mais variados gêneros, desde o *reggae*, passando pelo brega e forró, até o *rap* (*hip hop*) preferência de uma grande parte da juventude.

5.4 Palmares II e suas territorialidades – migração, trabalho, família e saberes.

A partir de dados colhidos no intervalo de tempo de dez anos (2005 a 2015) acompanhamos o processo de construção do território da Palmares. Algumas vezes mais perto, outras mais distante, mas sempre *acompanhando*. E nessa caminhada não perdendo o horizonte de uma *pesquisa implicada*⁷¹.

Neste sentido, as linhas que seguem procuram contar algumas histórias felizes, outras nem tanto, relacionadas aos processos migratórios pelo quais passaram as famílias na Palmares II, assentadas ou não. Conversamos um pouco sobre as diversas ocupações (trabalhos) que tiveram na vida laboral, com diferentes *status*, sejam donos do próprio trabalho, seja no cativo da terra, na própria unidade de produção familiar ou na condição de meia/terça. Nossas conversas passam também pelos saberes que adquiriram ao longo desses itinerários, os pontos e fugas que tiveram na vida. Saberes formais, informais ou não-formais. Importante lembrar observação já levantada nesta tese que compreende as dimensões de seus processos territorialização como clivagens que se interpenetram provocando múltiplas determinações e consequências (migração, trabalho, família e saberes).

Ainda, sobre o *cativo*, o camponês se torna *morador*. Essa categoria para os nossos objetivos é fundamental para a compreensão da história migratória para a região. Para fugir da condição de *morador* no *cativo* a estratégia migratória espacial e ocupacional é acionada ao longo de contínuos deslocamentos. Para uma compreensão

⁷¹ Significa que o pesquisador, antes, poderia examinar um determinado fenômeno através da separação entre sujeito-objeto, agora, pode aproximar-se e incluir-se na jornada de pesquisa. A implicação reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que procura eliminar, ou mesmo, diminuir a distância instituída entre sujeito e o objeto. (BAITZ, 2006).

mais adequada dessa categoria *cativeiro* e sua relação com a migração recorreremos a uma definição que nos parece interessante porque vincula tanto o *cativeiro* como a necessidade de se sair pelo *meio do mundo*

O “cativeiro” refere-se a qualquer controle direto da força de trabalho familiar, sem se especificar quem agora controla esse trabalhador. São dois polos opostos em relação a mobilidade e a participação do grupo doméstico. Os dois polos se confundem. O “cativeiro”, termo simbolicamente ligado ao passado escravagista e a prepotência senhorial, aproxima-se do “meio do mundo”, termo que simboliza a “liberdade” de cada trabalhador vender sua força de trabalho a quem ele quiser. Mesmo assim, em ambos os polos há uma perda sensível de controle do grupo doméstico sobre a disposição do seu trabalho familiar. (SCOTT, 2009:247)

Percebemos então que o binômio *Cativeiro-Meio do Mundo* são dois polos que se articulam nossa em pesquisa com a *Fronteira – e o Resto do Brasil*, especialmente a Região do Meio Norte (Maranhão e Piauí). A *fronteira* relaciona-se a uma ideologia geográfica de busca da liberdade. De uma liberdade às vezes tão ilusória quanto a “liberdade para vender a força de trabalho”. E o *Resto do Brasil* a uma região fechada, cercada, estrangulada e sem possibilidade de novas aberturas. Vista dessa forma se relaciona diretamente a noção de cativeiro.

5.4.1 “Eles não vieram, chegaram”⁷² – a história da migração dos assentados da Palmares II

Nossa análise a partir desse tópico mescla tanto os levantamentos feitos via questionário com perguntas fechadas e abertas, somadas as entrevistas com informantes-chave para nossos objetivos na pesquisa.

Foram aplicados 55 (cinquenta e cinco) questionários no Assentamento Palmares II, entre janeiro e fevereiro de 2014. São 55 pessoas que guardam profundas diferenças entre si. Com diferentes itinerários espaciais, estas pessoas chegaram a uma área comum: o Assentamento Palmares II, lugar de encontro, construção e reconstrução de uma identidade camponesa. Desde então, esta área transformou-se em um lugar para homens e mulheres que buscam ou buscavam *seu* lugar social.

Um lugar que pudesse garantir a satisfação dos mais diversos anseios, sempre colocados como necessidades pessoais e da família. Um anseio se impunha

⁷² Frase dita por um dos assentados quando foi indagado no momento da entrevista do porque vieram para o Pará.

coletivamente e percorria o horizonte de todas essas pessoas: o acesso a terra. Alcançado este objetivo – para uns pela primeira, para outros pela segunda ou terceira vez – e a satisfação pessoal passou a depender da satisfação social (assentamento). Do pessoal para o social, do indivíduo para o coletivo, uma questão se impõe para entendimento: que origem essas pessoas têm? É este questionamento que ancora as diferenças que devam ser aplainadas na construção de uma identidade dos que agora pertencem a um lugar, a uma categoria de sem-terra, camponês, agricultor, lavrador. Que nível de coesão poderão ter ancorados neste indicador que se refere a um espaço geográfico, a uma trajetória, a um contexto sócio-espacial que irá resultar em uma territorialização específica?

Para capturarmos aspectos dessa migração levantamos os municípios onde nasceram com seus respectivos Estados. Perguntamos em seguida as origens de seus pais e de seus avós. Por problemas relacionados a memória dos avós resolvemos abandonar essa variável para a dimensão quantitativa de nosso estudo e utilizá-la apenas de forma qualitativa. Levantamos também os motivos pelos quais saíram de seus lugares de origem e também os motivos que saíram dos lugares por onde passaram até o momento de chegada ao assentamento Palmares. Apareceram os seguintes motivos: terra/agricultura; trabalho; garimpo; melhoria; família; doença/saúde; Conflitos; educação; remanejamento e passeio/turismo. Distribuídos por 196 (cento e noventa e seis) municípios.

Em sua composição demográfica no assentamento obtivemos o seguinte quadro no marco da divisão por gênero (masculino e feminino), tendo como parâmetros nossos entrevistados, os respectivos cônjuges, filhos e filhas.

Quadro 01 Relação entre parentesco e gênero

Relação de parentesco com o(a) entrevistado(a) (%)	Masculino	Feminino	Total
Entrevistados	55,6	44,4	100
Cônjuges	51,2	48,8	100
Filho(a)s	54,1	44,9	100

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Esse resultado tende a certo equilíbrio entre os gêneros. Reproduzindo mais menos o mesmo perfil da sociedade nacional. Uma pequena diferença ainda aponta o *masculino* como preponderante. Mas o equilíbrio é a tendência.

5.4.1.1 Sobre as origens – “Como posso saber de onde eu venho se a semente profunda eu não toquei?”⁷³

Em relação à origem dos entrevistados se confirma o que estudos populacionais sobre a região sudeste do Pará já afirmaram: a maioria dos assentados é do estado do Maranhão – e no caso da Palmares isto representa 62,7%. Tal afirmação, no entanto, não pode ser feita descuidadamente, como se o estado em questão tivesse população homogênea, negando sua diversidade natural e social. Para nos aprofundarmos sobre a origem dessas pessoas dentro da diversidade de territórios do território maranhense, identificamos certa equidade entre três regiões do Maranhão. Na região oeste tiveram origem 29% dos maranhenses, no centro 30% e 26% no leste do estado. Todas, regiões de ocupação mais recente do Estado onde figuram os “centros”. Nomes como “Centro do Garapa”, “Centro do Escolado Nunes Rodrigues”, “Centro das Negas”, “Centro do Abraão”, “Centro do Leonso”, “Centro do João de Pedro”, “Centro da Velha Elisa”, etc. Os “centros” são formados por pioneiros, com origem na luta posseira, e refletem bem o caráter personalizado desse tipo de luta. Os que vão dar inclusive o nome ao lugar como podemos observar na seguinte análise:

A dinâmica da frente de expansão não se situa num único mecanismo de deslocamento demográfico. Tradicionalmente, a frente de expansão se movia e excepcionalmente ainda se move, em raros lugares, em conseqüência de características próprias da agricultura de roça. Trata-se de um deslocamento lento regulado pela prática da combinação de períodos de cultivo e períodos de pousio da terra. Depois de um número variável de anos de cultivo do terreno, os agricultores se deslocam para um novo terreno. Onde essa prática é mais típica, como o Maranhão, o deslocamento se dá no interior de um território de referência, ao redor de um centro, de um povoado. Quando a roça fica distante do Centro, a tendência é a criação de um novo Centro, ao redor do qual os lavradores abrem suas roças segundo critérios de precedência e antiguidade dos moradores e segundo concepções de direito muito elaboradas, isto é, quem tem direito de abrir a roça onde, por exemplo. Desse modo, a fronteira se expande em direção à mata, incorporando-a à pequena agricultura familiar (MARTINS, 1997:175)

No caminho que Martins (1997) nos aponta entendemos o porquê da dinâmica leste-oeste da fronteira em direção à *mata* e como o próprio sistema agrícola (agricultura de corte e queima) junto com o processo de privatização das terras vai “empurrando” os camponeses dessas regiões do Maranhão em direção à Amazônia.

⁷³ Refrão da música titulada sêmen da Banda Mestre Abrósio. Letra e música de Siba e Bráulio Tavares.

Contradizendo o que muito se fala no senso comum que agricultura é um fator de sedentarismo, de fixação. São pessoas que comporão as fileiras da Palmares. Trabalhadores que experimentaram longa experiência de processos de deslocamento. Alguns compulsórios. Outros partindo de cálculos feitos a partir do esgotamento das condições sociais de reprodução nos locais de origem. Outra advertência já feita em outro momento deste trabalho é um diferencial que o campesinato da Amazônia tem em relação ao restante do Brasil – seu acesso a terra não é fator de fixação (VIEIRA, 1990).

A seguir temos mais um quadro que reflete o espectro de intensidade (por gênero) de migração por que os beneficiários da Palmares passaram. Esses dados foram agregados com indicadores que tivemos em outro momento de pesquisa (2006) na ocasião do mestrado.

Quadro 02 Relação entre Gênero e Número de Migrações

	Baixa	Média	Alta	Total
Masculino	42	27	5	74
Feminino	24	10	2	36
Total	66	37	7	110

Fonte: Trabalho de Campo, 2005.

Traçamos um perfil do processo migratório com base nas experiências por gênero. Tipificamos um *gradiente* que vai da baixa intensidade (de um até cinco deslocamentos), passando pela média intensidade (de seis a dez deslocamentos) até a alta (de 11 a 15 deslocamentos). Primeiro elemento que chama atenção é que os homens pela lógica do patriarcalismo tem maior experiência migratória. Primeiro que lhes é reservado o papel de *prover*. Se não consegue garantir isso, uma das estratégias que se coloca é se lançar em migração. Segundo, ainda sob o aspecto do machismo, o universo doméstico geralmente é reservado à mulher. Talvez isso consiga explicar o menor número de deslocamentos femininos. Soma-se a isso o componente educacional, já que a dificuldade de acesso à escola impõe a criação de estratégias familiares, como resguardar os filhos *do viver* em acampamento, porque a escola ainda não está disponível durante este período da luta, como vemos na fala abaixo

Vila da barata, nós mudamos lá pra aquela vila, só que, mudamos assim, meu pai mudou só ele e minha mãe, nós os filhos ficamos na cidade estudando por que aqui não tinha escola ainda, aí ficamos lá estudando pra poder garantir escolarização né? Quando ainda em noventa e sete quando tinha escola já aqui, tava mais organizado ele

trouxe a família, ele veio primeiro, conquistou primeiro a terra, aí a terra foi...já podia produzir na terra, tinha casa já, aí nós viemos em noventa e sete pra cá, quando eu cheguei eu cursava a quarta serie do ensino fundamental, era a escola de palha ainda né? O barracão... os professores também eram professores que não tinham formação ainda [...] (“Jatobá” militante do MST e assentado da Palmares, julho de 2014)

São relações que podemos fazer entre o ato de emigrar e a perspectiva da formação escolar. Nesse itinerário de vários deslocamentos dos assentados existe uma tendência à fragmentação da família. Vimos que entre os assentados quanto maior número de deslocamentos menor o tempo de duração das uniões que tiveram ao longo da vida amorosa. Até aí é meio óbvia a constatação. Contudo, é importante destacar aqui o papel que o assentamento Palmares tem na recomposição do *familiar* enquanto unidade de vida e produção. Talvez isso não seja tão evidente para quem destaca apenas o aspecto *produtivista* das reformas no campo brasileiro. A fala de nosso informante vai neste caminho

Interessante também e esse dado pode ser usado em qualquer pesquisa séria que se faça e não essas que as pessoas fazem e já acham que sabe que a terra gira em torno do sol, o reencontro com a terra através do MST possibilitou esse número enorme de trabalhadores que migraram pra lá estabelecessem contatos com suas famílias, então ele reconstruiu os laços familiares, então foram buscar suas mulheres, suas esposas, seus filhos, vieram para o assentamento, construíram de novo a relação familiar, né? Então se tu veres em qualquer assentamento nosso, principalmente na Palmares que é o mais antigo, tu vêes famílias organizadas e se tu fores fazer um parâmetro de comportamento social em relação a Serra Pelada, tu não acreditas que são ex-garimpeiros porque não são ex-garimpeiros são ex-camponeses que se incorporam ao seu caminhar, que é o da busca terra prometida. Inclusive é uma coisa que eles falam muito, falavam muito, o pessoal do nordeste acreditava que aqui pra essas bandas do norte era que tava a terra prometida [...] (“Angelim”, militante e assentado na Palmares II, julho de 2005)

Os assentamentos representam na fala de “Angelim” uma possibilidade objetiva de recomposição do tecido familiar. Este fenômeno se dá pela possibilidade de acionar a rede parentesco que no processo constante de migração acaba se fragmentando e no ato de assentar ela consegue se recompor reconduzindo filhos, esposas, maridos e pais ao reencontro.

Outro aspecto se destaca relacionado à origem. O que Magalhães (2002) chamou a atenção em um trabalho anterior sobre os camponeses impactados pela UHE de Tucuruí. O aspecto *origem* é um elemento importante na formação da identidade

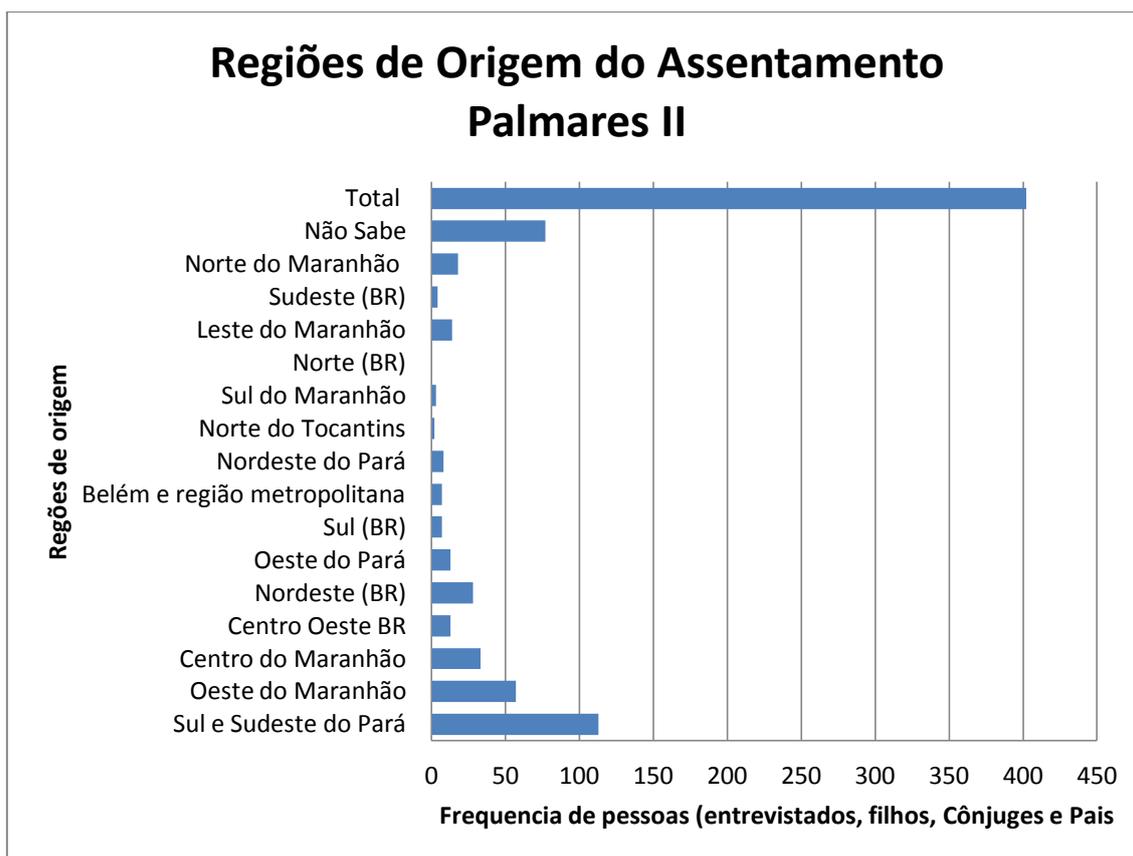
camponesa. A naturalidade converte-se em um atributo que detém bastante a atenção dos camponeses, pois “cada camponês, em particular, é capaz de identificar a procedência de todos os camponeses considerados conhecidos” (MAGALHÃES, 2002: 240). Para essa autora, a identificação de pessoas através de apelidos como “Zé Paraense”, “Maranhão”, “Bacaba” é uma referência jocosa às trajetórias sociais e a diferenciação social entre eles é atribuída às diferenças culturais que haveria entre paraenses e não paraenses (especialmente maranhenses e goianos). Essas referências são marcadas na paisagem do assentamento através da própria nomenclatura das ruas que se remetem a origem dessas pessoas, Rua Bahia, por exemplo.

Observamos também quando levantamos a vida dos avós dos assentados descobrimos em três dos casos a presença de uma imigração internacional de italianos que chegaram para trabalhar na lavoura do café no Oeste Paulista e no Norte do Paraná. É o caso do Catarinense “Tonho” que nasceu em Videira. Trabalhou durante quinze anos (1960 a 1975) em madeiras em Coronel Vivido no Paraná. Seus avós eram italianos tanto por parte de pai como de mãe. Essa incidência junto aos avós de uma origem europeia e italiana nos fez indagar duas possibilidades. Uma que temos famílias que historicamente acompanham a abertura de fronteiras agrícolas como essa do café até chegar a geração de Seu “Tonho” dessa vez na Amazônia. E outra, se o próprio ato de migrar acaba se convertendo numa espécie de “bagagem” cultural passada de geração em geração? Essa pergunta fica ainda no ar, pois só no futuro pode ser respondida na construção e amadurecimento de novas gerações.

Quando nos perguntamos sobre a origem das pessoas somando nossos entrevistados com seus cônjuges, os seus filhos e seus pais temos o seguinte gráfico⁷⁴

⁷⁴ Como toda regionalização tem seu componente arbitrário fizemos a nossa. Como apareceu um número grande de municípios em nossa base de dados (196 ao todo) achamos melhor agrupá-los em Mesorregiões no entroncamento do Bico do Papagaio (Pará, Maranhão e Tocantins). Exatamente por se encontrar ali o maior número de deslocamentos razoavelmente curtos tanto espacialmente como temporalmente e, com isso, possibilitar o melhor entendimento sobre a mobilidade. Os demais são as grandes unidades regionais do Brasil como Nordeste, Centro Oeste, Norte, Sudeste e Sul.

GRÁFICO 1 Relação da Origem com o Número de Pessoas no Assentamento.



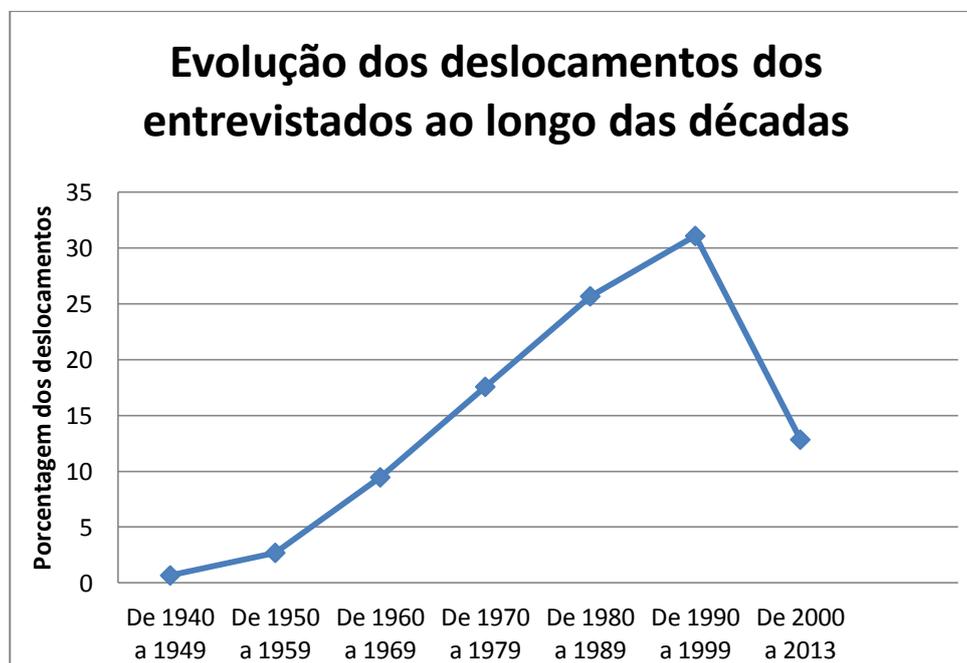
Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Quando levamos em conta a origem das pessoas na totalidade do universo levantado pela pesquisa, ou seja, além dos entrevistados também observamos o lugar de nascimento de seus cônjuges, dos seus pais e de seus filhos temos uma frequência de 402 (quatrocentas e duas) pessoas ao todo. A região de origem se desloca do Maranhão e incide no Sul e Sudeste do Pará com quase 26% do total, seguidos pelo Oeste do Maranhão com 14,1%. Isso demonstra que a nova geração já nasce no Pará, portanto, na fronteira do capitalismo e na região dos Grandes Projetos de des-envolvimento. Sua mobilidade é no interior da fronteira (entre as diversas frentes de trabalhos oferecidas) e não mais inter-regionalmente como nas décadas de 1960 e 1970.

Outro número significativo que desponta é o *Não Sabe* com 19,1%. Avaliamos que quantidade alta dessa variável é resultado dos intensos processos migratórios que acaba “jogando” contra a memória de nossos entrevistados rebatendo no esquecimento de onde nasceram os seus filhos e seus pais.

Em seguida analisamos dos deslocamentos de nossos entrevistados pelas décadas até o início da pesquisa (é por isso que a década de 2000 vai até 2013, um alargamento de três anos) objetivando compreender o contexto histórico que elas se deram. Abaixo o gráfico ilustrando esse movimento:

GRÁFICO 2 Evolução das migrações ao longo das décadas



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Podemos observar que a dinâmica dos deslocamentos começa a se intensificar a partir da década de 1970 registrando 17,5%. Isso coincide com o que Becker (2007) chama de aumento da conectividade da Amazônia com o restante do Brasil através da instalação de uma série de objetos que favorecem a fluidez para a região com abertura de estradas. A Rodovia Transamazônica é inaugurada em 1972. Por outro lado, o INCRA é construído como instituição nacional, porém com uma ação centrada na Amazônia conduzindo a colonização oficial ao longo dos eixos da Belém-Brasília e Transamazônica. Vemos, então, o estado como o grande “timoneiro” na corrida em direção a Amazônia. Não concordamos com a tese de que o estado está ausente da fronteira. Ele se faz presente de uma forma contingenciada para os pobres por um lado e por outro se porta como grande “provedor” para os Grandes Projetos agropecuários, madeireiros e mineralógicos. Sem perder de vista a grandes barragens iniciadas nesta

década como UHE de Tucuruí que começa a ser instalada na segunda metade da década de 1970.

Em seguida figura os anos de 1980 como a segunda década com maior deslocamento em nossa base de dados. Avaliamos esse resultado levando em consideração alguns elementos. O primeiro relaciona-se ao fechamento dos principais castanhais na região. Os camponeses que trabalhavam em regime de servidão são obrigados a buscar alternativas que se oferecem. Vão desde a ocupação desses castanhais até a experiência em diversos garimpos, principalmente no Estado do Pará. Em nossa pesquisa aparecem com grande frequência garimpos em duas mesorregiões do Estado como no Oeste do Pará no município de Itaituba como *Pato Sinop*, *Ouro Mil*, *Comandante Machado*, *Nova Mineração* e *Taurí*. São algumas currutelas que aparecem em nossa base de dados. Por outro lado, no Sudeste do Pará, desponta a famosa Serra Pelada como o garimpo que mais atraiu pessoas por nós entrevistadas. No seu auge entre 1980 e 1982 chegou a abrigar algo em torno de 100 (cem) mil garimpeiros. Outros menos famosos como Cotia em Curionópolis, Garimpo do Rio Gelado em Eldorado do Carajás são exemplos desses deslocamentos temporários para os garimpos. O trabalho garimpeiro é sempre muito efêmero e precoce como podemos ler no relato de “Joaquim” a partir de suas experiências. Sua trajetória sintetiza a trajetória de uma juventude camponesa que viveu essa década de 1980 e que começou a trabalhar

primeiro com os pais né? na agricultura, aprendi um monte de coisa, na economia familiar e agrícola, então todo mundo tinha que tirar uma pontinha na roça e, também, filho homem conta mais um pouco e aí eu não cheguei a forçar tanto porque adoeci quando era criança ainda, tive problema de pneumonia e aí fui operado, quando fui poupado de alguma coisa mas já fiz muito trabalho braçal na roça, lá em Curionópolis, então logo depois disso comecei a sair de casa para buscar outras alternativas. Tava com doze anos mais ou menos. Fui para o garimpo, na época era a grande influência do garimpo em Curionópolis e região... não, não, fui pro garimpo do Manelão, na Transamazônica, lá eu passei...tinha....14 anos aí eu fiquei quase 70 dias lá, aí o garimpo quebrou na época que entrou o Collor, naquela crise que quebrou o pau na situação mineral, principalmente do ouro, antes eu rodava por aqui por perto, no Tucumã, de Curionópolis para lá dá uns duzentos quilômetros, aqui perto no garimpo da Grota Rica que o pessoal chamava, garimpo da Anta (“Paxiba”, assentado na Palmares II, maio de 2005).

A história de “Paxiba” confirma a lógica efêmera do garimpo para o camponês. O garimpo no horizonte desse sujeito é relacionado ao ato de *aventurar-se*. A *aventura* está diretamente relacionada “a uma atividade específica que vai ser tentada, fora do

universo camponês, e que implique um deslocamento espacial definitivo” (MAGALHÃES, 2002:267). Segundo essa autora essa possibilidade é reservada apenas aos “jovens celibatários”, os “jovens recém-casados” ou “homens divorciados”. Sendo que não se perde o horizonte de que no garimpo não se “para”. *Passa-se um verão*.

Ainda na fala de “Paxiba” pegamos a *deixa* para avaliarmos a emergência da década de 1990 como a grande década dos deslocamentos para a população da Palmares. Para sermos mais precisos no final da década de 1980 e início de 1990. É quando temos um novo vetor organizativo no Sul e Sudeste do Pará. Àquele relacionado a emergência da *Luta Sem Terra*. Somado a isso o desmantelamento dos principais garimpos na região a partir da política mineraria desastrosa no Governo Collor de Melo contribui decisivamente para a intensificação da mobilidade do trabalho neste período.

A partir de meados de 1990 começamos a perceber uma diminuição na dinâmica da mobilidade coincidindo com nosso gráfico em seu último intervalo de ano. É quando temos um aumento de intervenções fundiárias no Sul e Sudeste do Pará. Muito em função da pressão dos movimentos de luta pela terra junto ao Estado depois do Massacre de Eldorado do Carajás. Temos uma queda dos 35% na década de 1990 para 12% no final da década de 1990 para 2000.

Abaixo temos um quadro relacionando as décadas de nascimento dos indivíduos que compõem as famílias na Palmares II.

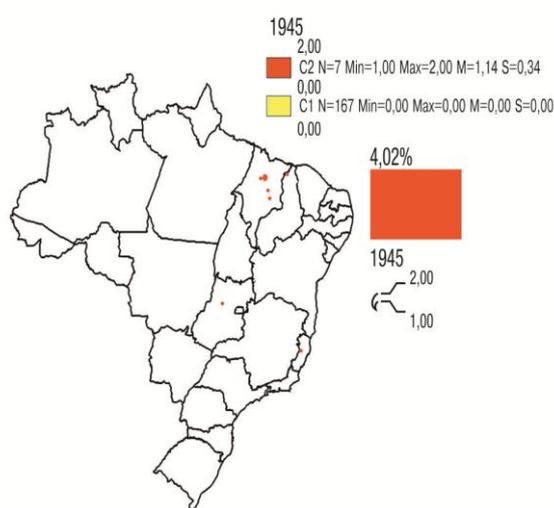
QUADRO 3 Relação entre as décadas de nascimento e a relação de parentesco

PA PALMARES	Relação de Parentesco										Total	
	Entrevistado		Cônjuge		Filhos		Pai		Mãe			
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
De 1910 a 1919	-	-					1	11,1	1	12,5	2	100
De 1920 a 1929							3	33,3			3	100
De 1930 a 1939	1	1,8	1	3,1			4	44,4	3	37,5	9	100
De 1940 a 1949	10	18,2	3	9,4					3	37,5	16	100
De 1950 a	10	18,2	4	12,5	2	1,1	1	11,1	1	12,5	18	100

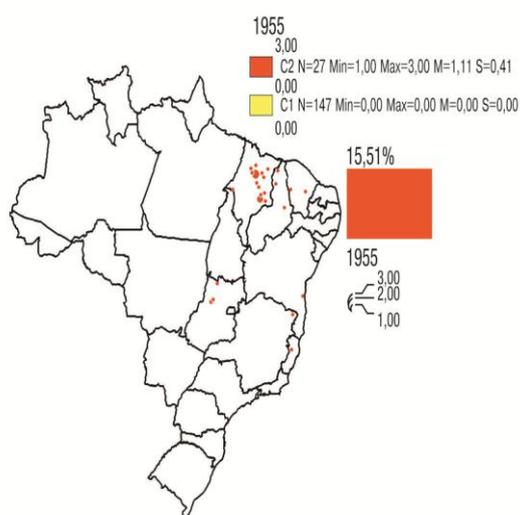
1959												
De 1960 a 1969	8	14,5	7	21,9	10	5,4					25	100
De 1970 a 1979	8	14,5	5	15,6	30	16,2					43	100
De 1980 a 1989	11	20	9	28,1	51	27,6					71	100
De 1990 a 1999	7	12,7	3	9,4	44	23,8					54	100
De 2000 a 2013					48	25,9					48	100
Total	55	100	32	100	185	100	9	100	8	100	289	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

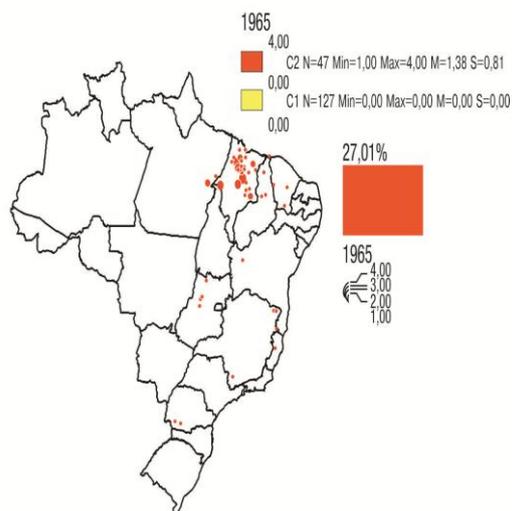
Naturalmente até a década de 1940 figuram os pais dos entrevistados entre os nascidos no período. A partir da década de 1950 até final de 1970 é o período de nascimento de nossos entrevistados e seus respectivos cônjuges. De 1980 até os dias atuais os filhos de nossos entrevistados são a grande maioria de nascimento em nossa pesquisa. O quadro aponta para a mudança na origem das gerações. Até nossos entrevistados a esmagadora maioria são de nordestinos, fundamentalmente de maranhenses. Depois de 1980, a geração que desponta já nasce no Pará. Já são paraenses. O dado desautoriza a inferência desqualificadora que os beneficiários da reforma agrária no Sul e Sudeste do Pará são grande maioria “forasteiros” que vêm para “invadir” as terras dos “paraenses”. Abaixo figuras representando a trajetória espacial.



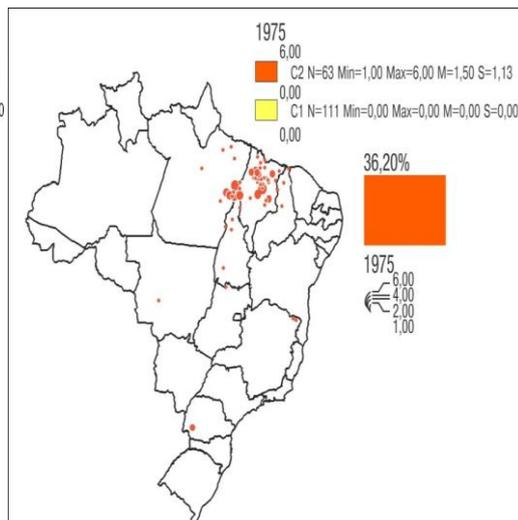
Fait avec Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo> [discrétisation='EF']
(nom de l'étudiant)



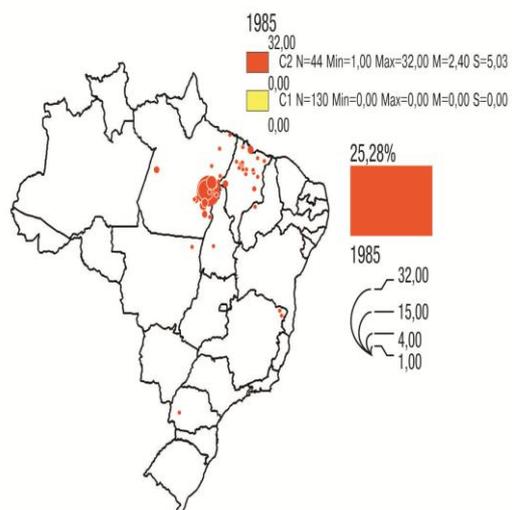
Fait avec Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo> [discrétisation='EF']
(nom de l'étudiant)



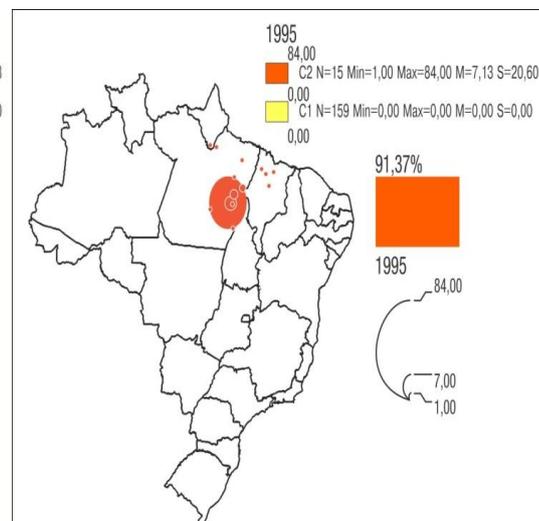
Fait avec Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo> [discrétisation=EF]
(nom de l'étudiant)



Fait avec Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo> [discrétisation=EF]
(nom de l'étudiant)



Fait avec Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo> [discrétisation=EF]
(nom de l'étudiant)



Fait avec Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo> [discrétisation=EF]
(nom de l'étudiant)

A sequencia acima representa os espaços por onde passaram os assentados. O recorte se deu pelos intervalos de décadas. Desde 1945 até 1995. Do nascimento dos assentados até a instalação do território da Palmares. Podemos perceber que até 1955 não tínhamos a presença de nenhum assentado ou algum parente no Estado do Pará. O que existe é uma dispersão pelos estados do Maranhão, Piauí e Goiás. A partir de 1965 observamos um adensamento no centro do Maranhão e início de uma ocupação no Bico do Papagaio. A partir de 1975 é visível o deslocamento dos camponeses em direção ao Oeste do Maranhão e o aumento da mobilidade na tríplice fronteira do Pará, Maranhão e

Tocantins (antigo norte de Goiás). A partir de 1985, grande parte dos camponeses já se encontra no Estado do Pará. Concentrados no Sul e Sudeste do estado e uma pequena incidência no Oeste. Depois de 1995, com a instalação do PA, quase todos camponeses se encontram na mesorregião estudada. Alguns poucos no Maranhão já representam aí uma rede de parentesco que se comporta numa lógica de transumância, de vai e vêm, com seus antigos lugares de origem.

5.4.2 “Nossa principal conquista foi a libertação das consciências”⁷⁵ - A história dos saberes

A busca pela educação sempre teve lugar importante no horizonte dos camponeses. Representa um dos motivos que leva a deslocamentos espaciais, seja pela busca ou pelo reencontro. A elevação da escolarização, como um dos componentes da categoria *melhoria*⁷⁶, é um dos objetivos que pautam as ações de famílias no meio rural (entre os motivos da migração encontrados, a melhoria tendo a educação como um de seus componentes representa 4,6% dos motivos que levaram à migração). Este universo indica uma perspectiva remota de busca deste item, mas coletivamente esta reivindicação se expressa diferentemente.

Uma das primeiras reivindicações referente às políticas públicas nos assentamentos rurais é a construção da escola, tanto para as crianças como para os adultos assentados. Esta é uma demanda generalizada e recorrente nos PA's de todo o Brasil. Na Palmares não é diferente e indica um elemento importante: a retomada dos estudos após a vida de assentado. Abaixo um quadro que ilustra isso.

Quadro 04 Escolarização anterior e escolarização no Assentamento

Escolarização	Escolarização dos Assentados				Total	
	Sim		Não		F	%
	F	%	F	%		
Sim	38	44,2	48	55,8	86	100
Não	-	-	24	100	24	100

Fonte: trabalho de campo, 2006.

⁷⁵ Frase dita por um dos informantes durante uma de nossas estadias no assentamento.

⁷⁶ Para Magalhães “[...] é através da *busca por melhoria* que eles (camponeses) verbalizam os diversos motivos individuais que estão na raiz da emigração [...] a melhoria diz respeito a uma série de fatores importantes para o desempenho social e econômico [...]” (MAGALHÃES, 2002:266).

O total de pessoas que tiveram algum tipo de escolarização é de 86 pessoas, 38 delas (44,2%), ou seja, quase metade, retomou ou iniciou seus estudos a partir do assentamento. Esse dado permite a inferência de que a intervenção fundiária é um importante fator de início ou de retomada dos estudos e que, por isso, compõe forte fator de fixação.

A Escola Crescendo na Prática da Palmares II é hoje uma referência na educação no agrário paraense. Para termos uma ideia da dimensão e alcance da escola um dos diretores, Professor Messias Silva Marcos, nos falou dos números deles em 2014: “olha, nós temos hoje no fundamental mil e trezentos e cinquenta alunos, no ensino médio nós temos duzentos e oitenta alunos e na escola infantil nós temos trezentos alunos então dá um total, vamo vê aqui?” (Messias, Vice-Diretor da Escola Crescendo na Prática, fevereiro de 2014). Voltamos à Palmares II em fevereiro de 2014 e a matrícula ainda estava aberta. A projeção para o ano letivo de 2014 era de 2.000 alunos. Hoje a Escola Crescendo na Prática atende nos dois níveis: fundamental (tanto maior quanto menor) e médio. Isso no universo hoje de, mais ou menos, duas mil famílias no assentamento, entre cadastradas na relação de beneficiários ou não cadastradas. Levando em consideração que, em média, temos cinco componentes na família, isso dará algo em torno de 10.000 pessoas hoje na Palmares II. Esse número é maior do que vários municípios do Estado do Pará.

Abaixo a foto da fachada da Escola Crescendo na Prática, unidade de educação infantil, recentemente inaugurada.

FOTO 22 Unidade da Educação Infantil da Escola Crescendo na Prática



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Em casos de assentamentos ligados ao MST, a organização dos arranjos espaciais se dá no sentido de construção do binômio Vila – Lote agrícola. A vila, concentrando os lotes destinados à construção das casas para cada unidade familiar e os lotes de domínio público como a escola, a associação, os projetos coletivos de produção, a rádio, o posto de saúde, as igrejas, as áreas de lazer, o comércio a varejo. O lote agrícola, no entorno da vila, é destinado principalmente ao espaço de produção. Este processo de concentração na vila garante um espaço de socialização maior, inclusive através da escola - arranjo espacial por excelência da educação formal e que tende a dominar outros saberes.

A seguir foto de um dos ônibus que faz o transporte escolar dos alunos, trazendo e levando dos lotes agrícolas em direção a vila e da vila aos lotes agrícolas.

FOTO 23 Transporte Escolar – ligando Vila – Lote Agrícola



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Por isso, a Escola Crescendo na Prática atende alunos de outros PA's, principalmente do vizinho Rio Branco. A Escola está situada no espaço da vila (organização espacial potencializada pelo MST) inclusa na organização territorial, contribui não só para aumentar significativamente o acesso à escola e o nível de escolaridade da educação formal nos assentamentos como, também, e principalmente, a elevação da educação chamada de não-formal ou não-escolar, como os grupos vinculados às igrejas, os grupos de jovens (no caso da Palmares II, até de *Hip-Hop*, movimento contra-cultural bastante associado às periferias urbanas), a casa da

professora, os times de futebol, os grupos de mulheres, as associações culturais como o Boi, Carimbó, Capoeira e, até mesmo, a mesa do boteco num dia de domingo.

Quando se estabelece o processo de institucionalização do assentamento e da escola, sendo a educação formal apenas uma das faces desse processo, aparecem problemas: a presença de professores alheios à realidade local (contratados pela secretaria de Educação do Estado do Pará ou do Município de Parauapebas), acompanhando paralelamente a exclusão dos professores e professoras categoricamente chamados de “leigos” e sujeitos na construção do assentamento desde a época do acampamento. Como se isso não bastasse, ainda trazem consigo modelos de programas igualmente alheios a esta dinâmica local.

Em mil novecentos e noventa e oito houve uma grande movimentação aqui, o que aconteceu, foi trocado toda aquela, você falou né? (fala da retirada dos professores considerados “leigos” pela SEMED). Essa troca aconteceu em noventa e oito, em noventa e oito tirou todo mundo que não tinha formação acadêmica e colocou os professores de Parauapebas, concursados, então teve conflito né? Então entra a comunidade, muito conflituoso, quiseram fechar a escola, não aceitar, mas aí é a instituição né? Então, ao mesmo tempo, que a gente, os trabalhadores, querem que os seus filhos tenham uma formação de alguém que conheça a luta mas também querem a escolarização de acordo com a instituição, se é possível ter um diploma do MEC, então é uma faca de dois gumes, né? Então, o assentamento o que aconteceu, aceitou, mas que ficasse esses três educadores como coordenadores do setor, então foi tipo um acordo, tirou toda a equipe que era grande na época, não sei em números, mas na história ta dizendo, no livro né? Quantos eram, tirou todos e vieram da cidade, e vieram da cidade, aí começou a vir o carro, os professores né? Um processo muito conflituoso de muitos preconceitos que sofreram, de muitos medos dos próprios professores né? Que vieram pra cá obrigados pelo concurso, eles não queriam vim, eles tinham medo, “lá nos sem terra, tem muitos conflitos, muita coisa”, então foi um momento que na época eu estudava também, o professor saiu pra eu assumir, então foi a revolta dos alunos de não querer estudar e aquela coisa, né? (“Jatobá”, Professor da E.C.P., entrevista realizada em fevereiro de 2014)

Esse quadro de “tomada de assalto” da Escola pelos agentes do Estado local com a SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas, em 1998, como descrita detalhadamente acima foi revertida com um conjunto de mobilizações que os sujeitos da escola (professores, alunos e funcionários), junto com os assentados, desenvolveram pela cidade de Parauapebas em 2004.

E em dois mil e quatro retomamos a escola em grupos bem numerosos, maior do que o número de efetivos que estava, esses professores efetivos, teve curso em noventa e oito os nossos professores também passaram, e aí nós montamos um coletivo muito maior, então mudou o cenário em dois mil e quatro, desses professores que também entraram em noventa e oito alguns se incorporaram na dinâmica do movimento, inclusive nós temos uma professora que entrou em noventa e oito e está até hoje, aqui até hoje, treze anos, né? [...] fez uma grande luta e conseguiu garantir a gestão democrática na escola, inclusive a escola ficou fechada em dois mil e cinco por um tempo por que eles nomearam um diretor da cidade pra cá, a escola ficou fechada, foi feita greve, colocaram cadeado no portão, fecharam a estrada, o prefeito veio conversar com o povo, e aí a partir dessa luta que virou história, tem gestão democrática na Palmares II, a única escola do município, esse ano, ano passado teve eleição né? (“Jatobá”, Professor da E.C.P., entrevista realizada em fevereiro de 2014).

Percebemos na fala de “Jatobá” três elementos que merecem destaque. Primeiro, que só conseguir a Escola não basta. É preciso disputar os conteúdos curriculares e as metodologias desenvolvidas. Segundo, os “quadros” que irão compor o interior da instituição devem ser igualmente disputados e, por fim, um terceiro componente que seria manter uma gestão democrática dentro do marco institucional, através da garantia da eleição direta para diretor que, segundo o professor, foi à única do município a passar por esse processo. Acrescentaríamos, quiçá, do Estado, já que o Governo do Pará paralisou todos os processos de sucessão via sufrágio nas escolas do estado há pelo menos cinco anos.

FOTO 24 Mural na Escola Crescendo na Prática em homenagem aos 25 anos do MST



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Levantamos a informação se frequentaram ou não a escola pelo menos uma vez antes da chegada ao Assentamento. As variáveis fechadas eram: ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; ensino superior completo; pós-graduação ou ensino técnico. Obtemos o quadro a seguir

QUADRO 5 Frequência na Escola durante sua vida.

PA PALMARES II	Não frequentou escola		Ensino fundamental incompleto		Ensino fundamental completo		Ensino médio incompleto		Ensino médio completo		Total	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
	11	20	32	58,2	5	9,1	3	5,5	4	7,3	55	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

De um total de 55 pessoas inquiridas, 20% nos disseram que nunca frequentaram a Escola. Um pouco mais da metade afirmaram ter o ensino fundamental incompleto. Leia-se que chegaram à segunda ou terceira série do ensino fundamental ou que mal sabem escrever seus nomes. Apenas cinco pessoas afirmaram ter completado o fundamental e sete chegaram ao ensino médio. Três não completaram e quatro finalizaram. Não apareceram em nossa amostra, o ensino superior, seja completo ou incompleto; a pós-graduação e nem curso técnico.

Apesar de todos os avanços que o assentamento teve na dimensão da educação escolar, esse perfil ainda é muito preocupante pelo menos em relação aos responsáveis pelo grupo doméstico. Foi nesse nicho que centramos a aplicação dos questionários. Importante esclarecer que não levantamos escolaridade dos filhos e filhas dos assentados. Esse indicador nos daria a possibilidade de observar o acesso educação a partir dessa nova geração. Contudo, devido ao tempo e ao número de variáveis trabalhadas isso não foi possível.

Por outro lado, checamos alguns elementos que envolvem saberes não-escolares temos um quadro interessante em relação a participação em movimentos internos a Palmares como as Associações que existem em seu interior. A APROCPA – associação de produção e Comercialização da Palmares (ligada ao MST), a APROFAP – Associação dos Produtores Familiares da Palmares (“racha” da APROCPA) e a COOPALMAS – Cooperativa Mista de Transporte e Produção da Palmares (mantém

uma postura de autonomia em relação as forças políticas que atuam na Palmares). Participação, também, em alguma igreja, seja católica ou protestante. Dos 55 questionados 47 disseram que participavam de alguma forma. Participação de 85,5% seja nas associações ou em algum tipo de Igreja. Compreendemos os espaços como formas de saberes não-escolares que contribuem para o processo de formação dos assentados.

Para entender outras dimensões dos saberes em relação à natureza quando se refere ao cuidar cotidiano da saúde perguntamos para nossos informantes se utilizavam ou não produtos retirados da floresta. Levantamos este quadro

Quadro 6 Os usos da floresta

PA PALMARES II Uso dos Produtos da Floresta	SIM	
	F	%
Ervas Medicinais	44	93,6
Caça/Pesca	2	4,3
Não Lembra	1	2,1
Total	47	100

Fonte: trabalho de campo, 2014.

Apenas sete pessoas não usavam de um universo de 55 pessoas. Ao todo um pouco mais de 93% disseram que utilizavam ervas medicinais tais como mastruz, erva cidreira, capim limão, hortelãzinho, Jatobá, malva do reino, gervão, folhas de algodão, picão, erva doce, alfavaca, capim santo, babosa, boldo, pariri, folha de sena, romã, espinheira santa, jucá, moreira, etc. Foram algumas que coletamos ao longo das conversas. Apenas dois indivíduos que caçavam e/ou pescavam na *mata*. Essa última informação pode estar relacionada a “clausura” que a floresta foi submetida pela Vale. Proibindo as comunidades no entorno de ter acesso a esse ambiente.

5.4.3 “É praticando na vida que muito irá se aprender”⁷⁷ – a história do trabalho

Chegamos à história do trabalho das famílias na Palmares II. Importante alertar que em todas elas existem pontos de interseção e fricção e, mesmo, de cruzamentos.

⁷⁷ Título de uma música de Zé Ramalho, cantor e compositor do Estado da Paraíba no Nordeste brasileiro.

Então, a lógica do trabalho, apesar de estar ligada a uma dimensão econômica e material do território, se entrecruza com componentes da dimensão ideológica/cultural e imaterial do território. Pensamos o trabalho camponês a partir dessa advertência.

Ao fazermos um balanço sobre a primeira ocupação, procuramos examinar as condições de trabalho que os camponeses tiveram, tentando compreender com que situações se defrontaram no primeiro trabalho, possibilitando entender e classificar que possíveis pressões se estabelecem no interior da organização da produção e a partir daí, avaliarmos que novas estratégias de conversão e reconversão do trabalho os assentados desenvolveram para chegarem onde estão.

No que se refere aos *lavradores* percebemos que 63,3% começam sua vida de trabalho *ajudando*⁷⁸ de alguma maneira a família na roça, constituindo-se este período em aprendizado do trato com a terra. Isto nos sugere que estas pessoas serão parte de mais uma família na mesma unidade de produção ou pleitear novas unidades seja por procedimentos legais seja por ocupações que permitam se manter na condição de camponeses. Segundo Hébette (2004), geralmente, quando o lavrador deixa a agricultura é porque perdeu a propriedade ou a posse da terra. Diante de processos como este, indaga se isto significa dizer que estamos tratando de transação especulativa, negócio ou despejamento violento? Constata que o trabalhador rural, se privado de seu meio de produção básico – a terra –, dificilmente vende a força de trabalho fora da agricultura. Em seguida pergunta se isso demonstra resistência à proletarianização ou falta de oportunidade de emprego na indústria e nos serviços?

Alguns dos nossos informantes nos deram algumas pistas para fazer o debate. Vamos a elas. Começando pelo “Angelem”

nós nos consideramos um dos movimentos camponeses do mundo que tem na relação com a terra e na relação com a agricultura o seu principal campo de resistência, não só econômica, mas também espiritual, cultural, sentimental, de valores. para o quê? Quem começa a construir essa relação na terra, enquanto camponês, nos últimos trinta anos e que tem relação com essa região por conta da migração, que vem ocupando terras que estavam historicamente na mão dos latifundiários, pelos pequenos produtores, eles estão fazendo um

⁷⁸ Em nossa vivência na Palmares II a categoria *ajuda* está relacionada como uma atividade de *apoio ao trabalho na roça*. As crianças e adolescentes geralmente *ajudam* na roça. E não, exatamente, *trabalham* na roça. Seriam atividades com pesos diferenciados no componente econômico da unidade familiar de produção. O trabalho é central, permanente e periódico. Enquanto que o “ajuda” tem um caráter mais periférico e eventual. Por isso, é muito comum ao serem indagados sobre o início de seu trabalho na roça demarcarem uma posição neste sentido. Com 12 anos o senhor começou a trabalhar na agricultura? “não, não eu ajudava meu pai na roça!”

serviço, né? Que é dividir terras da burguesia pra poder criar pequenas propriedades e criar de fato o campesinato, então o que a gente faz aqui é provocar o processo de divisão da terra e reforma da terra pra criar, em escala de massa, pra criar condições de existência e surgimento de um novo campesinato, que é esse que passou por um processo de migração, por etapas de resistência, de períodos na cidade, mas que volta para o campo, né? Então, nós achamos que esse campesinato ainda não tá pronto e acabado, porque esse campesinato está sempre em evolução, ele tá sempre em processo de reformulação de sua existência espacial, de sua vida comunitária, né? Da reconsideração de técnicas ou não, por exemplo existiam experiências na Rússia e na Europa, de comunas camponesas que nunca existiram por aqui. Tiveram outras experiências coletivas na terra que nunca foram estudadas de modo mais sólido pelos pesquisadores: o que é que têm nos camponeses brasileiros que tem alguma semelhança com as civilizações pré-colombianas, por exemplo? O que é tem a ver com os Astecas, os Maias e os Incas de semelhança com nosso campesinato? O que é que ficou dos Índios? Dos Guaranis e das tribos Tupis e que foi incorporado à agricultura nossa? O que é o camponês no Pará? Meu avô era camponês mas não se compara com o estereotipo de camponês de hoje. Meu avô era ribeirinho, tinha uma área pequena de terra, onde ele plantava milho que era para as galinhas, mandioca para a farinha que era pra alimentar a gente, a pesca, a coleta do açaí e dos frutos na mata e a caça, né? (“Angelim” militante do MST/PA e assentado na Palmares II, julho de 2015)

Para nosso informante o campesinato não é só uma categoria econômica, mas envolve outra dimensão “espiritual, cultural, sentimental, de valores”. Então, essa recusa ao trabalho em outras ocupações não é só uma falta de “oportunidade de emprego na indústria ou nos serviços”. Outro elemento de destaque na fala acima e que ajuda a problematizar as indagações de Hébette é que o acesso ao recurso terra se deu pelas ocupações, exatamente porque sofreram contingências nas condições de reprodução física e imaterial nos lugares de onde nasceram e viveram com as respectivas famílias. Muitos deles se lançaram em trabalhos na terra na condição de *agregados*, de *moradores*⁷⁹, portanto, *sujeitos*, em oposição a *libertos*⁸⁰. Por isso, a necessidade dos deslocamentos, dos processos migratórios. E geralmente não “vendem sua força de trabalho fora da agricultura”.

⁷⁹ Agregados e moradores são duas categorias explicativas que nos remetem a fixação e “ter um sítio” para plantar. No entanto, na condição de sujeitos, ou seja, tendo um “patrão”, o dono da terra.

⁸⁰ “Liberto” está relacionado à reconstituição de sua autonomia. De ter terra própria e poder desenvolver suas atividades sem grandes “perturbações”. A essa condição de libertos, os discursos dos assentados nos remetem sempre ao tempo de agora, ou seja, ao tempo da conquista da terra com a instalação do assentamento.

Outra questão que é específica do campesinato na Amazônia e que já foi apontado por Vieira (1990) em um trabalho sobre a venda de terra e que se constitui como um fator diferencial do campesinato do Sul do Brasil é que a apropriação de terras na fronteira amazônica não é necessariamente sinônimo de fixação. Exatamente porque a presença de *terras devolutas* na fronteira capitalista é sempre uma alternativa estratégica (para permanência como camponês) mediante o acionamento de novos deslocamentos. Abaixo uma roça de milho no Assentamento Palmares II.

FOTO 25 Roça de milho em lote agrícola na Palmares II.



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Importante ainda destacar que na nossa pesquisa vários camponeses tiveram experiências em outros tipos de trabalho, diferentes da atividade agrícola. Contudo, dentro de um horizonte de retorno à composição de uma relação de trabalho mais direta com a natureza. Podemos demarcar tal afirmação a partir da fala do Sr. “Cupiúba” que diz:

[...] teve um *entremeio* que eu mexi com garimpo né? Trabalhei uns dias também em firma, mas não fichado⁸¹, pra fazer bico né? eu não

⁸¹ Trabalhar com carteira assinada.

me dou muito bem com aquele movimento da cidade, aquele barulho, aquela zuada, né? eu não aguento aquilo, e aqui não, aqui é sossegado (“Cupiúba” assentado da Palmares II, entrevista em fevereiro de 2015).

Percebemos que o garimpo e atividades em firma em geral, inclusive em madeiras, são considerados “bicos” ou “aventura”. Sonia Barbosa Magalhães define de forma bem interessante esse componente do aventurar-se. Ela nos fala que aventurar-se dá apenas em relação à atividade, especialmente aquela que implica deslocamento espacial definitivo, como o garimpo. Ao garimpo “o camponês *não se dedica, aventura*. No garimpo também não se pára, *passa-se um verão*. (MAGALHÃES, 2002:269)

Podemos, então, concluir que a fala de “Cupiúba” é uma pequena síntese do horizonte de uma massa de camponeses na fronteira capitalista da Amazônia paraense. Apesar de todo ambiente “ornamentado” pelo capital para ser hostil à reprodução do campesinato, existe aí um processo de resistência que tem uma matriz que supera a dimensão do econômico e da profissão pela profissão. Outra narrativa, de outro entrevistado, acompanha a assertiva:

[...] o campesinato para o MST não é meramente uma categoria social, mas uma categoria cultural. Daqueles homens e mulheres que historicamente estão vinculados à agricultura e se baseiam no campo (“Angelim” militante do MST, Julho de 2004).

Outro destaque na entrevista de “Angelim” é que o camponês está em constante criação e recriação, *um novo campesinato* se forjando a partir de uma síntese de duas características – uma da lógica amazônica e de todos os signos que a acompanham e, também, pela dimensão da fronteira capitalista que ela assume a partir da década de 1960. Nesta trama, esse camponês da Palmares seria classe social, mas também um modo de vida, como contribui Shanin, [...] o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. (SHANIN, 2005:3).

Percebemos na análise individualizada das etapas de ocupação profissional no decorrer da trajetória de trabalho um intenso processo de mudança nas ocupações, dando uma característica a estes trabalhadores de mão de obra volátil (BECKER, 1990). No entanto, um elemento parece perpassar todas as estratégias de conversão e reconversão do trabalho: a necessidade de retorno ao campo, através da conquista da

terra e da garantia de autonomia. Chamaremos esta característica de *matriz camponesa*. Apesar dos deslocamentos intra e intergeracionais, a busca pela condição camponesa aparece como uma constante na vida dessas pessoas. A passagem pela cidade, as atividades na indústria ou no garimpo são atividades de apoio, de suporte a um futuro retorno à terra.

Fabrini (2002) afirma que o camponês se recusa a proletarizar-se porque percorre uma luta que busca a reconstrução do projeto de ser camponês, que seria uma relação que envolve “autonomia e autossuficiência se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários), divisão de trabalho e controle da produção”.

Abaixo temos um quadro correlacionando as ocupações dos entrevistados e seus parentes distribuídos ao longo das décadas. São ocupações que assumiram ao longo de sua trajetória espacial começando na década de 1940 até o ano 2013, ano base de nossos questionários.

Quadro 7 Correlação entre ocupações e os intervalos de décadas.

Intervalo de Décadas	1940 a 1939		1950 a 1959		1960 a 1969		1970 a 1979		1980 a 1989		1990 a 1999		2000 a 2013		Não Sabe		Total		
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	
Ocupações																			
Garimpeiro							1	12,5	7	87,5								8	100
Agricultor	5	5,2	6	6,3	4	4,2	9	9,4	9	9,4	21	21,9	42	43,8				96	100
Funcionário Público							2	22,2					7	77,8				9	100
Trabalhador em madeira							1	20	1	20			3	60				5	100
Vaqueiro/Peão													3	100				3	100
Doméstica/Dona de casa							2	12,5	3	18,8	3	18,8	8	50				16	100
Ajuda a família	2	33,3							1	16,7	1	16,7	2	33,3				6	100
Pedreiro	1	12,5					1	6,3			2	12,5	12	75				16	100
Auxiliar de serviços gerais					1	8,3			3	25	4	33,3						12	100
Estudante													47	100				47	100
Professor(a)									2	28,6			5	71,4				7	100
Comerciante									2	13,3	3	20	10	66,7				15	100
Carvoeiro													1	100				1	100

Agente de saúde													4	100			4	100
Cozinheira/Garçonete				1	11,1						2	22,2	6	66,7			9	100
Não trabalha											1	4,8	20	95,2			21	100
Lanterneiro							1	33,3					2	66,7			3	100
Vendedor									1	14,3			6	85,7			7	100
Pescador													2	100			2	100
Dona de casa							1	6,3					15	93,8			16	100
Gerente de Fima													2	100			2	100
Secretária													1	100			1	100
Costureira													2	100			2	100
Babá				1	100												1	100
Cobrador									1	50			1	50			2	100
Motorista													3	100			3	100
Operador de Máquinas							1	33,3					2	66,7			3	100
Lavadeira									1	50			1	50			2	100
Marceneiro/carpinteiro							1	33,3					2	66,7			3	100
Militar				1	50								1	50			2	100
Eletricista													1	100			1	100
Segurança													5	100			5	100
Feirante											1	100					1	100
Quebradeira de Coco Babaçu			1	100													1	100
Cabelereira													1	100			1	100
Camareira											1	50	1	50			2	100
Pintor													1	100			1	100
Vale/tercerizadas									1	25			3	75			4	100
Não Sabe													7	87,5	1	12,5	8	100
Total	8	100	7	100	8	100	20	100	32	100	39	100	233	100	1	100	348	100

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Levantamos em torno de 40 (ocupações) na vida laboral dos entrevistados e seus filhos até 2013. No setor primário destaca-se a agricultura como uma ocupação crescente ao longo das décadas, chegando à de 2000 com 43,8% de seu total. Oito camponeses apresentaram trabalho junto ao garimpo. Todos eles entre as décadas de 1970 e 1980 na fase áurea do garimpo na fronteira. Importante destacar o número alto de *estudantes* 47 (quarenta e sete) no total que junto com os que *Não trabalham*

(16) apresentam um dado significativo. Todos são filhos de assentados em período escolar quando se refere a *estudante*. Os que não trabalham geralmente são crianças pequenas sem idade escolar. O restante apresenta algum tipo de problema de saúde para não se encontrar em atividade. Comumente problemas mentais. Todos localizados na faixa dos anos 2000.

Ocupações geralmente relacionadas ao universo feminino como *cozinheira*, *doméstica* e *dona de casa* ganham destaque também em nossa base de dados. Todas concentradas na década de 2000. Por outro lado, trabalhos considerados típicos do masculino como *pedreiro* também figuram em posição de destaque, 75% deles ativadas igualmente na década de 2000.

Percebe-se, também, um aumento na quantidade de ocupações e certa fragmentação delas, concentradas nos anos 1990 e 2000. Avaliamos pela lógica da atividade acessória como forma de projetar novas gerações no mercado de trabalho. *Marceneiros*, *carpintaria*, *operadores de máquinas e trabalho na Vale* diretamente ou em suas *terceirizadas* começam a aparecer com maior frequência nas atividades da nova geração. Esse é um debate que precisamos enfrentar. Por três aspectos que chamaram atenção em nosso trabalho de campo. São eles, a) as relações que se estabelecem entre o espaço da agrovila e o espaço do lote agrícola. Em uma escala maior, a relação entre a Palmeiras e a cidade de Parauapebas e as atividades laborais relacionadas à mineração, seja através de uma dinâmica industrial ou em uma perspectiva artesanal.

O *binômio vila-lote agrícola* é um componente central para se pensar a reprodução sócio-espacial do assentamento e, portanto, de um território camponês. Para essa articulação, Garcia Jr. & Herédia já chamavam atenção nos estudos rurais desenvolvidos no Brasil. Pensavam em termos de oposição entre *casa e roçado*. Vejamos

Nos estudos realizados no Brasil, a oposição casa-roçado, casa-sítio ou mais genericamente casa-campo, surge como central nas práticas de consumo e de reprodução física dos membros do grupo doméstico e na mediação com a mobilização do trabalho de seus membros e dos recursos que adquirem. (GARCIA JR. & HERÉDIA, 2009: 224)

Consumo e reprodução física estão em jogo aí no interior das famílias a partir da mobilização do trabalho de seus membros e dos recursos que adquirem com isso. Nossa preocupação reside no fato de que grande parte das famílias está perdendo ou se

desfazendo de seu lote agrícola e se tornando um *morador* na agrovila. Vendendo sua força de trabalho eventualmente nos lotes para outros camponeses ou mesmo trabalhando em outras atividades em Parauapebas. Temos, então, a tendência a desarticulação do *binômio agrovila – lote agrícola* pensada inicialmente pelo MST como dois espaços. Um de *produção* e outro de socialização e acesso aos recursos como educação e saúde. Pensamos isso a partir do quadro que organizamos abaixo

Quadro 8 Relação dos Beneficiários com a Posse do Lote agrícola

Posse do lote agrícola	Relação de beneficiário			Total
		Regularizado	Não regularizado	
Sim	Freq.	25	1	26
	% Linha	96,2%	3,8%	100,0%
	% Coluna	71,4%	5,0%	47,3%
Não	Freq.	10	19	29
	% Linha	34,5%	65,5%	100,0%
	% Coluna	28,6%	95,0%	52,7%
Total	Freq.	35	20	55
	% Linha	63,6%	36,4%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

De nosso universo na Palmares II (55 entrevistados) 52,7% não tem mais o lote agrícola. Desses, 10 (dez) pessoas eram regularizadas⁸² e outras 19 (dezenove) não. No exercício da inversão, ou seja, dos que tinham a posse do lote agrícola tem um número total de 26 (vinte e seis) famílias. Dessas 96,2% eram regularizadas juntam ao INCRA e apenas 1 (um) não era.

Analisando o quadro e relacionando com o que foi visto no Assentamento podemos chegar a duas conclusões que se articulam entre si. A primeira é que existe uma área de ocupação irregular no assentamento que avança sobre o espaço de seu patrimônio⁸³. Alguns filhos de assentados, outros não. Desempregados da própria cidade de Parauapebas que se apoderaram de lotes nessa área de patrimônio. Outra está relacionada a uma “geografia dos *kitnets*”. Famílias desenvolvem estratégias de repartir seu lote na agrovila em *kitnets* para alugar a famílias ou mesmo indivíduos com

⁸² Quando nos referimos a regularização estamos falando daquelas famílias que figuram entre as 517 que foram cadastradas pelo INCRA no ato da arrecadação da terra para o estabelecimento do assentamento.

⁸³ Denomina-se Patrimônio à concentração de serviços e equipamentos coletivos em povoados. Estes equipamentos são a escola, as igrejas, os armazéns e comércios, o campo de futebol, o posto de saúde e moradias.

problemas de moradia na cidade. Por ser razoavelmente perto (20 quilômetros) e o seu aluguel, em comparação aos da cidade, é bem mais em conta.

Abaixo uma foto ilustrando a área de ocupação na agrovila

FOTO 26 Ocupação irregular na área de patrimônio da Palmares



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Um de nossos informantes-chave, “Jatobá”, atribui esse fenômeno a “urbanização acelerada” da cidade de Parauapebas. O próprio poder público municipal já credita a Agrovila da Palmares como um núcleo urbano. O INCRA acabou chancelando isso como forma de se “livrar” dos encargos do próprio assentamento. Depositando a responsabilidade na prefeitura. Abaixo a narrativa neste sentido

Na verdade, institucionalmente a Palmares é um bairro, um núcleo urbano, pra ti ver as contradições que nós vivemos, né? Então, o INCRA independe da força popular vamos dizer assim, é o processo de urbanização, o INCRA...por que o INCRA, ele hoje é um órgão falido praticamente, é um órgão rico mas que não atende as demandas do campo, né? O que ele faz? Quando o assentamento é...no projeto de assentamento ele entrega, ele faz um mapeamento, um croqui do núcleo urbano e entrega pra cidade, como titulação, dizendo que aqui

agora é urbano, eu não vou investir mais nada, entendeu? Pra que o gover...pra que o poder publico continue essas responsabilidades do INCRA, só que pra manter ela, a estrutura em continuidade tem que virar órgão municipal, então hoje o INCRA entregou essa área, o núcleozinho urbano daqui né? A vila né? Pra cidade, automaticamente a cidade teve que colocar como bairro, pra poder entrar no que? no PPA (Plano Plurianual do Município), pra poder entrar no plano plurianual, investimento, não tinha investimento, oficialmente é bairro, Palmares I e II e isso tem causado um grande desgaste por que nós somos assentamento, o tempo todo, nós somos assentamento Palmares, aí o povo...mora aonde? Bairro Palmares II, não, é assentamento Palmares, então é aquela questão da resistência, e essa questão da simbologia também porque nós queremos continuar sendo campo né? Apesar de toda essa urbanização que nós somos impactados, não é por que ta muito próximo à cidade que estamos achando bom ser urbano, nós estamos sofrendo um grande impacto do urbanismo, pode ver que Palmares tem asfalto, não que é ruim o asfalto, mas que muitos lugares, muitas cidades pequenas não tem a estrutura que a Palmares tem, um assentamento que tem quatro escolas, um posto de saúde ampliado, então assim, a infraestrutura é a que sonhamos mas o inchaço populacional não é? [...] olha só o problema, a escola é urbana, mudou a escola automaticamente o MEC mudou a escola pra urbana quando descobriu que o núcleo foi passada pra cidade já mudou pelo sistema pra urbano, então nós já perdemos o que? vários projetos do campo, as formações nós tínhamos que fazer pela cidade, o que nós fizemos? Resistimos “não, nós não vamos fazer formação pela cidade, vamos fazer pelo estudo do campo”, aí a SEMED não quis ficamos até sem formação, aí entramos em acordos “você vão fazer formação pelo campo, mas vocês são escola urbana! Aí nós entramos em debate, o que determina uma escola ser urbana ou rural? Ou do campo né? São seu alunado? Por que o nosso público a maioria vem do campo, quarenta quilômetros, cinquenta, que vem das vicinais, tem dez ônibus que traz os meninos né? Então aí é uma certa resistência uma briga constantemente, nó estamos brigando até agora pra poder reverter esse processo e é difícil por que virou institucional, é federal, não é fácil, inclusive o nome da rodovia né que queríamos colocar como “rodovia dos camponeses” (“Jatobá”, militante do MST e assentado na Palmares II. Entrevista em janeiro de 2015)

A fala de “Jatobá” nos aponta o componente da urbanização impactando o território do assentamento. O INCRA para se “ver” livre da responsabilidade do PA transfere para a Prefeitura. O resultado é um espaço considerado urbano pelo poder público e pelos assentados um território rural. O exemplo da Escola é emblemático para discutir as consequências desse “desencontro”. Vários projetos que a escola reivindicava e que estava relacionado à educação do campo não foram possíveis ser acessados por essa qualificação de *urbano* que o MEC acabou incorporando. Por esses e outros componentes “Jatobá” ainda nos fala de uma resistência que se dá no *campo simbólico* através da reivindicação da mudança na nomenclatura da rodovia que leva até

a Palmares. Os assentados estão chamando-a de “Rodovia Camponesa” e querem que o poder público estadual e municipal acate tal reivindicação. Essa luta *simbólica* está no processo de construção do território da Palmares como um território camponês para que se resguardem do avanço da malha urbana da cidade.

Ainda na história do trabalho, percebemos a tendência que existe junto aos filhos dos assentados começarem sua vida no mundo do *labor* em atividades na Companhia Vale ou em suas empresas que prestam serviço para atividade da mineração em Carajás. *Pedreiros, Operadores de Máquinas, Trabalhadores* na própria Vale são alguns dos casos que vemos no quadro sobre as *ocupações* e os *intervalos de ano*. Esse fenômeno aumentou quando a empresa resolveu duplicar sua ferrovia que passa no interior do assentamento. Paralelamente a isso, um número grande de desempregados na juventude do assentamento contribui para a tendência de proletarização. Abaixo temos uma foto indicando um canteiro de obras da Empreiteira Camargo Corrêa, uma das responsáveis pela duplicação.

FOTO 27 Placa da Empresa Camargo Corrêa indicando as obras de duplicação da EFC



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Para entendermos esse processo de forma mais qualificada procuramos levantar a história da família dos entrevistados procurando novas tendências junto aos filhos e,

ao mesmo, identificar formas pretéritas de se trabalhar e viver junto aos pais e avós dos assentados.

5.4.4 “Os que chegaram e os que saem” – História da Família

Ao examinarmos a origem por estado dos pais percebemos que o Maranhão permanece como Estado que fornece maior número de emigrantes. Esse estado é um dos maiores concentradores de terra e de renda no território nacional. Quando se trata dos pais o número de emigrantes do Maranhão aumenta em média 20%. Este número se sobressai no gênero masculino com 48,2%. O que se choca, provocando certa curiosidade, com a origem dos avós, pois na linhagem paterna o Maranhão aparece com menores números quando comparamos com a origem dos avós maternos com 5,5%. Entre as mães, o Estado de Goiás é origem de 5,5%, havendo um empate em seguida entre pernambucanas e baianas com 4,5% cada.

A *identidade camponesa*⁸⁴ confirma-se quando observamos a principal ocupação dos pais. Seja entre os pais, seja entre as mães, cerca de 95% deles têm profissão de lavrador. Uma questão que se destaca é uma maior incidência de outras profissões quando comparamos com a profissão dos avós, ainda que novas variáveis surjam em pequenos números. Avaliamos isto como resultado da consolidação do capitalismo e de sua seletiva modernização no campo, que tende a especializar cada vez mais a mão de obra. Algumas categorias precisariam ser mais profundamente exploradas, porque se revelam uma relação efetiva com o campo, não explicitam detalhes que possam definir a relação com a terra e com o trabalho que nela exercem.

A categoria *lavrador* está sendo entendida como a de quem possui a terra e nela exerce seu trabalho, porém dela não se pode dizer se a relação é de meeiro, agregado, morador, posseiro ou proprietário. Da mesma forma, peão de fazenda e vaqueiro não definem apenas uma relação de assalariado, uma vez que se sabe que historicamente esta condição permitiu o uso da terra para o cultivo de culturas alimentares e uma relação que se identificava com a de *morador* de fazenda.

Uma questão em relação aos filhos chamou a atenção. Diz respeito aos processos de reprodução dos camponeses a partir das novas gerações. Quando saímos para campo formulamos uma hipótese a partir das discussões que temos no interior de

⁸⁴ Baseada na posse da terra, no trabalho agrícola, na mão-de-obra familiar, nas relações familiares primárias e num estilo de vida que valoriza a relação com a natureza.

nosso grupo de pesquisa, a saber: os assentamentos rurais hoje estão sendo construídos para atender uma geração. Aquela que se lançou na luta pela terra. Então, como uma forma de diminuir a pressão e ao mesmo não arrecadar mais terras e com isso alterando a concentração fundiária de forma mais significativa.

A seguir temos um quadro que procura explicitar o local de residência dos filhos. Se moram ou não no assentamento? Caso sim, se é no mesmo lote dos pais ou tem lote próprio?

Quadro 9 Local de Residência dos Filhos

Local de Residência dos Filhos	P.A. Palmares II	
	Freq.	%
Mora com os pais	76	39,6
Mora em outro lote no P.A.	50	26
Não mora no P.A.	64	33,3
Não sabe	2	1
Total	192	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

O quadro acima apresenta uma situação preocupante. Já que temos um número alto de jovens saindo do assentamento, quase 35% dos filhos. Não temos a medida ainda se esses filhos estão caminhando para outros espaços rurais reproduzindo uma *campesinidade*. Podemos problematizar a partir de algumas entrevistas com informantes fazendo uma avaliação sobre essa situação dos que saíram e dos que ficam e a perspectiva de trabalho no assentamento.

É o pessoal da comissão de emprego e renda que surgiu de modo espontâneo eles entram em contradição porque o movimento achava que não era pra apoiar. É tipo assim, nós achamos, eu acho que é um consenso dos velhos que eles vão se fuder né, porque o diagnóstico que temos de quem trabalha na vale e nas terceirizadas é de que a vida útil de quem trabalha aí nessa mineração é de 10 a 15, porque estarão ruim de saúde, pulmão, pressão, tudo quanto é tipo de doença, ou seja, é o tipo de trabalho que vai ta fudendo com o cara. Então acho que pro cara chegar aos 30 anos de idade ele perde a capacidade reprodutiva do ponto de vista da sexualidade entende? Ele perde. São dados que já existem pela associação dos vitimados do trabalho na vale. Agora, é, não da pra ti deixar, sei lá, nós cadastramos ano passado de 2013 pra 2014, 1300 desempregados na Palmares, tu vai deixar esse pessoal todo fazendo o quê? Só pra ti ter uma ideia só o fato desse pessoal... acho que ano passado foi incorporado uns 400 pessoas nessas empreiteiras e antes o pessoal não incorporava nenhum porque o

peçoal tinha preconceito em incorporar gente daqui porque eram chamados de terroristas, que iam fazer bagunça e faziam mesmo, faziam paralisação. Mas também esse acesso ao tipo de trabalho precarizado, porque é um trabalho precarizado, ajudou a diminuir indicadores de violência, de roubo e tal de droga, porque o cara que trabalha, o cara que trabalha nessas empreiteiras acorda e sai umas 4 ou 5 horas da manhã e só volta 19, 20 horas. Esse pessoal não tem tempo de tá fazendo essas coisas justamente porque tem uma opção de trabalho, essa é uma opção de trabalho. Ah ideologicamente se constrói o discurso que ele tem que ir pra terra, ele tem que ir pra terra, mas o problema da produção não é um problema só ideológico, porque precisamos de condições materiais pra viabilizar isso e isso a gente não tem, crédito pra poder financiar o acesso produtivo e o tipo de discussão que modelo de produção que a gente vai fazer pra numa área que já foi degradada por pelo menos 20 anos pelo latifúndio depois de quase 20 anos com a gente né o que que a gente faz com esse terreno produtivo, com esse território e tal? (“Angelim” militante do MST e assentado na Palmares II, janeiro de 2015)

Como se observa pela narrativa do entrevistado o assentamento hoje conta com 1.300 desempregados em média. Grande parte desse universo é da nova geração (juventude) que querem algum de perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Esse mesmo mercado apresentado para eles e fetichizado pela grande mídia e pelo *status quo* local é materializado no “fichar” no circuito da mineração.

Segundo nosso informante acima temos 400 indivíduos que foram incorporados recentemente nessa lógica. Pelas pesquisas recentes⁸⁵ e pela própria observação dos assentados, esse trabalho nas terceirizadas da Vale e na própria empresa apresenta uma estimativa de vida laboral de 10 a 15 anos. É quando começam aparecer os problemas de saúde. Além desse processo de precarização do trabalho temos um assalariamento dessa juventude que combina, logicamente com o “roubo de tempo” para atividades mais autônomas ligadas a vida cotidiana do próprio assentamento.

Outra informação importante que nos aponta “Angelim” é a organização da CERPA – Comissão de Emprego e Renda da Palmares. Essa Comissão é uma organização que nasce “espontaneamente” e que objetiva “abrir” o mercado de trabalho

⁸⁵ A mineradora Vale tem colecionado casos de desrespeito aos direitos trabalhistas de seus funcionários no Pará. Em 2010 a empresa foi condenada na Justiça Federal de Parauapebas a recuperar as horas gastas pelos funcionários no trajeto de suas casas à mina da empresa. Na ocasião teve que devolver R\$200 milhões para o FAT pela prática *dumping* social (quando se busca vantagens comerciais através da adoção de práticas desumanas de trabalho). Na mesma decisão judicial teve que desembolsar R\$100 milhões como danos morais coletivos a pagar para seus funcionários. Dados retirados do Jornal do MAM.

local para os jovens da Palmares. Devido ao preconceito contra os moradores da Palmares estigmatizados de “bagunceiros”, “encrenqueiros”, “terroristas”, pela mídia local, os assentados, principalmente extratos da juventude, organizaram a Comissão. Essa ação aparece paralelamente ao surgimento do MAM – Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração ou, simplesmente, como é apelidado de Movimento dos Atingidos pela Mineração. Sobre a organização desse movimento, “Jatobá” nos esclarece que age

[...] naqueles pequenos lugar que o trem passa que é no Maranhão o povo já faz movimento, já fecha o trilho, então ela começou a ficar com medo, “vamos duplicar porque nós temos prazo pra levar essa riqueza” esse é um meio também, né? Que causa a força popular, ta, foi percebido que a Palmares hoje é pequena pra brigar com a Vale, foi criado o MAM né? Dos atingidos pela mineração e eles começaram a articular a cidade também e nós enquanto assentamento estamos vendo que o assentamento é muito pequeno pra lutar com a Vale, quais são os bairros periféricos? O que que nós temos de lutar em comum? Então, nós temos o bairro Vila Rica, temos aqui o bairro Nova Vitória que é um bairro que é impactado diretamente que a Vale vai cortar o meio, tem um bairro lá debaixo da...Nova Carajás não....ah esqueci o negócio do bairro, mas é um outro bairro que a Vale vai cortar em cheio, então assim, esses bairros periféricos, o que que eles tem de comum? (fala com o porteiro...) E aí nós começamos a articular com esses bairros, E aí essa é toda uma relação de luta, né? Então vamos fechar as estradas, fecha lá em Nova Vitória, fecha lá em cima e fecha a Palmares, então essa luta interligada pra derrotar a Vale e prefeitura também, que a prefeitura é um governo muito ruim de dialogar com os movimentos sociais, então eu creio que do ponto de vista de força popular é positivo por que nós vamos ter uma força muito maior pra lutar, né? E ao mesmo tempo muda-se um pouco a característica da luta né? Não é mais uma luta apenas camponeses que estão lutando por terra, mas uma luta popular, então muda um pouco a configuração né? (“Jatobá”, militante do MST e assentado na Palmares II. Entrevista realizada em janeiro de 2015).

Percebemos, então, que o MST e outros movimentos vêm ampliando seu leque de alianças e buscando uma articulação com os diversos movimentos populares nas periferias de Parauapebas nos bairros de “Nova Vitória”, “Vila Rica”, “Nova Carajás”. Ao mesmo tempo irmanando forças com as lutas dos Quilombolas e Indígenas que tem territórios que são cortados pela Estrada de Ferro de Carajás entre o Pará e o Maranhão.

Essa articulação coloca alguns pontos para a reflexão. O primeiro deles é - será que temos aí o nascimento de um movimento que consiga articular a luta por terra, por redistribuição, uma luta camponesa situada em um determinado tempo-espaco da fronteira com uma luta por território, por reconhecimento, uma luta quilombola,

indígena e ribeirinha situada em outro tempo-espço da fronteira? Outra questão é – qual o papel que os camponeses têm no projeto político do MST? Perguntamos isso, porque é latente a necessidade de aproximação do MST com o operariado desorganizado dessas mineradoras no sentido de organizá-los para um processo de mudança a médio e longo prazo. Essa estratégia não confirmaria a tese do marxismo sobre a superioridade dos operários no processo de transformação social? Estes tipos de indagação são reforçados pela fala do “Angelim” abaixo

[...] repensar todos os nossos métodos de organização interna que tem necessariamente que incorporar tudo aquilo é popular que não é só rural, que não é só camponês né? ou seja, não é porque é de outra classe, mas tá na nossa classe né? Ou seja, quem ta chegando são os pobres não são os ricos, que tão vindo pra cá disputar o mesmo espaço com nós são os pobres, são os pobres sem terra, são os pobres sem emprego, então a gente tem que saber como incorpora isso incluindo com a luta popular e com a luta operária que é essa luta que os operários fazem na região aí em relação ao controle de sindicato, em relação à ocupação, em relação ao trabalho né? a luta pela geração de emprego e renda que vai além da questão agrária. Então só um projeto nesse porte que questiona um modelo hegemônico pode dar pra Palmares uma outra simbologia que vai além da simbologia da luta pela terra, apenas a luta pela terra. (“Angelim”, militante do MST e assentado na Palmares II. Entrevista realizada em Janeiro de 2015)

Estará aí o conceito e o método do que se vem chamando hoje de reforma agrária popular, em contraposição a de uma reforma agrária clássica? Retomaremos esses questionamentos no capítulo final da tese.

5.5. Alguns desafios para (mais) 20 anos da Palmares II

Os assentamentos, como uma encruzilhada social conformando diferentes territorialidades, são o reflexo de um assentado que apresenta trajetórias individuais e coletivas intensas. Que são ao mesmo tempo distintas e semelhantes. Distintas porque cada indivíduo e família são um universo inteiro de relações, tanto materiais como simbólicas, apresentando diferentes saberes, origens e ocupações. Ao mesmo tempo, apresentam certa unidade nas trajetórias porque os indivíduos e as famílias passaram por um esgotamento das capacidades reprodutivas, materiais e simbólicas, e seguiram a “corrente” da emigração em direção à Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira.

No contexto da fronteira, essas famílias são migrantes não apenas na própria geração, mas trazem consigo na “bagagem”, como uma espécie de herança, o

componente atávico deste fenômeno. Desde os avós, passando pelos pais até chegar à geração atual. Neste sentido, as redes de parentesco, as redes de comunicação são indicadores importantes para a compreensão das territorialidades dos assentados. Moreira & Medeiros (2013) em pesquisa sobre território e territorialidades e a relação com movimento social caminham neste sentido

O assentamento é expressão desta reterritorialização, construção do novo território, território este conquistado na luta. É uma nova coletividade marcada pela confluência de trajetórias individuais que, quando se manifestaram, apesar da sua diversidade, no momento da luta eram vistos como unos em razão de sua identidade de “sem terra”. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de assentado traz à tona expectativas individuais no tocante a viver e produzir na terra. (MOREIRA & MEDEIROS, 2013:263)

É nessa “condição de assentado” que inaugura um “novo tempo” recheado de “expectativas individuais e coletivas” que reside nossa preocupação de pesquisa. A condição de assentado na fronteira do capital, na relação direta e indireta com seus agentes, não garante a reprodução, portanto, a reterritorialização, por vários motivos. Listaremos, para começar, dois deles: a) de ordem demográfica e fundiária; b) outro relacionado à extração mineral e atividades econômicas no assentamento.

a) Os assentamentos são feitos para dar uma resposta imediata à pressão do movimento dos camponeses por terra. Os lotes distribuídos estão aquém da possibilidade de reprodução da unidade de familiar. A composição das famílias no campo é numerosa (em média cinco filhos por unidade). Os lotes agrícolas são, geralmente, de cinco hectares (no caso do sudeste do Pará). O balanço da equação é insustentável. Os assentamentos são feitos, portanto, para dar resposta a uma geração de pessoas. Um horizonte de longo prazo através da preocupação com a reprodução de outras gerações da família é esquecido. O resultado é o deslocamento (migração forçada) dos filhos para outras frentes de luta pela terra e a abertura de novas fronteiras para a mobilidade do capital.

b) Outro componente presente na questão agrária na Amazônia é a mineração. Territórios camponeses localizados nas áreas de impacto dos Grandes Projetos Mineradores e no entorno das cidades que servem como base de apoio logístico a este tipo de extração sofrem com a degradação socioambiental. É o caso dos camponeses no entorno da Serra de Carajás. A principal cidade desta região é Parauapebas. A dinâmica

intensa de crescimento (em média 50 famílias chegam por semana no município) requer quantidades significativas de areia e seixo para alimentar o crescimento da malha urbana da cidade. Os territórios camponeses são, portanto, o alvo preferencial do comércio regional de materiais de construção. Além do comércio temos a presença de Mineradoras de médio porte como Montegrano, vizinha ao Assentamento. O leito dos rios é o espaço de retirada desse material, o rio e sua biodiversidade são os principais atingidos. Sem falar do processo de dependência e de especialização imposto para as camponesas e os camponeses por esse tipo de atividade. Abaixo temos uma imagem de retira de seixo no interior do assentamento feita em um lote agrícola

FOTO 28 Retirada de seixo em lote agrícola na Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

O desafio da nova geração, portanto, pode ser entendido como o mesmo desafio da anterior, de assegurar a própria sobrevivência e reprodução, de garantir a permanência ou o retorno à posse da terra e do tempo, nem que para isso seja preciso novamente migrar, nem que para isso seja preciso uma vez mais cumprir o atavismo de ir-se na tentativa de voltar – à condição de camponês.

Capítulo 6 O Processo de Territorialização dos Camponeses no PDS Esperança

Filhos e Filhas da Esperança (Moisés Ribeiro)

Já nos feriram o rosto
Já nos machucaram a alma
Já nos abriram o peito com a lança da
violência.

Já tentaram nos roubar os sonhos, as
utopias, as alegrias. Já tentaram nos
fazer esquecer as lutas, as vitórias, os
mártires e também as derrotas. Já
tentaram nos roubar o companheirismo,
a indignação, a lealdade. Já tentaram nos
roubar a memória, apagar nossos
passos e esconder nossa história.

Mas somos filhos e filhas da esperança,
herdeiros das lutas e das resistências
da beleza, da solidariedade e da
amizade.

Então gritemos juntos, façamos ouvir
nossas vozes nas praças, nas estradas,
nos viadutos e tribunais anunciando o
novo tempo que já se faz urgente.

Sim, gritemos todos, pois somos
companheiros, lutadores e construtores
de sonhos e utopias, de esperanças e
alegrias.

Somos filhos e filhas da esperança que
em levante de fúria rompe as cercas do
latifúndio e abre o horizonte da nova
história que se avizinha.

Somos filhos e filhas da esperança, pois
quando muitos tombam, outros tantos já
se levantam e empunham a bandeira dos
sonhos e da ternura, da indignação e da
rebeldia.

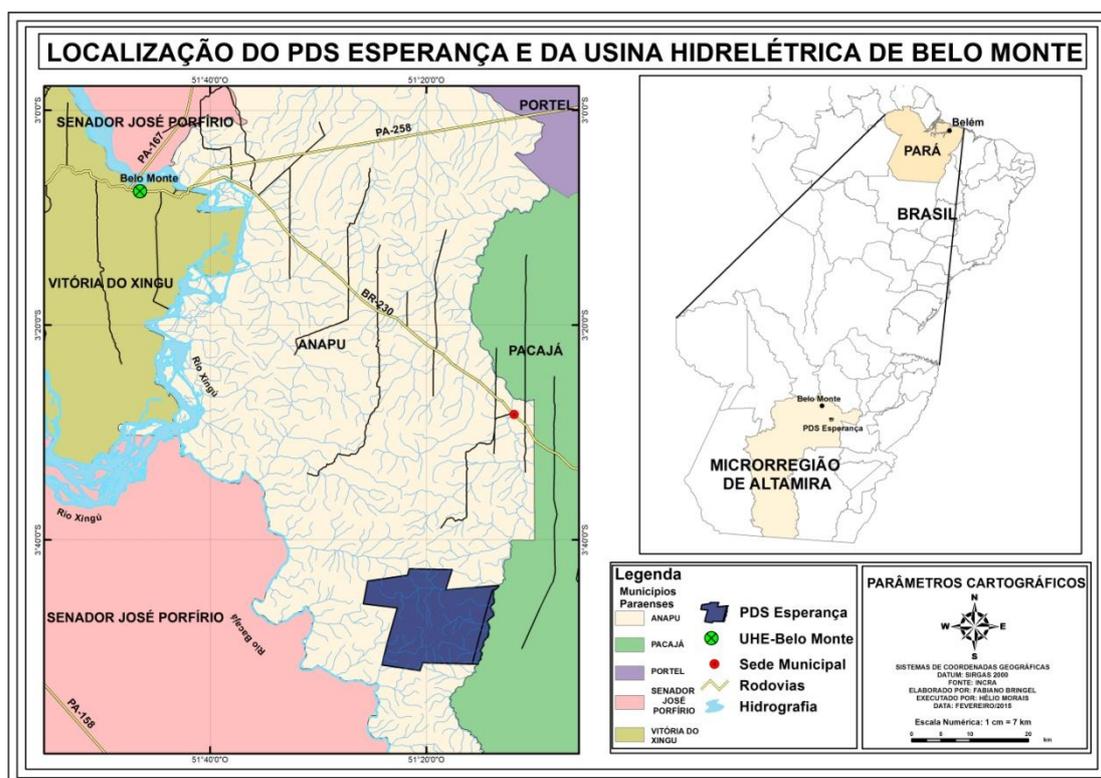
Somos filhos e filhas da esperança
Da esperança que não perece jamais.

6.1 Apresentando o território

Este capítulo tem como objetivo principal analisar como o avanço da fronteira agrária na Amazônia paraense contribui para as transformações nas territorialidades das famílias camponesas que foram assentadas através de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Trata-se do PDS Esperança no Município de Anapu, Mesorregião do Sudoeste no Estado do Pará e Microrregião de Altamira. O PDS é uma modalidade de assentamento rural especial onde se associa a agricultura com práticas extrativistas florestais. Fundado em 2002, o PDS foi resultado de intensa luta de *colonos* ao longo da rodovia Transamazônica contra a grilagem de terras e extração de madeira que se estabeleceu na região a partir da década de 1980. Esta luta ficou conhecida nacionalmente e internacionalmente com o assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang a mando de um consórcio formado por madeireiros e grileiros em 2006.

Abaixo sua localização no Município de Anapu e os demais assentamentos rurais na Microrregião de Altamira.

FIGURA 6 Mapa Localização do PDS Esperança e a UHE de Belo Monte



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Desde 2011 iniciamos este projeto de pesquisa que faz uma análise comparativa entre diferentes territórios da agricultura camponesa situados em diferentes tempos e espaços da fronteira agrária da Amazônia Paraense. Partimos da hipótese que a fronteira continua aberta, com temporalidades diferentes, conflituosas, porém articuladas. Entender a dinâmica da territorialização de um projeto camponês num espaço de fronteira continua sendo uma tarefa em gestação principalmente quando se trata de um *campo* da geografia agrária e, porque não, das ciências sociais que ainda não conseguiu, a contento, desenvolver instrumentos teóricos e metodológicos refinados para captar a dinâmica complexa da mobilidade camponesa na fronteira do capital na Amazônia.

Essa dificuldade irá ser tratada neste capítulo por duas perspectivas da territorialização do projeto camponês⁸⁶ a partir do PDS Esperança que se articulam e se interpenetram: a) pela ausência ou precária presença do Estado junto aos camponeses migrantes e b) disputa na apropriação dos recursos naturais da Amazônia entre os agentes presentes na região. Usaremos, para isso, a mesma lógica do capítulo anterior quando tratamos do P.A. Palmares. A história de vida em quatro dimensões: migração, família, trabalho e saberes.

Os questionamentos relacionados a essas dimensões serão trabalhados ao longo deste capítulo. Ele é dividido em três seções. A primeira trabalhará a formação sócio-espacial da Rodovia Transamazônica e do território do PDS Esperança. A segunda analisará a história de vida ligada as dimensões escolhidas. Em seguida, discutiremos os fatores que limitam e/ou contribuem para a territorialização de seu projeto camponês.

Nossa hipótese principal é a demonstração de que famílias camponesas mesmo em uma situação extremamente contingencial, em ambiente hostil para sua reprodução, como são as áreas de fronteira agrária do capitalismo – com seus grandes projetos de “des-envolvimento”⁸⁷, conseguem, a partir de sua organização, (re) existir mantendo uma *campesinidade* (WOORTMANN, 1990) sempre ativa.

6.2 Formação sócio-espacial da Região da Transamazônica no Pará

⁸⁶ Referimos-nos aqui a um projeto camponês no sentido que Santos (1978) esboçou, ou seja, numa lógica que irá se basear no trabalho e na propriedade da terra, na autonomia, na concepção cíclica de existência, na alternativa das migrações, na construção permanente de uma utopia comunitária e no esboço contínuo de uma consciência política.

⁸⁷ Um desses é a UHE de Belo Monte. É nesta região que ela está sendo construída.

A Rodovia Transamazônica começou a ser aberta em 1970 e é hoje a maior rodovia federal transversal do país com quase cinco mil quilômetros de extensão. Ela vai de João Pessoa na Paraíba até Humaitá no Amazonas, passando em cidades como Balsas no Maranhão, Picos no Piauí e Altamira no Pará. Na sua porção paraense, ela é dividida em dois polos: Transa – leste e Transa – Oeste. Abaixo imagem da Transamazônica a partir do centro de Anapu (PA).

FOTO 29 Rodovia BR 230 (Transamazônica) no centro da cidade de Anapu (PA).



Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

O que corresponde a Transa-Oeste é a porção que vai de Altamira em direção à oeste, uma área de 400 quilômetros em direção a Rurópolis, passando pelos municípios de Medicilândia, Brasil Novo, Uruará e Placas. É área da rodovia que foi destinada a *Colonização Oficial*.⁸⁸ Fortemente induzida pelo Estado na figura dos militares. Essa concentração de esforço por parte das forças armadas se justificava na necessidade de

⁸⁸ De acordo com Cunha (2000) essa área é decretada como de “interesse social para fins de desapropriação de imóveis rurais de propriedade, situados em polígono compreendido na zona prioritária para colonização com área de 6.341.750 ha” (pag.27) no trecho que compreende a área paraense da Transamazônica, entre Altamira e Itaituba. Nascia, então, o que se chamou de Polígono Desapropriado de Altamira.

apresentar *certo sucesso* da agricultura familiar nessa região direcionando o sistema de produção para as culturas de *commodities* como o cacau, pimenta do reino, cana de açúcar e café. Tais culturas foram assistidas através de instituições como CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e EMATER (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural). Com isso, garantir-se-ia uma aparência moderna e próspera para as unidades de produção familiar, aparência esta que deveria ser associada à abertura da fronteira agrícola, igualmente dada como moderna.

Nesse esforço teríamos então uma convergência de fatores como “crédito fortemente subsidiado e assistência técnica proporcionada pelo Estado, mercado internacional do cacau e da pimenta no seu auge. Os favorecidos entregaram-se à febre da produção, vivendo uma espécie de euforia, não isenta de ilusões.” (HÉBETTE, 2002: 208). Para essa área, ainda, se reservou uma colonização de famílias com origem do Sul do Brasil, especialmente paranaenses.

Já a área conhecida como Transa-Leste vai de Altamira em direção a Marabá e sua realidade é diferente da Transa-Oeste. Nesta área predominou a “colonização espontânea”⁸⁹ e migrantes oriundos fundamentalmente do Nordeste brasileiro. Ali o que se adotou da colonização dirigida foi apenas o módulo de terra que era de 100 hectares. Nesta porção da rodovia a terra era considerada “fraca” e apresentava vários focos de malária. Neste sentido, Hébette caracteriza essa área da seguinte maneira:

A forma conhecida como colonização espontânea, ao contrário do modelo oficial, deixava margem para a reprodução, no Pará, das relações, nada harmônicas, das regiões de origem dos migrantes, acirradas ainda, como já mencionado, pela violência da fronteira. Ali agricultura camponesa, tradicionalmente desprezada e entregue a si mesmo e, agora, perseguida pelos órgãos governamentais, tinha que criar na marra seu espaço de sobrevivência e suas perspectivas de futuro, forçando os lavradores a se organizarem segundo suas próprias normas – o que não tardaram a fazer. (HÉBETTE 2002, 208)

Assim, em uma avaliação rápida, o Estado brasileiro dividiu a Rodovia em dois Polos. Um, com terra considerada “boa”, de *terra roxa*, onde os agricultores ali instalados seriam rapidamente inseridos no mercado, com a assistência técnica, com ramais abertos pelas máquinas do Estado, instalação de escolas a cada 10 quilômetros e

⁸⁹ Colocamos entre aspas essa denominação de *colonização espontânea* porque entendemos que ela é impregnada de mistificações. Exatamente porque “Nos sistemas políticos modernos, inclusive os mais liberais e menos dirigistas, a vida social toda sofre interferência do Estado, direta ou indireta, deliberadamente maior ou menor, sempre orientada e seletiva.” (HÉBETTE & ACEVEDO, 2004: 42). Falar, então, em colonização espontânea é negar tal fato e compactua com verdadeiro engodo conceitual.

produção voltada para a exportação. Objetivando aí transformar os camponeses, colonos do sul, em agricultores familiares exemplos de uma pequena produção que “*deu certo*”.

Outro polo, abandonado a própria sorte, com trabalhadores oriundos do nordeste brasileiro, onde “em 1975, os primeiros colonos começaram a abrir as *picadas* e ramais ‘no braço’ (com facão e foice) [...] sem nenhuma estrutura ou apoio governamental esses colonos mediam os seus lotes com cordas” (GUZZO & SANTANA 2009, 41). O projeto político do Estado brasileiro para esse polo, desde o seu início, foi sempre contar com a derrota da agricultura camponesa e estabelecer a concentração fundiária objetivando a territorialização da “grande empresa rural” através da CATP’S (Contratos de Alienação de Terras Públicas) com lotes em média de 3.000 hectares nas Glebas.

A colonização na Transa – Leste , assim, cumpriria dois objetivos claros – amenizar a pressão por reforma agrária no Sul e no Nordeste brasileiro e liberar mão de obra para a exploração capitalista no interior da fronteira. Velha compreensão das regiões de fronteira como “válvula de escape” idealizada ainda no século XIX por Turner no Oeste dos Estados Unidos. O resultado não alcançou nenhum dos dois objetivos. Pelo contrário, o que foi observado foi acirramento do conflito pela posse da terra na região já que os camponeses viam imensas terras públicas, com anuência do Estado, serem apropriadas pelo ciclo da grilagem, que desviava o recurso público, expulsava e exterminava as populações originais e degradava o meio ambiente.

Para ilustrar esse processo de ocupação da região a narrativa de uma das lideranças entrevistadas no ano de 2013 nos aproxima bem dessa trajetória

É... a história de ocupação da região se deu na... em setenta né, na época da transamazônica, colonização, que o governo veio trazendo o pessoal, que foi se multiplicando né, aumentando a demanda por terra devido a grande divulgação do governo por essas novas áreas, devido a fertilidade das terras dessa região né, surgiu uma grande demanda do pessoal de fora, do nordeste, do sul, primeiro vieram o pessoal da colonização, a margem da transamazônica, dez quilômetros de cada lado e os grandes... e os contratos de C.A.T.P. que é as áreas de três mil hectares (“Apuí”, liderança e assentado no PDS Esperança. Entrevista realizada em julho de 2013)

Percebemos na fala de “Apuí” a presença de dois sujeitos envolvidos nesse processo de colonização da Transamazônica. Primeiro veio “o pessoal de fora”, do “Nordeste e do Sul”, são os colonos camponeses inseridos na política populacional do Estado. Esses ficaram até 10 (dez) quilômetros de cada lado da rodovia. Depois vieram

os “grandes” e seus respectivos contratos de alienação de terra pública (3000 ha) nas glebas do INCRA.

Essa área reservada de 10 quilômetros foi pensada para a instalação dos PIC’s (Projeto Integrado de Colonização). Em sua idealização, o Estado previa que essa modalidade de intervenção fundiária deveria destinar a terra

à camponeses e, também, detalha-se o procedimento para o ordenamento fundiário. Um PIC seria o modelo de colonização em que, o Estado, caberia toda responsabilidade pela implantação e instalação da infraestrutura, tanto a física, como organizacional. Isso abrangeria desde a seleção de famílias até a titulação dos lotes, passando pelo atendimento de direitos civis, como educação e saúde, a abertura de estradas até a organização associativa ou cooperativa das famílias (INCRA, 2000a; 2000b; 2001a; 2001b *apud* CUNHA, 2000:29)

Como percebemos, originalmente, o INCRA previa uma logística e todo um *apoio* para a “organização” dos *colonos* nesse início de instalação. A questão é que a política populacional saiu do controle e o que era previsto (10.060 famílias) para o PIC de Altamira ultrapassou a possibilidade do órgão. Como podemos ver nesse documento oficial ainda em 1973 o INCRA já expressava uma preocupação com o fato já que os fluxos migratórios “espontâneos” estavam ultrapassando as estimativas oficiais

As famílias saem de todos os Estados e chegam à Amazônia num ritmo bem mais intenso do que nossa capacidade atual para assentá-las [...] Mas o INCRA montará uma estrutura que atenda este fluxo, pois, estamos recebendo um colono excepcional que, ao se deslocar voluntariamente, já participou de uma auto-seleção. (INCRA, 1973 *apud* ALMEIDA, 1991).⁹⁰

Em abril de 1974, o INCRA anuncia a reelaboração de sua política de colonização oficial, justamente porque a colonização oficial foi superada pela colonização espontânea. A leitura do órgão era de que se desenvolvia uma transplantação para a Amazônia dos conflitos e problemas agrários do Nordeste e que, por isso, eram necessários rigorosos critérios de seleção de colonos.

Os militares propunham um processo de ocupação em que o controle era um elemento essencial, fosse do ponto de vista produtivo, fosse do ponto de vista político. É a partir dessa preocupação que nascem órgãos com GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia- Tocantins (responsável pela distribuição de terras controlada no Sul

⁹⁰ A esse respeito ver: Almeida, A. W. B. O Intransitivo da Transição: O Estado, os Conflitos Agrários e a Violência na Amazônia (1965-1989) IN: Lena, P. e Oliveira, A. (Org’s) **Amazônia: A Fronteira 20 anos Depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

e Sudeste do Pará) e GEBAM – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (responsável pela distribuição de terras controlada no Oeste do Pará).

Percebemos que a partir de 1974 o INCRA admite a derrota do projeto, como podemos confirmar no fragmento abaixo escrito por colonas que vieram nesse período, no bojo da política colonizatória

Esta situação agravou-se ainda mais quando INCRA, em 1974, abandona a região e o povo a própria sorte. Este abandono fez com que as famílias mais estruturadas economicamente que chegavam com toda a esperança de desenvolvimento e que detinham condições de investir em trabalho, retornassem as suas regiões de origem. Os que ficaram, geralmente os menos capitalizados, continuaram cada vez mais enfrentando problemas e tentando sobreviver em meio a uma região totalmente abandonada, sem a mínima condição de sobrevivência. Dos corajosos agricultores que permaneceram muitos foram deixando suas terras e aglomerando-se na agrópolis e rurópolis que posteriormente vieram a se tornar municípios. (GUZZO & SANTANA, 2009: 23).

As “agrópolis” e “rurópolis” eram núcleos urbanos pensados como bases para a instalação de serviços que dariam suporte a agricultura familiar estabelecida nos PIC’s na margem da rodovia BR-230 (Transamazônica). Em que pese às vias naturais oferecidas pelos rios e igarapés amazônicos, e da possibilidade de construir e reforçar a estrutura ferroviária, a opção pelas rodovias predominou nas decisões governamentais. Ela abre um amplo mercado de venda de veículos que se consolida em um dos ramos mais ativos da economia nacional. Essa opção *rodoviarista* altera também a lógica da apropriação de terras e o perfil da rede urbana na região.

De um lado, as terras “cortadas” pela BR-230 irão sofrer um aumento considerável em sua renda fundiária diferencial⁹¹ (uma delas, a própria estrada). Por outro, a rodovia redefine os fluxos de uma cidade para outra, complexificando a rede urbana. Subjacentemente o Estado se *esquiva* das unidades familiares camponesas se aproximando fortemente dos agentes ligados ao grande capital na região.⁹²

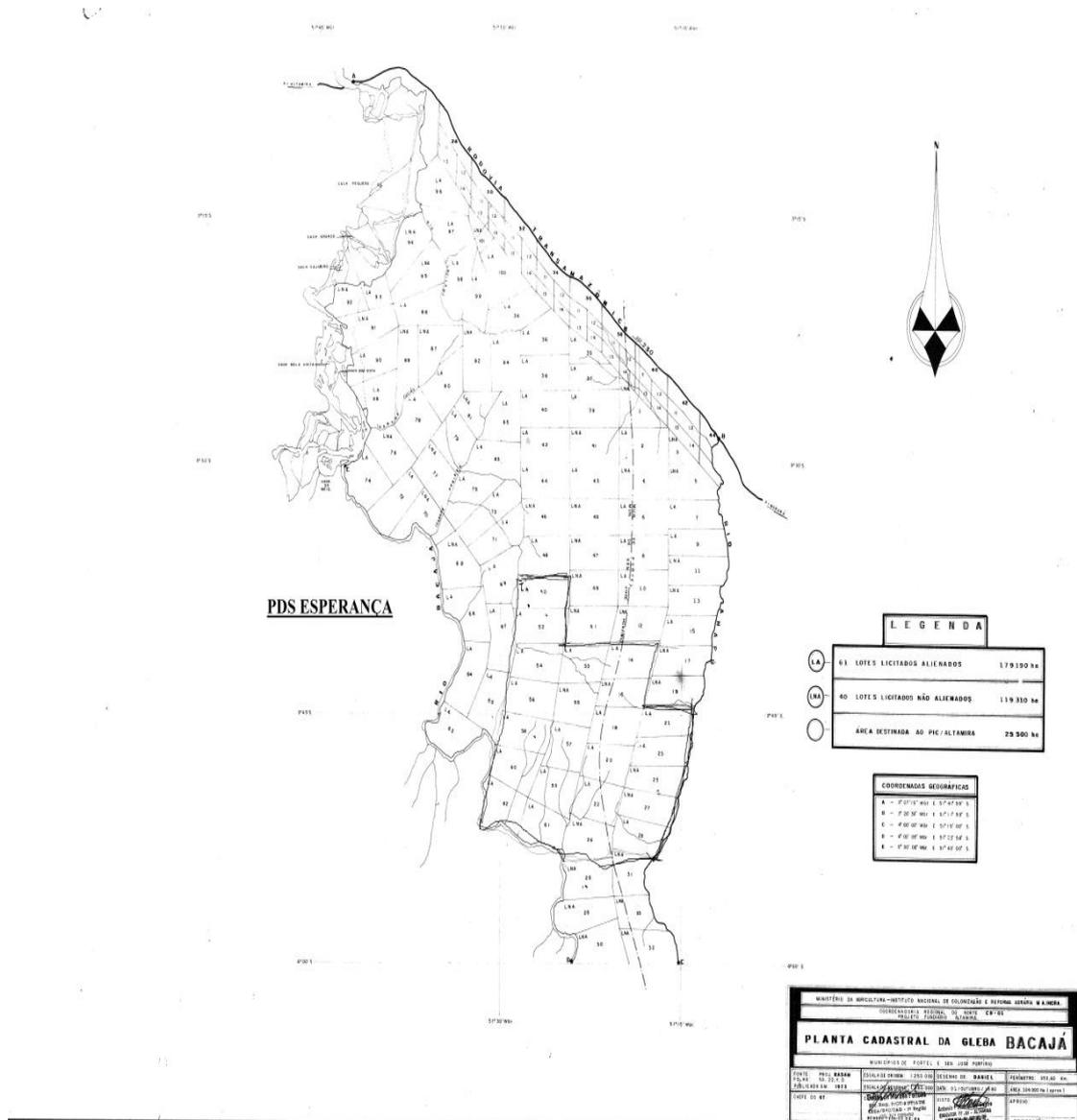
O loteamento da Transamazônica seguiu, então, uma geometria conhecida como “*espinha de peixe*”. Os detentores do planejamento estatal orquestraram a abertura de

⁹¹ Entendemos a renda diferencial de acordo com o Oliveira (1995) onde uma parte dela decorre dos “investimentos de capital no solo para melhorar sua produtividade e/ou localização” (pag.75).

⁹² Partimos da tese de que não existe “ausência do Estado” na Amazônia. Pelo contrário, ele sempre foi muito presente desde a chegada do invasor colonizador. Fizemos esse levantamento histórico no capítulo 2 e entendemos que sua presença se deu mediante a uma seletividade de classe. Retomaremos a reflexão no último capítulo.

vicinais que ficaram conhecida como *travessões* a cada 5 (cinco) quilômetros da rodovia (BR-230). No interior desses *travessões*, nos dez primeiros quilômetros foram “cortados” lotes de 100 ha. Essas áreas foram denominadas de PICs. E posteriormente localizaram-se as Glebas que foram loteadas através de CATPs com lotes de 500 ha, de 1000 ha e de 3000 ha mais ao fundo dos *travessões*. Na figura abaixo identificamos claramente essa disposição espacial. Na beira da rodovia, os PICS com 100 ha. Distanciando dela temos a Gleba com as CATPs de 3000 ha.

FIGURA 7 Lotes dos PICs e dos CATPs com destaque para área do PDS Esperança



Fonte: INCRA, 1980 (Adaptado pelo autor).

Paralelamente, foram projetados objetos geográficos como suporte infraestrutural materializados em Núcleos Urbanos que foram tipificados em a) *rurópolis*, denominadas de cidades polo, a exemplo da cidade de Altamira que sediaria os principais serviços como administração regional, serviços e comércio em geral; b) as *agrópolis* que mais tarde tornaram-se municípios (Anapu, Brasil Novo, Medicilândia são alguns exemplos) que deveriam sediar outros serviços como assistência técnica e as c) *agrovilas* localizadas a cada 10 ou 20 quilômetros uma das outras onde deveriam ter outros tipos de serviços (SANTOS, 2011).

Nas Glebas, os CATPs foram alienadas a famílias migrantes na sua maioria de origem japonesa. Nosso informante diz que esses contratos foram celebrados para ter acesso aos benefícios que a SUDAM forneceria através da aprovação de projetos agropecuários na área

É, o projeto SUDAM, pegaram esse dinheiro, muitos desses eram só laranja desses caras aí...botavam o contrato no nome dos cara, pegavam o dinheiro lá, os incentivos e aí deixavam as áreas abandonadas, iai com essa demanda, essa multiplicação do pessoal que veio, veio gente, veio gente, iai foram expandindo pra essas áreas. (“Apuí”, liderança assentada no PDS Esperança, entrevista em julho de 2013).

Tinham acesso, então, aos benefícios da SUDAM através de “laranjas” e depois não desenvolviam nenhum tipo de atividade produtiva. Nahum (2011) analisa as causas desse fenômeno a partir de uma reflexão sobre o órgão de planejamento regional. Com base em Yves Lacoste, chega à conclusão que o Estado federal “olha” para a Amazônia e constrói uma entidade, uma “região-personagem”, como se “precisasse sempre ocupá-la”, desenvolvê-la, protegê-la. Para isso, exogenamente, constrói Planos de Desenvolvimento para Amazônia, os PDA’s, que reabrem novos conteúdos sucessivos para a fronteira, como as diversas edições dos planos de desenvolvimento, cada qual contendo novas frentes econômicas convertendo-se em um verdadeiro

[...] gênero de política planejada que reinventa a região quer como fronteira agrícola I PDA (1972-75), quer como fronteira agromineral II (1975-79), ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA (1992-95) e PDA (1994-97) (NAHUM, 2011:18)

Esse processo leva ao esvaziamento do conteúdo de classe da região e transfere sua “ocupação” econômica para sujeitos portadores do “caminho do desenvolvimento” e do discurso de um “ordenamento” do mundo amazônico. Como se “natureza selvagem”

precisasse de uma “ordem” externa e de sujeitos que trouxessem o “progresso” e nos inserissem em “novo” tempo-espaço do *moderno* no sentido que Latour (1994) em seu “Jamais fomos modernos”.

No caso da Transamazônica, os “grandes produtores” mencionados na fala de “Apuí”, portadores do “progresso e do desenvolvimento” foram os que usaram “laranjas” para se apoderarem do dinheiro público e não instalarem o que se propuseram. O resultado foi, de um lado, as áreas de C.A.T.P’s ocupadas por camponeses colonos que não conseguiram se inserir no programa de colonização do governo e os que conseguiram mas não puderam permanecer devido a precariedade de acessos aos bens públicos. E tiveram que optar pela ocupação de terras mais ao fundo dos travessões desde 1974 e, por outro, grandes madeireiros e fazendeiros vinham se apropriando das terras próximas das margens das estradas através da reconcentração de terras nessas áreas de PIC. Algumas já reformadas através da instalação de projetos de assentamentos. É o que nos fala “Apuí”

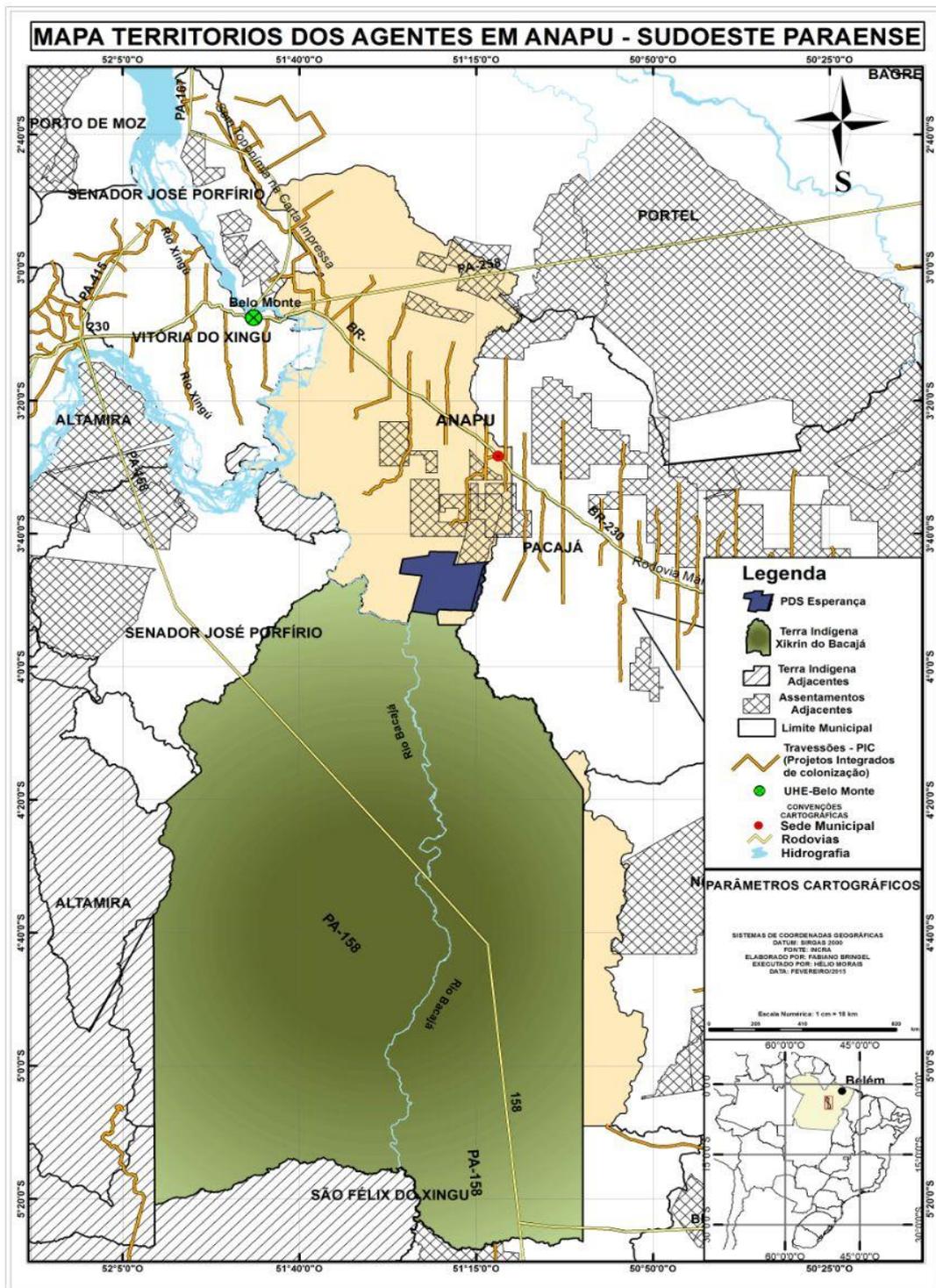
Antes era só na margem, aí vieram ocupando, o pessoal veio ocupando essas áreas de C.A.T.P., veio ocupando essas áreas de C.A.T.P. abandonadas, é poucos que tem em Anapu que ainda ta lá com o C.A.T.P. em dia, cumpriam todas as regras, e a maioria ta em litígio, já teve o C.A.T.P. cancelado, ta na justiça pra retomada do INCRA, o INCRA brigando pela posse da área de novo, pelo não cumprimento do C.A.T.P., a venda do C.A.T.P. que praticamente todos, eu só conheço dois no Anapu que tem ainda o C.A.T.P. que é o legítimo dono do C.A.T.P. que é o seu Arí... (“Apuí”, liderança assentada no PDS Esperança. Entrevista Julho de 2013).

O resultado da equação foi a intensificação dos conflitos pela posse da terra e dos recursos florestais na área da Transamazônica. É o contexto que a Irmã Dorothy Stang chega em Anapu em 1982. É o espaço que a Congregação das Irmãs de Notre Dame (congregação que Dorothy participava) pretendia desenvolver um trabalho junto aos *colonos*. Seus pontos de apoio foram “a casa do Sr. Dió no Km 90 hoje Centro Nazaré. Outro ponto era o Km 120 na casa do casal Guiomar Guzzo e Rosária Souza e no Km 140 na casa dos casais Chico Nascimento e Rita e do Sr. José Roberto e Sra. Eurides.” (GUZZO & SANTANA, 2009:25).

Abaixo temos um mapa dos territórios dos principais agentes envolvidos e a ocupação em “espinha de peixe” da BR-302 com os *travessões*, a Terra Indígena dos Xicrins do Bacajá, a UHE de Belo Monte e os assentamentos rurais tanto convencionais como os especiais como é o caso do PDS Esperança. Este mosaico

conforma a correlação entre os diversos territórios na Microrregião de Altamira. Demonstra como a fronteira capitalista pode ser resignificada contemporaneamente a partir de *novas gramáticas* de luta em seu interior. Em um tempo-espaço temos sujeitos lutando pela terra buscando a *redistribuição* de um recurso. Uma luta prioritariamente econômica e material constituindo uma face da territorialização do campesinato na Amazônia objetificada nos *Projetos de Assentamentos*. Em outro tempo-espaço da fronteira temos sujeitos buscando o *reconhecimento* do seu território. Uma luta voltada para o campo cultural e imaterial constituindo outra face da territorialização de um campesinato tradicional materializada nas Terras Indígenas (TI's), nas Reservas Extrativistas, nas Comunidades Remanescentes de Quilombo e nos territórios pesqueiros. Abaixo o mapa ilustrando esta realidade

FIGURA 8 Mapa dos Territórios dos Agentes em Anapu (PA)



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

6.3 O Município de Anapu e a territorialização da luta pela terra na Transamazônica – o caso do PDS Esperança

6.3.1 O Município de Anapu

A história de Dorothy e da Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur se confunde com a própria história de Anapu. No ano de 1983 as Irmãs de Notre Dame se mudam para o Km 95 da Transa-Leste na Área Pastoral que ficava entre o Rio Anapu e Belo Monte do Pontal. Anapu, desde o início, tem origem na colonização ao longo da Transamazônica⁹³. O INCRA pensou sua funcionalidade, desde o início, como uma *rurópolis*, um núcleo urbano que sediaria os principais serviços dessa parte da rodovia. Sua jurisdição pertencia a Breves, município do arquipélago do Marajó. A locomoção de Anapu para Breves, ainda hoje, é muito distante. Para se chegar tem “pegar” uma parte de rodovia BR-302 e, depois, uma rota fluvial. Em linha reta são 215 quilômetros de distância. Mais tarde, seu território passa a fazer parte da Comarca de Pacajá, município vizinho, ainda na rodovia Transamazônica.

Anapu é um termo de origem geográfica, em referência ao Rio Anapu. Seu topônimo origina-se do tupi “anã”, que significa “forte”, “grosso” e “pu” que é ruído. Possivelmente é referência ao barulho produzido pelo volume d’água do caudaloso rio. Só no final de 1995 conseguiu sua emancipação política⁹⁴ se convertendo em município mediante forte campanha dos movimentos sociais, inclusive com participação direta da Irmã Dorothy. Imagem abaixo do Rio Anapu com suas rochas florescendo de suas águas

⁹³ Ironicamente alcunhada de “Transamargura”.

⁹⁴ No dia 28 de dezembro desmembra-se do município de Pacajá através da Lei Estadual nº 5.929/95. Tem seu primeiro prefeito em 1997.

FOTO 30 O Rio Anapu



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

6.3.2 Trajetória de construção do PDS Esperança

Vimos, então, que ação do Estado beneficiando o grande capital resultou no acirramento do conflito pela posse da terra na transamazônica já que os camponeses observavam imensas terras públicas, com anuência do Estado, serem apropriadas pelo ciclo da grilagem, que desviava o recurso público, expulsava e exterminava as populações originais e degradava o meio ambiente.

Na reação, os movimentos sociais da região em 1994 apresentaram ao INCRA uma proposta para a criação de dois assentamentos, uma de cada lado da rodovia. Três anos depois, em 1997, com a proposta não atendida, a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS organizaram uma grande assembleia em Anapu e reafirmaram a necessidade da criação de projetos de assentamentos frente ao assédio de madeireiros no município. A proposta inicialmente desses movimentos seria criação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS's, uma espécie de assentamento rural especial⁹⁵. O processo foi

⁹⁵ Segundos informações do INCRA essa modalidade de assentamento foi instituída pela portaria de nº477 do dia 06 de outubro de 1999. São áreas de interesse social e ecológico constituídas em áreas prioritariamente pertencentes a União. Devem ser destinadas às populações que baseiam sua subsistência

protocolado no INCRA sob o número 54.100.00 2349/00-97 (GUZZO & SANTANA 2009, 43).

As propostas, aos poucos, foram ganhando o apoio de várias entidades que atuam no município como o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Anapu, Associação Transa-Leste, Movimento de Mulheres Lutadoras de Anapu, Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia, Paróquia Católica de Anapu e Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Abaixo uma folha do documento pedindo a criação do PDS e a assinatura dos movimentos sociais que participaram da reivindicação datada no ano de 2000. Detalhe importante é assinatura da Dorothy pela CPT do Xingu. Ainda podemos constatar o representante do STR de Anapu, do Movimento Mulher de Anapu, assinado por Maria do Rosário, da Associação Pioneira da Transaleste, Ivam Silva e do Padre Amaro representando a Paróquia de Anapu, entre outros movimentos.

no extrativismo, na agricultura familiar e/ou em outras atividades de baixo impacto ambiental, mediante concessão de uso em regime comunitário, segundo a forma decidida pelos beneficiários. É uma modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado a populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseada na aptidão da área, sobretudo, na oferta ambiental natural de produtos madeireiros e não-madeireiros, bem como nos serviços sociais da floresta, turismo ecológico, sequestro e comercialização de carbono, piscicultura entre outras.

FIGURA 9 Assinatura dos Movimentos Sociais reivindicando criação dos PDS's

- Educar e conscientizar os agricultores familiares em relação a derrubadas e queimadas desordenadas.
- Reforçar a produção de plantios definitivos em regime familiar cuja produção rendo muito mais por hectare que as empresas agrícolas.
- Continuar ao esforço de diminuir a pobreza que alastra a nação com um trabalho e condições de vida que dão dignidade as pessoas.
- Ajudar a juventude rural ver a possibilidade de desenvolver uma vida digna e produtiva na terra

Agradecemos desde já seu apoio.

Anapu, Pará - 28 de março de 2000

Luiz de Souza Silva
Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Ma Rosária Sousa Guzzo
Movimento Mulher de Anapu

Ykim Moraes da Silva
Associação Pioneira Agrícola da Transaleste

Aluísio
Associação de Pequenos Produtores Rurais de Anapu

Crifônio F. Mendes
Associação Nova Estrela

Abraão Stangano
Comissão Pastoral da Terra Xingu

P. José Amaro Lopes de Souza
Pastoral do Município de Anapu

Cláudio Trindade Botela
Associação das Glebas 04, 06, 43, 45

Fonte: Trabalho de Campo 2012.

Em 1999, o INCRA acenou favorável a criação dos territórios. Porém, houve resistência por parte do Governo do Estado do Pará, alegando que já tinham sido aprovados, para mesma área, 15 projetos pela SUDAM para reflorestamento com frutas tropicais, plantio de café e capim em áreas degradadas. Cada um deles recebendo em média R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), representando um total de R\$ 75 milhões ao todo.

Abaixo as empresas financiadas no município durante este ano.

Quadro 10 Empresas financiadas pela SUDAM em 1999 em Anapu – Pará.

Empresas Financiadas pela SUDAM em Anapú	CNPJ	Data de Financiamento
Agroflorestal Industrial Açaraí S/A	03.030120/0001-20	14/12/1999
Agroindústria Terra Norte S/A	02.559544/0001-13	12/11/1999

Agroindústria Turmalina S/A	83.381749/0001-53	14/12/1999
Agroindústria Vale Dourado da Amazônia	00.851621/0001-89	14/12/1999
Agropecuária Belo Monte S/A	02.740219/0001-52	28/12/1998
Agropecuária Virtuosa S/A	02.837489/0001-86	12/11/1999
Agropecuária Vitória Régia S/A ⁹⁶	34.683656/0001-78	08/05/1998
Damazon Agroindústria da Amazônia S/A	03.044436/0001-70	12/11/1999
Frupesa Agrofruticultura do Pará	03.044783/0001-01	14/12/1999
Propanorte Agroindustrial e empreendimento da Amazônia S/A	03.025123/0001-75	12/11/1999
Rio Anapú Agroindustrial S/A	03.005110/0001-34	14/12/1999

Fonte: SUDAM, 2000, pag.57.

Tais “empreendimentos” serviram no entendimento de GUZZO & SANTANA (2009), para

[...] invadir, pelos grileiros, madeireiros e fazendeiros destruidores da floresta, a área projetada para a construção da RESEX e dos PDS, favorecendo o desmatamento e a ocupação desenfreada das matas primárias existentes na região, ou seja, o dinheiro público patrocinou a destruição da nossa floresta e o sonho de uma vida digna, para milhares de irmãos nordestinos. A destruição, em várias ocasiões, se deu às margens do rio Bacajá, seus afluentes e outros rios da região. (GUZZO & SANTANA, 2009: 44)

O impasse instalou-se. Os interesses dos grandes agentes envolvidos na expansão do capital na fronteira também se impunham e uma nova correlação de forças começou a se estabelecer na região. Desde então, os movimentos sociais começaram uma séria de denúncias afirmando que tais recursos estavam servindo para ações criminosas e irresponsáveis de fazendeiros. Parte desses recursos foi bloqueado, porém o processo de invasão e desmatamento dessas áreas continua até hoje.

A liberação de linhas de crédito agropecuário (financiamento) liberados pela SUDAM atraiu ainda mais, grandes fazendeiros

⁹⁶ Pertence a Délio Fernandes. Fraudou a SUDAM. Foi vice-prefeito em Anapu com o seu “cabeça” de chapa, Chiquinho do PT. Envolvido em grilagem, venda de terras públicas e desmatamento ilegal na região.

destinados a transformar a região num grande polo pecuário e 15 grandes serrarias oriundas do Sul do Estado, em busca de novas áreas de florestas para a extração transformando a região num palco de vários conflitos (GUZZO & SANTANA: 2009: 37)

Abaixo uma foto da entrada de uma madeireira pertencente a Luís Ungarati, fazendeiro e madeireiro em Anapu. Sua indústria fica no mesmo travessão do PDS Esperança, o de Santana. Ungarati é grileiro e retira madeira ilegal na Gleba Bacajá no lote 53. Lote sob *júdice* no momento.

FOTO 31 Placa de Entrada da Madeireira Ungarati, Anapu – PA.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

O processo de avanço dos agentes do capital vindos Sul e Sudeste do Pará, especialmente a frente de madeireiras, em direção a Terra do Meio levou os movimentos sociais a se anteciparem para a construção de um território que pudesse salvaguardar os recursos ambientais. Foi quando em 1995 começaram as mobilizações com esse objetivo. A proposta inicial era a implantação de duas reservas extrativistas em Anapu envolvendo 44 (quarenta e quatro) lotes de 3.000 hectares cada um. Com o aprofundamento do debate envolvendo um conjunto de sujeitos como INCRA, IBAMA, CNS, etc. optou-se pela criação de outro modelo de reforma agrária que tivesse uma preocupação com os recursos ambientais e pudesse associar a agricultura com o extrativismo ambiental. Foi quando foram criados os projetos de assentamento especiais

[...] em Anapu quatro PDSs (I, II, III e IV), por meio da portaria do INCRA nº 39 de 13 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial

da União no dia 06 de dezembro do mesmo ano, onde o PDS I e II localizados na Gleba Bacajá foram denominados de PDS Esperança com uma área de 32.955,55 hectares e os PDSs III e IV localizados na Gleba Belo Monte foram denominados de PDS Virola-Jatobá com uma área de 29.334,66 hectares. Estes PDS's tem capacidade inicial de 600 famílias. (GUZZO & SANTANA, 2009: 38)

Abaixo a foto da placa na entra do Assentamento

FOTO 32 Placa na Entrada do PDS Esperança



Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

6.3.3 Características gerais do PDS Esperança

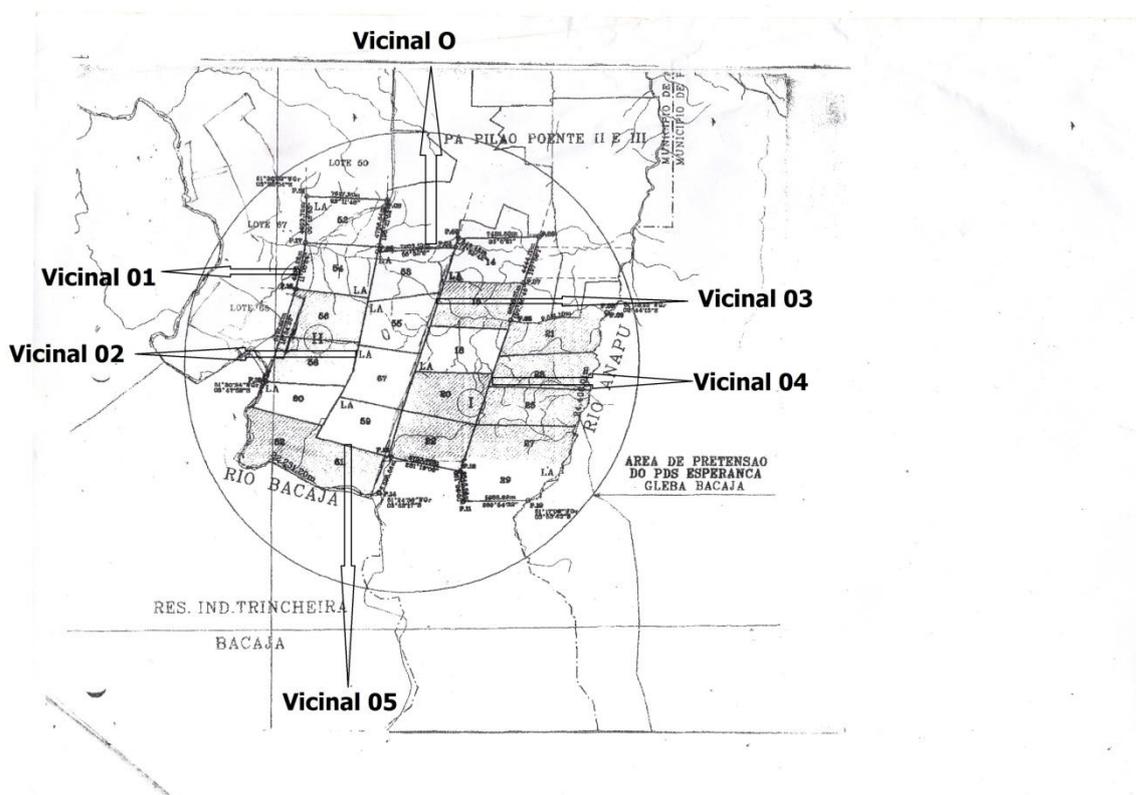
O PDS é um tipo de Assentamento diferenciado da forma tradicional, pois existe uma preocupação ambiental já que associa agricultura com extrativismo florestal. Em 2002, foram instalados no Município de Anapu, dois PDS denominados de Viróla-Jatobá e o Esperança com 410 famílias no total. Só no Esperança existem 250 famílias cadastradas inicialmente. Dessas, até o momento, apenas 83 conseguiram figurar na Relação dos Beneficiários (RB) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Dos beneficiários, 46 famílias conseguiram o crédito inicial de fomento e 23 apenas conseguiram acessar o PRONAF. Esses dados demonstram o

quanto ainda é necessário medidas para se atingir o principal objetivo que figura no seu projeto inicial que é

[...]desenvolver atividades dentro dos critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social procurando a reprodução permanente das espécies animais, a regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas e que a população local viva em condições de crescente qualidade e dignidade (Plano de Utilização – ASSEEFA, 2006: 08).

O assentamento Esperança é disposto espacialmente em 06 vicinais. Com numeração que de 0 (zero) a 5 (cinco). Sendo que na cinco, não mora ninguém e é utilizada apenas para ligar uma parte do PDS a outra. Abaixo temos uma figura esquemática da distribuição espacial das vicinais no PDS

FIGURA 10 Croqui indicando as vicinais do PDS Esperança



Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

No que se refere à representação social e econômica no Assentamento, se destacam duas associações de trabalhadores. A primeira e mais velha, a Associação do PDS Esperança de Anapú hoje ligada a Igreja Assembleia de Deus ao STR de Anapu

sob influência direta do PT e da sua dissidência, a Associação Agroecológica da Comunidade de Santo Antônio do PDS Anapu ligada a CPT da Igreja Católica.

Nas representações religiosas, observamos a presença da Igreja Católica, contudo não existe prédio construído até o momento da pesquisa de campo. Existe um terreno destinado para esse objetivo. Temos as denominações evangélicas e protestantes como a Assembleia de Deus e Igreja Evangélica na Obra de Restauração. Além de manifestações afro-religiosas (essas não muito visíveis na paisagem). Como podemos constatar no relato de nosso informante quando perguntamos se existe

[...] existe sim, existe trabalho, fazem trabalho, fazem mandinga aí pra tentar espantar o pessoal, faz boneco e bota na mata, bota umas galinhas aí, eu não sei se é a mesma seita religiosa, só pra espantar o, já botaram gente pra correr daí por causa disso de, fazendo esse tipo de manifestação, vai lá pro fundo do lote e o cara começa a bater tambor e amarra umas coisas lá e os caras ficam com medo (“Apuí”, assentado no PDS Esperança, entrevista julho, 2013)

Abaixo imagem da construção do templo da Assembleia de Deus no PDS Esperança

FOTO 33 Construção do Templo da Assembleia de Deus no PDS Esperança



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Próximo da Assembleia encontra-se a principal escola do assentamento com seu prédio recém-construído de alvenaria. Por ser um assentamento sem a concentração de uma agrovila como PA Palmares II a disposição das escolas tem que ser por vicinal devido a distância. Abaixo temos foto da Escola Santo Antonio com uma sala de aula, uma copa e dois banheiros. Temos ainda outras escolas como a Estrela Guia também com uma sala e sua estrutura de madeira.

FOTO 34 Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antonio



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Outro objeto geográfico no assentamento interessante e que ainda é alvo de conflito no interior da comunidade do PDS é a Guarita que fiscaliza a saída de madeira ilegal. Fruto da concepção de assentamento, a divergência se estabeleceu entre os que são a favor da retirada de madeira de forma individual e os que compreendem que ela deve ser feita mediante manejo comunitário florestal. Do lado dos que defendem a individualização do corte da floresta está a direção da Associação do PDS Esperança. Dos que querem o manejo comunitário está a Associação Agroecológica Santo Antônio.

No fragmento abaixo uma liderança religiosa do assentamento fala um pouco desse dissenso político existente hoje no interior do PDS. De um lado um *Grupo* liderado pela CPT e de outro a Associação sob o *comando* do Pastor da Assembleia de Deus

Aconteceu isso daí. E foi tanta coisa, tanta coisa, lá vinha federal lá vinha. Era uma coisa terrível. E eu pedi pros irmãos pra não assinar qualquer papel mais, pedi. Porque veja bem, vamos assinar o pessoal que quer as casas, vamos assinar esse documento que é pra vir a casa, vou pedir apoio pra fazer as casas porque a associação da inadimplente. De repente surgiu um grupo, criam um grupo com um novo pessoal, formaram um grupo. Associação e grupo, aí começou a briga começou atrito aí. O grupo se separou da associação, e esse grupo de umas oito pessoas, dez pessoas começou a trazer problema sério pra cá pra gente. Começou um caos terrível, foi esse grupo. Levantaram a guarita sem a comunidade, só aquele povo. Eu tava pra fora cheguei aqui tava uma briga doida aí, porque a associação levantou contra essa guarita porque não foi acordado com todo mundo aí entrou a CPT no meio aí juntou a federal, policia federal. Isso aqui era cheio de policia federal. Depois eu descobri pessoal começou a tirar madeira, vender madeira pra madeireiro, alguns colonos tiraram madeira também, aí queriam tirar o pessoal do lote porque tirou madeira. Rapaz se for atestar isso aqui que foi no mundo inteiro (“Cuieira”, liderança religiosa do PDS, entrevista Julho de 2013)

Fala da dissidência que aconteceu entre a Associação e o grupo de famílias que são ligados a CPT e a polêmica envolvendo a construção da Guarita na fiscalização da retirada ilegal de madeira do PDS. Existem três guaritas nas três entradas e saídas do PDS. Abaixo imagem de uma delas

FOTO 35 Guarita para controle de entrada e saída da madeira



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Na assistência a saúde os assentados através de constantes mobilizações conseguiram a instalação de um posto de saúde que foi construído pela prefeitura do município com apoio da Norte Energia, uma das empresas responsáveis pela construção da UHE de Belo Monte, e do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Abaixo o prédio

FOTO 36 Posto de Saúde no PDS



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Um espaço importante de socialização que tem dupla funcionalidade, ora como lazer, ora como espaço de formação é o Salão Comunitário Dorothy Stang. Recebeu esse nome porque foi nesse lote, no 55 (cinquenta e cinco), que a freira foi assassinada em 2006. Esse espaço é gerenciado pela Associação Agroecológica de Santo Antonio do PDS⁹⁷. Associação ligada politicamente a CPT.

⁹⁷ Essa organização é apelidada pela Associação do PDS, ligada a Igreja Assembleia de Deus, de “Grupo”.

FOTO 37 Salão Comunitário Dorothy Stang no Lote 55



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Importante registrar aqui é que esse espaço é onde os fieis são acolhidos na chegada da Romaria da Floresta. Um evento religioso que a Paróquia de Anapu junto com a CPT organiza e que a cada ano o número de devotos aumenta. A grande homenageada é a Irmã Dorothy Stang. Tivemos a oportunidade de participar da romaria no ano de 2013. São 55 (cinquenta e cinco) quilômetros percorridos em quatro dias. Sai do Centro Paroquial na cidade de Anapu e vai até o lote 55 no PDS Esperança. Nos quatro dias de caminhada acontecem uma série de celebrações e discussões políticas sobre a Amazônia e a Questão Agrária. No ano de 2013, além da romaria, foi feito o encontro das CEB's da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém. Abaixo duas imagens da Romaria e da Celebração na chegada do lote 55 onde aconteceu o assassinato.

FOTO 38 Monumento a Irmã Dorothy no lote 55 no PDS Esperança



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

FOTO 39 8ª Romaria da Floresta no Travessão de Santana



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

6.4 O PDS e suas territorializações – migração, trabalho, família e saberes

Seguindo a mesma lógica do capítulo anterior quando trabalhamos a Palmares discutiremos o PDS pela perspectiva do que estamos chamando de clivagens territoriais – a migração, o trabalho, a família e os saberes. São territorialidades ligadas à dimensão material do território e a sua dimensão imaterial.

Foram aplicados 51 (cinquenta e um) questionários através de uma amostra aleatória, procurando certo equilíbrio entre os sexos e entre o número de famílias escolhidas nas vicinais. Apesar das dificuldades que tínhamos no deslocamento de um lote para outro já que a distância era de mais de dois quilômetros e o relevo no assentamento acidentado e íngreme. Nosso trabalho de campo no PDS se deu em dois momentos. O primeiro teve objetivo de uma exploração preliminar, de um levantamento das possibilidades de contatos com informantes a logística necessária para passar um tempo relativamente extenso. Deu-se em julho de 2012 nas duas primeiras semanas desse mês. Nesta oportunidade apresentamos os objetivos da pesquisa e a possibilidade de implementá-la para lideranças locais como as freiras da Congregação de Notre Dame de Namur e na Paróquia de Anapu com o Padre Amaro. Posteriormente fomos para o PDS onde tivemos os primeiros contatos com as famílias objetivando uma aproximação e explicando os motivos que iríamos passar um tempo no próximo ano em sua comunidade.

Voltamos no ano de 2013, também no mês de julho, e ficamos o mês todo. Na primeira semana na cidade de Anapu hospedados na casa do Padre Amaro conversando com lideranças dos movimentos sociais local e com o Secretário de Meio Ambiente de Anapu, Marco Vale, que é filho de camponeses assentados no município. Na segunda semana participamos de dois dias do encontro das CEB's da Transamazônica (BR-230) e da Cuiabá-Santarém (BR-163). No final partimos com a 8ª Romaria da Floresta até o Assentamento Esperança. Lá ficamos até o final do mês de julho revezando na casa de famílias camponesas no PDS. Lá, além de aplicar 51 questionários em 51 grupos domésticos, fizemos entrevistas semi-estruturadas com 06 (seis) informantes-chave coletando material para mais de 06 (seis) horas de conversa transcritas em mais 100 (cem) páginas de entrevistas.

Vamos aos resultados, então.

6.4.1 Pisando na sombra - a história da migração

Levantamos informações de 05 (cinco) sujeitos no interior do núcleo familiar. Do entrevistado (a), do seu cônjuge, dos filhos (as), do pai e da mãe. Definimos uma escala temporal para trabalhar com intervalos de 10 (dez anos). Dando aí, um tempo de formação para outras gerações no interior grupo doméstico. Temos aí o seguinte quadro

Quadro 11 Relação de Parentesco e intervalos de anos do nascimento

Projeto de Desenvolvimento Sustentável		Relação de parentesco com o(a) entrevistado(a)					Total
		Entrevistado(a)	Cônjuge	Filho(a)	Pai	Mãe	
De 1920 a 1929	Freq.				1		1
	% linha				100,0%		100,0%
	% coluna				7,1%		,4%
De 1930 a 1939	Freq.		1		2		3
	% linha		33,3%		66,7%		100,0%
	% coluna		2,9%		14,3%		1,1%
De 1940 a 1949	Freq.	3	1		4	4	12
	% linha	25,0%	8,3%		33,3%	33,3%	100,0%
	% coluna	5,9%	2,9%		28,6%	33,3%	4,5%
De 1950 a 1959	Freq.	10	5		4	5	24
	% linha	41,7%	20,8%		16,7%	20,8%	100,0%
	% coluna	19,6%	14,3%		28,6%	41,7%	8,9%
De 1960 a 1969	Freq.	7	6	2	3	1	19
	% linha	36,8%	31,6%	10,5%	15,8%	5,3%	100,0%
	% coluna	13,7%	17,1%	1,3%	21,4%	8,3%	7,1%
De 1970 a 1979	Freq.	13	6	16		2	37
	% linha	35,1%	16,2%	43,2%		5,4%	100,0%
	% coluna	25,5%	17,1%	10,2%		16,7%	13,8%
De 1980 a 1989	Freq.	12	9	32			53
	% linha	22,6%	17,0%	60,4%			100,0%
	% coluna	23,5%	25,7%	20,4%			19,7%
De 1990 a 1999	Freq.	6	7	40			53
	% linha	11,3%	13,2%	75,5%			100,0%
	% coluna	11,8%	20,0%	25,5%			19,7%
De 2000 a 2013	Freq.			67			67
	% linha			100,0%			100,0%
	% coluna			42,7%			24,9%
Total	Freq.	51	35	157	14	12	269
	% linha	19,0%	13,0%	58,4%	5,2%	4,5%	100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Na geração dos pais dos entrevistados temos uma concentração dos nascimentos nas décadas de 1940 e 1950 com um pouco mais de 50% deles sendo gerados nesses intervalos. É o caso do pai de Dona “Maria”. Era cearense, nasceu em 1940 e no final da década de 1950 se mudou para Brasília para trabalhar em sua construção. Acabou se tornando segurança do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Na geração dos entrevistados encontramos um equilíbrio e ao mesmo tempo uma dispersão entre as décadas de 50 e 80 com 70% de nossos entrevistados concentrados nessas faixas. “Goiano” se encontra nesse universo. Nascido no norte de Goiás na década de 1970 veio em 1980 para a região de Anapu trabalhar como cerqueiro na Fazenda Brasil Central. Uma fazenda tradicional na região cujo dono está envolvido na organização do latifúndio local. A mesma lógica se repete aos cônjuges. Seus nascimentos concentrados entre 1950 e 1980.

Entre os filhos a concentração é entre os anos de 1980 até 2000 com quase 90% nascidos nestas décadas. É uma geração que tem a origem de seus pais fora do Pará. É uma geração que já nasce no Pará. Porém, continua com os processos de deslocamento só que nesta geração eles se dão no interior do Pará e da região norte como um todo. É um deslocamento com perfil intrarregional.

Abaixo apresentamos outro quadro relacionando os intervalos de décadas dos deslocamentos com a relação de parentesco. São as décadas que se operaram as migrações entre os nossos entrevistados.

Quadro 12 Relação entre os parentes e os intervalos de décadas das migrações.

Relações de Parentesco		Intervalo de décadas dos deslocamentos									Total	
		De 1920 a 1929	De 1930 a 1939	De 1940 a 1949	De 1950 a 1959	De 1960 a 1969	De 1970 a 1979	De 1980 a 1989	De 1990 a 1999	De 2000 a 2013		Não sabe
Entrevistado(a)	Abs			3	11	9	20	29	26	52		150
	% Linha			2,0%	7,3%	6,0%	13,3%	19,3%	17,3%	34,7%		100,0%
	% Coluna			25,0%	45,8%	42,9%	44,4%	42,0%	35,6%	43,3%		35,1%
Cônjuge	Abs		1	1	5	6	6	9	7		5	40
	% Linha		2,5%	2,5%	12,5%	15,0%	15,0%	22,5%	17,5%		12,5%	100,0%
	% Coluna		25,0%	8,3%	20,8%	28,6%	13,3%	13,0%	9,6%		8,5%	9,4%
Filho(a)	Abs					2	17	31	40	68	1	159
	% Linha					1,3%	10,7%	19,5%	25,2%	42,8%	6%	100,0%
	% Coluna					9,5%	37,8%	44,9%	54,8%	56,7%	1,7%	37,2%
Pai	Abs		3	4	4	3					25	39
	% Linha		7,7%	10,3%	10,3%	7,7%					64,1%	100,0%
	% Coluna		75,0%	33,3%	16,7%	14,3%					42,4%	9,1%
Mãe	Abs			4	4	1	2				26	37
	% Linha			10,8%	10,8%	2,7%	5,4%				70,3%	100,0%

	% Coluna			33,3%	16,7%	4,8%	4,4%				44,1%	8,7%
Avô materno	Abs										1	1
	% Linha										100,0%	100,0%
	% Coluna										1,7%	,2%
Avó materna	Abs										1	1
	% Linha										100,0%	100,0%
	% Coluna										1,7%	,2%
Total	Abs		4	12	24	21	45	69	73	120	59	427
	% Linha		,9%	2,8%	5,6%	4,9%	10,5%	16,2%	17,1%	28,1%	13,8%	100,0%
	% Coluna		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Podemos perceber que os processos migratórios continuam altos mesmo na última década entre os entrevistados com quase 35%. A mobilidade continua intensa, porém esse processo se estabelece dentro de uma mesma mesorregião ou entre uma região e outra no interior do Pará confirmando a tendência dos deslocamentos intrarregionais.

Os filhos acompanham os entrevistados com forte concentração das migrações nos anos de 1990 e 2000 com 68%. Décadas que vemos aumentar o número de assentamentos rurais em todo Brasil. Pode ser indicador que o assentamento, pelo menos na fronteira capitalista, não é exatamente um fator de fixação. A existência de *terras livres* pode ser uma variável no horizonte camponês que funcione sempre alternativa e a migração como instrumento para esse horizonte.

Entre os pais, as décadas de 1940 e 1950 constituem os intervalos com maiores deslocamentos neste nicho. O destino não é o Pará, mas as terras dispostas no Oeste do Maranhão. No quadro abaixo apresentamos os principais motivos apresentados para os deslocamentos.

Quadro 13 Relação entre os Motivos dos Deslocamentos e os Intervalos de Décadas.

Motivos para os deslocamentos		De 1950 a 1959	De 1960 a 1969	De 1970 a 1979	De 1980 a 1989	De 1990 a 1999	De 2000 a 2013	Total
Terra	Abs		2	1	7	8	42	60
	% L.		3,3%	1,7%	11,7%	13,3%	70,0%	100,0%
	% C.		33,3%	8,3%	24,1%	23,5%	62,7%	39,7%
Trabalho	Abs		1	2	5	12	15	35
	% Linha		2,9%	5,7%	14,3%	34,3%	42,9%	100,0%
	% Coluna		16,7%	16,7%	17,2%	35,3%	22,4%	23,2%
Garimpo	Abs		1	1	5			7
	% Linha		14,3%	14,3%	71,4%			100,0%

	% Coluna		16,7%	8,3%	17,2%			4,6%	
Melhoria	Abs		1	1	3	3	3	11	
	% Linha		9,1%	9,1%	27,3%	27,3%	27,3%	100,0%	
	% Coluna		16,7%	8,3%	10,3%	8,8%	4,5%	7,3%	
Família	Abs		31	7	8	9	7	35	
	% Linha		8,6%	2,9%	20,0%	22,9%	25,7%	20,0%	100,0%
	% Coluna		100,0%	16,7%	58,3%	27,6%	26,5%	10,4%	23,2%
Doença/Saúde	Abs					1		1	
	% Linha					100,0%		100,0%	
	% Coluna					2,9%		,7%	
Briga com vizinho	Abs				1			1	
	% Linha				100,0%			100,0%	
	% Coluna				3,4%			,7%	
Estudo	Abs					1		1	
	% Linha					100,0%		100,0%	
	% Coluna					2,9%		,7%	
Total	Abs		36	12	29	34	67	151	
	% Linha		2,0%	4,0%	7,9%	19,2%	22,5%	44,4%	100,0%
	% Coluna		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% Coluna								

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Apareceram nas respostas dos entrevistados 08 (oito) motivos para as migrações são eles: *terra, trabalho, família, doença/saúde, estudos, brigas com vizinhos, melhorias e garimpo*. A *terra* é o principal fator de deslocamentos. Figura com 40% em relação a todos outros motivos. *Família e trabalho* aparecem empatados com 23,2% cada.

Importante fazer duas observações em relação a essas variáveis. Esse *trabalho* também pode ser desenvolvido na terra sob outras condições de não-proprietário como, por exemplo, o trabalho de vaqueiro ou o corte de juquirá em uma fazenda. Isso não elimina também a possibilidade de desenvolver algum tipo de atividade agrícola para auto-consumo nas horas vagas dessas atividades sob condição de *agregado*. O motivo família aparece nos primeiros deslocamentos dos entrevistados quando ainda não constituíram família própria e, por isso, estão submetidos às estratégias de deslocamento de seus pais.

O motivo garimpo só aparece com maior intensidade na década de 1980 (com 5% do total dos motivos) quando temos o ápice dessa atividade no Pará. O maior garimpo do mundo, o Serra Pelada, encontrou seu *boom* no início de 1980 chegando a ter 100 mil garimpeiros.

A categoria *melhoria*, como já se discutiu em outro momento deste trabalho, refere-se a um conjunto integrado de elementos que são objetivados qualitativamente na vida do grupo do grupo doméstico. São componentes que vão desde uma necessidade

material como o trabalho até um componente mais imaterial como a religiosidade. Todos eles agrupados na categoria *melhoria*⁹⁸. Os demais motivos *brigas, estudo e doença* aparecem com um caso casa cada disperso entre as décadas.

Outros componentes que aparecem em conversas informais pelo assentamento relacionam-se a remanejamentos compulsórios feitos pelo Estado. Neste caso, destaca-se o caso do Sr. “Vivaldino” que na década de 1970 morava em Repartimento e que com a construção da UHE de Tucuruí teve que abandonar sua terra já que ela foi alagada pelo aumento das águas promovido pela construção da barragem. Outro caso, é o da Sra. Deusene que era posseira em Terra Indígena na Trincheira Bacajá dos Xicrins do Bacajá e que foi remanejada pelo INCRA para o PDS.

Existe um vetor migracional de trabalhadores vindos do Sul e Sudeste do Pará e chegando nessa região da Transamazônica. É o caso do Sr. “João”. Nasceu em Colinas no Maranhão em 1959. Saiu do Maranhão em 1983 e foi para São Miguel no Estado do Tocantins (na época norte de Goiás) para trabalhar na “terra dos outros”. Foi em 1988 para Tucumã no Pará porque ouviu falar no garimpo nessa região. Foi para São Félix do Xingu trabalhar numa madeireira em 1996. Ficou neste município até 2001 quando “a madeireira fechou”. Foi para Parauapebas porque comprou um lote de terra para “plantar banana e laranja”. Ficou lá até 2003 quando foi para Anapu e entrou na construção do PDS Esperança. A trajetória de Sr. “João” é similar a uma série de pessoas que estão saindo do Sul e Sudeste do Pará e se deslocando para a Transamazônia na região da terra do meio.

Um vetor recente de chegada ao PDS que identificamos no trabalho de campo foram lavradores chegando de Altamira que também foram remanejados pela Norte Energia, empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte, mediante o recebimento de uma indenização. Estão comprando lotes de terras no assentamento com esse dinheiro. Abaixo temos um trecho da entrevista que realizamos com o Secretário de Meio Ambiente de Anapu, o biólogo Marco Vale, que também é filho de camponeses assentados em um P.A. vizinho do PDS chamado de Pilão Poente. Ele nos falou dos impactos de Belo Monte no Município de Anapu

⁹⁸ Para uma leitura mais aprofundada sobre a *melhoria* ver MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões sobre as representações camponesas. IN: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) In: **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará.; prefácio de M^a Conceição D’Incao. Belém:Edufpa, 2002.

O município de Anapú, ele vai ser afetado de duas formas, as duas cada uma mais grave que a outra: A primeira, a questão da grande atração de trabalhadores. Então hoje o município sofre em todos os setores, que nós recebemos dinheiro pra 22 mil habitantes e o município tem uma estimativa que já tenha quase 50 mil. Então nós estamos aí com um déficit. Todo mês a saúde fecha com 70 mil reais de dívida, a educação recebe, nós estamos dividindo o dinheiro de merenda escolar por todos os alunos tá dando 0,30 centavos, então imagina o que é você tá fornecendo uma merenda de 0,30 centavos pra cada aluno. Porque isso? Porque o dinheiro vem pra 22 mil habitantes e já tem mais do dobro, então esse é o primeiro problema. As compensações ambientais e sociais que a hidrelétrica tem dado não tá dando pra suprir nada, por que ela constrói digamos: um posto de saúde, mas ela não dá manutenção então onera o dinheiro que já é pouco, onera, fica mais difícil pra manter, Então, por esse lado, Anapú tá devastado. Uma grande população com uma renda muito pequena e a Norte Energia não tem dado a contribuição que deveria ter dado pro município. O outro problema é que a fronteira do município de Anapú, em muitos pontos da hidrelétrica, é do outro lado da margem, que eles dizem, eles usam uma idéia de que é no meio do rio, mas essa idéia ela é facilmente tirada quando você olha o mapa de Anapú. Em boa parte da volta grande a fronteira do município é do outro lado do rio e sofre impacto direto da inundação, mas na lei que eles aprovaram pra quem vai ser afetado direto. É na inundação. É só pra quem tem áreas alagadas, entenderam, eles tiraram essa questão de uso, mineral para a construção direta da barragem, eles tiraram a questão da redução da quantidade de águas entendeu?, Então Anapú tá sendo afetado, vai ser afetado por redução da quantidade de água porque vai haver o desvio do rio né? Vai ser feita uma drenagem e redução da quantidade de água e eles vão precisar, só pra construção do Sítio Belo Monte, tem vários sítios, tem o Pimentel, Pimentel I, II, tem o Belo monte, só pro Belo Monte são mais de cinco milhões de m³ de areia, e essa areia tá sendo tirada de dentro do município de Anapu. E Anapu não tá recebendo nada porque eles dizem que é uma área que foi licenciada pelo IBAMA é de interesse público e tem um monte de desculpas, isso aí agente já fez várias reuniões com eles e não tem nada que Anapu esteja sendo beneficiada com esse negócio aí. Onde é que afeta os agricultores dessa região aqui? Afeta, “vamo” começar bem de perto a coisa aqui, criou-se uma idéia de que lá em Belo Monte ganha-se muito dinheiro, então muitos agricultores tem abandonado os lotes pra ir trabalhar lá, e você sabe que lá são poucas empresas que ganham dinheiro, o povo só tá pagando as contas “né”, então, muita gente tem abandonado o projeto aqui pra ir trabalhar em Belo Monte (Marco Vale, Secretário de Meio Ambiente de Anapu. Entrevista realizada em Julho de 2013).

Vale apresenta impactos de várias ordens no município e na vida dos agricultores. O primeiro deles é o processo de atração migracional que Anapu sofre. São 22 (vinte e duas) mil pessoas segundo o Censo do IBGE. Para o Secretário existe uma estimativa populacional de 50 mil. Mais do que o dobro. O que o município arrecada e

recebe não cobre os custos que têm. Cita o caso da merenda escolar. O município gasta hoje, por aluno, R\$0,30 centavos.

Outra questão relaciona-se a fronteira político-territorial do município que rebate na perda do recurso hídrico. Com o processo de inundação e desvio do rio o município perdeu parte de seu território e também foi retirado da área de impacto direto figurando apenas entre os impactos indiretos. Com isso, o município deixa de receber uma série de recursos que estão relacionados às ações mitigadoras que a empresa concessionária é obrigada a dar.

Parte da areia que está construindo Belo Monte sai do espaço de Anapu. Previsão de 5 (cinco) milhões de metros cúbicos de areia. Essa demanda jogou para o alto o preço do metro do recurso no Município. Em 2013, o metro estava R\$80,00. Para se ter uma ideia a título de comparação. O preço na capital do Pará, Belém, é de R\$30,00. Segundo nosso informante a retirada de areia não está sendo compensada.

Por fim, o impacto também se estende para os camponeses que estão vendo a saída do assentamento de seus jovens. Eles vêm largando o trabalho da terra e se deslocando para as frentes de ocupação promovidas pela construção da barragem.

Abaixo uma foto de um dos canteiros de obra de Belo Monte.

FOTO 40 Canteiro de Obras da UHE de Belo Monte em Altamira/PA.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

6.4.2 “Entre viver e trabalhar” - a história do trabalho

Levantamos as ocupações que os componentes da família (Entrevistados, cônjuges, filhos e pais) tiveram ao longo de sua vida laboral. Grande parte deles assentados, hoje, no PDS Esperança. Foram levantadas as ocupações que desenvolveram de um ano pra frente. Foram desconsideradas ocupações com menos tempo de atividade. Obtivemos o seguinte quadro

Quadro 14 Relação entre as Ocupações e os componentes do Grupo Doméstico.

Família		Entrevistado(a)	Cônjuge	Filho(a)	Pai	Mãe	Total
Ocupações							
Garimpeiro	Count	4					4
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	2,5%					1,3%
Agricultor	Count	103	5	29			137
	% linha	75,2%	3,6%	21,2%			100,0%
	% coluna	63,2%	100,0%	20,3%			43,9%
Trabalhador em madeira	Count	6		2			8
	% linha	75,0%		25,0%			100,0%
	% coluna	3,7%		1,4%			2,6%
Vaqueiro/Peão	Count	5		6			11
	% linha	45,5%		54,5%			100,0%
	% coluna	3,1%		4,2%			3,5%
Doméstica/Dona de casa	Count	12		2			14
	% linha	85,7%		14,3%			100,0%
	% coluna	7,4%		1,4%			4,5%
Ajuda a família	Count	5		7			12
	% linha	41,7%		58,3%			100,0%
	% coluna	3,1%		4,9%			3,8%
Pedreiro	Count	3		5			8
	% linha	37,5%		62,5%			100,0%
	% coluna	1,8%		3,5%			2,6%
Auxiliar de serviços gerais	Count	2					2
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	1,2%					,6%
Estudante	Count			50	1		51
	% linha			98,0%	2,0%		100,0%
	% coluna			35,0%	100,0%		16,3%
Professor(a)	Count	4					4
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	2,5%					1,3%
Comerciante	Count			5			5
	% linha			100,0%			100,0%
	% coluna			3,5%			1,6%
Cerqueiro	Count	1					1
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	,6%					,3%
Agente de saúde	Count	1		1			2
	% linha	50,0%		50,0%			100,0%
	% coluna	,6%		,7%			,6%
Cozinheira/Garçonete	Count	3		2			5
	% linha	60,0%		40,0%			100,0%
	% coluna	1,8%		1,4%			1,6%
Não trabalha	Count			16			16
	% linha			100,0%			100,0%
	% coluna			11,2%			5,1%
Oleiro	Count	1					1
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	,6%					,3%
Artesão	Count	1					1
	% linha	100,0%					100,0%

	% coluna	,6%					,3%
Lanterneiro	Count	2					2
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	1,2%					,6%
Vendedor	Count	5					5
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	3,1%					1,6%
Dona de casa	Count	4	7				11
	% linha	36,4%	63,6%				100,0%
	% coluna	2,5%	4,9%				3,5%
Gerente de firma	Count		1				1
	% linha		100,0%				100,0%
	coluna		,7%				,3%
Secretária	Count	1					1
	% linha	100,0%					100,0%
	% coluna	,6%					,3%
Advogado	Count		1				1
	% linha		100,0%				100,0%
	% coluna		,7%				,3%
Pintor	Count		1				1
	% linha		100,0%				100,0%
	% coluna		,7%				,3%
Criança/Adolescente	Count		8				8
	% linha		100,0%				100,0%
	% coluna		5,6%				2,6%
Total	Count	163	5	143	1		312
	% linha	52,2%	1,6%	45,8%	,3%		100,0%
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Entre os entrevistados destacam-se as seguintes ocupações: *agricultores* com 44% do universo total de ocupações. Esse dado nos diz que o trabalho na terra sob diferentes *condições* (agregado, assalariado, meeiro, etc.) ainda é a ocupação com maior incidência. A busca pelo trabalho na terra é latente.

Seguindo a agricultura vêm donas de casa/empregada doméstica. Sabemos que são posições distintas, mas por um problema no questionário tivemos que levar em consideração essas duas ocupações juntas. Chegam a 7,5% entre os entrevistados. Esse trabalho é exercido na sua totalidade pelo gênero feminino. Isso pela condição histórica que o patriarcado no mundo relega as mulheres. Entre as ocupações masculinas destacamos a de Vaqueiro/peão de fazendas. Ocupação desempenhada na sua totalidade por homens. Figuras em destaque em nosso quadro com um pouco mais de 3% das ocupações de nossos entrevistados.

Outro trabalho que merece registro são os *trabalhadores em madeira*. Uma ocupação forte nessa região já que a disponibilidade de floresta é relativamente grande e o número de madeiras na região é significativo.

Entre os filhos a grande maioria ainda são estudantes. São 35% em fase escolar. No trabalho da *prole*, a agricultura ainda continua tendo peso significativo com 20%. Importante avaliar que existe uma dispersão maior por outros setores da economia como atividades no terciário. Há incidência grande de *crianças* sem idade escolar. Ainda

bebês de 0 a 04 anos de idade. Entre a nova geração aparece uma categoria chamada *ajuda a família*. Geralmente esse trabalho também é na terra e na agricultura. No entanto, ele não é considerado propriamente *trabalho*. Primeiro, porque no *trabalho* na terra os filhos que não tem roça apenas *ajudam* os pais nessa labuta. Ele não é responsável pela decisão estratégica do que plantar e/ou decidir sobre o melhor sistema técnico.

Para que tenhamos a dimensão da prática laboral no decorrer de uma temporalidade articulamos esse quadro para termos a noção do período que as ocupações foram desenvolvidas ao longo da trajetória dos membros do grupo doméstico. Temos o seguinte perfil

QUADRO 15 Relação entre as Ocupações e os Intervalos de décadas.

PDS Esperança		Não se aplica	De 1940 a 1949	De 1950 a 1959	De 1960 a 1969	De 1970 a 1979	De 1980 a 1989	De 1990 a 1999	De 2000 a 2013	Não Sabe	Total
Garimpeiro	Abs			1			3				4
	%L.			25,0%			75,0%				100,0%
	%C.			16,7%			8,8%				1,6%
Agricultor	Abs		1	3	7	12	20	18	65		126
	%L.		,8%	2,4%	5,6%	9,5%	15,9%	14,3%	51,6%		100,0%
	%C.		100,0%	50,0%	87,5%	75,0%	58,8%	36,7%	45,8%		48,8%
Trab.em madeireira	Abs						2	2	2		6
	%L.						33,3%	33,3%	33,3%		100,0%
	%C.						5,9%	4,1%	1,4%		2,3%
Vaqueiro/Peão	Abs				1		1	2	5		9
	%L.				11,1%		11,1%	22,2%	55,6%		100,0%
	%C.				12,5%		2,9%	4,1%	3,5%		3,5%
Doméstica/Dona de casa	Abs			1		1	1	5	4		12
	%L.			8,3%		8,3%	8,3%	41,7%	33,3%		100,0%
	%C.			16,7%		6,3%	2,9%	10,2%	2,8%		4,7%
Ajuda a família	Abs					1	2	1	8		12
	%L.					8,3%	16,7%	8,3%	66,7%		100,0%
	%C.					6,3%	5,9%	2,0%	5,6%		4,7%
Pedreiro	Abs							1	6		7
	%L.							14,3%	85,7%		100,0%
	%C.							2,0%	4,2%		2,7%
Auxiliar de serv. gerais	Abs							1	1		2
	%L.							50,0%	50,0%		100,0%
	%C.							2,0%	,7%		,8%
Estudante	Abs							6	18		24
	%L.							25,0%	75,0%		100,0%
	%C.							12,2%	12,7%		9,3%
Professor(a)	Abs			1					3		4
	%L.			25,0%					75,0%		100,0%
	%C.			16,7%					2,1%		1,6%
Comerciante	Abs								4		4
	%L.								100,0%		100,0%
	%C.								2,8%		1,6%
Cerqueiro	Abs							1			1
	%L.							100,0%			100,0%
	%C.							2,0%			,4%
Agente de saúde	Abs						1		1		2
	%L.						50,0%		50,0%		100,0%
	%C.						2,9%		,7%		,8%
Cozinheira/Garçonete	Abs						1	2			3
	%L.						33,3%	66,7%			100,0%
	%C.						2,9%	4,1%			1,2%

Não trabalha	Abs								11		11
	%L.								100,0%		100,0%
	%C.								7,7%		4,3%
Oleiro	Abs								1		1
	%L.								100,0%		100,0%
	%C.								,7%		,4%
Artesão	Abs							1			1
	%L.							100,0%			100,0%
	%C.							2,0%			,4%
Lanterneiro	Abs					1	1				2
	%L.					50,0%	50,0%				100,0%
	%C.					2,9%	2,0%				,8%
Vendedor	Abs				1			3	1		5
	%L.				20,0%			60,0%	20,0%		100,0%
	%C.				6,3%			6,1%	,7%		1,9%
Dona de casa	Abs				1	1	2	4			8
	%L.				12,5%	12,5%	25,0%	50,0%			100,0%
	%C.				6,3%	2,9%	4,1%	2,8%			3,1%
Secretária	Abs								1		1
	%L.								100,0%		100,0%
	%C.								,7%		,4%
Advogado	Abs								1		1
	%L.								100,0%		100,0%
	%C.								,7%		,4%
Criança/Adolescente	Abs								2		2
	%L.								100,0%		100,0%
	%C.								1,4%		,8%
Não sabe	Abs	1				1	3	4	1		10
	%L.	10,0%				10,0%	30,0%	40,0%	10,0%		100,0%
	%C.	100,0%				2,9%	6,1%	2,8%	100,0%		3,9%
Total	Abs	1	1	6	8	16	34	49	142	1	258
	%L.	,4%	,4%	2,3%	3,1%	6,2%	13,2%	19,0%	55,0%	,4%	100,0%
	%C.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Até a década de 1960 existe pouca variação no que se refere às ocupações. Temos 11 (onze) pessoas exercendo a atividade de *agricultor*. Um vaqueiro, uma professora, uma doméstica e um garimpeiro. Poucas pessoas de nossa base de dados já exerciam algum tipo de ocupação profissional nestas décadas.

A partir da década de 1970 há uma diversificação das ocupações. As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pelo aumento da prática na agricultura com 25% dos trabalhadores desenvolvendo essa atividade. A prática do garimpo já se impõe com maior intensidade a partir da década de 1980. E o emprego em madeiras já aparece nestas décadas, mesmo que de forma tímida.

Nas décadas de 1990 e 2000 temos a proliferação de atividades em todos os setores da economia. A prática da agricultura continua aumentando, porém percebe-se uma espécie *pluriatividade* se estabelecendo entre os diversos componentes do grupo doméstico. A discussão da *pluriatividade* precisa de mais elementos de pesquisa para entendê-lo. Podemos antecipar aqui, quanto a nossa base de dados, parece que quanto mais se intensifica a mobilidade do trabalho atividades fora do universo da roça também se intensificam. Contudo, com a entrada no PDS identificamos uma retomada do

trabalho na agricultura. Da década 1980 para 1990 há uma diminuição na prática da agricultura. A partir da década de 2000 há um crescimento, triplicando a prática do trabalho na roça quando os trabalhadores conseguem o assentamento e começam a retomar seu trabalho na roça.

Quanto ao perfil do trabalho no PDS Esperança existe uma dificuldade latente de acesso às políticas de incentivo a produção agrícola. Do universo de 51 famílias entrevistadas por nós um pouco mais da metade teve acesso algum tipo de incentivo. Como vemos no quadro abaixo

QUADRO 16 Acesso aos Incentivos Públicos ao Trabalho na Agricultura

PDS Esperança	Sim	Não	Total
Abs	29	22	51
%	56,9%	43,1%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Desses 56,9%, ou seja, 29 assentados que conseguiram algum tipo de incentivo apenas 12 (doze) acessaram algum tipo de PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar. Uma política pública que age direto na produção agrícola. Os demais obtiveram o Fomento Habitação (15 famílias no total) que é aquela inicial para a construção da casa no assentamento e acesso as ferramentas para iniciar a primeira roça (o valor é de R\$3.200). Três mulheres receberam o PRONAF mulher.

Como podemos constatar a presença das políticas públicas de incentivo a produção ainda é muito deficitária. Não chegando de forma contundente às famílias assentadas.

O carro-chefe da produção agrícola no assentamento é o cacau, a banana e o milho. Já existe um descontentamento em relação ao cacau como podemos ver na fala de um de nossos informantes

[...] eu tava meio fechado na questão do cacau, mexer só com o cacau e comecei a mexer com cacau e não deu certo e eu decidi deixar, até pela, a gente tá incentivando também diversificar um pouco, tava ficando muito preso no cacau, no ano passado a gente teve que comprar feijão aqui a oito reais o quilo, então a gente foi analisar (“Apuf”, liderança assentada no PDS Esperança. Entrevista julho de 2013)

“Apuf” já reclama de estar “preso” no cacau e quer partir para outras estratégias, vê a possibilidade de diversificação a médio e longo prazo.

Abaixo uma imagem de sistema de consorciamento de cacau com banana no PDS Esperança

FOTO 41 Consórcio de Banana e Cacau no PDS Esperança



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Uma das espécies de cacau plantadas no PDS

FOTO 42 Árvore de Cacau no PDS (Cacaueiro)



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

6.4.3. “Vovô, vovó, tia [...] gato, cachorro, galinha almoça junto todo dia, nunca perde essa mania”⁹⁹ – a História da Família

Como uma instituição importante na reprodução social, a unidade familiar foi objeto de estudo ao longo de todo o desenvolvimento das ciências humanas e sociais. No entanto, observa-se a persistência de dificuldades em conceituá-la. Primeiro, pelas constantes mudanças por que passou a família nos últimos anos com a crescente participação da mulher no sustento e nas decisões da casa. Segundo, pela diminuição nas taxas de natalidade das famílias tanto no espaço urbano como no espaço rural. Terceiro pelas diferenças de ordem espacial que condiciona a cultura e o tempo que estabelece marcos entre as gerações. Quarto, pela incorporação ao que se chama de família, de outras pessoas, não só aquelas da relação de parentesco consanguíneo, mas outros indivíduos agregados à família por diferentes motivações, o que amplia o conceito, que deriva para o que Meyer Fortes definiu como grupo doméstico (FORTES, 1958).

Para Leser de Mello (1995) qualquer análise conceitual da família não pode ignorar os preconceitos e o autoritarismo e nem lhes dar voz. O primeiro elemento que se deve levar em consideração para uma análise coerente é a delimitação do espaço conceitual e abandonar as pretensões de universalidade: “(...) não existe essa abstração que é A FAMÍLIA” (LESER DE MELLO, 1995: 51). Por isso, para esta autora a compreensão da família não pode ser homogênea:

Embora, para o senso comum, a representação da família seja sempre compreensível, ela não é idêntica. As variações possíveis exigem qualificação, ou seja, de que família estamos falando, de que país, de que estrato social, de que momento. Os instrumentos de análise devem ser criados a partir da pesquisa. Os grandes esquemas conceituais revelam-se falhos quando confrontados com a realidade. Não a explicam e, muitas vezes, servem para confundir modelos abstratos – que dizem o que deveria ser – com o modo que como se apresentam as famílias e como se adaptam para fazer face à realidade. (LESER DE MELLO, 1995: 51).

Seguindo a proposta da autora que vai ao sentido de qualificar a família que se está estudando, pontuamos a *nossa* definição na seguinte perspectiva: 1) trata-se de uma

⁹⁹ Adaptação da música “Família” da banda brasileira Titãs.

família historicamente camponesa; 2) é uma família que por várias gerações está migrando em *busca* da possibilidade de continuar sendo camponesa pela instalação em um lote de terra onde estabeleçam moradia e trabalho permanentes ; 3) tem, sobretudo, origem na Região Nordeste do Brasil; 4) encontram-se em uma *situação de fronteira*; e, por fim, 5) fazem parte de um Projeto de Assentamento que conta um pouco mais de 10 anos e é um tipo especial que tem preocupação ambiental e procura associar agricultura com extrativismo.

Buscou-se, a partir daí, definir alguns traços que podiam perpassar todas as características levantadas acima. Para Hébette, Alves e Quintela em artigo publicado em 2002, tendo como referência clássicos da literatura sobre campesinato (MENDRAS, 1978; CHAYANOV, 2014; WOLF, 1976; DUBY, 1977; SHANIN, 1973-74; TEPICHT, 1973), definem que os traços mais significativos da família no campo, do ponto de vista sócio-antropológico, são a “comunidade familiar e a comunidade de vizinhança”, pois estes estão presentes ativos de diferentes maneiras, em praticamente todas as dimensões e todos os níveis de organização rural, desde a estrutura fundiária até a cultura, as tradições locais e regionais, bem como na própria ação política deste campesinato. Percebemos, então, que para se entender a territorialização dos camponeses a dimensão do familiar é fundamental porque entrecruzam todas as variáveis importantes das relações de poder que se estabelecem no espaço.

Por isso, é fundamental para nossa pesquisa se existe reprodução da família assentada no assentamento. Os filhos estão ficando no assentamento? Ou estão caminhando para outras estratégias fora do assentamento? Obtivemos o seguinte perfil

Quadro 17 Permanência dos filhos (as) no Assentamento

PDS Esperança		Mora com os pais	Mora em outro lote no PDS	Não mora no PDS	Não sabe	Total	
Filho(a)	Abs	84	21	51	2	158	
	% L.	53,2%	13,3%	32,3%	1,3%	100,0%	
	% C.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

No interior dos 52 (cinquenta e duas) grupos domésticos que conversamos no PDS temos 158 (cento e cinquenta e oito) filhos. Desses, um pouco mais da metade 53% moram nos lotes de seus pais. Somado aos que *moram com os pais* temos os que *moram em outro lote* no mesmo assentamento completando 66,5% dos filhos morando no assentamento. Isso é um bom indicador de permanência dos filhos. Contudo, é

preciso relativizar pela faixa etária dessa nova geração. Grande parte desses ainda está em idade escolar e depende fundamentalmente de seus pais.

O grande jogo de comparação aí está entre os que *moram em outro lote* e os que *não moram no PDS*. Temos aí um indicador próximo já que essas duas variáveis compõe filhos que estão em idade de formar suas próprias famílias. Aí vemos um desequilíbrio. Os que *moram em outro lote* são 13,3% e os que *não moram no PDS* são 32,3%. Isso nos aponta alguns elementos que caminham para compreensão e formulação de uma hipótese, qual seja: a não permanência dos filhos em seu próprio território.

Outra relação que chamou a atenção diz respeito a estreita relação que existe entre a quantidade de migrações e o número de uniões ao longo da trajetória do entrevistado. Percebemos que quanto maior o número de migrações, maior quantidade de uniões e menor o tempo de cada uma delas. Foi o caso do Sr. “Paulo”. Nasceu em Linhares no Espírito Santo. Com cinco anos de idade se mudou com a família para São Geraldo do Araguaia no Pará. Ficou morando com os pais até os 16 anos. Quando se casou com a sua primeira companheira. A “Maria” que nasceu em Goianésia no Pará. Ficou com ela dos 16 até os 22 anos de idade. Quando se separou e se mudou para Xinguara, também no Pará. Neste município se uniu novamente. Agora, com “Edileuza”, filha de Xinguara. Ficaram juntos de 1990 até 1994. No ano seguinte (1995) casou novamente. Agora com a cearense, de Fortaleza, “Maria Rosinete”. Moraram juntos em Xinguara e Água Azul do Norte. Tiveram uma união estável de 1995 a 1997. Em 1998 encontrou outra companheira – “Graziele”. Nessa relação ficou até 2000. Moraram em Água Azul do Norte (PA). “Paulo”, então voltou para Xinguara e casou novamente em 2003. Ficaram um pouco mais de um ano. Nessa trajetória amorosa “Paulo” teve 08 (oito) filhos ao todo. Nenhum deles mora com ele e no momento encontra-se solteiro.

Outro tipo de inferência muito comum que tivemos em nossa pesquisa quando se trata da história das famílias camponesas na fronteira é a fragmentação e a perda de referência de determinados filhos. É comum pais não saberem o paradeiro de alguns filhos. E vice-versa. Quanto maior a quantidade de migrações a perda de filhos e pais se torna mais comum. A alternativa da migração coloca-se como uma estratégia de melhorar de vida. Quando se migra e não se melhora de vida, alguns pais de família acabam não retornando e perdendo seu vínculo familiar. É quando se tornam “peões de

trecho”. Um tipo social muito vulnerável para entrada na cadeia do trabalho escravo na Amazônia.

Abaixo uma jovem família no PDS Esperança

FOTO 43: Família no PDS Esperança



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

6.4.4 “Tem que falar muito é pouco” - A História dos Saberes

Nesta dimensão procuramos levantar os saberes dos camponeses assentados sejam eles escolares ou não-escolares. A busca pela educação sempre teve lugar importante no horizonte dos camponeses. Representa um dos motivos que levam a deslocamentos espaciais.

Uma das primeiras reivindicações referente às políticas públicas nos assentamentos rurais é a institucionalização da escola, tanto para as crianças como para os adultos assentados. Esta é uma demanda generalizada e recorrente nos PA's de todo o Brasil. Segundo a pesquisa realizada em 2004 sobre os impactos dos assentamentos rurais no Brasil, dos 92 assentamentos investigados, em 86% existem escolas criadas a partir da demanda efetiva dos assentados como pudemos constatar:

Chama a atenção o fato de grande parte das escolas existentes (84%) ter sido criada depois de instalado o assentamento, mostrando o papel deste como dinamizador de novas atividades e gerador de empregos, inclusive não-agrícolas (professores, merendeiras, faxineiros) e, também, como potencializador do oferecimento de oportunidades educacionais tanto para os assentados como para os moradores das áreas próximas (fazendas, comunidades vizinhas) [...] Em 71% dos assentamentos pesquisados, a presença da escola foi produto da demanda dos assentados. Essas reivindicações parecem ter sido responsáveis pela criação de maior parte das escolas [...] O caso do Sudeste do Pará merece destaque: 90% das escolas foram criadas depois do assentamento e a totalidade delas, a partir das demandas dos assentamentos, o que implica que nesta *mancha* os assentamentos trouxeram uma dinamização das escolas no meio rural. (LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R., 2004: 96-97).

Levantamos o quadro da educação escolar no PDS

Quadro 18 Acesso da Educação Escolar entre os Assentados do PDS Esperança

PDS Esperança	Não frequentou escola	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Total
Abs	10	32	6	2	2	52
% Linha	19,2%	61,5%	11,5%	3,8%	3,8%	100,0%
% Coluna	47,6%	50,0%	54,5%	40,0%	33,3%	48,6%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

6.5 O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança – possibilidades e limites para sua territorialização

Percebemos, assim, que passados 10 anos da aprovação do PDS na região, permanecem as dificuldades dos assentados em acionar as políticas relacionadas ao fomento da agricultura familiar pelo Governo Federal. Em trabalho de campo levantamos seis grandes questões que se referem a dificuldades de territorialização de seu projeto camponês, a saber – segurança física e mental, segurança alimentar, educação, moradia, trabalho e ambiente.

a) *Segurança física e mental – fazendeiros e grileiros agrirem impunemente.*

Uma das principais preocupações dos assentados está relacionada às ameaças físicas e mentais sofridas sistematicamente na área. As intimidações e ameaças feitas por capangas dos pretensos proprietários que permanecem na área é hoje um dos grandes desafios a ser superado. Dentre as táticas de intimidação duas destacam-se. Uma é a associação da polícia local junto aos fazendeiros. Isto já gerou inclusive a

prisão de dois irmãos que são assentados e que foram levados presos dos seus lotes sob o comando do madeireiro Luiz Ungaratti. Outra é a mobilização dos trabalhadores, assalariados desses madeireiros e fazendeiros, para realizarem *revoltas* junto ao INCRA e ao Ministério Público, bem como ameaçar os moradores do assentamento.

b) Segurança Alimentar – sem permissão e apoio para implantação das roças

Outros relatos estão relacionados a demora na liberação de ADM's (Autorização para Desmatamentos) o que gerou a perda de várias roças, e levando até vários assentados a passarem fome. A demora nesta liberação gera consequências. Uma delas é a crescente dependência dos assentados em relação aos fazendeiros já que muitos recorrem às diárias propiciadas por eles para a formação de pastagens. O que atinge uma das características estruturais do campesinato. Outra seria o aumento do desmatamento, através da queima de árvores que poderiam estar servindo de uma forma mais eficiente tanto economicamente como ambientalmente.

c) Educação – escolas que operam em barracões precários e distantes

Outra dificuldade relatada pelos assentados é o acesso a Escola. Existe uma que funciona em um barracão que opera distante da maioria das famílias. Este fator é um das causas de migração das famílias, pois sem escola há a necessidade de desenvolver estratégias para se conseguir tal serviço. Uma delas, a principal, é a saída para a cidade mais próxima.

d) Moradia – há dois anos o INCRA foi incapaz de liberar o dinheiro já em conta

Segundo alguns de nossos informantes já foram liberados os recursos para a construção das casas no PDS. Porém, o Ministério Público questionou o valor destinado para a habitação já que ele seria insuficiente. O INCRA garantiu uma verba suplementar na Caixa Econômica Federal - CEF. Este banco condicionou este suplemento a disponibilidade no Assentamento de rede de energia elétrica e água encanada. O que ainda não existe. Passaram-se dois anos e ainda não se realizou uma licitação para escolher a empresa que irá realizar tal serviço. O resultado é que a ajuda-moradia para as famílias ainda é um sonho bem distante.

e) Trabalho – Planos de Manejo Florestal e ADM's emperrados

Até agora cerca de 30 assentados foram capacitados para trabalhar com manejo florestal comunitário. Porém, depois de várias reuniões com o INCRA e com SEMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará) nada do que foi acordado foi cumprido. O resultado foi que o trabalho na oficina de marcenaria se tornou inviável e

as toras de madeira já retiradas estão sendo consumidas pelo fogo feito para a implantação das roças. Em uma assembleia recente dos assentados o impasse se instalou. Um grupo propõe uma terceirização na exploração da madeira no interior do PDS. Outro grupo quer manter sob o controle dos assentados a exploração deste recurso, mantendo-se fiel aos princípios comunitários e sustentáveis. Esse impasse no PDS levou a uma cisão entre os assentados. Os que querem a terceirização ganharam a proposta e tem a maioria no interior da Associação (liderados pelo PT). Os que perderam se retiraram da Associação e formaram uma Comissão (liderados pela CPT). Temos, desde então, duas organizações disputando a hegemonia das decisões no interior do PDS.

f) Ambiente – madeireiros invadindo e retirando madeira ilegalmente

Em vários lotes do PDS conhecidos madeireiros e grileiros como Luís Ungaratti e Délio Fernandes continuam retirando ilegalmente madeira comprometendo a diversidade da floresta e ao mesmo tempo ameaçando as famílias no PDS. Em quase todos os lotes tal problema é visível.

Tendo clara a composição de tempos e espaços diferentes e articulados no interior da fronteira compreendemos que na mesma rodovia (Transamazônica) temos duas realidades distintas sócio-espacialmente, porém articuladas compondo uma espécie de *totalidade da fronteira* em movimento:

- a) Uma que vai de Altamira em direção a Rurópolis (Polo 1), onde, desde o início, o desenvolvimento da frente de expansão, àquela com seu conteúdo eminentemente demográfico, foi induzida e controlada pelo Estado. Este agente tratou de aproximar os tempos históricos do agricultor de origem sulista com os dos agentes que representam o modo especificamente capitalista de produção, entre os quais se destacam: o comerciante, grandes pecuaristas e grandes produtores de grãos que gradativamente vem subindo ao longo da BR-163, a chamada Cuiabá-Santarém. Com isso, observamos nesta área, a consolidação de uma densidade técnica, jurídica e econômica forte.
- b) Outra que vai de Altamira em direção a Marabá (Polo 2), onde a frente de expansão teve uma presença precária ou omissa do Estado. Apesar do (des)ordenamento fundiário ter sido realizado por este agente, a política desde o

início foi delineada para a liberação da força de trabalho e constituição de uma mão de obra volátil para atender os grandes fazendeiros que acessaram a terra através da CATP's (Contratos de Alienação de Terras Públicas). Nesta situação, ainda temos um desencontro entre a frente de expansão e a frente pioneira, onde o resultado latente é conflito.

Essa *conflitualidade* aguça a questão agrária na área (polo 02) e refina os mecanismos de resistência camponesa. Além de manter a fronteira aberta já que ela, como nos alerta Fernandes (2008), é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato e ao mesmo tempo

Acontece devido à contradição criada pela destruição, criação e recriação simultânea dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato devido ao paradoxo gerado pela contradição estrutural. A *conflitualidade* e o *desenvolvimento* acontecem simultaneamente e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio das ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes da política de reforma agrária, promove conflitos [...] (FERNANDES 2008, 178)

No interior do conflito destacamos duas grandes questões que permeiam a territorialização do projeto camponês na área: a) a disputa política interna e sua relação com agentes na área; b) a dimensão ambiental desta conflitualidade.

No que se refere à disputa política, o quadro de conflitualidade se aguçou quando o processo eleitoral para o Governo do Estado do Pará (2006) e para o Município de Anapu (2008) foi vencido pelo Partido dos Trabalhadores - PT. Na sua *articulação* para a composição de forças tanto municipal quanto estadual, esta organização política obteve apoio de históricos inimigos do PDS como Délio Fernandes, conhecido fazendeiro que grila terras, retira madeira ilegalmente e é um dos suspeitos de presidir o consórcio para matar a Irmã Dorothy Stang. Esse processo rebateu na aliança também histórica entre PT e a CPT na região. O resultado interno no PDS foi o “racha” de sua Associação formando duas entidades que disputam a hegemonia política. Uma liderada pelo PT. E outra, formada a partir de então, liderada pela CPT que fundou uma Coordenação do PDS.

Outro elemento da conflitualidade é a sua dimensão ambiental. Os assentados do PDS Esperança têm trajetórias de vida marcadas pela fuga do *cativeiro da terra* (MARTINS, 1981). Àquele onde as relações são marcadas por um intenso processo de subordinação em relação aos proprietários da terra. É um *status* qualificado pelos assentados de *agregado*. A migração e a mobilidade do trabalho para a fronteira sempre apareceram como uma estratégia de fuga ao cativeiro e a condição de *agregado*. O assentamento aparece, então, no horizonte camponês como uma possibilidade de conquista da autonomia, tão cara na época do *cativeiro*. Quando este assentamento entra na política de reforma agrária, acoplado a uma *diferenciação* ambiental duas visões sobre natureza parecem entrar em choque: a do camponês e a das políticas e programas ambientais aplicadas pelo Estado.

Este choque é resultado de uma visão de ambiente que considera a natureza intocada. Tal premissa estaria na gênese das políticas ambientais resultando o que Pereira (2008) aponta para o desencontro entre o direito ao meio ambiente e o direito coletivo a terra no seguinte fragmento

Percebemos que existe na base desses conflitos, uma visão dominante e autorizada de meio ambiente por parte do Estado e da sociedade como um todo, que considera meio ambiente a natureza intocável pelo ser humano e protegida no conjunto dos animais e das plantas, com o respaldo da ciência. O Estado em seu projeto de integração nacional tem, nos projetos de desenvolvimento econômico e na criação das unidades de conservação, alguns dos objetivos de modernizar a nação. Ao garantir o direito ao meio ambiente enquanto patrimônio futuro se exclui o direito coletivo a terra e a sobrevivência de muitas famílias no presente [...] os conflitos como multidimensionais e que, sobretudo, impõem oscilações no âmbito social, político e econômico, e mais diretamente, tratam de vidas, de projetos de vida, bem como ciclos ecológicos de vida. Assim, a Questão Agrária e a Questão Ambiental não podem ser tratadas isoladamente, estão inter-relacionadas, compõem uma totalidade de desafios antigos e atuais. (PEREIRA, 2008:182).

Neste sentido, assim como não podemos tratar as territorialidades dos camponeses e dos grupos sociais em geral de forma fragmentada sob o risco de perdermos a lógica integrada do território, não podemos, igualmente, dissociar a Questão Agrária da Questão Ambiental. Elas são duas faces de um mesmo processo pelo qual passa, na contemporaneidade, o projeto de camponês no interior da fronteira.

Capítulo 7 Entre-fronteiras e as múltiplas territorialidades – PA Palmares II e PDS Esperança

Os Rostos da Amazônia

As monetárias mãos

Cravos do Latifúndio

Rasgam o rosto da terra

As monetárias mãos

Remos do Latifúndio

Rasgam o rosto das águas

As monetárias mãos

Balas do Latifúndio

Rasgam os rostos dos homens

João de Jesus Paes Loureiro – Poeta paraense.

Nosso objetivo no capítulo 7 (sete) é fazer uma comparação entre os dois tempos-espacos da fronteira e dos dois assentamentos rurais, *locus* de nosso estudo. Seja para encontrar possíveis similaridades ou mesmo diferenças que pautam a luta pela terra e pelo território na Amazônia. Recordamos que esse caminho se dará pelo fio condutor das clivagens (dimensões), ou seja, de territorialidades que expressamos em momentos anteriores da tese. Procuramos relacionar e entender as *tramas* que se estabelecem do/no território. Seria uma ação reflexiva que parte do movimento do território e do território em movimento como um processo constante de formação e de-formação do espaço da fronteira agrária capitalista no estado do Pará.

Começamos pela história da migração como elemento soldador dos movimentos do/no território. O ato de migrar pode ser temporário como as migrações de povos considerados nômades que se deslocam dentro de uma lógica de *malha* obedecendo a uma periodicidade e uma rotina do movimento. Tudo em função de determinados ambientes em períodos marcados pelas épocas do ano. Completando uma circularidade rotineira. O ato de migrar também pode ser definitivo. Por razões diversas, uma pessoa ou grupos sociais (como camponeses) que migram não tem condições de retorno aos seus lugares de origem. Constituindo aí uma migração pontuada em *nós*. Neste sentido, concordamos com Alencar (2010) que ao falar de migração é falar de vários fatores em jogo quando se trata do espaço da fronteira capitalista. São condições de ordem econômica, política, ideológica/cultural e ambiental. Vão ao sentido da construção de novas identidades a partir do contato com outras realidades ou na re-afirmação de identidades já estabelecidas. Ou mesmo na perda de identidade e na construção de outras formas de representação de poder no espaço.

Assim, na primeira seção apresentaremos quadros comparativos do fenômeno migratório de famílias hoje assentadas na Palmares II e no PDS Esperança buscando compreender as temporalidades, as causas dos deslocamentos, os lugares e regiões por onde passaram e os fatores que contribuem ou que limitam o seu processo de permanência nos novos territórios, os Assentamentos Rurais.

7.1 O movimento do/no território – as migrações como estratégia de territorialização na fronteira amazônica

Construímos um quadro comparativo entre os PA's levando em consideração duas grandes variáveis. Primeiro, os *motivos* pelos quais os assentados se deslocaram ao longo de suas vidas e, depois, sua relação com os intervalos de décadas em que se processaram. Apareceram 8 (oito) motivos. A saber: terra, trabalho, garimpo, melhoria, família, doença/saúde, briga com vizinho e estudo. As décadas das migrações vão de 1940 a 2000.

Vale aqui fazer duas observações. A primeira diz respeito ao *garimpo*. Deslocamos a atividade garimpeira de outros tipos de *trabalho* para entendermos em que medida os entrevistados se deslocaram especificamente para o garimpo. A preocupação se deve pela necessidade de desmistificar uma desqualificação laboral presente na fronteira que é acreditar que a prática garimpeira desautoriza ou impossibilita o trabalho na agricultura. Inferências neste sentido são comuns nos discursos de alguns agentes hegemônicos na região: “O assentamento na vai dar certo já que a grande maioria são garimpeiros e por isso não tem habilidade para a agricultura”. A outra é sobre o motivo *melhoria*. Como já discutimos em outro momento da tese essa categoria remete a um conjunto de adjetivações sem necessariamente atribuir um peso maior a um específico. Vai desde o acesso à educação até conseguir um trabalho melhor. É uma espécie de “coletivo de motivos” nas narrativas dos camponeses.

Vamos ao quadro:

QUADRO 19 Relação entre os motivos dos deslocamentos e os Intervalos de décadas por P.A .

PDS	Motivos para os deslocamentos	De 1940 a 1949	De 1950 a 1959	De 1960 a 1969	De 1970 a 1979	De 1980 a 1989	De 1990 a 1999	De 2000 a 2013	Total	
	Terra	Abs		2	1	7	8	42	60	
		% Linha		3,3%	1,7%	11,7%	13,3%	70,0%	100,0%	
		% Coluna			33,3%	8,3%	24,1%	23,5%	62,7%	39,7%
	Trabalho	Abs			1	2	5	12	15	35
		% Linha			2,9%	5,7%	14,3%	34,3%	42,9%	100,0%
		% Coluna			16,7%	16,7%	17,2%	35,3%	22,4%	23,2%
	Garimpo	Abs			1	1	5			7
		% Linha			14,3%	14,3%	71,4%			100,0%
		% Coluna			16,7%	8,3%	17,2%			4,6%

	Melhoria	Abs			1	1	3	3	3	11
		% Linha			9,1%	9,1%	27,3%	27,3%	27,3%	100,0%
		% Coluna			16,7%	8,3%	10,3%	8,8%	4,5%	7,3%
	Família	Abs		3	1	7	8	9	7	35
		% Linha		8,6%	2,9%	20,0%	22,9%	25,7%	20,0%	100,0%
		% Coluna		100,0%	16,7%	58,3%	27,6%	26,5%	10,4%	23,2%
	Doença/Saúde	Abs						1		1
		% Linha						100,0%		100,0%
		% Coluna						2,9%		,7%
	Briga com vizinho	Abs					1			1
		% Linha					100,0%			100,0%
		% Coluna					3,4%			,7%
	Estudo	Abs						1		1
		% Linha						100,0%		100,0%
		% Coluna						2,9%		,7%
Total	Abs		3	6	12	29	34	67	151	
	% Linha		2,0%	4,0%	7,9%	19,2%	22,5%	44,4%	100,0%	
	% Coluna		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
PA Palmares II	Terra	Abs			2	9	7	27	5	50
		% Linha			4,0%	18,0%	14,0%	54,0%	10,0%	100,0%
		% Coluna			14,3%	34,6%	18,4%	60,0%	27,8%	34,2%
	Trabalho	Abs	1		3	4	11	9	7	35
		% Linha	2,9%		8,6%	11,4%	31,4%	25,7%	20,0%	100,0%
		% Coluna	100,0%		21,4%	15,4%	28,9%	20,0%	38,9%	24,0%
	Garimpo	Abs				3	8			11
		% Linha				27,3%	72,7%			100,0%
		% Coluna				11,5%	21,1%			7,5%
	Melhoria	Abs		1		1	1	1		4
		% Linha		25,0%		25,0%	25,0%	25,0%		100,0%
		% Coluna		25,0%		3,8%	2,6%	2,2%		2,7%

	Família	Abs		3	9	9	10	6	5	42
		% Linha		7,1%	21,4%	21,4%	23,8%	14,3%	11,9%	100,0%
		% Coluna		75,0%	64,3%	34,6%	26,3%	13,3%	27,8%	28,8%
	Doença/Saúde	Abs					1	1	1	3
		% Linha					33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
		% Coluna					2,6%	2,2%	5,6%	2,1%
	Estudo	Abs						1		1
		% Linha						100,0%		100,0%
		% Coluna						2,2%		,7%
Total	Abs	1	4	14	26	38	45	18	146	
	% Linha	,7%	2,7%	9,6%	17,8%	26,0%	30,8%	12,3%	100,0%	
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Primeira grande informação que podemos tirar do quadro acima é que a *terra* é o grande motivador para as migrações tanto entre as famílias assentadas no Esperança (sessenta casos no total) quanto nas da Palmares (cinquenta casos). Quando checamos pelos intervalos de décadas encontramos uma diferença. Na década de 2000 a procura por *terra* aparece com maior intensidade entre os assentados do PDS (70%). Já entre as famílias da Palmares há uma drástica diminuição. Cai de 54% para 10%. Acreditamos que esse dado nos aponta além da instalação dos assentamentos em décadas diferentes (Palmares, 1995; PDS 2004) um caminho interpretativo relacionado ao tempo-espaço diferenciado na fronteira em relação aos recursos (terra e trabalho). Na região Sudeste do Pará (da Palmares II) as densidades (normativas, técnicas, políticas e econômicas) são mais intensas. O território da Mesorregião e do assentamento é dotado de melhor infra-estrutura (uma interpretação de campo e iconográfica das imagens que apresentamos dos dois assentamentos nos diz isso). Acreditamos que a característica contribui para uma diminuição nos deslocamentos no interior da Mesorregião. Aliás, todas as motivações das migrações entre as famílias da Palmares apresentam uma tendência de queda. Inclusive a procura pela terra.

Outro motivo que chama atenção para os deslocamento é a *família*. Número alto, tanto num como no outro assentamento. 35 no PDS e 40 na Palmares. Geralmente é

relacionado aos primeiros deslocamentos dos entrevistados, ainda na infância ou na adolescência quando são “levados” pelos pais. Eles ainda não têm um comando nas estratégias que orientam as migrações do grupo familiar. Percebe-se que elas diminuem ao longo da evolução das décadas.

A motivação *garimpo* se concentra na década de 1980 entre os entrevistados dos dois assentamentos. É quando acontece o *boom* dos garimpos no Pará. Os principais são Serra Pelada em Curionópolis e os garimpos de Itaituba no Sudoeste do Pará. Alguns com vivência em garimpos nas duas regiões. As demais aparecem com incidências pequenas no conjunto da base de dados, mas valem registro. *Brigas com vizinho*, *questões de saúde/doença* e *estudo* figuram entre as motivações coletadas.

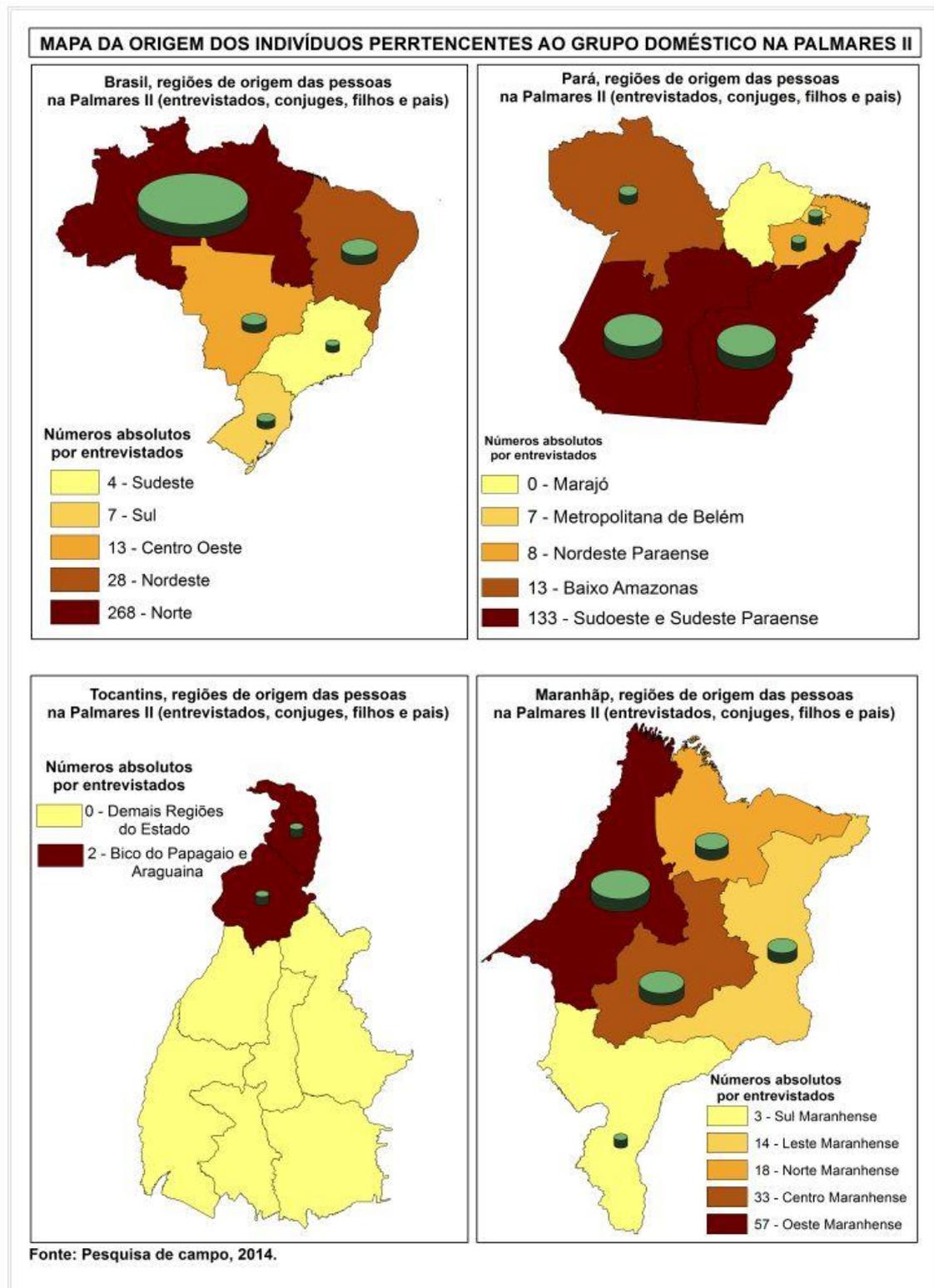
A seguir apresentaremos duas representações cartográficas sobre a origem dos indivíduos pertencentes ao Grupo Doméstico nos Assentamentos estudados. Levamos em consideração no Grupo os seguintes extratos: os pais dos entrevistados (pais e mães), os próprios entrevistado(a)s, seus cônjuges e seus filho(a)s¹⁰⁰.

Regionalizamos de acordo com os nossos propósitos de pesquisa. Importante foi deslocarmos o Maranhão e o Tocantins de suas respectivas regiões político-administrativas para entendermos o movimento na tríplice fronteira - Pará, Maranhão e Tocantins. Área apelidada de Bico do Papagaio. Espaço de intensos processos de atração e repulsão populacional, ao mesmo tempo. O que vai dar a tônica de uma intensidade da conflitualidade em seu interior. Um *front* dentro da fronteira. Ao mesmo tempo perceber a distribuição espacial no interior desses estados levando em consideração suas mesorregiões. De onde vieram e para onde foram no interior dos Estados.

Abaixo o Mapa de origem dos indivíduos que compõem o Grupo Doméstico na Palmares II. Entre pais de entrevistados, entrevistados, seus cônjuges e filhos tivemos um universo geral de 487 (quatrocentos e oitenta e sete) pessoas distribuídas pelas grandes regiões do Brasil e pelas mesorregiões destacadas

¹⁰⁰ Considerando filho, os indivíduos que os entrevistados consideram como filhos, ou seja, além de pessoas adotadas como tal, os agregados (tios e sobrinhos) que dependam diretamente ou indiretamente dos pais de família.

FIGURA 11 Mapa de Origem dos Indivíduos do Grupo Doméstico na Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Conforme a representação do Brasil, a maioria das famílias na Palmares nasceu na região norte (268 indivíduos com exceção do Tocantins). Seguido pelo Nordeste com 28 indivíduos com exceção do Maranhão. Logo depois, desponta o Centro Oeste, o Sul e o Sudeste respectivamente.

Ao norte do Tocantins, nas regiões do Bico do Papagaio e de Araguaína apenas duas pessoas de nosso universo nasceram aí. Pedimos uma atenção mais cuidadosa ao Estado Maranhão. Dentre as mesorregiões deste estado destaca-se o Oeste (com cinquenta e sete pessoas nascidas). Municípios como Coroatá, Barra do Corda e Paulo Ramos são importantes na composição. Posteriormente temos o Centro do Maranhão com 33 pessoas. O norte e o leste com um razoável equilíbrio. Tal perspectiva espacial confirma a tese de que a fronteira se move no sentido Leste – Oeste. São pessoas que de uma forma ou de outra esgotaram seus processos (i)materiais de reprodução e partiram seguindo a fronteira de acumulação promovida pelos agentes do capital no interior do Pará.

Em relação ao interior do Pará temos 133 pessoas nascidas nas Mesorregiões do Sudeste e do Sudoeste na Palmares II. Áreas que sofrem um intenso processo de ocupação recente desde 1960 para os dias atuais. Seguidos pelo Baixo Amazonas, Nordeste paraense e Metropolitana de Belém respectivamente guardando uma relativa proporcionalidade.

Nossa afirmação, com a leitura das figuras acima, é que existe um vetor de deslocamento da Região Sudeste do Pará para o Sudoeste do mesmo Estado ligando as frentes estudadas aqui. Da frente pioneira para a conformação de uma frente de expansão na Terra do Meio entre as rodovias Belém-Brasília e a Cuiabá- Santarém e entre os Municípios de Altamira e São Félix do Xingu. Revelou-se, ainda, uma relação estreita entre os dois assentamentos estudados e suas respectivas mesorregiões. Como podemos ver na descrição das duas trajetórias abaixo:

- a) É o caso de “Marcio Leandro”. Apesar de novo com apenas 26 anos, Marcio já migrou bastante e um dos milhares de casos de mobilidade intensa no interior do Sudeste do Pará e que hoje começa a se deslocar para Sudoeste. Nasceu em Redenção no Sudeste do Pará. Ainda com 09 anos foi com os pais em 1996 para Tailândia também no Sudeste. Lá começou a trabalhar

cedo em uma oficina de laternagem. Ficou apenas um ano quando foi para Paragominas em busca de terra. Lá conquistou um lote através de um assentamento rural. Trabalhou no PA de 1998 até 2003 quando retornou para Tailândia para trabalhar na mesma atividade da oficina da lanternagem. Passou mais um ano quando foi para região de Carajás. Primeiramente em Canaã do Carajás quando foi para o comércio como vendedor. Passou um pouco mais um ano. Recebeu o convite para trabalhar em madeireira numa serraria em Parauapebas. Aí ficou durante quatro anos e morando no PA Palmares onde uma companheira sua era assentada. Não deu certo nem a relação amorosa e nem a atividade na madeireira. Fechou e se deslocou para a Terra do Meio. Acompanhou a empresa para Anapu. Não conseguiu ser empregado quando foi para outra entrada na terra, agora no PDS Esperança. Trabalha com roça e como agente de saúde no assentamento.

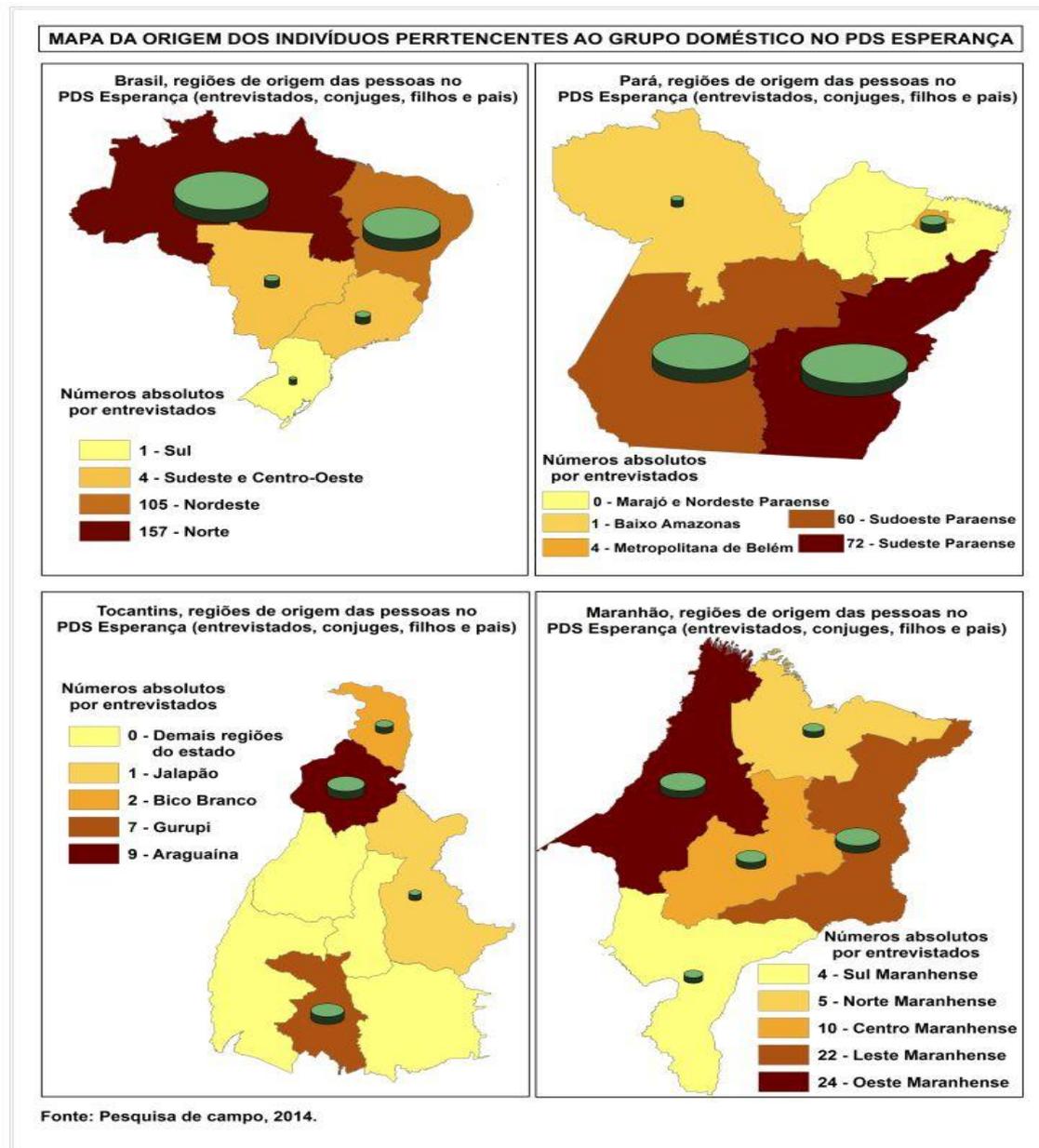
- b) Itinerário semelhante seguiu Sr. “João dos Santos”. Ele cumpriu a triangulação do bico do papagaio. Nasceu no Maranhão em Colinas que fica no Leste do estado em 1959. Com 24 anos, em 1983, foi para o norte do Tocantins em São Miguel em busca da terra. Já que a de Colinas “já não estava boa”. Passou três anos quando foi para o Pará, no município de Tucumã (sudeste do Pará), porque ouviu falar que tinha gente “embamburrando”¹⁰¹ nos garimpos dessa área. Passou 09 (nove) anos oscilando entre o garimpo e o trabalho na terra dos “outros” neste mesmo município. Em 1996 foi para São Félix do Xingu trabalhar em Serrarias no município, também do Sudeste do Pará. Em 2002, seguiu uma madeireira para Parauapebas. “Cansou de trabalhar para os outros” e seguiu em direção a Anapu em busca de terra. Foi “parar” no PDS Esperança.

Esses duas trajetórias ilustram bem a interligação entre os dois lócus de nosso estudo. É parte de uma mobilidade do trabalho que vem hoje do Sudeste em direção ao Oeste do Pará como a leitura cartográfica da figura mostra.

¹⁰¹ Expressão utilizar em garimpos para definir pessoas que estão enriquecendo.

A seguir apresentaremos o mapa da origem das famílias assentadas no PDS Esperança para termos a noção efetiva dos processos de deslocamentos que foram submetidas.

FIGURA 12: Mapa de origem dos Indivíduos do Grupo Doméstico do PDS no Pará



Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Podemos perceber que uma parte significativa dos indivíduos no PDS tem origem na Região Sudeste do Pará (60 deles). Lembrando que o PDS pertence ao Município de Anapu no Sudoeste do Estado. Seguindo temos o próprio Sudoeste como maior berço dos indivíduos (58 deles), ou seja, são da própria mesorregião. Grande parte, filhos dos entrevistados, já nascidos no Pará. Confirma-se mais uma vez o vetor leste-oeste da fronteira capitalista no Pará.

7.1.1 A conformação de novos *fronts* na fronteira – as migrações e a luta pela terra como “bagagens” hereditárias?

No decorrer de nossa pesquisa desençou-se pelo PA Palmares II uma rede de parentesco complexa que conforma uma articulação entre as Fazendas que se converteram nos assentamentos rurais mais antigos. Por sua vez, os PAs são ligados aos assentamentos mais novos até se chegar aos acampamentos mais recentes. A articulação entre os *nós* territoriais são amarrados pelas sucessivas gerações no interior dos assentamentos e acampamentos. A luta pela terra é transmitida de geração em geração. De um lado, pela própria formação política estabelecida nos assentamentos, especialmente os ligados ao MST. Por outro lado, os estoques de terra no interior dos projetos de reforma agrária são feitos para dar resposta a apenas uma geração. Os jovens precisam se lançar novamente em novos ciclos de luta pela terra seguindo, portanto, novos *fronts* no interior da fronteira de acumulação. Vejamos alguns casos que materializam nossa assertiva.

Dois assentados que conversamos na Palmares II eram funcionários da antiga Fazenda Rio Branco da família Lunardelli. É o caso do Sr. “Neginho Baleado”¹⁰². Trabalhou para o Sr. Hilário Lunardelli. Era pai de Roberto Lunardelli. Trabalhou quase dez anos para a família no interior da Fazenda. Disse que durante esse período que trabalhou lá, nunca viu nem o filho, Roberto e nem o pai, Hilário, na Fazenda. Moravam em São Paulo. Quem ia, de três em três meses, fazer a prestação de contas com o gerente, era o genro de Hilário. A Fazenda contava com 400 (quatrocentos) funcionários que prestavam serviços roçando juquirá, plantando capim e cuidando do gado. Outro assentado, Sr. Josias, trabalhou como vaqueiro na mesma fazenda desde 1991. Estava lá

¹⁰² Tem esse apelido porque foi alvejado por um pistoleiro na fase de acampamento do PA Palmares II.

quando a fazenda foi ocupada pelo MST. Foi quando entrou para a luta junto com os demais Sem Terra.

Levando em consideração outra geração temos assentados na Palmares que eram filhos de outros beneficiários da reforma agrária. De um PA um pouco mais antigo, construído na mesma Fazenda Rio Branco. É o caso de Dona Deusemar que é filha de um camponês aposentado no assentamento homônimo da Fazenda. História similar é da Dona Edmilde, filha de Manoel Bezerra e Raimunda Neves. Seus pais são assentados em Tucuruí no PA Bom Jesus.

Temos, também, uma nova geração se forjando na luta pela terra dando continuidade a perspectiva da migração no interior da luta distributiva do recurso terra. É o caso de Dona Maria Marcilene, filha do Sr. Cícero que é assentado na Palmares II. Maria hoje tem terra no Projeto de Assentamento Lourival Santana em Eldorado do Carajás. O PA foi construído a partir do arrecadamento de parte das terras da Fazenda Peruano de propriedade de Vavá Mutran (família que se constituiu na fronteira com terras aforadas para a exploração da Castanha que, com a decadência do extrativismo, converteram-se em grandes pecuaristas).

Nesta mesma lógica também se encontram os quatro filhos de Luís Matias (PA Palmares) – Maria Divina, com 30 anos; José Marcelo, com 28 anos; Izete, com 26 anos e Maria do Carmo, com 24 anos. Todos assentados no PA Lourival Santana. Reforçando os casos relacionados à rede de parentesco que se constitui com a luta pela terra aparece Maria do Socorro. Filha de Dona Francisca (Palmares II), a camponesa é hoje assentada na antiga Fazenda Cabaceiras em Marabá. No PA Onalício Barros. Para finalizar a lógica atávica da luta pela terra apresentamos Dona Geni, mineira de Almenara no norte do Estado. Ela tem duas filhas. Todas, lideranças da luta pela terra no Pará hoje. Eram do MST e hoje se encontram na FETRAF. A mais velha é dirigente no PA João Batista em Castanhal, nordeste do Pará e a mais nova é ativista no PA Abril Vermelho em Mosqueiro. Ilha pertencente a capital, Belém.

7.2 As múltiplas dimensões do econômico – histórias de trabalhos nas Fronteiras

Partimos do pressuposto apresentado por Scott (2001) e Corrêa (2010): a economia e cultura são dimensões cada vez mais entrelaçadas. São convergências que se espacializam na Amazônia e são marcantes na paisagem. As articulações entre as

duas dimensões da vida em sociedade se caracterizam pela presença de traços culturais na produção econômica, enquanto a cultura sempre foi produto da troca, mediatizada ou não, por dinheiro. Após 1960 com expansão do capital na Amazônia a cultura, assim como recursos naturais, é progressivamente mercantilizada.

Pensamos, então, que um dos caminhos para se integrar as lutas sociais por terra com as lutas sociais por território no agrário amazônico, passam pelo entendimento que o econômico é recheado de cultura e o cultural tem seu componente material e de troca.

Abaixo apresentamos um quadro geral das ocupações que o universo de nossos pesquisados tiveram ao longo de sua vida no trabalho. Um quadro longo como assim é a quantidade de ocupações realizadas pelas pessoas na fronteira de espoliação.

QUADRO 20 As relações entre as ocupações e os intervalos de décadas nos PA's

PA's	Ocupações dos Entrevistados e Parentes		Não se aplica	De 1940 a 1949	De 1950 a 1959	De 1960 a 1969	De 1970 a 1979	De 1980 a 1989	De 1990 a 1999	De 2000 a 2013	Não Sabe	Total	
PDS Esperança	Garimpeiro	Abs			1			3				4	
		% lin.			25,0%			75,0%					100%
		% col.			16,7%			8,8%					1,6%
	Agricultor	Abs		1	3	7	12	20	18	65			126
		% lin.		,8%	2,4%	5,6%	9,5%	15,9%	14,3%	51,6%			100%
		% col.		100%	50,0%	87,5%	75,0%	58,8%	36,7%	45,8%			48,8%
	Trabalhador em madeireira	Abs						2	2	2			6
		% lin.						33,3%	33,3%	33,3%			100%
		% col.						5,9%	4,1%	1,4%			2,3%
	Vaqueiro/Peão	Abs				1		1	2	5			9
		% lin.				11,1%		11,1%	22,2%	55,6%			100%
		% col.				12,5%		2,9%	4,1%	3,5%			3,5%
	Doméstica	Abs			1		1	1	5	4			12
		% lin.			8,3%		8,3%	8,3%	41,7%	33,3%			100%
		% col.			16,7%		6,3%	2,9%	10,2%	2,8%			4,7%
	Ajuda a família	Abs					1	2	1	8			12
		% lin.					8,3%	16,7%	8,3%	66,7%			100%
		% col.					6,3%	5,9%	2,0%	5,6%			4,7%
	Pedreiro	Abs							1	6			7
		% lin.							14,3%	85,7%			100%
		% col.							2,0%	4,2%			2,7%
Aux. de serviços gerais	Abs							1	1			2	
	% lin.							50,0%	50,0%			100%	
	% col.							2,0%	0,7%			0,8%	
Estudante	Abs							6	18			24	
	% lin.							25,0%	75,0%			100%	
	% col.							12,2%	12,7%			9,3%	
Professor(a)	Abs			1					3			4	
	% lin.			25,0%					75,0%			100%	
	% col.			16,7%					2,1%			1,6%	
Comerciante	Abs								4			4	
	% lin.								100%			100%	
	% col.								2,8%			1,6%	
Cerqueiro	Abs							1				1	
	% lin.							100%				100%	
	% col.							2,0%				0,4%	

Agente de saúde	Abs						1		1		2
	%lin						50,0%		50,0%		100%
	%col						2,9%		0,7%		0,8%
Cozinheira/Garçon	Abs						1	2			3
	%lin						33,3%	66,7%			100%
	%col						2,9%	4,1%			1,2%
Não trabalha	Abs								11		11
	%lin								100%		100%
	%col								7,7%		4,3%
Oleiro	Abs								1		1
	%lin								100%		100%
	%col								0,7%		0,4%
Artesão	Abs							1			1
	%lin								100%		100%
	%col								2,0%		0,4%
Lanterneiro	Abs						1	1			2
	%lin						50,0%	50,0%			100%
	%col						2,9%	2,0%			0,8%
Vendedor	Abs					1		3	1		5
	%lin					20,0%		60,0%	20,0%		100%
	%col					6,3%		6,1%	0,7%		1,9%
Dona de casa	Abs					1	1	2	4		8
	%lin					12,5%	12,5%	25,0%	50,0%		100%
	%col					6,3%	2,9%	4,1%	2,8%		3,1%
Secretária	Abs								1		1
	%lin								100%		100%
	%col								0,7%		0,4%
Advogado	Abs								1		1
	%lin								100%		100%
	%col								0,7%		0,4%
Criança/Adolescente	Abs								2		2
	%lin								100%		100%
	%col								1,4%		0,8%
Não sabe	Abs	1					1	3	4	1	10
	%lin	10%					10,0%	30,0%	40,0%	10,0%	100%
	%col	100					2,9%	6,1%	2,8%	100%	3,9%
Total	Abs	1	1	6	8	16	34	49	142	1	258
	%lin	,4%	,4%	2,3%	3,1%	6,2%	13,2%	19,0%	55,0%	,4%	100%
	%col	100	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Palmares II	Garimpeiro	Abs					1	7			8
		%lin					12,5%	87,5%			100%
		%col					5,0%	21,9%			2,3%
Agricultor	Abs	5	6	4	9	9	21	42			96
	%lin	5,2%	6,3%	4,2%	9,4%	9,4%	21,9%	43,8%			100%
	%col	62,5%	85,7%	50,0%	45,0%	28,1%	53,8%	18,0%			27,6%
Funcionário Público	Abs					2			7		9
	%lin					22,2%			77,8%		100%
	%col					10,0%			3,0%		2,6%
Trabalhador em madeireira	Abs					1	1		3		5
	%lin					20,0%	20,0%		60,0%		100%
	%col					5,0%	3,1%		1,3%		1,4%
Vaqueiro/Peão	Abs								3		3
	%lin								100%		100%
	%col								1,3%		0,9%
Doméstica/Dna. de casa	Abs					2	3	3	8		16
	%lin					12,5%	18,8%	18,8%	50,0%		100%
	%col					10,0%	9,4%	7,7%	3,4%		4,6%
Ajuda a família	Abs	2					1	1	2		6
	%lin	33,3%					16,7%	16,7%	33,3%		100%
	%col	25,0%					3,1%	2,6%	,9%		1,7%
Pedreiro	Abs	1				1		2	12		16
	%lin	6,3%				6,3%		12,5%	75,0%		100%

	%col		12,5%			5,0%		5,1%	5,2%		4,6%
Auxiliar de serviços gerais	Abs				1		3	4	4		12
	%lin				8,3%		25,0%	33,3%	33,3%		100%
	%col				12,5%		9,4%	10,3%	1,7%		3,4%
Estudante	Abs								47		47
	%lin								100%		100%
	%col								20,2%		13,5%
Professor(a)	Abs						2		5		7
	%lin						28,6%		71,4%		100%
	%col						6,3%		2,1%		2,0%
Comerciante	Abs						2	3	10		15
	%lin						13,3%	20,0%	66,7%		100%
	%col						6,3%	7,7%	4,3%		4,3%
Carvoeiro	Abs								1		1
	%lin								100%		100%
	%col								0,4%		0,3%
Agente de saúde	Abs								4		4
	%lin								100%		100%
	%col								1,7%		1,1%
Cozinheira	Abs				1			2	6		9
	%lin				11,1%			22,2%	66,7%		100%
	%col				12,5%			5,1%	2,6%		2,6%
Não trabalha	Abs							1	20		21
	%lin							4,8%	95,2%		100%
	%col							2,6%	8,6%		6,0%
Lanterneiro	Abs				1				2		3
	%lin				33,3%				66,7%		100%
	%col				5,0%				0,9%		0,9%
Vendedor	Abs						1		6		7
	%lin						14,3%		85,7%		100%
	%col						3,1%		2,6%		2,0%
Pescador	Abs								2		2
	%lin								100%		100%
	%col								0,9%		0,6%
Dona de casa	Abs				1				15		16
	%lin				6,3%				93,8%		100%
	%col				5,0%				6,4%		4,6%
Gerente de firma	Abs								2		2
	%lin								100%		100%
	%col								0,9%		0,6%
Secretária	Abs								1		1
	%lin								100%		100%
	%col								0,4%		0,3%
Costureira/Alfaiate	Abs								2		2
	%lin								100%		100%
	%col								0,9%		0,6%
Babá	Abs				1						1
	%lin				100%						100%
	%col				12,5%						0,3%
Cobrador	Abs						1		1		2
	%lin						50,0%		50,0%		100%
	%col						3,1%		0,4%		0,6%
Motorista	Abs								3		3
	%lin								100%		100%
	%col								1,3%		0,9%
Op. de máquinas	Abs				1				2		3
	%lin				33,3%				66,7%		100%
	%col				5,0%				0,9%		0,9%
Lavadeira	Abs						1		1		2
	%lin						50,0%		50,0%		100%
	%col						3,1%		0,4%		0,6%
Marceneiro/Carpin	Abs				1				2		3
	%lin				33,3%				66,7%		100%

	%col					5,0%			0,9%		0,9%
Militar	Abs				1				1		2
	%lin				50,0%				50,0%		100,0%
	%col				12,5%				4%		6%
Eletrecista	Abs								1		1
	%lin								100,0%		100,0%
	%col								0,4%		0,3%
Segurança/Vigilante	Abs								5		5
	%lin								100,0%		100,0%
	%col								2,1%		1,4%
Feirante	Abs							1			1
	%lin								100,0%		100,0%
	%col								2,6%		0,3%
Q. de côco babaçú	Abs			1							1
	%lin			100,0%							100,0%
	%col			14,3%							0,3%
Cabeleleira	Abs								1		1
	%lin								100,0%		100,0%
	%col								0,4%		0,3%
Camareira	Abs							1	1		2
	%lin							50,0%	50,0%		100,0%
	%col							2,6%	0,4%		0,6%
Pintor	Abs								1		1
	%lin								100,0%		100,0%
	%col								0,4%		0,3%
Vale/Terceirizados	Abs						1		3		4
	%lin						25,0%		75,0%		100,0%
	%col						3,1%		1,3%		1,1%
Não sabe	Abs								7	1	8
	%lin								87,5%	12,5%	100,0%
	%col								3,0%	100,0%	2,3%
Total	Abs	8	7	8	20	32	39	233	1		348
	%lin	2,3%	2,0%	2,3%	5,7%	9,2%	11,2%	67,0%	3%		100,0%
	%col	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

São 61 (sessenta e uma) variáveis relacionadas direta ou diretamente ao trabalho em nosso universo de pesquisa. São distribuídas ao longo de 07 (sete) décadas, de 1940 a 2000. São 258 (duzentos e cinquenta e oito) tipos de práticas laborais no PDS e 348 (trezentos e quarenta oito) na Palmares II.

Na análise atenta ao quadro um elemento de imediato salta os olhos. Existe uma diferença aguda no número de ocupações desenvolvidas pelos assentados de um e outro território. No PDS temos a incidência de 23 (vinte e três) ocupações e 38 (trinta e oito) na Palmares. É quase o dobro de um para o outro. Acreditamos que a diferença relaciona-se a *posição* de cada um dos assentamentos no interior da fronteira. São perspectivas espaço-temporais diferentes. A Palmares encontra-se na frente pioneira. É quando as atividades ligadas diretamente ao modo de produção capitalista estão mais consolidadas, mais articuladas. Existe aí um espectro de processos econômicos por setor bem maior do que em áreas de expansão recente. Como é o caso do PDS Esperança.

Apesar da quantidade de ocupações ser menor no PDS Esperança, o número de pessoas que passaram pela agricultura em seu território é bem maior. A atividade agrícola aparece 126 (cento e vinte seis) vezes neste PA. Dessas 65,9% foram realizadas concentradamente nas décadas de 1990 e 2000. Já na Palmares o número de práticas na agricultura é de 96 (noventa e seis). Dispersas ao longo das décadas 60, 70, 80, 90 e 2000. Temos aí outro dado que reforça a ideia de tempos-espacos diferenciados na fronteira.

Algumas das ocupações que aparecem entre os assentados da Palmares e não figuram entre os do PDS são: *funcionário público, carvoeiro, pescador, babá, cobrador, motorista, Operador de máquinas, militar, funcionário da Vale e terceirizadas*, etc.

Um elemento comum que podemos destacar no quadro é uma relativa concentração das atividades laborais nas décadas de 1990 e 2000 apontando uma diversificação das atividades pelos setores econômicos e, também, uma população jovem no interior dos assentamentos que começaram a trabalhar mais recentemente.

Em relação à questão da juventude chama a atenção à diferença entre o número de estudantes entre os PA's. No PDS temos apenas 24 (vinte e quatro) discentes dispersos entre as décadas de 1990 e 2000 e na Palmares temos praticamente o dobro com 47 (quarenta e sete) estudantes concentrados na década de 2000. Aí reside a diferença entre o número e a estrutura das escolas no interior dos assentamentos como elemento determinante neste processo. Na Palmares temos um universo de dois mil alunos matriculados em três escolas e nos três diferentes níveis (fundamental menor, fundamental maior e médio). No PDS um dos grandes problemas no assentamento é a disponibilidade de escolas em seu interior e sua estrutura para atender minimamente os alunos.

A ocupação de *garimpeiro* confirma-se com sua maior incidência na década de 1980. Contudo, o extrativismo mineral é dos problemas intrinsecamente relacionados à Questão Agrária na Amazônia. Os dois assentamentos sofrem algum tipo de impacto com este tipo de atividade. Na Palmares além do entorno ser hegemônico pela grande empresa da mineração, no caso a Vale, existe a presença de uma indústria de médio porte ao lado do assentamento que é um dos componentes que precisam ser estudados

com maior precisão. Referimos-nos a Empresa Monte Granito que vem proletarizando uma parte da juventude deste assentamento. Citamos aqui o caso dos filhos de Dona Raimundinha Costa. Nascida em Santa Inês no Maranhão. Dona Raimundinha têm 55 anos e teve 05 (cinco) filhos no total. Dois deles, Márcio de 39 anos e Jociel de 32 anos trabalham na referida empresa. Dna. Raimundinha pondera que o caçula divide seu tempo de trabalho em atividades na empresa e outro em ações na roça. Abaixo uma imagem da área de extração da empresa, vizinha ao assentamento

FOTO 44 Área de Extração Mineral da Empresa Monte Granito



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

A atividade em mineração é profundamente marcada na trajetória das famílias nos assentamentos. Ontem e hoje. Tanto em atividades mais artesanais, com iniciativas familiares, quanto em empresas propriamente capitalistas, com empregos assalariados. São atividades que podem ser diretas no processo de extração ou em serviços que dão suporte ao garimpo. Podemos identificar isso na fala de “Samaúma”

Vim de Castanhal (Pa). Meu pai era maranhense. Minha mãe também é maranhense. Minha irmã nasceu em Olho D’água das Cunhãs. Eu nasci em Castanhal. Minha outra irmã nasceu em Barra dos Gatos no Mato Grosso depois nós voltamos para Castanhal depois viemos embora para o sul do Pará. Isso tudo num período de 6 anos [...] Era a procura do trabalho. Um meio que pudesse sair da miséria. E o garimpo era visto como um meio de enriquecimento rápido. Perguntava-se assim “você veio fazer o que aqui?” – “Vim aqui ganhar dinheiro”. E é esse sentimento que aparece dentro do assentamento.

“Você vem pra cá construir a agricultura?” –“Vim ganhar dinheiro”. Depois vai se construindo a identidade. Então veja bem. O Estado não reconhece esse povo (garimpeiros) como categoria social. Tanto é que eles vêm se aposentando como camponês aqui na região. Eles passaram um período de vinte anos no garimpo. Os que não voltaram para a terra, esse movimento de volta para o campo, estão sendo aposentados na cidade como camponeses. Então, a maioria significativamente, e aqui temos pessoas de todo o Brasil. Mas nesse movimento de Serra Pelada, temos hegemonicamente maranhenses. Então a formatação dessas cidades é composta de, na maioria, maranhenses. Vindos de vários municípios onde se é tradicionalmente camponês. Historicamente se é camponês. Até porque se você for pegar pelo aspecto dessa migração, o Maranhão é o único estado, de todos os estados do Brasil, aonde o nível da população do campo é maior que o da cidade. Então, são camponeses arrancados de sua lógica de produção secular pela campanha do garimpo, pela campanha de ocupação desse território. Chega aqui se tornam garimpeiros nas suas variáveis dimensões, alguns garimpeiros passam a ser administradores do garimpo, outros passam a ser apenas mão de obra do garimpo. Porém quando o garimpo lhe permite várias ascensões individuais, por exemplo ser rico quando esse garimpeiro voltava para o Maranhão, embora voltasse famélico e com malária, mas com o significado de “embamburrado” que eles chamavam, era você chegar com um gravador, uma televisão essas quinquilharias todas. Então todo mundo falava: “olha, fulano embamburrou no garimpo, fulano chegou”. Então quando acaba esse ciclo da economia do ouro, e, portanto, os garimpeiros também não foram passivos diante de todo o processo que aconteceu, é que eles foram sistematicamente reprimidos, né? Serra Pelada era proibido entrar mulher e álcool, ou seja, reprimindo a sexualidade das pessoas, né? Então lugar de álcool e de mulher era na cidade mais próxima, que era a currutela do Trinta [...] É a cidade de Curionópolis. Em homenagem ao Curió. Sebastião Curió. Porém nessa relação econômica do ouro, surge um elemento extremamente preocupante, que era o elemento que vai consolidar os fundamentos dessa região, o elemento fundador, que era o aspecto da violência. A relação econômica do ouro estabeleceu um nível de violência muito profundo. Eu, por exemplo, eu e minha irmã, a Beth, minha mãe fazia cuscuz no Trinta quando nós chegamos e nós entregávamos o cuscuz pela cidade e a gente via muitos mortos. De sexta a domingo a gente via seis, sete, oito até doze mortos por noite. Era uma cidade sem lei. Do ponto de vista da presença do Estado. Então deixa eu resgatar aqui. Na minha avaliação histórica, é o campesinato que foi do garimpo e automaticamente forma e consolida as cidades. E fortalece economicamente algumas cidades como é o caso de Marabá. Quando se acaba esse processo que eu chamo de economia do ouro (“Samaúma”, assentado na Palmares II e militante do MST/PA. Entrevista concedida em 15 de julho de 2005)

A fala de nosso informante da Palmares é muito rica porque revela alguns elementos que envolvem vários aspectos. Primeiro deles é a intensa migração dos pais e como consequência os seus filhos nascidos em vários lugares diferentes no interior da

Amazônia. Identificamos pelo menos dois deles ligados à atividade garimpeira (Barra dos Gatos em Mato Grosso e o Trinta – atual Curionópolis no Pará).

O segundo elemento que aparece é processo de conversão dos camponeses em garimpeiros durante um período de “dez a vinte anos”. Esse fenômeno faz com que se fundam várias cidades e municípios e os protagonistas na construção territorial das cidades são os camponeses mesmo mimetizados em garimpeiros. Tanto é que serão aposentados nesses espaços como “camponeses”. Seja pela marginalização que a ocupação de garimpeiro sofre por parte dos órgãos de reconhecimento social como o Estado ou pelo horizonte identitário de “camponeses” que marcam esses processos de deslocamentos. Este perfil solda, de forma contraditória, as relações entre campo e cidade na fronteira e apresentam o sujeito camponês como protagonista da construção dos espaços da cidade.

Um terceiro componente é a “campanha” que o garimpo desenvolve como um “meio de enriquecimento rápido” a partir do fetiche pelo ouro. A ação ideológica do “embaburramento” acaba penetrando nas consciências dos camponeses promovendo verdadeiras corridas pelo minério para se conseguir as “quinquilharias” que serão levadas para o seu lugar de origem como uma espécie de prêmio ao esforço do trabalho, mesmo que esse retorno seja acompanhado de uma condição “famélica” e com doenças como a “malária”. Esse tipo de fenômeno foi trabalhado por Michel Taussig em seu “O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul” como observamos num fragmento que confirma tal assertiva

O conceito de fetichismo da mercadoria serve para nos mostrar que a sociedade capitalista apresenta-se à consciência como algo diferente do que é, mesmo que essa consciência ainda reflita a configuração superficial e hipostasiada da sociedade. O fetichismo denota atributos da vida, da autonomia, do poder e até da dominação de objetos que são inanimados, e pressupõe a drenagem de tais qualidades dos atores humanos que concedem essas atribuições. Logo, no caso do fetichismo da mercadoria, as relações sociais são desmembradas e parece dissolver-se em relações entre meras coisas – produto do trabalho trocado no mercado [...] Em vez do homem como objetivo da produção, a produção torna-se o objetivo do homem – e a riqueza, objetivo da produção. No lugar de as ferramentas e os mecanismos da produção em geral liberarem o homem da escravidão do trabalho duro, o homem tornou-se escravo das ferramentas e dos processos instituídos de produção. (TAUSSIG, 2010:61-62)

Assim, os camponeses nos garimpos no interior da Amazônia desmembram suas relações diretas, entre eles e entre eles e a terra e acabam, segundo Taussig, estabelecendo relações entre as “coisas”. A “produção” do ouro torna-se o objetivo do homem e a “riqueza” torna-se objetivo da produção, no caso o “gravador” (som), “televisão” e as “quinilharias todas”.

O que falar de um caso muito conhecido em Serra Pelada, comentado em “boca miúda”, quando uma determinada artista de expressão nacional foi fazer um show em Curionópolis no início da década de 1980. Um garimpeiro “embamburrado” a quis levá-la para “cama”. E perguntou qual o preço para se conseguir tal objetivo. Ela respondeu de imediato que o pagamento seria o seu peso em ouro. Ela pesava, na época, 63 quilos. Prontamente, o personagem em questão mandou preparar o quarto para que ela o servisse.

O resultado lógico das relações virando “coisas” é a intensificação da violência como elemento que acaba tornando-se estrutural nas sociedades de fronteira. Vai ser o componente que vai “consolidar os fundamentos dessa região, o elemento fundador, que era o aspecto da violência”. A relação econômica do ouro estabeleceu um nível de violência muito profundo na região e de certa forma contribuindo para uma marginalização da figura garimpeiro e do garimpo na região.

No caso do PDS Esperança a mineração se materializa nos estudos que a Empresa Belo Sun vem desenvolvendo. Importante frisar aqui que a firma estava fazendo pesquisa de forma irregular no Assentamento sem a autorização dos assentados. Tinham uma licença para estudo emitida pela SEMA estadual. Porém, não comunicaram nem a SEMA municipal, nem a SECTAM ou mesmo o DNPM. Foi o que nos falou Dona Ângela que “expulsou” uma equipe desta mineradora de seu lote que, na ocasião, estava fazendo levantamentos sem a sua autorização na Vicinal 01 do PDS. Questionamos o Secretário de Meio Ambiente sobre a situação e ele nos falou o seguinte

A BELO SUN¹⁰³ não tava com licença no município, ela tem uma autorização pra estudo, mas ela não tinha nada do município. Aí

¹⁰³ Belo Sun é uma empresa mineradora de ouro do Canadá. Está desenvolvendo uma série de pesquisas em todo Oeste Paraense sob anuência do Governo do Estado do Pará.

quando nós assumimos o governo, nós mandamos a notificação pra eles e eles nunca compareceram lá. E aí o que acontece? O prefeito perguntou. “– O que a gente faz?” eu disse : “— É muito simples, quando eles passar nós manda prender todo mundo até eles trazerem informações”. E aí chegou o inverno e tal, eles saíram do município, voltaram agora mais já voltaram mais cautelosos, foram lá na prefeitura já tiraram o alvará, tão instalando escritório, ou seja, começaram a prestar esclarecimento pro município do que ta acontecendo [...] e nós vamos fazer uma fiscalização lá na área deles por que a gente começou assim: fomos na SEMA/PA vê o que que eles tem de licenciamento, licenciamento deles, se eles tem autorização, se eles tem licenciamento pra trabalhar em Senador José Porfírio que chamam aqui de *Souzel*¹⁰⁴ aqui e em Altamira, e eles tem mais seis pontos de estudo só, e Anapú faz parte dele, então essa área que nós estamos aqui é uma área muito cobiçada porque segundo o que a gente houve falar, é que tem uma grande quantidade de ouro nessa região, tem um potencial mineral muito grande. Ouro eu não sei se tem realmente, mas grafite tem muito aqui. Tem uma região aqui pra trás que a gente pega as bolas de grafite no chão [...] O que acontece é o seguinte, eu não sei informar o que foi que eles fizeram, mas a prática aqui é o seguinte: a prática das empresas, eles fazem o licenciamento, por exemplo, 20 hectares e eles exploram 50. Entendeu? Não respeita o limite, porque quando eles forem multados, eles não vão ser multados por tá sem licença, vão ser multados por tá em desacordo com a licença, só precisa ajustar. As brechas da justiça eles vão alegar tanta coisa, pra botar a culpa no pequeno funcionário que não respeitou o limite, vão abrir sindicância interna, nada a ver, vão botar lá no papel, vai ta lá no papel assinado lá que, bota “*pros*” coitados lá assinar que eles tem que respeitar e vão botar a culpa no cara e ele sai ileso, é isso que eles fazem então eu não sei se ela a BELO SUN não tenho conhecimento disso, se ela ta operando no município se ela passou a operar antes da data, mas a prática deles é essa. Agora o que eu já constatei na Secretaria de Meio Ambiente é que eles têm licenciamento pra trabalhar no rio Xingu do lado de lá, que é Altamira, que é Vitória do Xingu, que é Souzel, que é aquela região ali da ressaca ali. E eles já tão vindo pra cá ilegalmente, mas a SEMA/PA disse que eles têm autorização pra estudo então, eu acredito que eles possam ta se aproveitando dessa autorização pra descumprir algumas coisas, mas não, ela não vai dar muito prejuízo pra gente porque a gente ta de olho, nós “*tamos*” de olho e nós temos todo o aparato pra travar a empresa (Marco Vale, Secretário de Meio Ambiente de Anapu, julho de 2013)

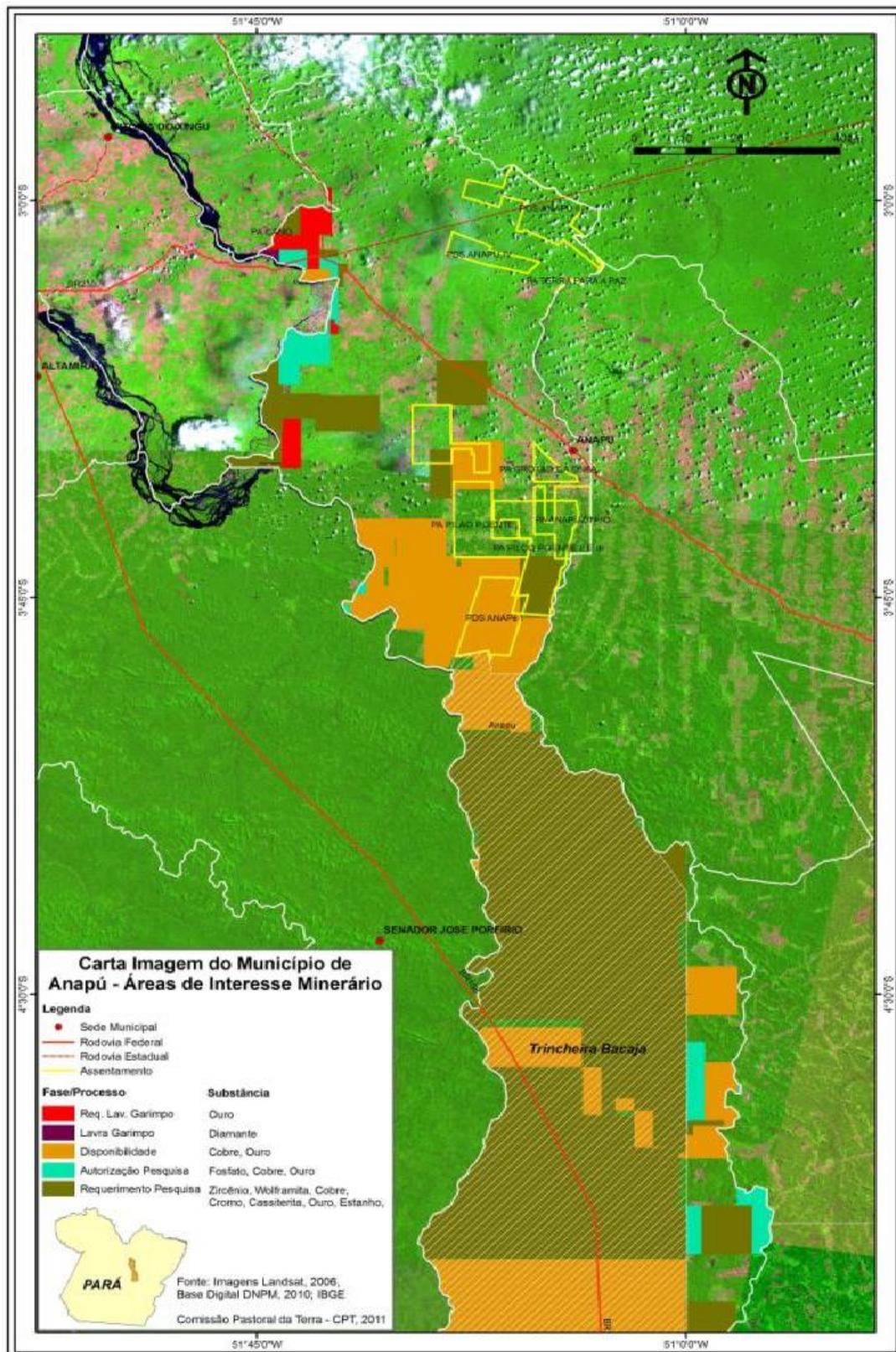
Percebe-se na fala do secretário que a empresa não foi autorizada inicialmente pelo município para fazer atividades de pesquisa. Outro elemento que o representante

¹⁰⁴ “Souzel” é o Município de Senador José Porfírio. É chamado desta forma porque durante o período pombalino na Amazônia os nomes aos lugares dados pelos Jesuítas foram substituídos por nomes de cidades portuguesas. Houve uma mudança na toponímia das cidades na Amazônia. Fez-se essa “homenagem” a Vila portuguesa homônima. Abrimos essa discussão com maiores detalhes no capítulo 2 da tese.

do município nos trás é uma estratégia efetuada pelas empresas mineradoras na fronteira. Garante-se a licença para uma determinada área e depois se amplia de forma irregular os estudos sobre essa incidência mineral. Por fim, vemos claramente uma indisposição entre o poder municipal, os assentados e a firma plutocrática na região.

Abaixo apresentamos uma carta imagem do interesse minerário no município de Anapu feita pela CPT do mesmo município. Como podemos visualizar toda a área do PDS tem incidência de ouro e cobre. O que coloca o território sob disputa estratégica entre os agentes interessados na exploração dos recursos minerais. Inclusive áreas pertencentes aos índios da Tricheira Bacajá. Forçando no âmbito do congresso nacional as mudanças no código minerário objetivando a exploração de ouro em Terras Indígenas TI's e Unidades de Conservação – UC's.

FIGURA 13 Mapa de Interesse Minerário no Município de Anapu – Pará.



Por outro lado, um componente que liga a atividade mineradora com as duas regiões do nosso estudo. É a atividade ilegal de retirada de madeira no PDS Esperança em lotes que estão em disputa na justiça com o Sr. Délio Fernandes, grande liderança do consórcio envolvido na morte da Irmã Dorothy. Foi o que denunciou o Instituto Observatório Social em dossiê especial sobre o tema publicado em fevereiro de 2011 como podemos identificar no texto abaixo

Depois de gastar o dinheiro da Sudam, protegido pelo alto clero da política paraense, Délio partiu para novos desafios: montou um consórcio para esquentar carvão e financiar a exportação de gusa para as mega siderúrgicas dos Estados Unidos. Para isso, se associou a 33 empresas produtoras de carvão em Marabá e municípios vizinhos, que por sua vez passaram a fornecer para as siderúrgicas que recebem o minério da Vale e fazem a mistura nos autoforos. Délio também organizou uma parceria com a banda podre da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que passou a fabricar documentos de acordo com as necessidades do esquema. (Consórcio do Crime. **Observatório Social**, São Paulo, Fevereiro de 2011)

Fica evidente, a partir denúncia acima, o circuito que liga a atividade industrial das Usinas de Ferro Gusa, as *guseiras*, sediadas no sudeste paraense com as atividades ilegais de retirada de madeira no sudoeste paraense, no PDS Esperança. Mais um componente aí que articula as duas frentes. Interessante destacar a conexão entre as atividades ilegais da retirada madeira com títulos fraudulentos da grilagem de terra conseguidos através do domínio de cartórios locais. Por sua vez, a madeira alimenta os fornos do setor industrial em Carajás ligados a cadeia do ferro controlada pela Companhia Vale. Não tem melhor exemplo para destacarmos aqui que demonstração como duas frentes econômicas no interior da fronteira possuem nexos que irmanam um circuito industrial, capitalista, moderno com outro circuito extrativista, não-capitalista e anacrônico. O componente que abraça essa duas atividades é a realidade da fronteira de acumulação do capital que lança mão de determinadas formas contraditórias as suas características essenciais.

Abaixo uma foto de uma Usina de Ferro Gusa em Marabá no Sudeste do Pará

FOTO 45 Usina de Ferro Gusa Siderúrgica Carajás



Fonte: Eryck Batalha, 2014.

Para finalizar o tópico de comparação do econômico a partir da história do trabalho destacamos um questionamento sobre a fragmentação das ocupações tanto no PDS quanto no PA Palmares. São atividades que se distribuem ao longo dos setores de atividade e ficamos nos indagando que peso essas atividades extra-agrícolas exercem no computo geral das atividades nos assentamentos? Qual seria a melhor forma de entendê-las a luz de categorias como *extra-trabalho*, *trabalho acessório* ou *pluri-atividade*?

Para se ter noção exata do peso que cada atividade extra-agrícola tem no rendimento do grupo doméstico e com isso identificar a melhor categoria explicativa careceríamos de uma pesquisa específica sobre essa problemática. Durante o nosso campo não conseguimos coletar essas informações. Contudo, arriscaríamos aqui algumas aproximações.

As atividades fora da roça que estão dentro ou fora de sua própria unidade de produção, algumas vezes assalariada seja na própria agricultura ou em serviços no *baixo terciário*¹⁰⁵, seja internamente ou externamente ao assentamento, nos parece que

¹⁰⁵ Entendemos este conceito como Hébette, J. e Acevedo Marin, R. definiram “a denominação de terciário refere-se a divisão social do trabalho, situando a população num processo global de produção e troca, em confronto com outros setores produtivos básicos, agrícola e industrial-artesanal. A qualificação de baixo evoca a posição dessa população na base ou nos extratos inferiores da pirâmide social. Associado a ‘terciário’, este termo não se restringe a sugerir baixo nível de renda e de educação e baixa

funcionam mais como uma estratégia de sobrevivência dos assentados para não deixarem de plantar, já que é comum os investimentos desses recursos obtidos a partir do extra-trabalho na sua própria atividade agrícola no interior de seus lotes. Tal perspectiva já foi estudada em assentamentos em outros lugares do Brasil por Nogueira & Suzuki (2013). Podemos, ainda, utilizar quando se remete fundamentalmente a juventude o conceito de *trabalho acessório* discutido por Santos (1978) com base em estudos da obra clássica de Kautsky (1968). No caso dos assentamentos estudados o trabalho acessório está ligado aos grandes projetos de desenvolvimento. No caso do Sudeste do Pará o Projeto Ferro Carajás ou no Sudoeste a construção da barragem de Belo Monte.

Para ilustrar a questão, já que estamos falando muito da relação dos assentados com a mineração, conversamos com o Sr. Valdivino que na entressafra de sua roça se lança na garimpagem no território fechado da Vale chamado de Cinturão Verde. Ele nos informou que já entrou 32 (trinta e duas) vezes no Cinturão para garimpar. Dessas, 08 (oito) vezes foi detido pela vigilância da Companhia. Relatou que ao ser preso, os vigilantes confiscaram seu material de trabalho e os destruiu. Levando-o em seguida para a delegacia da Polícia Civil de Parauapebas onde foi encarcerado por alguns dias. Temos aí um caso de extra-trabalho marginalizado e criminalizado pelos agentes hegemônicos da mineração e do Estado.

7.3 O familiar e o seu estranhamento – histórias das famílias assentadas nos projetos de assentamento

Compreendemos e concordamos com a importância do componente econômico e material como elemento fundamental para a (re)produção dos camponeses como uma *unidade de produção*. A família é vista como uma dimensão inseparável da tríade que completa os elementos estruturantes das sociedades camponesas – terra, família e trabalho. Assumimos o debate da ambiguidade levantada por Woortmann quando refere-se a questão da afirmação dos valores de uma campesinidade a partir do componente familiar.

qualidade de vida; indica uma condição estrutural relegada, no processo de produção e troca, bem próxima da idéia de marginalidade (...)" (HÉBETTE, J. & ACEVEDO MARIN, R. O Impacto da Belém-Brasília e o Desenvolvimento do Baixo Terciário nas Zonas Urbanas da rodovia, pág. 90. IN: Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

Explicuemos a ambiguidade. Levando em consideração a perspectiva do contínuo proposto por Otávio Guilherme Velho que, sob o recorte espaço-temporal, teríamos um polo máximo de campesinidade situado nas frentes de expansão amazônica e um polo mínimo localizado nas áreas de *plattation* do Nordeste do Brasil. Na Amazônia teríamos uma autonomia que é mais forte pela disponibilidade de terras “livres” e no nordeste a subordinação seria generalizada porque o agricultor figura na ambiência do *cativeiro* relacionada à *plantation*. Woortmann questiona tal assertiva e retruca dizendo que não são em áreas novas, de abertura de novas fronteiras econômicas que a afirmação dos valores camponeses se dá de forma mais latente. Mas ao contrário. São em redutos onde os valores são ameaçados que a forma de objetivação (subjetivação?) identitária se dá de forma mais contundente¹⁰⁶. Para ficar mais clara nossa inferência citaremos o autor na problematização com Velho e citando Taussig na sustentação de sua argumentação

Se a história é produtora de ambiguidades, cada pessoa é igualmente ambígua, na medida em que a história individual encerra a história geral da sociedade. Abstratamente, cada indivíduo ou grupo localiza-se num ponto variável ao longo da linha que une os dois polos do contínuo. Tanto há grupos coletivamente localizados em distintos pontos (o que pode corresponder a distintas regiões do país, isto é, a espaços contemporâneos, mas de distintas temporalidades) como há indivíduos num mesmo grupo e região diversamente localizados nesse contínuo. Como já disse, pode-se surpreender a campesinidade na frente de expansão, refúgio face ao "cativeiro da Besta-fera" (Velho, 1972), ou lugar da "terra de Deus". Mas, pode-se igualmente surpreendê-la em plena *plantation* (Taussig, 1983) [...] Na Amazônia, como se viu, convivem ambigüamente concepções que se podem chamar morais e concepções utilitaristas mercantis (Velho, 1983). No Nordeste, encontram-se indivíduos secularizados, voltados para o lucro mercantil, ao lado de outros cujas disposições são orientadas por um *habitus* tradicional (WOORTMANN, 1988:16).

Como vemos tanto na Amazônia como no nordeste a campesinidade se manifesta de forma ambígua ora sendo guiada por estratégias de caráter mais econômico (mercantilista) ora sendo conduzida por uma lógica de valor moral. Seria uma transumância constante entre o universo guiado sob uma ordem econômica e outro ordenado por componentes éticos. A ambiguidade reside neste fenômeno e se reproduz

¹⁰⁶ Tal questionamento também problematiza estudos que apresentam uma espécie de gradiente para o “Ser Camponês”. De um lado um “modelo original” até chegar em sua metamorfose, no outro extremo do gradiente, quando se tornam “agricultores familiares”, integrados ao mercado. Refiro-me a LAMARCHE, Hughes. A Agricultura Familiar – Comparação Internacional. EDUNICAMP: Campinas, 1998.

na lógica complexa da fronteira de acumulação. Todo entendimento que pretenda se aproximar o *construto* territorial dos camponeses deve levar em consideração tal característica. Toda leitura das estratégias implementadas pelas famílias deve ter no seu horizonte de análise esta ambiguidade. Woortmann estudando comunidades de sitiantes no agreste nordestino compreendeu os dois polos da ambiguidade neste sentido

[...] ter-se-ia um pequeno produtor maximizante, secularizado, próximo a um *Homo oeconomicus*, segundo certa visão teórica. Noutro recorte, ter-se-ia uma pessoa mais próxima a uma ordenação moral e sagrada do mundo, mais perto de um *Homo moralis*. Mas, na realidade, é a mesma pessoa que se move em dois universos. O que temos, e o que parece ambíguo, é um uso da história, sua apropriação individual em duas temporalidades internalizadas, onde os tempos modernos são usados para restabelecer o tempo tradicional. Transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral e, com ela, a campesinidade. Noutro extremo, contudo os mesmos tempos modernos produzem como que um deslocamento face à tradição: o sitiante se torna negociante ou pecuarista. Tem-se, então, dois usos do tempo histórico, ao mesmo tempo, no interior do mesmo grupo. Como já disse antes, tanto há grupos coletivamente localizados em distintos pontos do contínuo por mim imaginado como há indivíduos de um mesmo grupo diversamente localizados nesse contínuo. São sujeitos-objetos distintos de uma mesma história (WOORTMANN, 1988:18-19).

O ponderamento feito pelo autor chamou a atenção para nossa pesquisa. Talvez esteja aí a chave para o entendimento e o enlace das questões que levantamos sobre a luta pela terra e a luta pelo território de um lado e a incompletude dos trabalhadores nos estudos rurais que não conseguem unir tempos com espaços e espaços com tempo que nos aponta Carlos Brandão. Para entender o processo de territorialização dos assentamentos a condição ambígua deve ser um dos componentes que se deve levar em conta. A tese da ambiguidade problematiza de forma mais qualificada nossa hipótese quanto a ideia do PDS ser uma área de expansão e por tabela com uma campesinidade mais aguçada. Enquanto que a Palmares numa densidade mais forte do capital teria um menor campesinidade. Acreditamos que uma análise minuciosa do elemento familiar, sua história, sua trajetória, seus componentes e suas estratégias poderoser importante para atingirmos nossos objetivos na pesquisa.

Levantamos os intervalos de décadas de nascimento dos indivíduos do grupo familiar por assentamento. Obtivemos o seguinte quadro

QUADRO 210 Grupo Doméstico e os intervalos dos anos de nascimento

PA's	Indivíduos do Grupo	De 1920 a 1929	De 1930 a 1939	De 1940 a 1949	De 1950 a 1959	De 1960 a 1969	De 1970 a 1979	De 1980 a 1989	De 1990 a 1999	De 2000 a 2013	Não sabe	Total	
PDS Esperança	Entrevistado(a)	Abs		3	11	9	20	29	26	52		150	
		% L.			2,0%	7,3%	6,0%	13,3%	19,3%	17,3%	34,7%		100,0%
		% C.			25,0%	45,8%	42,9%	44,4%	42,0%	35,6%	43,3%		35,1%
	Cônjuge	Abs		1	1	5	6	6	9	7		5	40
		% L.		2,5%	2,5%	12,5%	15,0%	15,0%	22,5%	17,5%		12,5%	100,0%
		% C.		25,0%	8,3%	20,8%	28,6%	13,3%	13,0%	9,6%		8,5%	9,4%
	Filho(a)	Abs					2	17	31	40	68	1	159
		% L.					1,3%	10,7%	19,5%	25,2%	42,8%	,6%	100,0%
		% C.					9,5%	37,8%	44,9%	54,8%	56,7%	1,7%	37,2%
	Pai	Abs		3	4	4	3					25	39
		% L.		7,7%	10,3%	10,3%	7,7%					64,1%	100,0%
		% C.		75,0%	33,3%	16,7%	14,3%					42,4%	9,1%
	Mãe	Abs			4	4	1	2				26	37
		% L.			10,8%	10,8%	2,7%	5,4%				70,3%	100,0%
		% C.			33,3%	16,7%	4,8%	4,4%				44,1%	8,7%
	Avô materno	Abs										1	1
		% L.										100,0%	100,0%
		% C.										1,7%	,2%
	Avó materna	Abs										1	1
		% L.										100,0%	100,0%
		% C.										1,7%	,2%
Total	Abs		4	12	24	21	45	69	73	120	59	427	
	% L.		,9%	2,8%	5,6%	4,9%	10,5%	16,2%	17,1%	28,1%	13,8%	100,0%	
	% C.		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Palmares II	Entrevistado(a)	Abs		1	10	10	10	23	33	42	18		147
		% L.		,7%	6,8%	6,8%	6,8%	15,6%	22,4%	28,6%	12,2%		100,0%
		% C.		10,0%	62,5%	55,6%	38,5%	39,7%	35,5%	47,7%	28,1%		30,2%
	Cônjuge	Abs		1	3	4	6	5	9	3		10	41
		% L.		2,4%	7,3%	9,8%	14,6%	12,2%	22,0%	7,3%		24,4%	100,0%
		% C.		10,0%	18,8%	22,2%	23,1%	8,6%	9,7%	3,4%		8,8%	8,4%
	Filho(a)	Abs				2	10	30	51	43	46	14	196
		% L.				1,0%	5,1%	15,3%	26,0%	21,9%	23,5%	7,1%	100,0%
		% C.				11,1%	38,5%	51,7%	54,8%	48,9%	71,9%	12,4%	40,2%
	Pai	Abs	1	5		1						44	51
		% L.	2,0%	9,8%		2,0%						86,3%	100,0%
		% C.	100,0%	50,0%		5,6%						38,9%	10,5%
	Mãe	Abs		3	3	1						45	52
		% L.		5,8%	5,8%	1,9%						86,5%	100,0%
		% Coluna		30,0%	18,8%	5,6%						39,8%	10,7%
	Total	Abs	1	10	16	18	26	58	93	88	64	113	487
		% L.	,2%	2,1%	3,3%	3,7%	5,3%	11,9%	19,1%	18,1%	13,1%	23,2%	100,0%
		% C.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

A primeira grande observação que retiramos do quadro se refere a acentuada incidência do *Não Sabe*. Retirando o *Entrevistado* que é o nosso informante primário a variável em questão sobe quando se pergunta o nascimento dos parentes ascendentes. Ou seja, pais e avós. A falta de informação é maior entre os assentados do PA Palmares II com 23,2%. No PDS o número cai para 13,8%. Esses números confirmam os frequentes lapsos na memória social dos entrevistados. Será que pelos constantes deslocamentos e pela conseqüente fragmentação da família tradicional existe um

esquecimento do grupo familiar e, portanto, da memória social? Será este um indicador de perdas ocorridas no processo migratório? Vejamos o que esta passagem nos fala:

É banal não saber o destino dos muitos irmãos que se dispersaram, ainda nos locais de origem, para todos os cantos do Brasil. Filhos que foram ‘dados’ no processo de migração dos pais e que não tem lembrança de seus parentes; filhos que reencontram, por acaso, a mãe e o pai, velinhos num asilo de indigentes; mães que deixaram os filhos nas terras onde moravam e nunca mais souberam deles. A impressão que o ouvinte vai elaborando, depois de ouvir tantas histórias semelhantes, é a de uma verdadeira diáspora, em que pais e filhos não conhecem os seus recíprocos destinos, irmãos e irmãs perdidos há dezenas de anos, dispersos em busca da sobrevivência (LESER DE MELLO, 1996: 60).

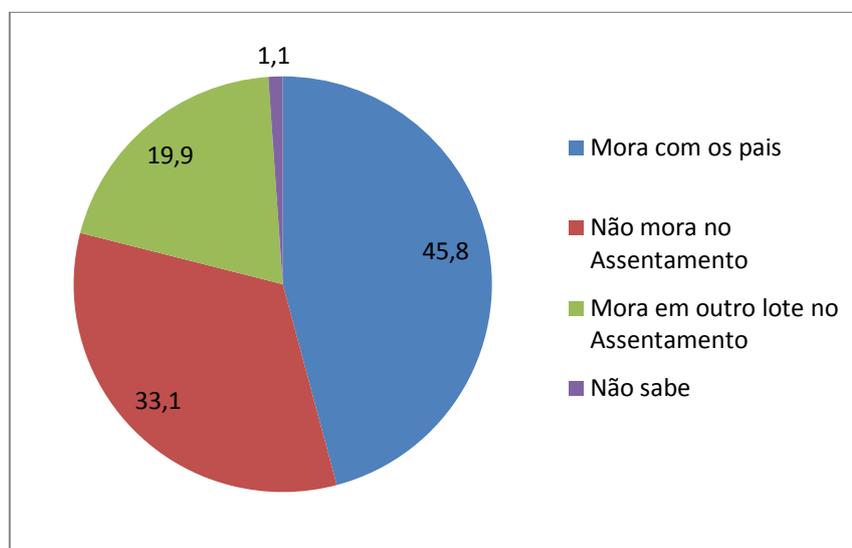
Para Leser de Mello o esquecimento e os lapsos de memória em relação aos familiares é um elemento marcante nas narrativas de quem estuda família no Brasil. As verdadeiras “diásporas” internas que aconteceram no território nacional contribuíram para a falta de informação. No Pará existe um quadro no telejornal da Rede Globo¹⁰⁷ local chamado de “Desaparecidos”. Através da televisão prestam serviços de procura dos parentes perdidos em épocas pretéritas. Programa não isento de certo ar de espetacularização do fenômeno social, mas um importante indicador da problemática em questão.

Outra informação interessante que o quadro nos demonstra é a presença de uma população relativamente nova nos dois assentamentos. Tanto entre o nicho dos *entrevistados* quanto dos *filhos*. Principalmente no PDS Esperança, confirmando-se um papel eminentemente jovem ao conteúdo demográfico da fronteira e dos trabalhadores em objeto de intervenção da reforma agrária. Temos entre os assentados da Palmares um pouco mais de 40% dos entrevistados nascidos entre as décadas de 1990 e 2000. No PDS Esperança esse número sob para mais da metade, com 52%. Quando centramos a análise entre os filhos, aí é que temos uma população ainda mais jovem. Na Palmares, os filhos somam um pouco mais de 45% nascidos entre 1990 e 2000 e no PDS eles chegam a quase 70% neste mesmo período.

¹⁰⁷ No caso sua afiliada no Pará, a TV Liberal. Pertencente as Organizações Rômulo Maiorana.

Só a questão da data pela data do nascimento dos filhos não nos interessava. Era preciso saber se os filhos estavam permanecendo nos lotes e mais do que isso - se estavam morando no assentamento ou não? Para que pudéssemos ter uma noção da reprodução dos camponeses nos PAs e, logo, de uma reprodução territorial dos assentamentos. Para os dois territórios chegamos ao seguinte gráfico

GRÁFICO 3 Permanência dos filhos nos Lotes dos Assentamentos



Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Percebemos a partir do gráfico, em termos gerais, que os filhos que moram com os pais chegam a quase 50% de nossos informantes. Temos, ainda, um número que se aproxima de 20% dos que moram em outro lote no mesmo assentamento. Temos aí um total de quase 70% dos filhos morando no próprio assentamento. Seja nos lotes dos pais ou em outros lotes. Esse é um indicador importante da reprodução territorial nos assentamentos a partir dos elementos demográficos colocados por Chayanov em seu clássico Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas. Muito embora, a informação não qualifique o *status* ou a *condição* de trabalho destes filhos no interior dos assentamentos para que pudéssemos ter um entendimento mais eficaz no que diz respeito a auto-exploração ou a penosidade do trabalho colocada nos termos chayanovianos. Pelo menos nos demonstra um indicador demográfico de permanência ou não dos filhos nos territórios reformados. Para termos uma noção por assentamento em relação à moradia dos filhos esquematizamos o quadro abaixo

QUADRO 22 Permanência ou não dos filhos nos lotes por Assentamento

Projetos de Assentamento - PA's		Mora com os pais	Mora em outro lote do PA	Não mora no PA	Não sabe	Total	
PDS Esperança	Filho(a)	Abs	84	21	51	2	158
		%L	53,2%	13,3%	32,3%	1,3%	100,0%
		%C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Total	Abs	84	21	51	2	158
		%L	53,2%	13,3%	32,3%	1,3%	100,0%
		%C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
PA Palmares II	Filho(a)	Abs	79	50	67	2	198
		%L	39,9%	25,3%	33,8%	1,0%	100,0%
		%C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	Total	Abs	79	50	67	2	198
		%L	39,9%	25,3%	33,8%	1,0%	100,0%
		%C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

No total temos 158 filhos no PDS e 198 na Palmares. O Esperança é o que têm mais filhos morando no lote dos pais (53,2%). Porém, tem menos indivíduos da prole morando em outros lotes no mesmo PA (13,3%). Na Palmares observamos uma diminuição no número de filhos morando com os pais no mesmo lote (39,9%). Na comparação dos dois PA's temos o dobro de filhos morando em outro lote no PA Palmares II (50 indivíduos) em relação ao PDS (21 indivíduos). No que se refere a variável *Não mora no PA* os dois assentamentos apresentam um número semelhante. Cerca de 1/3 dos filhos não no mesmo objeto geográfico (De 32% a 33%).

Alguns pontos ajudam a entender esses números. O primeiro diz respeito ao estoque de terras em relação aos dois assentamentos. Na Palmares são cerca de 5 alqueires por família. São 15 hectares distribuídos como lote agrícola. Uma quantidade pequena quando comparada com o número médio de filhos por família que na Palmares que dá algo em torno de 04 rebentos. Esse dado ajuda a compreender o número de filhos pequeno morando com os pais. Por outro lado, como já foi discutido em outro momento desta tese, temos conformando-se no interior do assentamento o que chamamos aqui de uma *geografia das quitinetes*. Trata-se de um processo de parcelamento, principalmente dos lotes da agrovila (10 x 30 metros) entre os filhos ou mesmo alugando para pessoas da própria cidade de Parauapebas. Estas quitinetes, sem dúvida, tiveram peso na conformação desses dados.

Subjacentemente acompanhamos outro fenômeno na Palmares II. O que estamos classificando como um processo de “chacarização” do assentamento. Trata-se da compra de lotes entre os assentados da reforma agrária por setores da classe média urbana de Parauapebas. Vinculados de forma direta ou indireta, a cadeia da mineração na região acabam utilizando um lote que é fundamentalmente reservado ao trabalho na terra como um instrumento de lazer e descanso para os finais de semana. Aproveitam uma razoável estrutura de circulação conquistada pela luta direta dos trabalhadores como exemplo o asfaltamento, a disposição de energia elétrica, a facilidade de acesso ao recurso hídrico. Os atrativos acabam pesando para que os profissionais liberais da cidade acabem assediando e comprando lotes. Abaixo temos uma imagem de uma dessas chácaras.

FOTO 46 Chácara no interior do PA Palmares II – Parauapebas (PA).



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

FOTO 47 Placa de Venda de Chácaras no PA Palmares II



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

No PDS Esperança acreditamos que o grande fator limitante de permanência dos filhos no assentamento é a questão da (in) disponibilidade das escolas com séries mais avançadas em seu interior. Isso leva, segundo os entrevistados, estratégias que vão desde o aluguel de uma casa na “rua”¹⁰⁸, para a moradia dos filhos, que geralmente vão acompanhados da mãe ou de um irmão mais velho. Em casos mais complicados aparece até mesmo à saída para outro município, para casa de um parente mais próximo objetivando conseguir acessar a política pública da educação.

Para finalizarmos a análise sobre o componente familiar dos assentamentos levantamos as ocupações que os indivíduos do grupo doméstico desenvolveram ao longo de sua trajetória de vida. Obtivemos o quadro abaixo

QUADRO 23 Trajetória de Ocupação dos Indivíduos da Família por P.A.

Projetos de Assentamento		Entrevistado(a)	Cônjuge	Filho(a)	Pai	Mãe	Total
PDS Esperança	Ocupações	Garimpeiro	Abs 4				4
			% L 100,0%				100,0%
			% C 2,5%				1,3%
	Agricultor	Abs 103	5	29		137	

¹⁰⁸ É como os assentados do PDS Esperança se referem a cidade mais próxima, no caso Anapu no Sudoeste Paraense.

	% L.	75,2%	3,6%	21,2%			100,0%
	% C.	63,2%	100,0%	20,3%			43,9%
Trab. em madeira	Abs	6		2			8
	% L.	75,0%		25,0%			100,0%
Vaqueiro/Peão	% C.	3,7%		1,4%			2,6%
	Abs	5		6			11
Doméstica/Dona de casa	% L.	45,5%		54,5%			100,0%
	% C.	3,1%		4,2%			3,5%
Ajuda a família	Abs	12		2			14
	% L.	85,7%		14,3%			100,0%
Pedreiro	% C.	7,4%		1,4%			4,5%
	Abs	5		7			12
Aux. de serviços gerais	% L.	41,7%		58,3%			100,0%
	% C.	3,1%		4,9%			3,8%
Estudante	Abs	3		5			8
	% L.	37,5%		62,5%			100,0%
Professor(a)	% C.	1,8%		3,5%			2,6%
	Abs	2					2
Comerciante	% L.	100,0%					100,0%
	% C.	1,2%					,6%
Cerqueiro	Abs			50	1		51
	% L.			98,0%	2,0%		100,0%
Cozinheira/Garçonete	% C.			35,0%	100,0%		16,3%
	Abs	4					4
Não trabalha	% L.	100,0%					100,0%
	% C.	2,5%					1,3%
Oleiro	Abs			5			5
	% L.			100,0%			100,0%
Artesão	% C.			3,5%			1,6%
	Abs	1					1
Lanterneiro	% L.	100,0%					100,0%
	% C.	,6%					,3%
Vendedor	Abs	1		1			2
	% L.	50,0%		50,0%			100,0%
Dona de casa	% C.	,6%		,7%			,6%
	Abs	3		2			5
Gerente de firma	% L.	60,0%		40,0%			100,0%
	% C.	1,8%		1,4%			1,6%
Secretária	Abs			16			16
	% L.			100,0%			100,0%
Advogado	% C.			11,2%			5,1%
	Abs	1					1
Pintor	% L.	100,0%					100,0%
	% C.	,6%					,3%
Criança/Adolescente	Abs	1					1
	% L.	100,0%					100,0%
Trabalhador	% C.	,6%					,3%
	Abs	2					2
Trabalhador	% L.	100,0%					100,0%
	% C.	1,2%					,6%
Trabalhador	Abs	5					5
	% L.	100,0%					100,0%
Trabalhador	% C.	3,1%					1,6%
	Abs	4		7			11
Trabalhador	% L.	36,4%		63,6%			100,0%
	% C.	2,5%		4,9%			3,5%
Trabalhador	Abs			1			1
	% L.			100,0%			100,0%
Trabalhador	% C.			,7%			,3%
	Abs	1					1
Trabalhador	% L.	100,0%					100,0%
	% C.	,6%					,3%
Trabalhador	Abs			1			1
	% L.			100,0%			100,0%
Trabalhador	% C.			,7%			,3%
	Abs			1			1
Trabalhador	% L.			100,0%			100,0%
	% C.			,7%			,3%
Trabalhador	Abs			8			8
	% L.			100,0%			100,0%

			% C.			5,6%			2,6%
		Total	Abs	163	5	143	1		312
			% L	52,2%	1,6%	45,8%	,3%		100,0%
			% C	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		100,0%
PA Palmares II	Ocupações	Garimpeiro	Abs	8					8
			% L	100,0%					100,0%
			% C	5,0%					2,2%
		Agricultor	Abs	72	14	14	4	4	108
			% L	66,7%	13,0%	13,0%	3,7%	3,7%	100,0%
			% C	45,3%	77,8%	7,8%	100,0%	100,0%	29,7%
		Funcionário Público	Abs	2		7			9
			% L	22,2%		77,8%			100,0%
			% C	1,3%		3,9%			2,5%
		Trab.em madeireira	Abs	2	2	1			5
			% L	40,0%	40,0%	20,0%			100,0%
			% C	1,3%	11,1%	,6%			1,4%
		Vaqueiro/Peão	Abs			3			3
			% L			100,0%			100,0%
			% C			1,7%			,8%
		Doméstica/Dna de casa	Abs	14	2	2			18
			% L	77,8%	11,1%	11,1%			100,0%
			% C	8,8%	11,1%	1,1%			4,9%
		Ajuda a família	Abs	4		2			6
			% L	66,7%		33,3%			100,0%
			% C	2,5%		1,1%			1,6%
		Pedreiro	Abs	4		12			16
			% L	25,0%		75,0%			100,0%
			% C	2,5%		6,7%			4,4%
		Aux. de serviços gerais	Abs	10		2			12
			% L	83,3%		16,7%			100,0%
			% C	6,3%		1,1%			3,3%
		Estudante	Abs	1		47			48
			% L	2,1%		97,9%			100,0%
			% C	,6%		26,3%			13,2%
		Professor(a)	Abs	2		5			7
			% L	28,6%		71,4%			100,0%
			% C	1,3%		2,8%			1,9%
		Comerciante	Abs	8		8			16
			% L	50,0%		50,0%			100,0%
			% C	5,0%		4,5%			4,4%
		Carvoeiro	Abs	1					1
			% L	100,0%					100,0%
			% C	,6%					,3%
		Ag. de saúde	Abs			4			4
			% L			100,0%			100,0%
			% C			2,2%			1,1%
		Cozinheira/Garçonete	Abs	7		2			9
			% L	77,8%		22,2%			100,0%
			% C	4,4%		1,1%			2,5%
		Não trabalha	Abs	1		22			23
% L	4,3%			95,7%			100,0%		
% C	,6%			12,3%			6,3%		
Lanterneiro	Abs	1		2			3		
	% L	33,3%		66,7%			100,0%		
	% C	,6%		1,1%			,8%		
Vendedor	Abs	2		5			7		
	% L	28,6%		71,4%			100,0%		
	% C	1,3%		2,8%			1,9%		
Pescador	Abs	2					2		
	% L	100,0%					100,0%		
	% C	1,3%					,5%		
Dona de casa	Abs	3		13			16		
	% L	18,8%		81,3%			100,0%		
	% C	1,9%		7,3%			4,4%		
Gerente de firma	Abs			2			2		
	% L			100,0%			100,0%		
	% C			1,1%			,5%		
Secretária	Abs			1			1		
	% L			100,0%			100,0%		
	% C			,6%			,3%		

Costureira/Alfaiate	Abs	1		1			2
	% L.	50,0%		50,0%			100,0%
Babá	Abs	1					1
	% L.	100,0%					100,0%
Cobrador	Abs	1		1			2
	% L.	50,0%		50,0%			100,0%
Motorista	Abs			3			3
	% L.			100,0%			100,0%
Operador de máquinas	Abs	2		2			4
	% L.	50,0%		50,0%			100,0%
Lavadeira	Abs	1		1			2
	% L.	50,0%		50,0%			100,0%
Marceneiro/Carpinteiro	Abs	2		1			3
	% L.	66,7%		33,3%			100,0%
Militar	Abs	1		1			2
	% L.	50,0%		50,0%			100,0%
Eletrecista	Abs			1			1
	% L.			100,0%			100,0%
Segurança/Vigilante	Abs	1		4			5
	% L.	20,0%		80,0%			100,0%
Feirante	Abs	1					1
	% L.	100,0%					100,0%
Queb. de côco babaçú	Abs	1					1
	% L.	100,0%					100,0%
Cabeleleira	Abs	1					1
	% L.	100,0%					100,0%
Camareira	Abs	1		1			2
	% L.	50,0%		50,0%			100,0%
Pintor	Abs			1			1
	% L.			100,0%			100,0%
Vale/Terceirizados	Abs	1		8			9
	% L.	11,1%		88,9%			100,0%
Total	Abs	159	18	179	4	4	364
	% L.	43,7%	4,9%	49,2%	1,1%	1,1%	100,0%
	% C.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Aspecto que chama atenção no levantamento da trajetória de trabalho desenvolvida entre os indivíduos do grupo doméstico é a grande quantidade de ocupações. Nos dois PA's o número de atividades é grande. Vamos ao exame mais detalhado por território e identificar as diferentes ocupações pelas quais os indivíduos do grupo doméstico passaram e com isso caracterizar a trajetória ocupacional deles.

A atividade agrícola, o trabalho na terra, ainda continua sendo a principal ocupação entre os membros do grupo doméstico. Com destaque para os *entrevistados* e os seus *filhos* na atividade econômica. Entre a categoria dos *entrevistados* no PDS Esperança temos 63,2% exercendo a agricultura. Não pudemos auferir em condições que esta atividade vem sendo realizada nos dois lugares de estudo. Referimos-nos se na condição de *agregados*, de *assalariados*, *meia*, *autônomos*, *etc.* Confirmando-se, assim, a atividade agrícola como principal atividade exercida ao longo da vida dos assentados. No PA Palmares o número de praticantes da agricultura entre os *entrevistados* cai um pouco. Vai para 45,3%. É nítida a diversificação maior das atividades laborais entre os grupos familiares da Palmares II. Isto se deve a maior mobilidade sócio-espacial desenvolvida por parte destes assentados e em uma região como o Sudeste do Pará em que o modo de produção capitalista tem maior densidade através da territorialização de uma série de empresas. A mais notável a Vale.

Entre a categoria *filhos* temos claramente uma diminuição da atividade agrícola nos dois territórios (20,3% no PDS Esperança e 7,8% no PA Palmares). Há uma evidência da diminuição do trabalho na terra entre os *filhos* de nossos entrevistados. Reside aí um dado alarmante no processo de reprodução dos camponeses exatamente em uma das características estruturantes deste grupo social. Ainda que, repetimos, não tivemos condições no nosso campo de investigar o status que este tipo trabalho vem sendo desenvolvido.

Por outro lado entre os *filhos* é evidente, também, a diversificação de suas ocupações ao longo de suas trajetórias. Trabalhos como *vaqueiro*, *comerciante*, *segurança*, *pintor*, *secretária doméstica*, *etc.*, são algumas das incidências mais significativas entre este nicho. Chamamos maior atenção para três tipos de ocupação que foram listadas e que merecem um exame mais atento. O primeiro é a grande incidência do *Ajuda a família*. Esta categoria, como já discutida entre outra parte da tese, se relaciona a uma atividade acessória muitas vezes associada a própria agricultura. O segundo é chamado de *Vale e terceirizadas*. Esta atividade laboral é presente entre os *filhos* na PA Palmares II. São trabalhadores vinculados à cadeia da mineração em Parauapebas e região. Por fim, destaca-se uma grande incidência de filhos que estudam. Reafirmando mais uma vez a importância das áreas reformadas para o início ou retomada dos estudos entre os filhos dos camponeses ou mesmo dos

próprios. Os que classificamos como que *não trabalham* geralmente eram crianças pequenas que ainda não estavam em idade escolar ou indivíduos que apresentam algum tipo de problema de saúde que os impossibilitam para vida no trabalho.

7.4 A história dos saberes – os conhecimentos camponeses como territorialização imaterial

Nesta seção investigamos algumas variáveis que se relacionam ao processo territorialização imaterial dos camponeses. Referimos-nos aos elementos pertencentes aos saberes dos assentados. Adquiridos ao longo de suas trajetórias sócio-espaciais, estes saberes podem estar no campo institucional e/ou na esfera do informal para cada indivíduo do grupo doméstico. Contribuindo ou não para o fortalecimento de uma construção identitária do camponês no interior do Assentamento, o fato que a dimensão ideológica é sempre controversa. Produto e produtora de uma conflitualidade nos territórios pesquisados.

Para termos uma ideia da complexidade desta clivagem apontaremos aqui, para início de discussão, um fato interessante que nos foi contado durante nossa pesquisa de campo no PDS Esperança em Anapu. No ano de 2011, foi designado um novo pastor que conduziria os fiéis da Igreja Assembleia de Deus no assentamento. Cerca de dois meses de sua estadia, pegou seu carro e alguns de seus devotos e foram resolver algumas pendências relacionadas a atividade da igreja por entre os lotes. Quando passavam pelo lugar onde a Irmã Dorothy foi assassinada, o religioso resolveu “provar” que àquela “mulher” de “santa não tinha nada”. Parou o carro e foi em direção a cruz. Ela faz parte de um altar montado em memória da religiosa assassinada (ver foto 38). Parou no seu “pé” e começou a urinar falando em alto e bom som que a ação comprovaria que a religiosa não teria vinculação divina nenhuma. Com a divulgação de tal feito, o ambiente ficou insustentável para o sacerdote. Três meses depois ele foi remanejado para outra missão.

A situação contada acima é apenas uma introdução para refletirmos os elementos ideológicos que perfazem o território e que são tão importantes para a sua estruturação. O conflito no campo do religioso, do sagrado, é um dos componentes da trama territorial que se desenrola nos assentamentos na fronteira agrária da Amazônia.

O PDS foi construído sob gestão direta da CPT com apoio do STR e do PT. Em virtude da conjuntura eleitoral para o pleito municipal, onde a Governadora Ana Júlia (PT) obteve grande apoio do setor madeireiro no Pará e, por conta disso, indicou para a cabeça de chapa no município de Anapu, Chiquinho do PT, seu correligionário, e costurou uma aliança com a indústria madeireira e os latifundiários através da indicação para vice-prefeito um dos acusados de “encabeçar” o consórcio feito para mandar matar a Irmã Dorothy Stang, o senhor Délio Fernandes.

Foi a “gota d’água” para a intensificação dos conflitos políticos internos no Esperança. De um lado, a CPT reivindicando o modelo clássico pensado pela freira onde a retirada da madeira só seria feita mediante o manejo florestal comunitário. Do outro lado, a Assembleia de Deus, o STR e o PT que querem transformar o PDS em um assentamento convencional com a liberação geral da retirada da madeira. Inclusive de forma individual.

Para ilustrar a conflitualidade temos um trecho da entrevista do Pastor “Cuieira”, religioso na frente da Assembleia de Deus no PDS, que apresenta sua versão sobre a questão do seu desconhecimento e de uma parte das famílias assentadas sobre a preocupação ambiental e o caráter especial no processo de fundação do PDS

Essa questão foi o seguinte. Quando eu cheguei aqui, quando abri aqui, quando realmente o pessoal tava acampado aí, lá pro lado não tinha posto de medicação, junto com a freira esse grupo né, e a gente entrou por aqui por trás aqui, adquiriu as terra, a gente não tinha esse conhecimento que era PDS, até que depois surgiu, “olha é PDS, é PDS”, quando começou aquela questão, o povo começaram a fazer greve, brigando e, me convidaram sendo que eu fui fora eu não gosto de greve eu não gosto, fiquei sempre fora. Então eu fui discriminado aqui como crente, por não participar das greves, das coisas, reunião; como eu vi que toda reunião tinha aquela baderna eu fiquei fora. Me convidaram pra ser liderança de associação e eu objetei tudo isso que, já venho querendo deixar mesmo, pra não ter esse atrito né. E a gente passou por isso aqui, isso aqui foi muito escolhido, pessoas apontado pra receber financiamento. Pessoas que não tinham condições recebia por que era mais chegado. Eu fiquei mais fora. Eu me destinei a outra coisa, como evangélico comecei a pregar o evangelho, e comecei a ficar fora de reunião de coisa, comecei a me conformar com isso aqui, se não tem casa tudo bem (“Cuieira”. Entrevista concedida em Julho de 2013)

“Cuieira” nos fala acima que quando entrou não sabia que era PDS – “Olha é PDS, é PDS” e que depois começou a ser discriminado por ser evangélico, “crente”, e

com isso, não participou das mobilizações internas do assentamento como “participar das greves, das coisas, reunião; como eu vi que toda reunião tinha aquela baderna eu fiquei fora”. Posteriormente, identificou certa seletividade no acesso às políticas públicas “pessoas apontado pra receber financiamento. Pessoas que não tinham condições recebia por que era mais chegado.”

Todas as divergências na condução política do território levou “Cuieira” a organizar uma oposição a gestão da Associação em virtude das dívidas que a instituição tinha e os prejuízos que segurava junto ao seu patrimônio, como podemos ver abaixo

Teve uma eleição, aí assumiu o Domingos ganhou a eleição, começou a trabalhar. Trabalhando bem até agora. Aí me pediram opinião, “o que fazer com aquele caminhão?”. 14 mil reais era o concerto do caminhão, o caminhão não valia mais que 4 mil. Ou vendia o caminhão e pagava as contas da associação – associação ficou inadimplente. Associação teve mais de 20 mil de déficit de uma gestão pra outra. Essa gestão foi mal, começou a vacilar, compraram muito material aí pra casas inclusive vários um monte de tijolo ficou aí, que não foi feita as casas né. Aí eu falei, na minha opinião, 14 mil tu vai emprestar pra arrumar esse caminhão, vai ser difícil de trazer retorno porque comunidade aqui, tudo fraco né? daqui a uns 6 meses ou 3 tamos quebrado né, e na minha opinião vendia esse caminhão e pagava, limpava a associação pra poder a associação trabalhar né? Falei pra associação, pode tirar o caminhão. E foi isso, foram e venderam o caminhão. Quando venderam esse caminhão, antes disso, o ex-presidente disse o seguinte, trouxe pauta pra gente assinar e que era pra levantar um grupo de apoio pra continuar a construir as casas porque a associação tava inadimplente. Então eu falei assim: rapaz eu acho que não deveria assinar papel nenhum, documento. Tanto é que eu fui um dos que por ser da igreja, eu pedi pra ele não assinar documento, por que tava tendo muito papel e criavam outra coisa. (“Cuieira”. Entrevista concedida em Julho de 2013)

Além do déficit de 20 mil reais, o caminhão da associação estava quebrado e era preciso dinheiro para consertá-lo. Em sua narrativa, o Pastor apresenta uma tentativa de permanência na gestão da associação por parte de pessoas ligadas a CPT quando “trouxe pauta pra gente assinar e que era pra levantar um grupo de apoio pra continuar a construir as casas porque a associação tava inadimplente”. Esta foi à situação limite para acontecer o racha no interior do assentamento. De um lado, a Associação comandada pelo Sr. Domingos com apoio da Igreja Assembleia de Deus, STR de Anapu e o PT. Do outro lado, a CPT e as CEB’s da região que se organizam através de um “Grupo”. Como podemos identificar na fala do Pastor

Aconteceu isso daí. E foi tanta coisa, tanta coisa, lá vinha federal lá vinha. Era uma coisa terrível. E eu pedi pros irmãos pra não assinar qualquer papel mais, pedi. Porque veja bem, vamos assinar o pessoal que quer as casas, vamos assinar esse documento que é pra vir a casa, vou pedir apoio pra fazer as casas porque a associação tá inadimplente. De repente surgiu um grupo, criam um grupo com um novo pessoal, formaram um grupo. Associação e grupo, aí começou a briga começou atrito aí. O grupo se separou da associação, e esse grupo de umas oito pessoas, dez pessoas começou a trazer problema sério pra cá pra gente. Começou um caos terrível, foi esse grupo. Levantaram a guarita sem a comunidade, só aquele povo. Eu tava pra Marabá cheguei aqui tava uma briga doida aí, porque a associação levantou contra essa guarita porque não foi acordado com todo mundo aí entrou a CPT no meio aí juntou a federal, policia federal. Isso aqui era cheio de policia federal. Depois eu descobri que o pessoal começou a tirar madeira, vender madeira pra madeireiro, alguns colonos tiraram madeira também, aí queriam tirar o pessoal do lote porque tirou madeira. Rapaz se for atestar isso aqui que foi no mundo inteiro [...] É então esse grupo causou muito problema, mas nem com isso pra mim, sou evangélico, sou obreiro, sou pastor (“Cuieira”. Entrevista concedida em Julho de 2013)

É clara, então, a confrontação de dois projetos em disputa no interior do assentamento. A disputa envolve um componente central – os tipos de uso sobre os recursos existentes no território, principalmente o recurso madeireiro. Os indivíduos pertencentes a associação são a favor da retirada individual madeira, “pau”. Os que fecham com projeto original do PDS reivindicam o manejo comunitário da madeira. Para além de uma simples *forma* de exploração da natureza, a divergência expressa visões de mundo e, portanto, visões distintas sobre esta mesma natureza. Temos aí sujeitos sintagmáticos disputando a realização de um *programa* no território. O Estado, de um lado, que institucionaliza uma visão de natureza com um perfil de *intocável*. Cujas expressão máxima no Brasil é o ICMBIO. Instituto vinculado ao Ministério de Meio Ambiente – MMA. Por outro lado, os camponeses agrupados em torno da associação que se apresentam imbuídos de uma visão onde natureza deve ser *dominada* e automaticamente colocada a serviço de uma lógica mercantil. E, por fim, os camponeses que estão na órbita do *Grupo*. Com uma visão mais holística e agroecológica percebem a natureza de forma diferenciada, mais integrada, contudo, não menos mercantil.

Vejamos, agora, um pouco da visão deste *Grupo*, liderados pela CPT, sobre os recursos e as formas de gestão sobre o território. Conversamos com o assentado e liderança do Grupo, Sr. “Apuí”, sobre estas questões e a sua visão sobre a divisão política no assentamento e a sua estrutura espacial

Foi dois mil e nove, então, eles conseguiram se articular através da prefeitura né? Através do prefeito, na época, o Chiquinho. Eles se articularam através do... da prefeitura e aí fizeram a eleição, fraudaram a eleição, fraudaram os documentos e conseguiram... Ganhar... tomar né? Os assentados, os sócios não participaram aí eles fizeram tudo, conseguiram registrar os documentos, e valeu, e aí a gente criou um grupo pra gente trabalhar por que a gente, pra gente continuar na nossa linha de atuação, é um grupo informal, foi criado um grupo informal e a gente tem trabalhado através desse grupo, por que eles fizeram, deram esse golpe, tomaram a associação e logo em seguida já veio a invasão dos madeireiros aí começaram a invadir, roubar madeira da reserva e ameaçar o pessoal que não concordava com a venda da madeira, eles entravam no PDS, ele não tem delimitação de área, ele tem uma delimitação, um limite de respeito né? Não tem parcela, não tem parcelamento. a reserva é um talhão coletivo, tem ali um limite de respeito dentro dos vinte por cento, dentro da área agricultável, dentro da área que o agricultor tem pra trabalhar, então, isso ainda tem que respeitar a APP¹⁰⁹ e tal, é uma serie de requisitos, mas a área de reserva legal é separada então lá ninguém sabe, aqui é meu, aqui é nosso. (“Apuí”, liderança assentada no PDS Esperança. Entrevista concedida em julho de 2013)

“Apuí” afirma que, juntamente com seus companheiros, foi vítima de um golpe orquestrado pelos setores ligados ao PT e ao Pastor da Assembleia de Deus. Apoiados diretamente pelos madeireiros. Foi exatamente após a “tomada” da Associação que madeireiros “começaram a invadir, roubar madeira da reserva e ameaçar o pessoal que não concordava com a venda da madeira”. Observamos, ainda, na fala de “Apuí” uma dimensão espacial que compromete uma fiscalização mais eficaz - a falta de um “parcelamento” no interior dos lotes do PDS. Existe apenas um “talhão coletivo” onde se respeita o limite de 20% para se trabalhar com a abertura de roça e os outros espaços de proteção como reza os códigos que regem ambientalmente o manejo na terra. Abaixo esquematizamos um pequeno croqui para ilustrar a distribuição da terra no interior dos lotes.

¹⁰⁹ Área de Proteção Permanente.

FIGURA 14 Croqui de distribuição das famílias assentadas no interior do lote no PDS



1, 2, 3, 4, 5...Famílias Assentadas.

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Os assentados no PDS recebem 20 (vinte) alqueires. Desses, legalmente, só podem ser utilizados 04 alqueires, o resto seria reserva. O que o nosso informante adjetivou de “talhão coletivo”. Os pequenos quadrados representam os 04 alqueires permitidos para a abertura de roça. O “talhão” é o restante, ou seja, 16 alqueires de cada uma das famílias. É por isso que “Apuí” nos diz que não existe um “parcelamento”, ou seja, “lá ninguém sabe, aqui é meu, aqui é nosso”. O que facilitaria a ação de grileiros e madeireiros no processo de retirada ilegal de madeira sob anuência dos setores hoje que dirigem a associação no PDS.

O “Grupo” aprofundou sua organização e é hoje a Associação Agroecológica dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Santo Antônio do PDS Esperança. Composta de um pouco mais de 60 (sessenta) famílias. “Apuí” nos fala um pouco sobre sua trajetória de formação e um pouco das causas do embate com o outro grupo

Só que aí tem um pessoal daqui que ficaram abandonado e marcado pela, pelo outro grupo, que eles não querem beneficiar esse pessoal, não querem, não trabalham com eles, abandonaram, então a gente fez uma reunião e decidi trabalhar com esse pessoal que foi excluído, então a gente trabalha mais com esse povo. Eles (o outro grupo) não gostam de trabalhar muito na linha da regularidade, se o cara cobra, se o cara fiscaliza esse tipo de ação, vai lá no INCRA, passa a informação de que o cara tá trabalhando errado, aí esse pessoal eles

excluem, então, né? a gente trabalha com esse povo, a gente não tá medindo força, o pessoal que vem procurar a gente e a gente vai, que a nossa intenção era trabalhar com um grupo pequeno alí da cinquenta e cinco, cinquenta e sete, que é uma realidade diferente daqui, é uma área já de pastagem que a gente tá tentando, tá aprendendo a trabalhar lá ainda, mas como tem o pessoal aqui que ficou abandonado, essa vicinal toda, a vicinal um, aí a gente abriu mais um espaçozinho, a pedido deles, eles foram lá, e a gente sugeriu que eles criassem uma associação aqui pra eles, uma organização deles aqui e tal, mas eles achou melhor a gente trabalhar junto então... (“Apuí”, liderança assentada no PDS Esperança. Entrevista concedida em julho de 2013)

As pessoas que foram excluídas pelo lado da Associação dos Produtores do PDS foram a “base” privilegiada para desenvolvimento do trabalho com um novo caráter político – o trabalho coletivo. E um novo roteiro técnico – a transição agroecológica. Resguardando o projeto original pensado pela Irmã Dorothy e protagonizado pela CPT, as famílias excluídas são consideradas as pioneiras que gradativamente foram perdendo espaço político pela emergência de um pensamento de mercantilização da natureza ou como nos fala Moreira (2007) de apropriação de uma *renda da natureza* pelos agentes hegemônicos do capital como os madeireiros. Percebemos, então, na disputa entre os dois projetos, se opõem duas categorias – os mais velhos, pioneiros, fechados com o *projeto original*, portador de uma nova concepção política - trabalho coletivo e a agroecologia. E os mais novos, “os que chegaram depois de 2010”¹¹⁰, portadores de um *projeto de mudança* na concepção do assentamento, reivindicando uma velha forma de tratar os recursos disponíveis - a natureza como inimiga.

7.4.1 O acesso à educação escolar e não-escolar entre os assentados

Indagamos sobre o acesso a educação que essas famílias assentadas tiveram ao longo de suas trajetórias. Antes de chegar propriamente aos assentamentos e depois que tiveram acesso a terra a partir de sua luta e a consequente intervenção fundiária do INCRA. Se tiveram acesso a escola ou não. Para os que tiveram levamos em consideração apenas o acesso de um ano de escolarização para frente. Para ter a noção exata do fechamento do ano letivo. Obtemos o seguinte quadro

¹¹⁰ Fala de “Apuí” em entrevista realizada em 2013.

QUADRO 24 Frequência ou não na Escola entre os assentados

Frequência na escola (por um ano pelo menos)	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmares II	
Sim	Abs	42	44	86
	% Linha	48,8%	51,2%	100,0%
	% Coluna	80,8%	80,0%	80,4%
Não	Abs	10	11	21
	% Linha	47,6%	52,4%	100,0%
	% Coluna	19,2%	20,0%	19,6%
Total	Abs	52	55	107
	% Linha	48,6%	51,4%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Podemos perceber que existe um equilíbrio entre os assentados que tiveram ou não a educação escolar nos dois PA's. Em média os que frequentaram, pelo menos um ano a escola, gira em torno de 80% de nosso universo. E conseqüentemente os que não frequentaram estão na casa dos 20%. A partir da informação acima, do acesso ou não a escola, qualificamos o grau de escolaridade que tiveram ao longo de suas trajetórias. O quadro abaixo exprime tal qualificação. Dividimos nosso questionário em 08 (oito) variáveis, além das expostas no quadro ainda colocamos ensino superior incompleto, ensino superior incompleto e pós-graduação. Obviamente estas não sofreram nenhuma incidência

QUADRO 25 Nível de Escolaridade do Assentado

Escolaridade do Entrevistado	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmares II	
Não frequentou escola	Abs	10	11	21
	% Linha	47,6%	52,4%	100,0%
	% Coluna	19,2%	20,0%	19,6%
Ensino fundamental incompleto	Abs	32	32	64
	% Linha	50,0%	50,0%	100,0%
	% Coluna	61,5%	58,2%	59,8%
Ensino fundamental completo	Abs	6	5	11
	% Linha	54,5%	45,5%	100,0%
	% Coluna	11,5%	9,1%	10,3%
Ensino médio incompleto	Abs	2	3	5
	% Linha	40,0%	60,0%	100,0%
	% Coluna	3,8%	5,5%	4,7%
Ensino médio completo	Abs	2	4	6
	% Linha	33,3%	66,7%	100,0%
	% Coluna	3,8%	7,3%	5,6%
Total	Abs	52	55	107
	% Linha	48,6%	51,4%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Como já foi visto acima cerca de 20% de nossos entrevistados nunca “sentaram em um banco de escola”. A maioria (59,8%) frequentou em algum momento de sua vida a escola. Contudo, é importante dizer, não passaram do fundamental menor, ou seja, ficaram entre a 2ª e 5ª série primária (para usar uma divisão entre as séries antiga). Indicando um grau de escolaridade muito pequeno. Apenas 10% conseguiram completar o ensino fundamental. Os que tiveram algum tipo de acesso ao ensino médio correspondem a um pouco mais de 10%. Sendo que a metade não o completou. Os indicadores confirmam uma realidade precária da educação no campo no Brasil e a dificuldade de prosseguir nos estudos formais num contexto intensos deslocamentos espaciais (várias vezes compulsórios) pelo país e, especialmente, na Amazônia

Interessante destacar aqui a similaridade dos números quando o assunto é educação entre os pais¹¹¹ do grupo doméstico nos dois assentamentos. No PDS, 10 (dez) pessoas não tiveram acesso a educação formal. Na Palmares, 11 (onze). No ensino fundamental incompleto figuram 32 (trinta e dois) entrevistados de cada assentamento. No fundamental completo 06 (seis) pessoas no Esperança e 05 (cinco) na Palmares. E assim, sucessivamente, como podemos ver no quadro. Outro fato importante é a ausência de pessoas com nível superior, seja ele completo ou incompleto (e, ainda, colocamos como variável de resposta a pós-graduação).

Perguntamos, ainda, se tinham feito algum curso além da formação escolar para captar alguma atividade que, porventura, são extracurriculares e/ou relacionados a formação política entre os assentados que foram realizados no interior de suas densas trajetórias. Resultou no seguinte perfil

QUADRO 26 Participação em cursos técnicos e formação política

Participação em cursos técnicos e/ou de formação política	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmares II	
Sim	Abs	18	15	33
	% Linha	54,5%	45,5%	100,0%
	% Coluna	34,6%	27,3%	30,8%
Não	Abs	34	40	74
	% Linha	45,9%	54,1%	100,0%
	% Coluna	65,4%	72,7%	69,2%

¹¹¹ Importante reafirmar aqui que não entrevistamos pessoas na *condição* de filhos dos assentados. Apenas indivíduos na posição de comando da unidade familiar, sejam eles homens ou mulheres. É bem provável que os filhos dos assentados o acesso e o nível de escolaridade aumentem.

	Abs	52	55	107
Total	% Linha	48,6%	51,4%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo. 2013-2014.

Passando para o campo de uma educação não-escolar temos em torno de 70% de nossos entrevistados que nunca participaram de nenhum curso, seja mais técnico ou mais político (se é possível distinguir os dois campos). Número significativo quando refletimos que as atividades envolvem processos de formação ligados a extensão rural ou mesmo cursos de formação política ligados aos movimentos sociais de mediação que se propõe a atuar junto aos assentamentos. Um pouco mais de 30% tiveram algum tipo de contato com este tipo de formação. Perguntamos para os que participaram quais foram. Vejamos a seguir

QUADRO 27 Cursos dos quais participaram

Cursos que participou	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmares II	
Associação do PDS	Abs	6		6
	% Linha	100,0%		100,0%
	% Colluna	33,3%		18,2%
Cursos técnicos (agrícola/educacional)	Abs	11	10	21
	% Linha	52,4%	47,6%	100,0%
	% Colluna	61,1%	66,7%	63,6%
Movimentos sociais	Abs	1	5	6
	% Linha	16,7%	83,3%	100,0%
	% Colluna	5,6%	33,3%	18,2%
Total	Abs	18	15	33
	% Linha	54,5%	45,5%	100,0%
	% Colluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Dos que acessaram algum curso, um pouco mais de 60% desenvolveram formação para tornarem-se técnicos agrícolas, como extensionista ou em aperfeiçoamento na educação, como exemplo cursos de informática. Apenas 18% tiveram experiências em formação política ligadas a algum tipo de movimento social. Maioria absoluta assentados no PA Palmares e que partiram para militância mais orgânica no MST através do Curso Prolongado realizado no Maranhão. Curso que objetiva basicamente formar novos militantes dos Sem Terra e que dura cerca de 4 (quatro) meses. O restante atua na Associação dos Produtores do PDS Esperança.

Pelas condições que foram arrecadadas as terras que hoje se assenta o território da Palmares, ou seja, extremamente pecuarizadas onde a “pata” do boi castigou o solo e

grande parte do meio geográfico estava sob o domínio do pasto. E por outro lado, o PDS que desde seu processo de fundação a dimensão ambiental é uma variável importante nos preocupamos aqui em investigar a percepção dos assentados sobre o que significaria a agroecologia. Começamos perguntando se já tinham ouvido falar sobre o assunto

QUADRO 28 Saber sobre Agroecologia

Ouvir sobre agroecologia	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmares II	
Sim	Abs	29	32	61
	% Linha	47,5%	52,5%	100,0%
	% Coluna	55,8%	58,2%	57,0%
Não	Abs	23	23	46
	% Linha	50,0%	50,0%	100,0%
	% Coluna	44,2%	41,8%	43,0%
Total	Abs	52	55	107
	% Linha	48,6%	51,4%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014

Novamente os números são semelhantes na comparação com os dois assentamentos. Com uma leve vantagem aos assentados da Palmares II na categoria dos que já ouviram falar sobre agroecologia. Os que nunca ouviram os números são exatamente iguais.

Apesar da similaridade entre os dois territórios uma fala de um assentado no Sudeste do Pará nos chamou a atenção sobre esta pergunta. Foi a do Sr. Joaquim Santos. Nascido em Guaraí no Tocantins, antigo norte de Goiás, Joaquim saiu de seu lugar de nascimento acompanhando seus pais com apenas 06 (seis) anos de idade. Foram para Conceição do Araguaia no Pará. Ficou neste município até tomar contato com o “trabalho de base” feito pelo MST no ano de 1993. Neste ano cerrou fileiras com os Sem Terra e partiram para ocupação em Parauapebas. Quando perguntamos para o nosso entrevistado sobre o que era agroecologia ele prontamente nos falou “É a defesa da natureza, sem derrubar a mata para produzir”. Logo em seguida, excitado, completou sua resposta indagando “Mas, como fazer isso sem apoio do governo? Falta política de governo para incentivar!”. Posteriormente completa sua fala fazendo uma pequena reflexão comparativa “Só os paraenses legítimos que fazem isso. Os nordestinos, não.”. Curiosos com a diferenciação, perguntamos por quê. Ele completou “os nordestinos que vieram pelas políticas de incentivo de ocupação da Amazônia não praticam

agroecologia. Só os paraenses legítimos, daqueles tradicionais, da área de Belém, de Mojú”.

A fala de Sr. Joaquim nos chamou atenção pelo fato de contrapor os conhecimentos agroecológicos como domínio das populações “tradicionais”, ou seja, dos caboclos que estão num tempo e espaço da fronteira mais profundo e, portanto, numa relação mais direta com a Amazônia e suas características ambientais “dos paraenses legítimos, daqueles tradicionais”. Por outro lado, o nordestino exógeno ao lugar “que vieram pelas políticas de incentivo de ocupação” não fazem agroecologia se não tiver “política de governo para incentivar!”. É como se não tivessem o conhecimento necessário para lidar com ambiência e que por isso precisam de incentivos do governo para um processo de formação específico que trate sobre o assunto. Em última análise é como se o conhecimento ecológico estivesse também num campo do tradicional e que, necessariamente, entra em rota de colisão com os elementos trazidos pela modernidade (inclusive com os vetores migracionais). Sobre a questão Castro (1999) nos fala

Consideramos que é necessário reconhecer primeira essa fantástica diversidade empírica de sociedades e, portanto, de concepções específicas sobre o trabalho, construídas diferentemente em épocas diversas e em dados territórios. Afinal de contas não é aí que se fundam os princípios da relação cultura-natureza, cara à análise clássica das ciências sociais? Ainda que existam representações simbólicas e míticas que perpassem as diferentes formas de organizar o trabalho, cada uma delas defronta-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de cada grupo, de suas formas de agir sobre o território e de se apropriar de recursos sob padrões de seletividade pertinentes a cada grupo (CASTRO, 1999:36)

A autora nos trás uma contribuição importante para pensar a Amazônia a partir do trabalho. O grande mediador entre cultura e natureza, sociedade e natureza. Primeiro, reconhecer diversidade empírica das sociedades nesta porção do país é reconhecer diversas formas de mediação que o trabalho proporciona. Ele se demonstra igualmente diverso. Acrescentamos, ainda, se o trabalho é diverso a natureza é muito mais. Então, o reconhecimento deve ser não só das formas empíricas que as sociedades se apresentam na Amazônia, mas, também, das diversas formações que os agroecossistemas têm na região. Não teríamos, então, uma Amazônia. Temos várias Amazônias. Utilizando o título de um livro de Porto-Gonçalves (2005): *Amazônia, Amazônias*.

Por outro lado, agregamos a inferência da autora quando trata das “seletividades pertinentes” outra observação que se relaciona com tempos-espços da fronteira diferenciados. Entendemos que quando Sr. Joaquim compara o camponês mobilizado no nordeste pelas “políticas de ocupação” da Amazônia e os que já estão aqui, o “caboclo tradicional” diferenciando-os a partir do conhecimento sobre agroecologia está chamando atenção para a *posição* no *front(eira)* dos agentes. Os que estão *além* da fronteira vinculados ao reconhecimento territorial (os paraenses tradicionais), dos seus saberes não institucionais, conseguem trabalhar de uma forma mais direta e equilibrada com a natureza. Para os que estão *aquém* da fronteira, vinculados ao campo de luta da distribuição dos recursos como a terra, camponeses eminentemente nordestinos e que estão nos assentamentos rurais, precisam de apoio do governo, através das “políticas de incentivo” porque envolvem diferentes formas de agir sobre o território, diferentes seletividades pertinentes.

Vejamos agora entre os que sabem sobre a agroecologia o nível de entendimento que tem sobre o tema. Indagamos a partir de quatro variáveis. O *entende pouco*; *entende mais ou menos*; *entende sobre o assunto* e os que *não sabiam* explicar.

QUADRO 29 Nível de entendimento sobre agroecologia

Níveis de entendimento sobre agroecologia	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmares II	
Entende pouco	Abs	24	19	43
	% Linha	55,8%	44,2%	100,0%
	% Coluna	82,8%	59,4%	70,5%
Entende mais ou menos	Abs	3	2	5
	% Linha	60,0%	40,0%	100,0%
	% Coluna	10,3%	6,3%	8,2%
Entende sobre o assunto	Abs	2	4	6
	% Linha	33,3%	66,7%	100,0%
	% Coluna	6,9%	12,5%	9,8%
Não sabe	Abs		7	7
	% Linha		100,0%	100,0%
	% Coluna		21,9%	11,5%
Total	Abs	29	32	61
	% Linha	47,5%	52,5%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Ao todo 61 (sessenta e uma) pessoas responderam que conheciam de alguma forma agroecologia quando as indagamos sobre o assunto. Isso corresponde 57% de nossa base de dados. Novamente os números se apresentam semelhantes entre os assentamentos. No PDS, 29 pessoas (47,5%) e, na Palmares, 32 indivíduos (52,5%). O

que chama atenção no quadro é que, apesar da maioria já ter ouvido falar alguma vez sobre agroecologia, 70% entendem *pouco sobre assunto*. Os demais níveis de entendimento se apresentam razoavelmente equilibrados, apesar de sua pouca incidência. Outro fato interessante é que só no PDS é que apareceu uma ausência dos que *não sabem* sobre agroecologia.

Em seguida partimos para a identificação dos diversos usos que os camponeses faziam dos elementos da floresta. Nosso primeiro questionamento era saber se faziam o uso. Caso sim, que tipos de usam faziam. Obtemos o seguinte perfil

QUADRO 30 Usos dos produtos da floresta

Usos de produtos da floresta	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmares II	
Sim	Abs	38	47	85
	% Linha	44,7%	55,3%	100,0%
	% Coluna	73,1%	85,5%	79,4%
Não	Abs	14	8	22
	% Linha	63,6%	36,4%	100,0%
	% Coluna	26,9%	14,5%	20,6%
Total	Abs	52	55	107
	% Linha	48,6%	51,4%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2015

Podemos perceber que os usos dos elementos proporcionados pela floresta continuam sendo um importante componente para família camponesa. Seja para tratar da saúde, seja ela do corpo ou do espírito, seja como fonte de alimentos, também do corpo e do espírito. Quase 80% de nossa base de entrevistados retiram algum tipo de produto da *mata*. Neste ponto o quadro de comparação entre os dois assentamentos é bem distinto. Uma coisa ajuda a entender a distorção: pelo *status* institucional do PDS Esperança, um projeto de assentamento especial, com uma preocupação ambiental e que essa característica se converte em um dos componentes de maior conflitualidade em seu interior. A questão da retirada ilegal de madeira e os diferentes modos de perceber a natureza, materializado na construção de organizações com visões distintas são sintomas do processo. O resultado é que alguns entrevistados acabaram ficando reticentes ao responder a pergunta. Por uma questão de autodefesa e de estranhamento dos próprios pesquisadores, os assentados do PDS, talvez, tenham resolvido ocultar as práticas de uso da floresta. O resultado foi a Palmares II (55,3%) ter mais pessoas

utilizando a floresta do que no PDS. Apesar de que na região que a Palmeares se encontra tenha menor disponibilidade do recurso florestal.

Os tipos de uso que identificamos estão sintetizados no quadro abaixo. Eles passam pelas retiradas de *ervas medicinais*, pelas atividades de *caça e pesca*, pela extração de *essências florestais*, aí inclusas a própria madeira e, por fim, *frutas e amêndoas*.

QUADRO 31 Os Tipos de Uso dos Produtos da Floresta

Tipos de usos dos produtos da floresta	Porcentagem	Assentamentos		Total
		PDS Esperança	PA Palmeares II	
Ervas medicinais	Abs	12	44	56
	% Linha	21,4%	78,6%	100,0%
	% Coluna	31,6%	93,6%	65,9%
Caça/Pesca	Abs	7	2	9
	% Linha	77,8%	22,2%	100,0%
	% Coluna	18,4%	4,3%	10,6%
Essências florestais	Abs	18		18
	% Linha	100,0%		100,0%
	% Coluna	47,4%		21,2%
Frutas/Amêndoas	Abs	1		1
	% Linha	100,0%		100,0%
	% Coluna	2,6%		1,2%
Não lembra	Abs		1	1
	% Linha		100,0%	100,0%
	% Coluna		2,1%	1,2%
Total	Abs	38	47	85
	% Linha	44,7%	55,3%	100,0%
	% Coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2013-2014.

Dentre os produtos da floresta que são mais utilizados as ervas medicinais despontaram como grande recurso (65,9%). Com destaque para o assentamento Palmeares II. A disposição florestal na Palmeares é pequena, mas no seu entorno é grande. As áreas onde concentram as florestas primárias, com árvores em média de 25 a 30 metros e com grande diversidade de animais foram transformadas em Unidades de Conservação sob gestão direta da Vale. São três Florestas nacionais como a de Carajás, Itacaiúnas e Tapirapé Aquiri, a Rebio Tapirapé e a APA Igarapé Gelada. Tudo para manter o controle sob o território da mineração e com o irônico nome de “Cinturão Verde”. No interior do assentamento o que existe é uma floresta secundária, a chamada capoeira, não muita densa. Talvez aí resida a causa da disposição em retirar mais as ervas medicinais do que outros produtos. Ao contrário da Palmeares no PDS Esperança o destaque é para caça/pesca (10,6%) e as essências florestais (21,2%) exatamente pela

disposição deste tipo de recurso no assentamento e pela razoável facilidade na sua exploração.

Podemos identificar as seguintes ervas medicinais utilizadas pelos assentados: mastruz, erva cidreira, capim-limão, gota do Zeca, hortelanzinho, Quina, Jatobá, boldo, malva do reino, folhas de mamão, gervão, picão, erva doce, canela, hortelã, capim santo, favaca, babosa, folha da sena, romã, gengibre, espinheira santa, alfavaca, eucalipito, lima, etc. Entre as essências florestas, destacam-se: andiroba, copaíba, banha de cupuaçu, banha de cacau, leite Amapá. As principais caças são o Quebra-queixo (porco do mato), cutia, tatu. Entre as amêndoas, a castanha do Pará.

CAPÍTULO 8 As fronteiras intermitentes e as múltiplas territorialidades do campesinato na Amazônia Paraense

8.1 A (de) formação das fronteiras agrárias intermitentes

Depois de todo o percurso da construção de nosso trabalho achamos prudente desenvolver um capítulo final que contenha as principais ideias-força capturadas ao longo do esforço de pesquisa de quatro anos no interior do curso de doutorado. Elas passam pela revisão teórica da trajetória de formação do espaço amazônico à luz dos conceitos escolhidos como base para o entendimento de nossa problemática – fronteiras agrárias, territorialização e campesinato. Tendo como contexto empírico dois Projetos de Assentamento inseridos em tempos-espacos diferenciados da Amazônia paraense. Nossa escala de análise privilegiou o universo familiar do camponês que historicamente está em movimento, está em mobilidade, procurando seu lugar de vida e trabalho. Contudo, a preocupação era não perder os nexos existentes entre o micro cosmo do grupo doméstico com os movimentos maiores, de caráter mais amplo, relacionados aos movimentos econômicos que agem em diversas escalas e muitas vezes pautam as políticas territoriais dos estados sejam eles nacionais ou federados no interior da União.

O primeiro elemento que aqui apontamos é a presença seletiva deste mesmo Estado na condução do processo de ocupação da Amazônia. Desde a chegada dos portugueses, com a instalação da primeira grande *ordem moderno-colonial* (com a hegemonia da península ibérica) até as grandes políticas territoriais pós-1960 objetivando a instalação dos chamados Grandes Projetos de Desenvolvimento. Agora, apresentando uma clara característica de colonialismo interno no sentido que elaborou Gonzàles Casanova (2007). Tal assertiva defronta-se com uma tese muito corriqueira que afirma que região se ressentida da presença desta instituição e do regime que ele melhor representa – “O que a Amazônia precisa é do Estado e do Capitalismo!”. São formulações, em nossa avaliação, que têm base no marxismo etapista de orientação althusseriana. Basicamente, compreende que a Amazônia deve cumprir etapas para a consolidação do capitalismo em seu espaço. E com isso, dar um passo qualificado para a sociedade com “igualdade e justiça social”. Em nossa análise é sua inserção na modernidade claudicante que se apresenta sempre de forma contingencial e de forte teor colonialista. Então, a presença do Estado se dá de forma bem seletiva e classista.

A instalação de instituições na região como as capitâneas privadas e as sesmarias, formas de gestão do território e dos recursos nele contidos, já apontavam para a intensificação do conflito na contemporaneidade. Duas perspectivas de imediato já sofreram a contradição – o controle da força de trabalho e a distribuição de terras. O controle da mão de obra sofre uma sobreposição. Disputavam a Igreja Católica, através da Ordem Jesuítica, na figura de sua empresa, a Companhia de Jesus e os gestores das capitâneas privadas, empresários leigos portugueses com forte influência política junto ao Reino. Por outro lado, a distribuição também sofria justaposição. Não se sabia exatamente quem eram os responsáveis pela concessão de terras - Os donatários das Capitâneas ou a própria Coroa.

Temos um conflito de territorialidades que reside na própria fundação do Estado do Grão Pará e Maranhão. Entendemos que aí se encontra uma das gêneses da fronteira que trabalhamos. A distinção da luta por terra e da luta pelo território nos tempos atuais encontra seus processos de constituição nestas sobreposições. De um lado, as populações tradicionais (negros, índios e caboclos) lutam pelo reconhecimento de seu território, expropriado inicialmente pelo controle de seu corpo, convertido ele na própria mercadoria (disputa pelo controle da mão de obra – Jesuítas e Donatários). Pela outra margem da mesma fronteira encontram-se os camponeses migrantes. Retirados de suas terras em outras regiões do país (fundamentalmente no Nordeste Brasileiro) que lutam na Amazônia pela sua redistribuição. Chegaram com as *correntes* migratórias da década de 1960 e defrontaram-se exatamente onde a conflitualidade pela posse que emergiu da sobreposição de poderes (disputa na distribuição da terra - Donatários e a Coroa). A lógica do beliche de terras.

Do ponto de vista dos fluxos espaciais observamos uma inversão dos vetores fundacionais do território brasileiro hoje. Enquanto que na Amazônia havia a lógica da *litoralização* – a ação jesuítica objetivava transferir as aldeias do interior para realocá-las em áreas do litoral ou nas beiras dos rios amazônicos numa política de descimento e realdeamento para facilitar a catequese e ao mesmo tempo acesso à força de trabalho e efeito-tampão para os povodos. Hoje os agentes do capital privilegiam a *interiorização*. O Programa Grande Carajás - PFC, através da instalação do Projeto Ferro Carajás, a construção da UHE de Tucuruí e a Ferrovia Carajás-Itaqui são exemplos deste

movimento. Essa *interiorização* foi facilitada pela melhoria dos equipamentos técnicos o que dinamizou fluxo das riquezas dispostas.

Para justificar a instalação dos objetos acima mencionados e criar a ambiência necessária para o capital agrário se instalar a *ação regional* foi fundamental. Guiada, fundamentalmente pelo Estado Nacional, cria-se a ideia da Amazônia como espaço de grande vazio demográfico e depois de uma área a ser ocupada sob o risco de perda do território pelas potências inimigas e/ou “comunistas”. O resultado foi uma percepção do espaço amazônico como uma grande *região natural*, auto-evidente e concreta. Que vive na lógica “indômita” dos Trópicos úmidos. Para edificar a desnaturalização e justificar a ação dos agentes privados cria-se a própria ideia de Amazônia como Região – a Amazônia Legal. Um *construto* territorial que carece de Planos de Desenvolvimento para atingir a tão sonhada modernidade. Opõem-se, com isso, objetos técnicos aos elementos oriundos do meio natural. Separa-se sociedade de natureza e declara-se guerra contra a “ditadura” desta mesma natureza. O resultado dessa equação foi que chamamos de esquizofrenia espacial. Indivíduos nas cidades amazônicas que não se veem amazônidas (a expressão maior é “lá na Amazônia”) e pessoas no espaço rural dos municípios que não se identificam com as cidades.

É neste contexto que se forja o espaço das fronteiras agrárias na região. Na lógica de transição entre a heteronomia do projeto nacional e a autonomia do poder local, construído de baixo para cima. Na tensão entre o que é da esfera do político e o que é da esfera do cultural. Tal perspectiva deixa marcas profundas nos imaginários e nas práticas sociais dos grupos e classes. A expressão maior disso são os *fronts* instalados que são separados por tempos-espacos diferenciados e por motivos aparentemente dissonantes como as lutas por terra e as lutas por território. O espaço amazônico se torna, então, “filho” legítimo das polaridades causadas pelo Tratado de Tordesilhas. Gestado numa fratura que é resultado da necessidade de comandar tanto a riqueza circulante quanto a riqueza *in situ*.

É nesta problemática que afirmamos que a fronteira na Amazônia tem uma característica intermitente. Abre-se a frente demográfica em determinado tempo-espaco fechando a frente de recursos em outro tempo-espaco. A lógica de construção de grandes projetos de desenvolvimento, inseridos no contexto da IIRSA – Iniciativa de

Integração Regional Sul America, como exemplo a UHE de Belo Monte, funcionam também como um *alargamento* demográfico da fronteira. Subjacentemente, seja por pressão das populações tradicionais ou como estratégia de clausura dos recursos por parte da empresa (é caso do Cinturão Verde da Vale) criam-se Unidades de Conservação fechando aqueles espaços como trunfo estratégico. Seja na disputa da acumulação por espoliação ou como as práticas do *bem viver* que estão no campo da resistência.

Por outro lado, chamamos a atenção para os *fronts* dentro das mesmas fronteiras. É o caso das mesorregiões estudadas, Sudeste e Sudoeste do Pará e da organização espacial baseada no binômio Terra-Território. Referimos-nos aos assentamentos rurais que estão no espaço da redistribuição de terras e têm como referencial de unidade espacial os lotes individuais e de conteúdo social eminentemente de trabalhadores migrantes nordestinos chegados pós-1960. Estão *aquém* da fronteira. O objeto *assentamento rural* se fricciona com as terras indígenas, as comunidades remanescentes de quilombo e as populações caboclas tradicionais como seringueiros, beiradeiros, peconheiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco de babaçu etc. Estes, por sua vez, têm um forte componente étnico e *tradicional* e vêm organizando seu território desde épocas imemoriais, como é o caso dos indígenas. Nosso entendimento é que estão *além* da fronteira.

Estas duas perspectivas de espaços de luta tem dificuldades de se encontrar. Um pequeno exemplo cabe para efeito de ilustração. Coversando com militantes do MST no IALA foi relatada uma situação bem característica do que estamos nos remetendo. Na tentativa de ampliar os horizontes de mobilização, os Sem Terras organizaram um encontro no Baixo Tocantins no Pará. Grande parte dos convidados eram ribeirinhos da área. Acostumados com uma base social de imigrantes nordestinos instalaram a cozinha do encontro com a dieta nutricional baseada no arroz com feijão e charque para toda a semana do evento. Os ribeirinhos alimentaram-se no primeiro dia com este cardápio. No segundo dia, quando descobriram que a alimentação se repetiria pelo restante do encontro, trataram de arrumar as suas bococas¹¹² para retornarem para suas comunidades. Os dirigentes do MST quando viram a situação foram indagar o grupo do

¹¹² Bagagem, na linguagem camponesa.

por que da partida. Prontamente responderam que não iriam passar a semana sem o tradicional açaí com farinha. Reclamaram que não foram informados de tal *menu*. Caso contrário, teriam levado seus fardos de farinha e seus cachos de açaí. O resultado foi um encontro que não rendeu o que deveria ter rendido.

Estamos exemplificando a partir de um desencontro nutricional o que se manifesta em gramáticas de lutas diferenciadas – a luta pela terra e a luta pelo território e a dificuldade de articulação desses elementos na fronteira amazônica. Existe aí uma tentativa de articulação dessas duas esferas a partir do MAM – Movimento dos Atingidos pela Mineração. Uma parte de seus dirigentes são orinudos do PA Plamares. É uma experiência nova que carece ainda de maturação no desenrolar das lutas no “Corredor” de Carajás (Pará e Maranhão).

8.2 As múltiplas territorialidades do campesinato

Com o estudo das diferentes clivagens territoriais (migração, trabalho, família e saberes) podemos inferir algumas conclusões sobre o perfil do campesinato que vem se forjando no interior da fronteira amazônica.

A primeira delas é a constatação que os grupos domésticos nesta região vêm acompanhando historicamente às fronteiras do Estado Nacional. Conversamos com trabalhadores cujos avós eram migrantes italianos e que chegaram ao Brasil para trabalhar na agricultura do café na divisa de São Paulo com o Paraná. Outros lavradores tinham avós que saíram da Bahia ou de Pernambuco e se deslocaram para o Oeste do Maranhão ou para o norte de Goiás em meados da década de 1950 em busca de terras devolutas. Os seus pais, por sua vez, saíram desses estados nas décadas de 1960 e 1970 e adentraram o Pará em busca de trabalho acompanhando novas frentes de econômicas com o alargamento da fronteira. Tal situação nos força o entendimento que a migração aparece no horizonte das famílias como uma “bagagem”, passada de pais para filhos.

Por outro viés, a terra no horizonte do campesinato na fronteira amazônica, ao contrário do Sul do Brasil ou mesmo da Europa, não é sinônimo de fixação, de enraizamento ou de imobilidade, necessariamente. É importante compreender a diferenciação do campesinato na fronteira amazônica no que se refere à representação da terra. Geralmente, para este campesinato, migrante da e na fronteira, a terra é recurso aberto e inesgotável, diferente da visão de outros grupos camponeses pelo Brasil, como

os colonos do Sul ou mesmo de agricultores familiares na Europa onde encontramos famílias fixadas em um mesmo lote de terras há 700 (setecentos) ou 800 (oitocentos) anos. A apropriação da terra para os camponeses da Amazônia não é sinônimo necessariamente de fixação. Por isso, nos indagamos: será que a propriedade da terra, bem como a produção agrícola, é condição para o indivíduo se sedentarizar, como comumente percebemos na literatura que trata da transformação das sociedades nômades para sociedades sedentárias? No caso da fronteira nos parece que não podemos afirmar com tanta certeza.

Outra conclusão que podemos chegar é que o perfil de gênero do camponês migrantes na fronteira é masculino. Porém, existe uma tendência ao equilíbrio entre os sexos na composição demográfica recente. Contudo, registramos alguns casos que extrapolam uma visão binária da leitura de gênero e de sexualidade. É o caso de uma lavradora da Palmares com quem conversamos no trabalho de campo. Ao indagarmos sobre sua trajetória laboral disse que trabalhou como garimpeira em Serra Pelada no início da década de 1980. Sabedores de que era proibida a presença da mulher nos barrancos do garimpo, retrucamos dizendo que tinha trabalhado em alguma atividade de suporte a mineração. Ela continuou afirmando que foi na lavra e seu nome no momento era “João”. Tomamos um pouco de fôlego e, curiosos, perguntamos como assim. Ela nos explicou a história. Disse que pela necessidade de trabalho, já que tinha filhos e seu marido tinha morrido recentemente, precisou se transvestir e adotou o pseudônimo de João. Passou dois anos no “personagem” e disse que nunca ninguém desconfiou que ela fosse mulher.

Se entre os camponeses entrevistados a grande maioria eram do Nordeste brasileiro, especialmente do Estado Maranhão, a geração que é sua filha nasce paraense. Tal conclusão desautoriza algumas desqualificações comuns de serem ouvidas pelo interior do Pará. Tais como: são pessoas de fora do Estado e da região que vêm para “invadir” as terras na Amazônia. Para aprofundar a reflexão detectamos uma rede de parentesco que se estabelece no sentido dos antigos moradores das fazendas que por sua vez têm seus filhos ligados a luta pela terra e territorializados nos assentamentos rurais que se avolumam a partir da década de 1990. Estes por sua vez, já tiveram seus próprios rebentos e que hoje se encontram em acampamentos mais distantes igualmente em outros lugares da fronteira envolvidos na luta pela terra. É o caso do acampamento na Fazenda Cabaceiras. Cumpre-se um ciclo neste sentido: *Trabalho na Fazenda* –

Acampamento na Fazenda – Assentamento Rural – Acampamento na Fazenda. Uma espécie de atavismo na luta pela conquista da terra, espacialmente estabelecido.

Do ponto de vista de uma territorialização a partir da lógica do trabalho encontramos um elemento que perpassa e dá unidade a todas as estratégias de conversão e reconversão social – a necessidade de retorno ao campo, através da conquista da terra e garantia de autonomia através da estruturação do que estamos chamando aqui de matriz camponesa e que é portadora das seguintes características: a busca pela posse da terra; no trabalho, essencialmente, agrícola; na mão-de-obra prioritariamente familiar; nas relações familiares primárias; num estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza e na busca pela autonomia nas suas relações de produção.

A busca pela autonomia encontra um fator limitante em nosso estudo sobre o processo de reprodução dos camponeses nos assentamentos. Um fator relacionando a lógica demográfica. Os assentamentos são pensados de forma sistemática para dar resposta a uma geração apenas. Aquela que se encontra nas lutas pela ocupação das terras. Uma espécie de “curativo” imediato que logo exporá novas “fraturas” no contexto amazônico. Estamos falando dos estoques de terras que são disponibilizados e que não garantem a reprodução dos filhos neste mesmo lote. Em média os lotes agrícolas nos assentamentos da Amazônia paraense giram em torno de 10 (dez) a 15 (quinze) hectares. É um estoque de terras insuficiente para uma família que em média tem em seu grupo doméstico 05 (cinco) filhos (média de filhos nos assentamentos pelo Brasil). A consequência deste problema é a saída da nova geração e uma nova “corrente” migratória se estalebele e, geralmente, contribui para o alargamento da fronteira nas frentes de expansão. E, por outro, deposita sua cota de “culpa” nas causas do processo de fragmentação das famílias a partir da lógica da fronteira.

Um elemento importante que gostaríamos de destacar nesta conclusão é o papel central que cumpre, nos assentamentos, as escolas. Nos dois assentamentos pesquisados elas eram um importante fator de territorialização. Na Palmares elas se apresentavam com uma estruturação bem definida e interessante e no PDS carecia ainda de uma ação mais efetiva do poder público junto às escolas, no sentido de melhorar sua infraestrutura e seus quadros de formação. Já que em cada vicinal é fundamental a presença de pelo menos uma instituição escolar. Por outro lado, os camponeses ainda precisam estabelecer uma disputa no que se refere aos currículos e as metodologias bem

como o garantir um perfil de professor senão assentado e camponês, pelo menos comprometido com a reprodução daquela comunidade.

Passando de uma educação formal e escolar para a socialização dos saberes nos assentamentos, destacamos a importância da estruturação espacial baseada no binômio Vila – Lote agrícola. A vila configura-se como um importante espaço de encontro, principalmente da juventude, para as mais diversas atividades. Desde uma bricadeira de rua como o *Garrafão*, passando pelos encontros para ensaios das quadrilhas juninas até a reunião do grupo de Hip Hop, que dança *break dance* na piçarra.

Ainda sobre a articulação Vila – Lote agrícola um elemento chamou a atenção na Palmares. A tendência que existe para a desarticulação do binômio. Os contínuos processos existentes de parcelamento dos lotes na agrovila pela formação de *kitnetes* que são alugados para trabalhadores sem um vínculo territorial com o assentamento. O fenômeno se deve a proximidade do PA em relação à cidade de Parauapebas e o preço razoavelmente barato do aluguel. Essa questão é preocupante pela capacidade que a agrovila tem em aglutinar os camponeses para as mais diversas atividades de socialização.

Agregado aos elementos acima temos a força de um processo de urbanização intenso potencializado pelos poderes públicos para poderem se ver livre dos encargos sociais e infraestruturais que lhe competem. Estamos falando do INCRA que insiste em teimar que a vila já é urbana e que por isso não tem responsabilidade pela sua estruturação transferindo a sua responsabilidade para a prefeitura local. Os assentados desenvolvem resistência neste campo também. Uma das reivindicações na dimensão simbólica é mudar a toponímia da rodovia que leva Parauapebas a Palmares. Batizando-a de Rodovia dos Camponeses.

Outro elemento que gostaríamos de trazer a baila é uma tendência que constatamos na direção dos deslocamentos dos camponeses do Sudeste do Pará, especialmente de ex-assentados na Palmares, em direção ao Sudoeste do Pará, com destaque para o próprio PDS em Anapu. Existe uma rede migratória que liga as duas mesorregiões, sentido leste-oeste, e mais ainda, uma relação de deslocamentos de um assentamento para o outro. Como já foi trabalho no capítulo 07 (sete).

Finalizamos confirmando a hipótese de que campesinato na fronteira além de ser um modo de produção é também um modo de vida através dos elementos que se agregam e que estão na esfera da dimensão cultural. Sem as quais não conseguiríamos

entender em sua complexidade este grupo social. O que é importante reter desse exercício de compreensão e análise sobre os camponeses assentados na fronteira é de que eles se constituem em uma categoria que mantém uma perspectiva de vida ligada à produção agrícola em condições históricas e tecnológicas que tentam reproduzir adaptando ao contexto atual, em ambiente socioeconômico desfavorável. A mobilidade se constitui em uma estratégia que vem se esgotando enquanto alternativa, levando a posições radicalizadas de enfrentamento para obtenção da terra, meio fundamental e central para a existência e reprodução dessa categoria.

9- Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, AZIZ NACIB. **Amazônia** – do discurso à práxis. São Paulo: EDUSP, 2004.

ACSELRAD, Henri. *Apresentação*. IN: ACSELRAD, H. **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, 318p.

ALENCAR, Edna Ferreira. Gente de todas as paragens: retratos da imigração no Pará. IN: CANCELA, Cristina Donza & CHAMBOULEYRON, Rafael (ORGs). **Migrações na Amazônia**. Belém: Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPGA-UFGA, 2010, pp. 107-129.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? Artigo IN: **Revista Terra Livre. AGB** (Associação dos Geógrafos do Brasil). São Paulo/Agosto de 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bermo de. O Intransitivo da Transição: O Estado, os Conflitos Agrários e a Violência na Amazônia (1965-1989) IN: LENA, P. e OLIVEIRA, A. (Org's) **Amazônia: A Fronteira 20 anos Depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Bermo de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. IN: Almeida, et al. (orgs) **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, pp. 101-143.

ALMEIDA, Maria Geralda. Froteiras, Territórios e Territorialidade. IN: **Revista da Anpege (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia)**, nº02, 2005, pp. 103-114.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: HUCITEC/IPESPE, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAGÓN, Luís E. & MOUGEOT, Luc J. A. **O Despovoamento do Território Amazônico: contribuições para a sua interpretação**. Belém: UFGA/NAEA, 1983, 171p.

AUGÈ, Marc. **Por uma Antropologia da Mobilidade**. Maceió: UFAL: UNESP, 2010.

AVILA, Arthur Lima. **E da fronteira veio um pioneiro**: a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner (1861-1932). Porto Alegre: UFRGS (Programa de Pós-graduação em História), 2006. (Dissertação de Mestrado).

BAKUNIN, Mikhail. Deus e o Estado. São Paulo: Cortez, 1988.

BAKUNIN, Mikhail. Estatismo e Anarquia. São Paulo: Imaginário, 2003.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia** – a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR Editores, 1982.

BECKER, Bertha. Brasil – Tordesilhas, ano 2000. IN: **Revista Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, ano IV, nº07, 1999, pp. 7-23.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Geramond, 2007.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: EDUFMS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e Espaços nos Mundos Rurais do Brasil. IN: **Revista Ruris** (Revista do Centro de Estudos Rurais –CERES). Campinas: EDUNICAM, V. 01, nº01, março de 2007. PP. 37-63.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Regional (GTDR). **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE/MI, 3ª Ed, 1978.

BRASIL. MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Avaliação da Intervenção Fundiária do GETAT (1980-1987). Brasília, 1987. (mimeo)

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNRD). Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em: 18 de abril de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Reflexões sobre políticas de integração nacional e de desenvolvimento regional*. Brasília, 2000.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Região e Regionalização: análise crítica das metodologias aplicadas na formulação da política nacional de desenvolvimento regional (PNRD) do Governo Lula da Silva no Brasil. **Revista Eletrônica Geoambiente**. Jataí -- GO, nº 19, jul-dez. 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004

CARVALHO, Horácio Martins de. **Interação Social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Brasília/DF: Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MPF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD; Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia. Belém: NAEA/UFGA, **Novos Cadernos NAEA**, v.02, nº01, 1999.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706). Belém: Ed. Açai/PPGH-UFGA, 2010.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas (1924). IN: CARVALHO, Horácio Martins. **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COELHO, M^a Célia Nunes. A polêmica ocupação dos Sem Terra na região de Carajás. IN: **Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável** – uma contribuição para a Amazônia 21. Ximenes, Tereza (org.). Belém: UFGA. NAEA. UNAMAZ, 1997.

COLETÂNEA DE POESIAS AMAZÔNICAS. **VI Congresso Nacional do MST**, 10 - 14 de Fev., 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDHAL, Zeny. Economia, Cultura e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo: teoria e prática nos Estados Unidos e na Amazônia Brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

CONSÓRCIO DO CRIME. Revista do Instituto Observatório Social. São Paulo: Edição Especial, Fev. de 2011.

CUNHA, Cândido Neto da. “Pintou uma Chance Legal” – O Programa Terra Legal no interior dos projetos integrados de colonização e do polígono desapropriado de Altamira no Pará. Artigo. IN: **Revista Agrária**. São Paulo: USP, nº 10-11, pp. 20-56, 2009.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo reconhecimento do Território: uma nova gramática das lutas sociais? IN: ACSELRAD, H. **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, Vols. 01 e 2, 1995.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e a competência. **Educ. Soc.** [online]. Set. 1998, vol. 19, nº 64 [citado 13 de abril de 2014], pág. 87 – 103. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br>

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ. Soc.** [online]. Abr. 1998, vol. 19, nº 62 [citado 27 de março de 2014], pág. 13-30. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br>

DUBY, G. *L'économie Rurale et la Vie des Campagnes dans l'Occident Médiéval (France, Angleterre, Empire, IX – XV siècles)*. Paris: Flammarion, 1977.

EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. Belém: EDUFPA, 1988.

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?. IN: LANDER, Edgardo (ORG). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 246-266. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo/MCPM, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. IN: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta Pela Terra, Reforma Agrária e Gestão dos Conflitos no Brasil**. Campinas:EDUNICAMP, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: Novas Configurações do Campo Brasileiro. Artigo. IN: **Revista Agrária**. São Paulo: USP, nº 1, pp. 16-36, 2004.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o Método**. São Paulo: EDUNESP, 2011.

FORTES, Meyer. O ciclo do desenvolvimento do grupo doméstico. IN: GOODY, Jack (org.) – **The developmental cycle in domestic groups**. Cambridge Papers in Social Anthropology, nº 01, 1958.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOWERAKER, Joe. **A Luta pela Terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 315p.

FRASER, Nancy. Igualdade, Identidade e Justiça Social. **Le Monde Diplomatique**, junho de 2012, p. 34-35.

FULLER, Cláudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores e a Organização do Trabalho Livre na Província do Pará (1838-1859). Artigo. IN: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, julho-dezembro de 2011, p. 52-66.

GASKELL, George; ALLUM, Nicholas.; BAUER, Martin. Quantidade, Qualidade e Interesses do Conhecimento. IN: GASKELL, G. & BAUER, M. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 11ª Ed., 2014.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. **Expansão e Intervenção do Estado**: as faces do desenvolvimento territorial brasileiro. IN: Revista Geonordeste. São Cristovão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, n. 01, 2007, pp.13-37.

GONZÁLES CASANOVA, Pablo. Colonialismo Interno – uma redefinição. IN: CLACSO (ORG) **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas, 2007.

GUEDES, André Dumas. Lutas por Terra e Lutas por Território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteira, conflitos e movimento. IN: ACSELRAD, Henri. **Cartografia Social, Terra e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, 318p.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Êxodo e dispersão dos camponeses no Brasil. Artigo. **Movendo Idéias**. Belém, vol. 6, nº 9, p. 47-52, jul. 2001.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira** – camponato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: Paka-Tatu, 2ª Ed, 2013.

GUICHONETT, Paul & RAFFESTIN, Claude. **Geographie des frontiers**. Paris, P.U.F, Collection SUP 13, 1974.

GUZZO, Maria Rosária Souza; SANTANA, Nivalda Silva de. 2009. **Irmã Dorothy Stang** – a mártir do PDS. Anapu: Mimeo. 144 p.

HAESBAERT, Rogério. Deterritorialização – entre as redes e os aglomerados de exclusão. . IN: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (ORGS). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização** – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do camponato na Amazônia**. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, J. & ACEVEDO MARIN, R. O Impacto da Belém-Brasília e o Desenvolvimento do Baixo Terciário nas Zonas Urbanas da rodovia, pág. 90. IN: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do camponato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, R. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais – reflexões sobre a colonização em torno da Rodovia Belém – Brasília. IN: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do camponato na Amazônia**. 4 vol. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCKY, M. C. (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira** – faces do camponato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. IN: HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B.; MANESCKY, M. C. (orgs). **No mar, nos rios e na fronteira** – faces do camponato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002: 175-202.

INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório de beneficiários assentados do ano de 2005**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/publicacoes/relatorios.html>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KAYSER, Bernard. A Região como objeto de estudo da geografia. IN: GEORGE, P. et all. **A Geografia Ativa**. São Paulo: DIFEL, 1968.

LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas : Editora da Unicamp, 1993.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** – o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1978.

LEAL, Aluísio Lins. Uma Sinopse Histórica da Amazônia – uma visão política. IN: TRINDADE, J. R. B. ; MARQUES, G. (ORGS). **Revista de Estudos Paraenses**. Belém: IDESP, 2010.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos**: Um estudo sobre o meio rural brasileiro, Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Editora UNESP -Co-editora e distribuidora. 2004.

LESER DE MELLO, Sylvia. Família: perspectiva teórica e observação factual. IN: BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo (org.) – **A família contemporânea em debate**. São Paulo, EDUC, 1995: 51- 60

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia do território. **Série Antropologia 322**. Brasília: Departamento de Antropologia/Instituto de Ciências Sociais, 2002.

LOPES, José Sérgio; ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G (ORGS). **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: estado, homem e natureza. Belém: CEJUP, 1992.

MACHADO, Lia Osório. Mitos y realidade de la Amazonia Brasileña em el contexto geopolítico mundial (1540-1912). Tese de Doutorado. Universidad de Barcelona.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões sobre as representações camponesas. IN: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) In: **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.**; prefácio de M^a Conceição D’Incao. Belém:Edufpa, 2002.

MARTIN, André Roberto. As Fronteiras Internas e a “Questão Regional” no Brasil. São Paulo: USP (Programa de Pós-graduação em Geografia), Tese de Doutorado, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: HUCITEC, 1997, 213p.

MASSEY, Doreen. 1994. A Global Sense of Place. **Space, Place and Gender.** Minneapolis : University of Minnesota Press.

MEDEIROS, Leonilde & LEITE, Sérgio (orgs.). **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1978.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. **Estudo sobre a Organização da Produção em Área de Assentamento no Sudeste do Pará.** Belém: NAEA (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES), 2004. (Dissertação de Mestrado).

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros – paralelo entre duas culturas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias Geográficas. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, Poder e Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, Ruy. A Formação Espacial Brasileira – contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Vinicius Silva & MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Reflexões sobre o Território e a Territorialidade para Compreender o Despertar de um Movimento Social. IN: SAQUET, M. A. **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

- MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta**: colonização ‘espontânea’, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice:Anpocs, 1988.
- NAHUM, João Santos. Região, discurso e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. Artigo. **Boletim Geográfico**. Maringá: UEM, v. 29, nº02, p. 17-31, 2011.
- NEVES, Delma Pessanha. **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa & SUZUKI, Júlio César. Assentamentos e Conflitos. IN: SAQUET, M. A. **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital, as dívidas e os mitos sobre o agronegócio no Brasil. **Revista Sem Terra**, Seção Nacional. São Paulo: Gráfica Perez, maio/junho, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.
- OLIVEIRA, Nilda Nazaré. **A Borracha da Amazônia, os Acordos de Washington e a Política Externa brasileira**. Comunicação. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.
- ORTIZ, Renato. Cultura, modernidade e identidade na América Latina. IN: SCARLATO, F.; SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; ARROIO, M. (ORGS). **Globalização e Espaço Latino Americano**. Coleção O Novo Mapa do Mundo. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 2002.
- PEGARELLI, Enrique. **Como o Brasil ficou assim?** São Paulo: Global Editoras, 1986.
- PEREIRA, Airton dos Reis. **A Luta pela Terra no Sul e Sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Recife: UFPE, Tese de Doutorado, 2013, 264p.
- PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás**, o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato**: o caso do MST. IN: Revista *GEografias*. Belo Horizonte: Departamento de Geografia – IGC/UFMG, V.01, N.01 (Jul/dez), 2005, pp. 07-24.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana. Artigo. IN: **Revista GEOgrafia** (Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo). Niterói: UFF, Ano VIII -N. 16, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Chico Mendes, um ecossocialista . IN: **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 25, abril de 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1994.

RAIOL, Domingos Antonio Raiol. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos políticos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 183*. Belém: EDUFPA, 1970.

RANIERE, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*, São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

REBORATTI, Carlos E. **Fronteras Agrarias en America Latina**. Artigo. IN: Cuadernos Críticos de Geografía Humana – GEOCrítica, 1990.

RECLUS, Elisée. A Natureza da Geografia. IN: ANDRADE, Manoel Corrêa de. (org.) **Elisée Reclus**. São Paulo: Ática (Grandes Cientistas Sociais), 1985.

RIBEIRO, Beatriz Maria de Figueiredo. *Aqui não tem esse negócio de herança. Hoje eu quero uma terra pra mim!* Relações intergeracionais na luta camponesa. Niterói: UFF (Programa de Pós-graduação em Geografia), 2011. (Tese de Doutorado).

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste** – a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1942.

ROCHE, J. **La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul**. Paris: Universidade de Paris (Institute des Hautes Études), 1959.

SACK, Robert David. O Significado da Territorialidade. IN: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela. (ORGs). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SALLES, Vicente. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense*. Textos Reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SAMPAIO, S.M.N.; WATRIN, O. dos S.; VENTURIERI, A. **Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra do “polígono dos castanhais” no sudeste paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. 38p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 31).

SANTOS, Ione Vieira dos. **Mobilidade Espacial dos Agricultores Familiares em Áreas de Assentamento**: um estudo de caso no PDS Anapu – Pará. Belém: UFPA

(Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGA), 2011. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do Vinho** – estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998, 190p.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil** – território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, pp. 60-81.

SCOTT, A. J. *The Cultural Economy of Cities: essays on the geography of image – producing industries*. London: Sage, 2000.

SCOTT, Russel Parry. Famílias Camponesas, Migrações e Contextos de Poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. IN: GODOI, E. P. ; MENEZES, M. A.; ACEVEDO-MARIN, R. (ORGS.). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: EDUNESP; Brasília: NEAD/MDA, 2009.

SHANIN, Teodor. *The Nature and logic of the peasant economy*. The journal of Peasant Studies. London, v.1, nº 1-2, 1973-1974.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (ORGS.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

SOUZA JR, José Alves. Jesuítas, Colonos e Índios: a disputa pelo controle e exploração da mão de obra indígena. IN: ALONSO, J. L. & CHAMBOULEYRON, Rafael (ORGS). **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (XVII a XXI)**. Belém: Ed. Açai/PPGH-UFGA, 2010.

TAUSSIG, Michel T. **O Diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul**. São Paulo: UNESP, 2010.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma Geografia do Trabalho!** Reflexões preliminares. *Scripta Nova* (Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales). Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. VI, nº119, 2002.

TRECCANI, Girolamo Domenico. O Título de Posse e a Legitimação de Posse como formas de aquisição da propriedade. **Belém: Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará**. vol. 20. 2009. p. 121 – 158.

TRINDADE, José Raimundo B. & OLIVEIRA, Wesley Pereira. Antecedentes Históricos da “Reconquista” da Amazônia. IN: TRINDADE, J. R. (ORG). **Seis Décadas de Intervenção Estatal na Amazônia – a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro**. Belém: PAKA-TATU, 2014.

TROCATE, Charles. **Poemas de Barricada**. Marabá: Perez, 2002.

VALE DESCARTA FUNIONÁRIOS DOENTES. **Jornal do MAM** (Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente a Mineração). Ed. 01 nº01, Outubro de 2013.

VALVERDE, Orlando. A Amazônia: o meio ambiente. IN: PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e Problemas Amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1985, 208p.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976, 261p.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária – estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR Editores, 1973.

VIANNA, Luís Verneck. **Weber e a interpretação do Brasil**. IN: Revista Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n.53, março de 1999.

VIEIRA, Maria Antonia. A Venda de Terras do Ponto de Vista dos Lavradores: a venda como estratégia. IN: ESTERCI, N. **Terra de Trabalho e Terra de Negócio**: estratégia de reprodução camponesa. Rio de Janeiro: CEDI, 1990, p. 37 a 55.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **Um Saber Necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: EDUNICAMP, 2011.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. IN: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, vol.02, nº01, jan/abril, 1985, 13-77.

WIGGERS, Raquel. Mediadores Sociais e Políticos: estado, lideranças e comunidades na Amazônia. IN: **IV Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Curitiba: UFPR, julho de 2010.

WRIGHT MILLS, C. The Problem of Industrial Development. IN: HOROWITZ, Irving. (ORG). **Power, Politics and people**. Nova York: Oxford University Press, 1963.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Klass. “Com Parente Não Se Neguceia” – o campesinato como ordem moral. Brasília:UNB/Tempo Brasileiro. **Anuário Antropológico**, 1990.

ANEXOS

Questionário da Pesquisa

Data: _____/_____/_____

1. Identificação do Entrevistado

Nome:

Sexo: 1. () Masculino 2. () Feminino

1. Qual é o ano e o mês de seu nascimento?

Eixo Sócio – Cultural

A) Migração

2. Lugares de residência e causa da Migração

2.1.Em que localidade(s) (povoado ou cidade) você nasceu e viveu? (datas e locais)

2.2.Em que Município(s)?

2.3.Em que Estado(s) do País?

2.4.Causa(s) da saída para cada deslocamento?

2.5.Em que localidade(s) (povoado ou cidade) seus pais nasceram e viveram? (pai e mãe)

2.6.Em que Município(s)?

2.7.Em que Estado(s) do país?

2.8.Em que localidade(s) (povoado ou cidade) seus avós nasceram e viveram?

2.9.Em que Município(s)?

2.10. Em que Estado do País?

3. Relação de Parentesco

3.1.Qual era a relação de parentesco entre você e o chefe do domicílio em cada localidade onde você viveu?

01. Chefe de Família

04. Genro (nora)

02. Cônjuge

05. Pai – Mãe

03. Filho (a)

06. Sogro – Sogra

07. Avô – Avó

10. Outro (Não Parente)

08. Outros parentes (explicar)

11. Alojamento

Coletivo.

09. Empregado

B) Saberes

4. Você frequentou a escola alguma vez pelo menos por um ano?

Sim

Não

Caso tenha frequentado, explicita:

01. () Ensino fundamental fundamental incompleto; 02. () Ensino fundamental completo; 03. () Ensino Médio Incompleto; 04. () Ensino Médio Completo; 05. () Ensino superior incompleto; 06. () Ensino superior completo; 07. () Pós-graduação; 08. () Ensino técnico

5. Você participou de algum curso de formação técnico e/ou político?

Sim

Não

Caso tenha participado, explicita:

6. Você já ouviu falar sobre Agroecologia?

Sim

Não

Se sim, o que você entende sobre isso?

7. Você utilizou/a produtos da floresta (ervas medicinais, sebos de animais, essências florestais, etc.) para melhorar de saúde?

() Sim

() Não

Se sim, quais e, geralmente, para que doenças?

Se não, por quê?

8. Você já teve algum problema com órgãos ambientais (SEMA, IBAMA, etc.)?

() Sim

() Não

Caso já tenha tido, explicita:

C) Família e co-residência

9. Podes dizer o nome de seus pais e o ano que nasceram? (Anotar nome em N e ano em Nac).

a) Seus pais ainda vivem?

Sim: (Anote V em idade atual em Col. Vid.)

Não: (Anote M no ano que seu pai ou sua mãe faleceram) (Col. Vid.)

10. Poderias me dizer quantas vezes esteve unido ou casado (a)? Anote N° de Uniões _____ (Se nenhuma passe a 11)

a) Para cada um de seus cônjuges, poderia dizer o nome, o ano e o lugar que nasceram?

b) Em que idade ou data começou cada união? (Anote U_____ na Coluna Nup)

c) Você continua unido com (nome)?

Sim: (anote ____U em idade atual na coluna Nup)

Não: Que idade tinha e lugar que terminou cada união com (nome)? (anote ____D “divórcio”, ou ____S “separação” ou M “Morte” em Col. Nup).

11. Poderia dizer quantos filhos e filhas nascidos vivos teve em sua vida? Anote #FNV _____

a) Qual o nome, o lugar e o ano de cada um de seus filhos nascidos vivos?

11.1N: _____

Lugar: _____

Ano: _____

Trabalha? (se **sim,** **onde,** **em** **que** **e**
como): _____

11.2 N: _____

Lugar: _____

Ano: _____

Trabalha? (se **sim,** **onde,** **em** **que** **e**
como): _____

11.3N: _____

Lugar: _____

Ano: _____

Trabalha? (se **sim,** **onde,** **em** **que** **e**
como): _____

11.4N: _____

Lugar: _____

Ano: _____

Trabalha? (se **sim,** **onde,** **em** **que** **e**
como): _____

11.5 N: _____

Lugar: _____

Ano: _____

Trabalha? (se **sim,** **onde,** **em** **que** **e**
como): _____

11.6 N: _____

Lugar: _____

Ano: _____

Trabalha? (se **sim,** **onde,** **em** **que** **e**
como): _____

11.7N: _____

Lugar: _____

Ano: _____

Trabalha? (se **sim,** **onde,** **em** **que** **e**
como): _____

EIXO POLÍTICO – ECONÔMICO

D) Atividades Econômicas

12. Você poderia dizer as suas ocupações, os lugares e os respectivos anos começando pelo seu primeiro trabalho? Se for agricultura, qual era a sua relação com a terra? (enumerar na sequência – da primeira para atual)

12.1 Qual era o ramo da atividade para cada ocupação?

12.2 Que posição ocupava em cada atividade.

01. Patrão

02. Trabalhador por conta própria

03. Trabalho sem remuneração

04. Aposentado

05. Trabalho na empreita

06. Assalariado

07. Morador

08. Outros

12.3 Tipo de Empresa

01. Familiar

02. Pública

03. Privada

04. Mista

05. Informal

13. Você ou alguém de sua família participa(ou) de alguma organização político-social (Partidos políticos, Associações, Igrejas, Centros Comunitários, Clubes de Mães, etc.)

Sim ()

Não ()

Se sim, elenque quais, onde e quando foram suas participações

Se não, porque nunca participou

14. Você aciona(ou) alguma política de incentivo a produção (Pronaf, FNO, Incentivo Habitação, etc.)

Sim ()

Não ()

Se sim, quais, onde e em que período

Se não, quais foram os principais dificuldades que você enfrentou

